

Paulo Renato Faria Azevedo

Mapeando Imaginários: a Vila Histórica de Mambucaba.

Rio de Janeiro
2006

A994 Azevedo, Paulo Renato Faria.
Mapeando Imaginários: a Vila Histórica de Mambucaba /
Paulo Renato Faria Azevedo - Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2006
xviii, 229 f. (247 f.):il; 30 cm.

Orientadora: Sônia Azevedo Le Cocq d'Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB-Programa de Pós-
Graduação em Urbanismo, 2006.

Referências bibliográficas: f. 198-201

1. Urbanismo. 2. Cidades e Vilas. 3. Percepção Ambiental.
4. Mambucaba (Angra dos Reis, RJ). – Teses. I. Oliveira, Sônia
Azevedo Le Cocq d' (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de
Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-
Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 711

Paulo Renato Faria Azevedo

Mapeando Imaginários: a Vila Histórica de Mambucaba

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Azevedo Le Cocq d'Oliveira.

Rio de Janeiro
2006

Paulo Renato Faria Azevedo

Mapeando Imaginários: a Vila Histórica de Mambucaba

Rio de Janeiro, 24 de Novembro de 2006.

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - PROURB da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Aprovado por:

Dra. Sônia Azevedo Le Cocq d'Oliveira - orientadora - professora, PROURB/UFRJ.

Dra. Lilian Fessler Vaz - professora, PROURB/UFRJ.

Dra. Ana Clara Torres Ribeiro – professora, IPPUR/UFRJ.

RESUMO

AZEVEDO, Paulo Renato Faria. Mapeando Imaginários: a Vila Histórica de Mambucaba. *Reflexões sobre as transformações sócio-espaciais em uma vila residencial em Angra dos Reis, no final do século XX e suas conseqüências no espaço e nos imaginários da população local. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Centro de Letras e Artes. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.*

A dissertação apresenta os resultados das pesquisas sobre os recentes processos sócio-espaciais em um estudo de caso: a Vila Histórica de Mambucaba (V.H.M.), em Angra dos Reis, fundamentando-se nas análises das transformações corolárias desses processos e suas conseqüências nos imaginários da população local e no espaço urbano, ao longo dos anos 90. A pesquisa da história do povoado, desde sua origem aos dias de hoje, aponta o período posterior a 1970, que corresponde ao final do século XX, como deflagrador de grandes mudanças sociais, econômicas e espaciais em todo o município de Angra dos Reis: o rompimento do isolamento com a construção da rodovia, as usinas nucleares e a política do incentivo turístico, afetaram de modo avassalador a V.H.M., com um crescente afluxo de veranistas, turistas, excursionistas e campistas ao local. A base metodológica para dimensionar tanto o território físico (a estrutura visível), quanto o território imaginário (a estrutura invisível), com ênfase qualitativa, referenciou-se na antropologia das representações dos atores sociais em relação ao espaço e na percepção ambiental. Quanto às principais categorias de análise para o mapeamento dos imaginários sociais, destacamos a identificação: (1) da qualidade visual, pelo método inspirado nos mapas mentais elaborados pelos atores sociais; (2) das metáforas urbanas, isto é, das pistas narrativas e evocação do imaginário coletivo dos moradores partindo-se do espaço vivido e depois imaginado; (3) das representações sociais passado-presente, frente aos processos históricos e à memória narrativa dos moradores. A V.H.M., correspondendo a uma organização cultural de um espaço físico, mediático e social, compõem-se de um espaço geográfico, um espaço histórico, um espaço imaginário onde as utopias, os desejos, as fantasias realizam-se com a vida diária. O que permeia as pesquisas desses “espaços”: o olhar do sujeito social, do personagem, do ator urbano, do cidadão, e sua experiência viva. As questões motivadoras visam reconhecer em que medida: (a) as leituras das estruturas visíveis e invisíveis influenciam-se pelos fenômenos socialmente construídos; (b) a visão de mundo dos atores sociais transformam-se por ação destes fenômenos; (c) o espaço transformado pelos acontecimentos na história, impacta a percepção dos indivíduos. Como conclusão, a dissertação traz uma perspectiva questionadora que lança luz sobre a idéia de uma comunidade portadora de uma memória a preservar, permitindo algumas reflexões críticas sobre a alteridade e vivência dos grupos de moradores em torno das ações de revitalização urbana geridas pela administração pública, bem como testemunha a situação do desenvolvimento urbano quanto ao descontrole sobre a ocupação, e registra o comprometimento da qualidade ambiental e a desintegração da população local nos últimos anos do século XX.

ABSTRACT

AZEVEDO, Paulo Renato Faria. Mapeando Imaginários: a Vila Histórica de Mambucaba. *Reflexões sobre as transformações sócio-espaciais em uma vila residencial em Angra dos Reis, no final do século XX e suas conseqüências no espaço e nos imaginários da população local. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Centro de Letras e Artes. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.*

The dissertation presents the results of the researches on the recent social-space processes in a case study: the Historical Village of Mambucaba (V.H.M.), in Angra dos Reis, being based in the analyses of the corollary transformations of those processes and their consequences in the imaginary of the local population and in the urban space, along the nineties. The research of the history of the village, of the origin to the current days, points the subsequent period for 1970, that it corresponds at the end of the XX century, as provocative of great changes social, economical and space in the whole municipal district of Angra dos Reis: the breaking of the isolation with the construction of the highway, the nuclear power stations and the politics of the tourist incentive, they affected in an overpowering way to V.H.M., with a crescent affluence of vacationers, tourists, excursionists and campers to the place. The methodological base for so much to measure the physical (the visible structure) territory, as the imaginary (the invisible structure) territory, with qualitative emphasis, has as reference the anthropology of the social actors representations in relation to the space and in the environmental perception. As for the main analysis categories for the mapping of the social imaginary, we detached the identification: (1) of the visual quality, for the inspired method in the mental maps elaborated by the social actors; (2) of the urban metaphors, that is, of the narrative tracks and evocation of the residents' imaginary collectivity beginning of the lived space and later imagined; (3) of the social representations past-present, front to the historical processes and the residents' narrative memory. The V.H.M., corresponding to a cultural organization of a physical space, *mediatic* and social, they are composed of a geographical space, a historical space, an imaginary space where the Utopia, the desires, the fantasies take place with the daily life. What permeates the researches of those "spaces": the social subject's glance, of the character, of the urban actor, of the citizen, and their alive experiences. The subjects that motivate seek to recognize in that measurement: (a) the readings of the visible and invisible structures are influenced by the phenomena socially built; (b) the vision of the social actors' world changes for action of these phenomena; (c) the space transformed by the events in the history, has impact on the individuals' perception. As conclusion, the dissertation brings a provocative perspective that throws light on the idea of a community' bearer of a memory to preserve, allowing some critical reflections on the *alteridade* and experiences of the residents groups around the actions of urban revitalization managed by the public administration, as well as testifies the situation of the urban development as the disarray about the occupation, and it registers the commitment of the environmental quality and the disintegration of the local population in the last years of the XX century.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos cidadãos da Vila Histórica de Mambucaba.

AGRADECIMENTOS

Aos queridos familiares, *alfa* e *ômega* de minhas conquistas, pela amor verdadeiro, compreensão ilimitada e apoio incondicional.
Aos pesquisadores, professores e companheiros que colaboraram com seus esforços, compartilhando os sabores e dissabores desta aventura.
Aos profissionais e professores do PROURB, do IPPUR e da UFF.
Aos profissionais da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.
Aos moradores da Vila Histórica de Mambucaba.

EPIÍGRAFE

“... Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à natureza) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo concentracionista das cidades (enquanto que a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa naturalidade da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A natureza, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da criatividade. Os urbanos transportam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade. Por eles colonizado, o campo perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa. O urbano assola o campo; este campo urbanizado se opõe a uma ruralidade sem posses, caso extremo da grande miséria do habitante, do habitat, do habitar. O direito à natureza e o direito ao campo não se destroem a si mesmos? ...”.

(HENRI LÉFÈBVRE. “O Direito à Cidade”).

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 01 |
| PARTE I | |
| CAPÍTULO I | |
| 1 MAMBUCABA E SUA HISTÓRIA | |
| 1.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS | 21 |
| 1.2 MAMBUCABA DO INÍCIO DO POVOADO ATÉ OS DIAS ATUAIS | 26 |
| CAPÍTULO II | |
| 2 A GÊNESE DA TRANSFORMAÇÃO | |
| 2.1 O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTISMO NO MUNICÍPIO DE ANGRA | 39 |
| 2.1.1 Conexões para a industrialização: porto, ferrovia e a CSN (1941) | 39 |
| 2.1.2 A instalação do parque industrial naval Verolme (1960) | 40 |
| 2.1.3 A construção da rodovia Rio-Santos (1970-72) | 46 |
| 2.1.4 O projeto TURIS e a EMBRATUR (1970) | 48 |
| 2.1.5 A construção das usinas nucleares (1972) | 49 |
| 2.1.6 Furnas, Petrobrás e o terminal petrolífero (1977) | 50 |
| 2.1.7 A indústria do turismo e as políticas de incentivo à ocupação (1980) | 51 |
| 2.2 A NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA (1988) | 56 |
| 2.2.1 O Plano Diretor e o Conselho Municipal de Urbanismo (1990-1991) | 57 |
| 2.2.2 A AECATUP da Vila Histórica de Mambucaba | 58 |
| 2.2.3 Os programas de revitalização urbana: <i>Reviver Mambucaba</i> (1991-1992) | 62 |
| CAPÍTULO III | |
| 3 MAMBUCABA NO FIM DO SÉCULO XX | |
| 3.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS | 65 |
| 3.2 UM LUGAR: DUAS VILAS | 66 |

PARTE II

CAPÍTULO IV

4 A VILA VISTA E A VILA IMAGINADA

| | |
|--|-----|
| 4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS | 111 |
| 4.1.1 O Sentido do lugar | 116 |
| 4.1.2 A Imagem da cidade | 120 |
| 4.1.3 Os Imaginários urbanos | 122 |
| 4.1.4 A Projeção qualitativa: Evocar e Usar a cidade | 124 |
| | |
| 4.2 A IMAGEM DA VILA: A CIDADE VISÍVEL | 133 |
| 4.2.1 Mapeando a imagem da V.H.M. por seus moradores | 133 |
| 4.2.2 Síntese dos croquis mentais | 142 |
| 4.2.3 Bairros: (districts) ou setores | 143 |
| 4.2.4 Limites: (<i>edges</i>) | 144 |
| 4.2.5 Nós: (nodes) | 145 |
| 4.2.6 Marcos (landmarks) | 147 |
| 4.2.7 Percursos: (paths) e apropriações dos caminhos | 149 |
| 4.2.8 Distrito A: percursos da população permanente, moradores tradicionais | 151 |
| 4.2.9 Distrito B: percursos da população permanente moradora em vilas | 151 |
| 4.2.10 Distrito C (misto): percursos de população permanente e flutuante | 152 |
| 4.2.11 Distrito D: percursos de população permanente | 152 |
| 4.2.12 Distrito E: percursos de população flutuante (veranistas) | 153 |
| 4.2.13 Distrito F (misto): percursos de população permanente e flutuante | 153 |
| 4.2.14 Distrito G: percursos de população flutuante (ocupações) | 154 |
| 4.2.15 Distrito H (misto): percursos de população permanente e flutuante | 154 |
| | |
| 4.3 A VILA IMAGINADA: A CIDADE INVISÍVEL | 155 |
| 4.3.1 Fantasmagoria urbana na Vila Histórica de Mambucaba | 155 |
| 4.3.2 As projeções imaginárias construídas pelos habitantes: Evocação e Usos na V.H.M. | 158 |
| 4.3.3 Evocar a V.H.M. | 158 |
| 4.3.4 Acontecimentos na história: temporalidades das vivências urbanas | 158 |

| | |
|--|-----|
| 4.3.5 Lugares da memória | 167 |
| 4.3.6 Usar a V.H.M.: Os usos dos lugares e percursos: qualificações e topofilias | 171 |
| 4.3.7 As qualificações sensoriais | 174 |
| 4.3.8 As Cores da V.H.M. | 174 |
| 4.3.9 Os odores da V.H.M. | 176 |
| 4.3.10 Pontos de encontro e lugares de preferência na V.H.M. | 178 |
| 4.3.11 As qualificações da rua e as ilusões cidadãs | 178 |
| 4.3.12 Ritos na V.H.M. | 182 |

CAPÍTULO V

5 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DA V.H.M.

| | |
|---------------------------------|-----|
| 5.1 A OPERAÇÃO PASSADO-PRESENTE | 185 |
|---------------------------------|-----|

CONCLUSÃO

| | |
|--|-----|
| A Vila Histórica de Mambucaba: Um Lugar em Transformação | 190 |
|--|-----|

| | |
|--------------------|-----|
| REFERÊNCIAS | 198 |
|--------------------|-----|

| | |
|---------------|-----|
| ANEXOS | 202 |
|---------------|-----|

LISTAS

- Figura 1: Mapa da divisão administrativa do município de Angra dos Reis - (p. 6)
- Figura 2: Quadro de correspondência entre distritos anexados - (p. 6)
- Figura 3: Mapa de localização geográfica - (p. 7)
- Figura 4: Mapa de situação regional - (p. 8)
- Figura 5: Mapa aspectos geográficos e ambientais de Angra - (p. 9)
- Figura 6: Mapa hidrografia e relevo, parques e reservas - (p. 11)
- Figura 7: Mapa aspectos geográficos V.H.M - (p.13)
- Figura 8: Mapa base cartográfica e cadastral - (p.14)
- Figura 9: Mapa de caracterização da morfologia urbana - (p.15)
- Figura 10: Mapa estruturas do ambiente construído - (p. 17)
- Figura 11: Mambucaba - Rua do Comércio e Igreja do Rosário. Arte em bico de pena sobre papel. Tom Maia, 1974 - (p. 18)
- Figura 12: Mambucaba - vista do conjunto. Arte em bico de pena sobre papel - (p. 19)
- Figura 13: Mambucaba - sobrado. Arte em bico de pena sobre papel - (p. 19)
- Figura 14: Igreja de Nsa. Sra. do Rosário. Arte em bico de pena sobre papel - (p. 20)
- Figura 15: Interior da Igreja de N. Sra. do Rosário. Arte em bico de pena sobre papel - (p. 20)
- Figura 16: Mapa do núcleo histórico - polígono de tombamento rígido IPHAN - (p. 44)
- Figura 17: Fotos do núcleo histórico - (p. 45)
- Figura 18: Tabela de classificação das praias no projeto TURIS (1973) - (p. 48)
- Figura 19: Mapa do zoneamento e lei de uso e ocupação do solo na V.H.M. - (p. 59)
- Figura 20: Tabela de distribuição da população da Vila Histórica de Mambucaba por faixas etárias (1991) - (p. 66)
- Figura 21: Mapa da evolução urbana da V.H.M. (1980/1991/1998) - (p. 68)
- Figura 22: Mapa de distribuição espacial da evolução urbana (1980/1991/1998) - (p. 69)

Figura 23: Mapa dos núcleos urbanos no perímetro de influência das usinas nucleares - (p. 73)

Figura 24: Mapa do sistema rodoviário interestadual - (p. 75)

Figura 25: Tabela de classificação da população local por tempo estimado de moradia. Distribuição percentual do número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes (1991) - (p. 84)

Figura 26: Mapa distribuição espacial da população permanente e transitória na VHM - (p. 85)

Figura 27: Tabela de origem da população local. Distribuição percentual do número de famílias residentes em função de sua origem (1991) - (p. 86)

Figura 28: Mapa de uso e ocupação do solo (1998) - (p. 92)

Figura 29: Mapa de ciclo construtivo (1998) - (p. 93)

Figura 30: Gráfico da população residente em domicílios particulares permanentes, na Vila Histórica de Mambucaba, maiores de 18 anos, segundo situação da ocupação (1991) - (p. 96)

Figura 31: Gráfico da população residente em domicílios particulares permanentes em atividade profissional fora da Vila Histórica de Mambucaba, segundo local de trabalho (1991) - (p. 96)

Figura 32: Gráfico da população residente em domicílios particulares permanentes em atividade profissional dentro e fora da Vila Histórica de Mambucaba (1991) - (p. 97)

Figura 33: Gráfico dos domicílios próprios e alugados na V.H.M. (1991) - (p. 97)

Figura 34: Mambucaba: residências e vazios. Fotos do autor. Campo (1998) - (p. 98)

Figura 35: Mambucaba: praia, rio e córrego. Fotos do autor (1998) - (p. 99)

Figura 36: Mambucaba: problemas sanitários e ocupações. Fotos do autor (1998) - (p.100)

Figura 37: Mambucaba: bica, acessos e servidões. Fotos do autor (1998) - (p.101)

Figura 38: Mambucaba: praia e foz do Rio Mambucaba. Fotos do autor (1998) - (p.102)

Figura 39: Mambucaba: Rua do Comércio e Rua das Flores. Fotos do autor (1998) - (p.103)

Figura 40: Mambucaba: Aerofoto. PMAR (1991) - (p.104)

Figuras de 41 a 46: Desenhos de observação das fachadas do núcleo histórico. Paisagens do autor, lápis sobre papel canson (1992) - (pp.105-110)

Figura 41: Rua do Comércio - Lado A / Lado B - Parte 1/2 (p.105)

Figura 42: Rua do Comércio - Lado A / Lado B - Parte 2/2 (p.106)

Figura 43: Rua das Flores - Lado A - Parte 1/2 (p.107)

Figura 44: Rua das Flores - Lado A - Parte 2/2 (p.108)

Figura 45: Rua das Flores - Lado B - Parte 1/2 (p.109)

Figura 46: Rua das Flores - Lado B - Parte 2/2 (p.110)

Figura 47: Diagrama dos Eixos Metodológicos - (p.128)

Figura 48: Fluxograma das Categorias de Análise - (p.129)

Figura 49: Diagrama dos Espaços da Cidade Subjetivada - (p.130)

Figura 50: Diagrama das Dimensões do Espaço - (p.131)

Figura 51: Diagrama dos Fantasmas Urbanos - (p.132)

Figuras de 52 a 67: Coletânea de croquis elaborados por moradores - (pp.134-141)

Figura 52: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se o quadrilátero das Rua da Flores e Rua do Comércio, o sobrado, a praia, árvores e palmeiras, “*Bar do Abdias*”, Posto de saúde, escola, praça, “*Mambucabar*” e a Igreja Matriz - (p.134)

Figura 53: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se o cemitério, casarios, a praia, percursos e limites em pontilhado e a Igreja Matriz - (p.134)

Figura 54: Croqui elaborado por morador adulto do sexo feminino (1991). Nota: observa-se em destaque o Rio Mambucaba, as ruas principais, a praça, a estrada e a Igreja Matriz - (p.135)

Figura 55: Croqui elaborado por morador jovem do sexo masculino (1991). Nota: observa-se os marcos e percursos principais: a escola, o posto de saúde, a Igreja Matriz, os bares, a praça, a rodovia BR-101 e a Rua do Comércio e das Flores, a serra da Bocaina, o “*Bar do Zezé*”, as escadas de acesso e ponto de ônibus e as ruínas do sobrado (casarão) - (p.135)

Figura 56: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se a predominância das referencias viárias e percursos em ligação a rodovia Rio-Santos - (p.136)

Figura 57: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se a representação da Rua do Comércio: o “*Bar do Abdias*” e a Igreja Matriz - (p.136)

Figura 58: Croqui elaborado por morador adulto do sexo feminino (1991). Nota: observa-se a representação das fachadas do conjunto arquitetônico da Rua do Comércio - (p.137)

Figura 59: Croqui elaborado por morador adulto do sexo feminino (1991). Nota: observa-se as grafias sobre as vias do quadrilátero: a praia, o antigo casarão, a Igreja, a Rua das Flores, a Rua do Comércio, o posto de saúde, a escola e a praça - (p.137)

Figura 60: Croqui elaborado por morador jovem do sexo masculino (1991). Nota: observa-se as grafias para as casas, a pousada, a Rua do Comércio e a Praça Augusto Jordão - (p.138)

Figura 61: Croqui elaborado por morador adulto do sexo feminino (1991). Nota: observa-se a rua das Flores, a rua da praia, os quiosques da praia e a Igreja Matriz - (p.138)

Figura 62: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se a Igreja Matriz, o terreiro do “campo de futebol”, os “quiosques”, a cabine da polícia, o telefone público e a praia - (p.139)

Figura 63: Croqui elaborado por morador jovem do sexo masculino (1991). Nota: observa-se a Rua das Flores (principal), a Rua da Praia, o terreiro do campo de futebol, os banheiros da praia, residências de familiares e amigos identificadas por nomes, as pousadas, oficina, a rodovia Rio-Santos, os “quiosques”, a faixa de areia, ruas internas (R. Figueira), o calçamento das vias, a vala pluvial, terrenos baldios e as faixas de asfalto, além da Igreja Matriz. - (p.139)

Figura 64: Croqui elaborado por morador jovem do sexo feminino (1991). Nota: observa-se as Rua das Flores e do Comércio, o cemitério, a praia, a Igreja Matriz, o acesso pela BR-101, a escola e os percursos principais dentro da vila - (p.140)

Figura 65: Croqui elaborado por morador jovem do sexo feminino (1991). Nota: observa-se a casa do entrevistado, a Praça Augusto Jordão e os brinquedos infantis, as ruínas do casario e do sobrado (casarão), a Igreja Matriz, a praia e as ilhas costeiras - (p.140)

Figura 66: Croqui elaborado por morador jovem do sexo feminino (1991). Nota: observa-se o destaque para a Igreja Matriz, o cruzeiro e ao fundo as ruínas do casarão - (p.141)

Figura 67: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se a Rua das Flores e os casarios com comércios de bares e mercearias - (p.141)

Figura 68: Mapa-síntese dos croquis mentais - (p.142)

Figura 69: Mapa de Bairros: (districts) ou setores e *Limites* - (p.143)

Figura 70: Mapa de Nós: (nodes) - (p.145)

Figura 71: Mapa de Marcos (landmarks) - (p.147)

Figura 72: Mapa de Percursos: (paths) e apropriações dos caminhos - (p.149)

Figuras de 73 a 80: Mapas complementares - (pp.151-154)

Figura 73: Distrito A: percursos da população permanente, moradores tradicionais - (p.151)

- Figura 74: Distrito B: percursos da população permanente moradora em vilas - (p.151)
- Figura 75: Distrito C (misto): percursos de população permanente e flutuante - (p.152)
- Figura 76: Distrito D: percursos de população permanente - (p.152)
- Figura 77: Distrito E: percursos de população flutuante (veranistas) - (p.153)
- Figura 78: Distrito F (misto): percursos de população permanente e flutuante - (p.153)
- Figura 79: Distrito G: percursos de população flutuante (ocupações) - (p.154)
- Figura 80: Distrito H (misto): percursos de população permanente e flutuante - (p.154)
- Figura 81: Diagrama da Produção Fantasmal - (p.155)
- Figura 82: Gráfico dos Acontecimentos Marcantes (1998) - (p.165)
- Figura 83: Mapa dos Lugares da Memória (1992 e 1998) - (p.168)
- Figura 84: Gráfico As Cores da V.H.M. (1998) - (p.175)
- Figura 85: Gráfico Os melhores Odores da V.H.M. (1998) - (p.176)
- Figura 86: Gráfico Os piores odores da V.H.M. (1998) - (p.177)
- Figura 87: Gráfico Pontos de Encontro e Lugares de Preferência na V.H.M. - População Permanente (1998) - (p.181)
- Figura 88: Gráfico Pontos de Encontro e Lugares de Preferência na V.H.M. - População Transitória. (1998) - (p.181)
- Figura 89: Gráfico Ritos da V.H.M. - População Permanente (1998) - (p.183)
- Figura 90: Gráfico Ritos da V.H.M. - População Flutuante (1998) - (p.184)

ANEXOS

Anexo 1: Fotocópia. Jornal Maré, __ pág.__. “*Casal se une na defesa do meio ambiente*”. Fonte: fotocópias de arquivos do acervo da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 1992 - (p.202)

Anexo 2: Fotocópia. Jornal A Tribuna, 12 a 18 de outubro de 1988; pág.__. “*Vila Histórica depredada. Turistas invadem cidade no feriado*”. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - (p.203)

Anexo 3: Fotocópia de jornal: [s.f.], 19__. “*Vizinhos de Angra não tem Alarme*”. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - (p.204)

Anexo 4: Fotocópia. Jornal do Brasil, 21 de abril de 1980. “*A vida piorou muito na Vila Histórica de Mambucaba*”; pag.:__Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - (p.205)

Anexo 5: Fotocópia. Folha de São Paulo, 11 de julho de 1986; pag.__. “*Mambucaba, bela e desconhecida vila colonial da baía de Angra*”. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - (p.206)

Anexo 6: Fotocópia. Folha de São Paulo, 11 de julho de 1986; pag.__. “*Iniciação aos Mistérios do Mar*”. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - (p.207)

Anexo 7: Fotocópia. Maré, 06 de dezembro de 1991; pág.: 11. “*Mambucabinha vira um caos no verão*”. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - (p.208)

Anexo 8: Fotocópia do panfleto de educação ambiental: “*Mambucaba: um pedaço de nossa história*”. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 1991. [Face] - (p.209)

Anexo 9: Fotocópia do panfleto de educação ambiental: “*Mambucaba: um pedaço de nossa história*”. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 1991. [Verso] - (p.210)

Anexo 10: Fotocópia do panfleto de educação ambiental: “*Vamos preservar a vila histórica de mambucaba*”. Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 1991. - (p.211)

Anexo 11: Lei 158/LO/82. “*Uso do solo na Vila Histórica de Mambucaba*”. Lei nº 158 de 22 de abril de 1982. Fonte: Câmara Municipal de Angra dos Reis, 1991 - (p.212)

Anexo 12: Metodologia da Pesquisa - (p.213)

Anexo 13: Questionários das Imagens Ambientais e Imaginários - (p.224)

Anexo 14: Linha do Tempo da Vila Histórica de Mambucaba (1532 a 1998) - (p.225)

INTRODUÇÃO

Na altura do quilômetro 140 da BR-101 (Rio-Santos), distando 50 quilômetros do centro de Angra dos Reis, 24 quilômetros do centro de Paraty e 06 quilômetros da Usina nuclear, localiza-se a vila Histórica de Mambucaba, ao lado do rio de mesmo nome. Sua superfície totaliza uma área de aproximadamente 1,5 km² e aproximadamente 497 domicílios. O município de Angra dos Reis, na década de 1990, dividia-se administrativamente em seis distritos: 1º Angra dos Reis, 2º Cunhambebe, 3º Jacuecanga, 4º Mambucaba, 5º Abraão e 6º Araçatiba.¹

A Vila Histórica de Mambucaba localiza-se no 4º distrito, assim como a Usina Nuclear, as vilas residenciais de Praia Brava e Mambucaba, então, administradas por Furnas e o loteamento popular de Perequê.²

Nesta dissertação temos como objeto de estudo a Vila Histórica de Mambucaba e, secundariamente, o 4º distrito de Angra dos Reis.

A antiga freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Mambucaba, com seu núcleo hoje chamada de Vila Histórica de Mambucaba (V.H.M.)³, em virtude de sua localização geográfica (próxima as trilhas que levavam às Geraes e a São Paulo) fora um dos principais pontos comerciais da antiga civilização litorânea desde os “tempos do ouro” até os “tempos do café”, quando em meados de 1864, entra num processo de acelerada decadência em ocasião da inauguração da estrada de Ferro D. Pedro II, que passa a levar para o porto do Rio de Janeiro toda a produção do interior.

¹ Ver Figura 1: mapa da divisão administrativa do município de angra dos Reis p. e Figura 2: quadro de correspondência entre distritos anexados, p.6.

² Ver Figura 3: mapa de localização geográfica, p.7 e Figura 4: mapa de situação regional, p.8.

³ Ver Figura 5: mapa aspectos geográficos e ambientais de Angra, p.9; Figura 6: mapa hidrografia e relevo, parques e reservas, p.11; Figura 7: mapa aspectos geográficos V.H.M., p.13; Figura 8: mapa base cartográfica e cadastral, p.14; Figura 9: mapa de caracterização da morfologia urbana, p.15; Figura 10: mapa estruturas do ambiente construído, p.17 e Figuras de 11 a 15 de Tom Maia (1974), p.18 a 20; Figura 16 e 17: núcleo histórico, p.44 e 45.

O povoamento permanece então como um pequeno núcleo populacional praticamente isolado até a década de 1970 quando da inauguração da BR-101 e do início da construção da Usina Nuclear. Com esses empreendimentos a Vila passa por profundas transformações em virtude da constante freqüência de campistas, veranistas e excursionistas no local.

As transformações corolárias desse processo e suas conseqüências no imaginário da população local e no espaço são os pontos principais analisados por esse trabalho.

Para tanto, realizamos pesquisas de campo em dois recortes temporais: o primeiro recorte, de setembro de 1991 à junho de 1992, período no qual elaboramos juntamente com outros pesquisadores, um diagnóstico urbanístico da V.H.M. para a Prefeitura de Angra dos Reis; e o segundo recorte, de janeiro à julho de 1998, quando realizamos pesquisas para nosso trabalho de graduação em arquitetura e urbanismo, consolidando nossas experiências. Paralelamente, realizamos diversas entrevistas com os variados atores sociais que residem ou freqüentam o local e coletamos uma série de dados através do método antropológico de observação participante, possibilitado pelo fato de convivermos durante alguns meses com a população local. Além das entrevistas, aplicamos em campo, metodologias baseadas em pesquisa da percepção ambiental e em pesquisa do imaginário urbano da população, além de outros levantamentos urbanísticos. Além destas, realizamos uma vasta pesquisa bibliográfica sobre a região principalmente no que se refere à história do povoado ⁴.

⁴ O capítulo referente à história e à sociedade do povoado baseou-se na compilação dos relatórios sócio-econômicos de 1991 e 1992 elaborados pelo pesquisador Cristian Regis Teixeira que gentilmente colaborou com nossas pesquisas, seja na troca de idéias e profícuos debates, seja cedendo parte do material coletado e um ensaio de sua autoria (ver *referências bibliográficas* pp.198-201). Conjuntamente, pesquisamos acervos, investigando uma vasta bibliografia, documentos e iconografias fotocopiadas, coletados em diversas bibliotecas acadêmicas e instituições de pesquisa no Rio de Janeiro e na Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, complementando e atualizando o quadro apresentado.

A base metodológica para dimensionar tanto o território físico (a estrutura visível), quanto o território imaginário (a estrutura invisível), com ênfase qualitativa, referenciou-se na antropologia das representações dos atores sociais em relação ao espaço e na percepção ambiental. As técnicas multidisciplinares abordam diferentes aspectos no entendimento daquela realidade, *historicamente, espacialmente, psicologicamente, ou socialmente*. Confluências entre as diferentes técnicas obtiveram um estudo profícuo da Vila Histórica de Mambucaba no objetivo de obter um retrato ou imagem forte da *filia* (do gr. *philia = afeição*)⁵ dos sujeitos com o *espaço*.

Quanto às principais categorias de análise para o mapeamento dos imaginários sociais, destacamos a identificação: (1) da qualidade visual, pelo método inspirado nos mapas mentais elaborados pelos atores sociais; (2) das metáforas urbanas, isto é, das pistas narrativas e evocação do imaginário coletivo dos moradores partindo-se do espaço vivido e depois imaginado; (3) das representações sociais passado-presente, frente aos processos históricos e à memória narrativa dos moradores.

A V.H.M., à luz de Armando Silva (2001, pp. 221-223) tal como uma cidade, corresponde a uma organização cultural de um espaço físico, *mediático* e social, compõem-se de um **espaço geográfico**, como cenário físico da sua paisagem natural afetada pelo construído; um **espaço histórico**, que se relaciona com a competência para viver uma cidade, com a capacidade para entendê-la no seu desenvolvimento e em cada momento; “(...)

⁵ **Filia** (gr. *philia*) *elem comp*: Afeição ou forte inclinação a ... ; pendor, obsessão, mania etc. Fonte: Dicionário Editora Melhoramentos Ltda., 1998.

um **espaço imaginário** onde as utopias, os desejos, as fantasias realizam-se com a vida diária”. Trata-se de uma dimensão de cidade nascida agora dos seus próprios moradores. Pois uma cidade tem de ser vista com a construção de seus *sentidos*.

O que permeia as pesquisas desses “espaços”: o olhar do sujeito social, do personagem, do ator urbano, do cidadão, e sua experiência viva por diferentes filtros: pelo filtro cognitivo apreendendo os olhares dos moradores por suas qualificações baseadas na percepção sensorial do espaço, pelo filtro da imagem psicológica formada como opinião coletiva, pelo filtro do embate do universo das representações, pelo filtro das temporalidades e fatos na história, pelo filtro das estruturas visuais do ambiente.

As questões motivadoras visam reconhecer em que medida: (a) as leituras das estruturas visíveis e invisíveis influenciam-se pelos fenômenos socialmente construídos; (b) a visão de mundo dos atores sociais transformam-se por ação destes fenômenos; (c) o espaço transformado pelos acontecimentos na história, impacta a percepção dos indivíduos.

A dissertação traz uma perspectiva questionadora que lança luz sobre a idéia de uma comunidade portadora de uma memória a preservar, permitindo algumas reflexões críticas sobre a alteridade e vivência dos grupos de moradores em torno das ações de revitalização urbana geridas pela administração pública, bem como testemunha a situação do desenvolvimento urbano quanto ao descontrole sobre a ocupação, e registra o comprometimento da qualidade ambiental e a desintegração da população local nos últimos anos do século XX.

O resultado das pesquisas e de nossas reflexões sobre o rico universo que se apresenta, será apresentado a seguir em cinco capítulos:

No **primeiro capítulo**, esforçamo-nos em compilar informações, muitas vezes contraditórias ou lacunares, dispersas em vasta bibliografia sobre a história da região litorânea do sul Fluminense.

No **segundo capítulo** fazemos uma exposição do processo de transformação iniciado na década de 1970, tentando identificar os agentes sociais envolvidos.

No **terceiro capítulo** apresentamos as conseqüências da transformação para a Vila e alguns resultados quantitativos sintéticos que ajudassem a entender os processos.

No **quarto capítulo** analisamos a imagem da vila, a vila vista (a estrutura visível) e a vila imaginada (a estrutura invisível) em um estudo qualitativo de percepção ambiental, a inferência simbólica, as representações e o imaginário urbano dos moradores. Neste capítulo, elaboramos e analisamos diversos mapeamentos, fotografias e iconografias. Os produtos dos levantamentos urbanos e dos *mapas mentais* disponibilizamos no corpo do capítulo, por vezes seguidos de uma breve análise.

No **quinto capítulo** e na **conclusão** finalizamos com algumas reflexões, analisando as representações dos indivíduos sobre as transformações, que não modificaram apenas o espaço que habitam, mas os próprios indivíduos.

Nos **anexos** referenciamos o material complementar: reportagens de jornais e revistas, a metodologia das pesquisas, o modelo de questionário e um resumo da linha do tempo da V.H.M.

No **início** de cada capítulo apresentamos nossas referências teóricas e considerações metodológicas frente às questões discutidas, visando tornar explícitos, os principais marcos teóricos e as ferramentas metodológicas adotadas.

Caracterizações do Município de Angra dos Reis e da Vila Histórica de Mambucaba.

Figura 1: Mapa da divisão administrativa do município de Angra dos Reis
 Mapa A antiga divisão distrital e Mapa B Nova divisão distrital

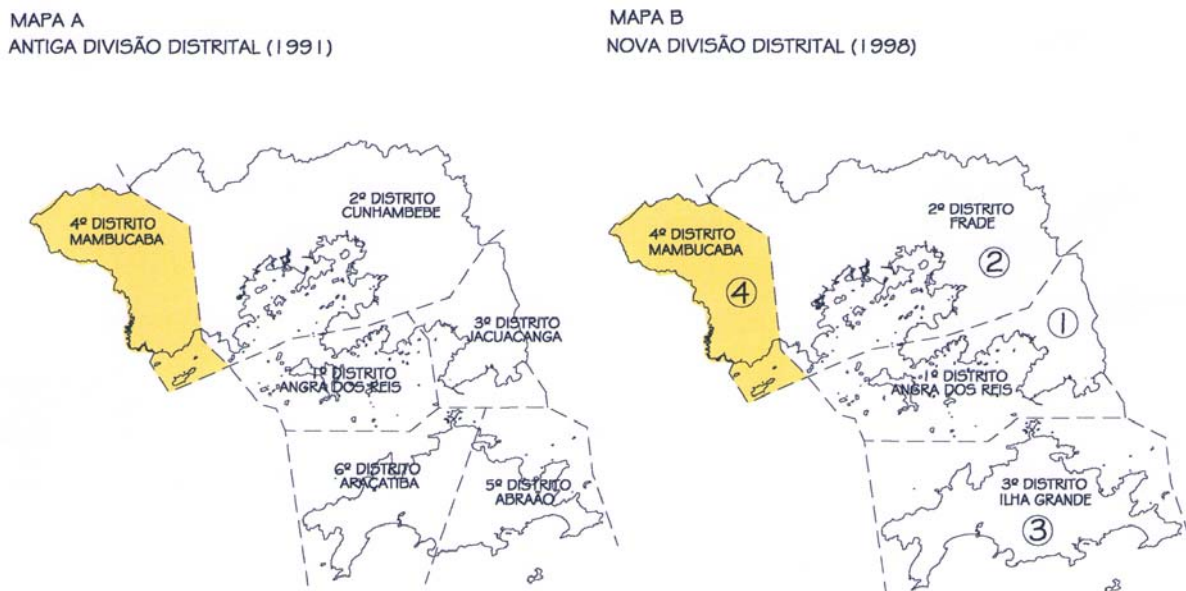


Figura 2: Quadro de correspondência entre distritos anexados

| Correspondência entre Distritos Anexados ou Alterados (1998) | | |
|---|-------------------------------|------------------------|
| Antiga Divisão Distrital | Nova Divisão Distrital | Área Atualizada |
| 1º Distrito : Angra dos Reis 3º Distrito : Jacuecanga | 1º Distrito : Angra dos Reis | Área 114 Km 2 |
| 2º Distrito : Cunhambebe | 2º Distrito : Frade | Área 187 Km 2 |
| 5º Distrito : Abraão 6º Distrito : Araçatiba | 3º Distrito : Ilha Grande | Área 453 Km 2 |
| 4º Distrito : Mambucaba | 4º Distrito : Mambucaba | Área 115 Km 2 |

Fonte: Pmar, 1998.

Figura 3: Mapa de localização geográfica

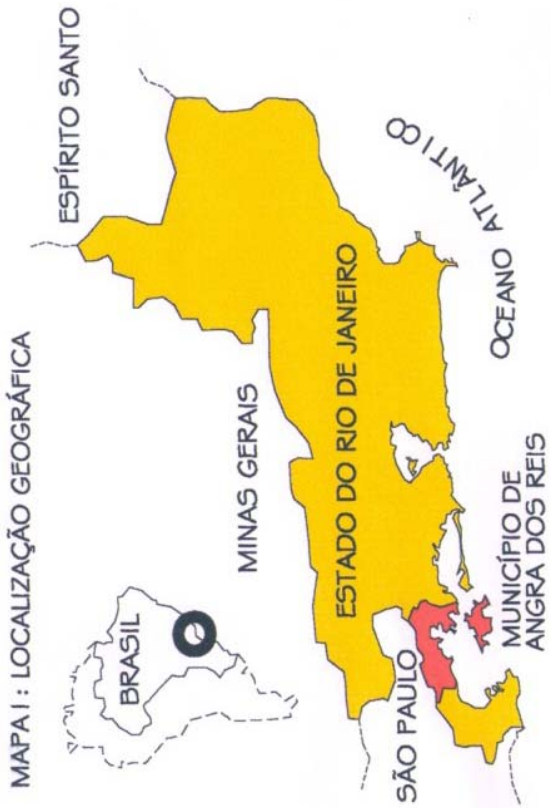
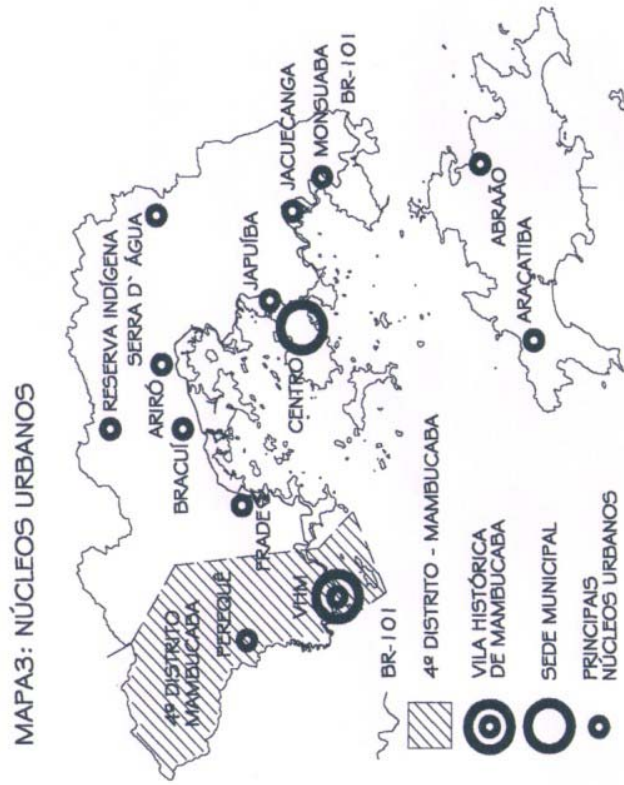


FIG. 1. FONTE: FMar, AEROFOTO ANGRA DOS REIS, 1991



Figura 4: Mapa de situação regional.

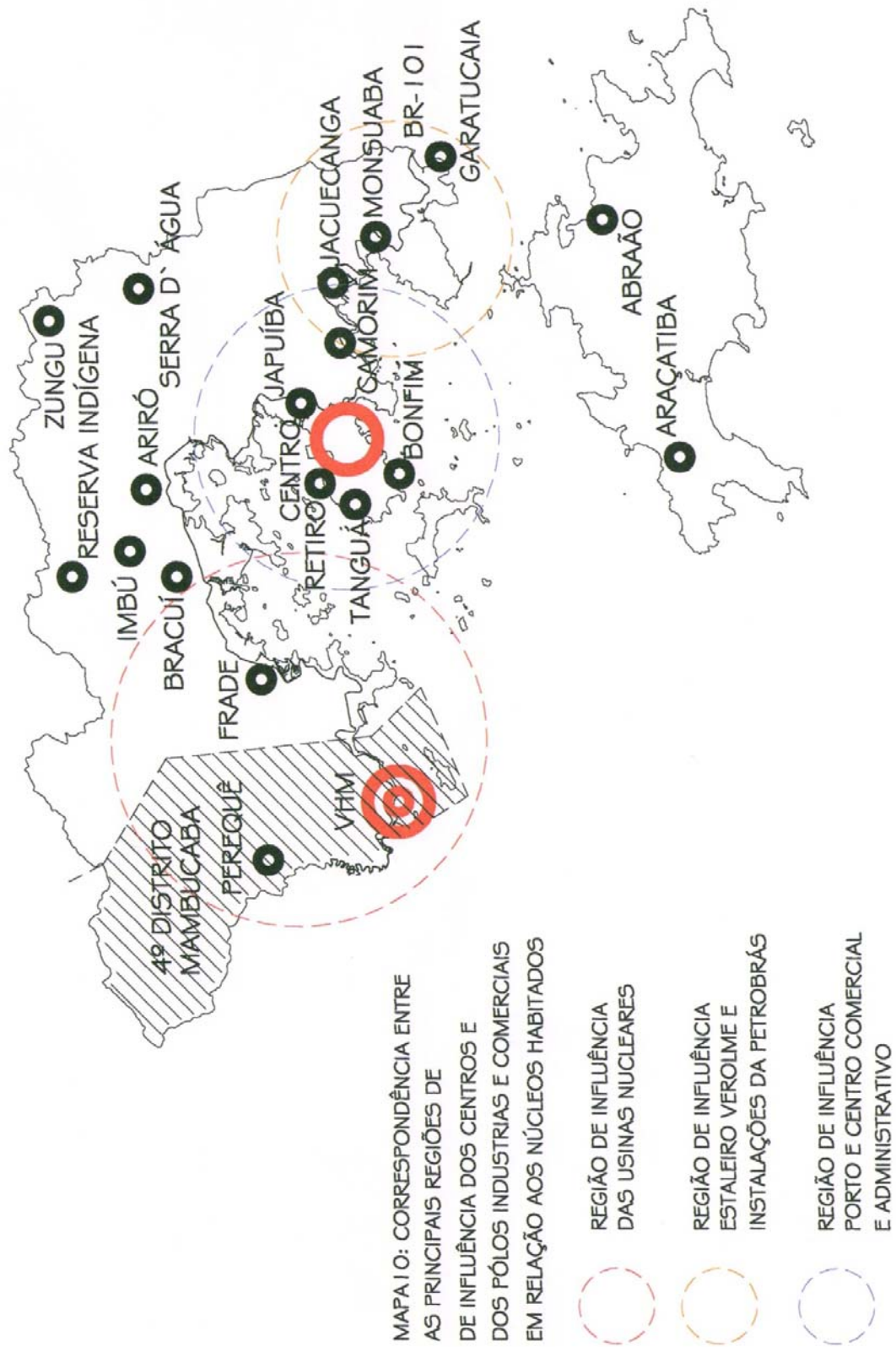
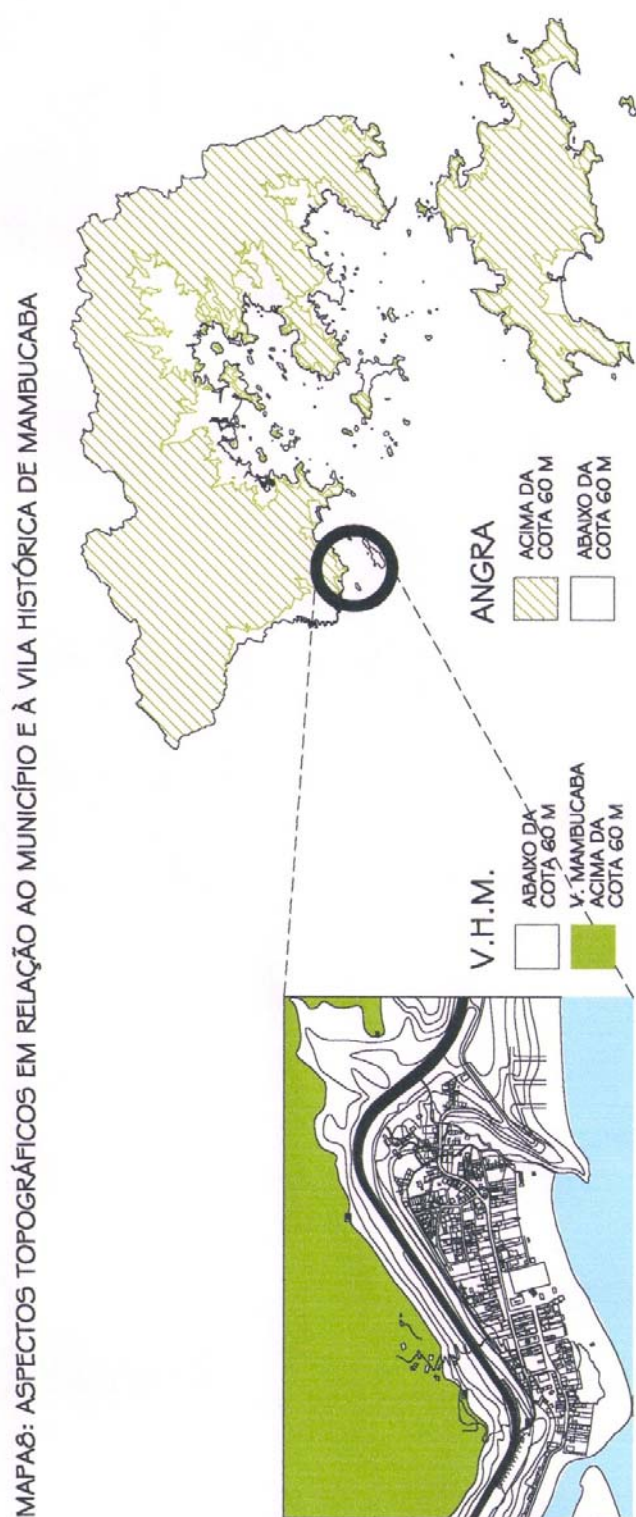
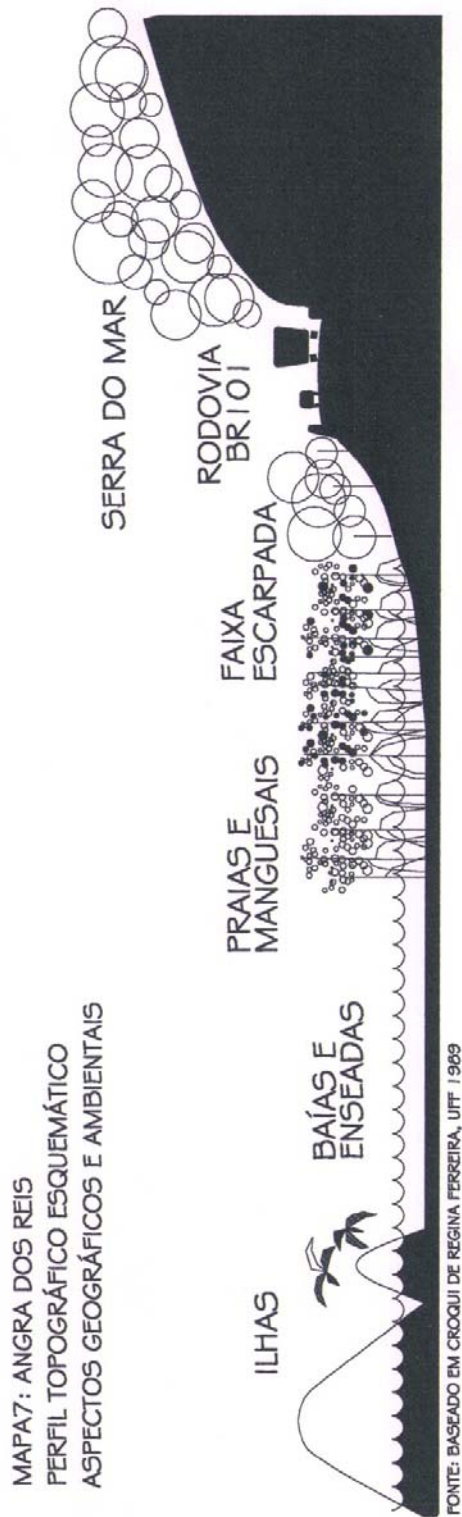


Figura 5: Mapa aspectos geográficos e ambientais de Angra dos Reis.



Situação da V.H.M.: No litoral sul do estado do Rio de Janeiro, entre os principais pólos econômicos do país: RJ, MG e SP.

Localização da V.H.M.: No km 140 da BR-101 (Rio-Santos) distando 50 km do centro de Angra dos Reis e 24km do centro de Paraty e 6 km da Usina Nuclear.

Limites a V.H.M.: ao norte pelo parque nacional da serra da bocaina limitado pela BR-101 / ao sul pela baía da ilha grande / a oeste pelas margens do rio Mambucaba / a leste pelo córrego do engenho e trecho do costão rochoso que dá acesso à vila.

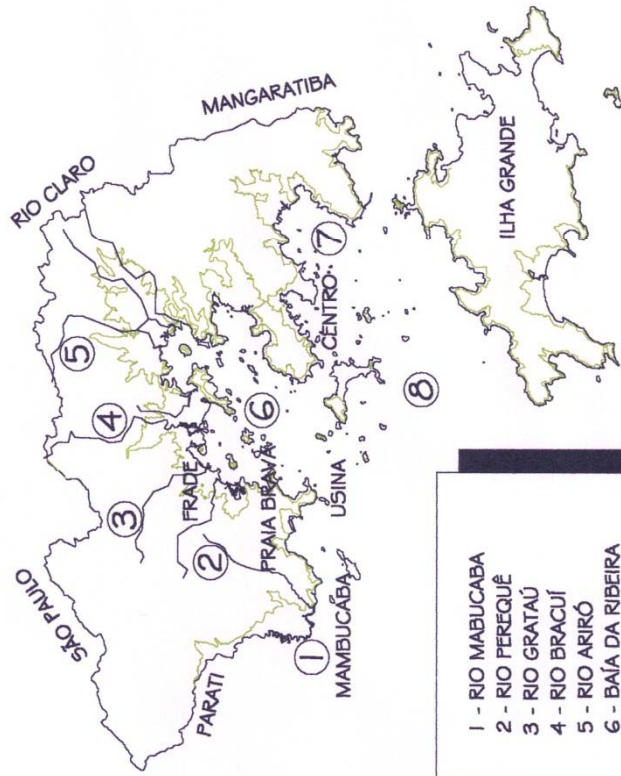
Divisão territorial: faz parte do 4º distrito de Angra dos Reis - Mambucaba, a V.H.M. faz divisa com o município de Paraty. Aspectos ambientais: A serra do mar recoberta pela mata atlântica, estende-se até o litoral formando praias e ilhas. a faixa habitada está concentrada entre a serra escarpada e o mar. Dos recortes da serra do mar surgem vales que terminam junto ao mar por planícies aluviais ou flúvio-marinhas ocupadas por terrenos alagadiços e manguesais, formando ricos ecossistemas nos estuários dos rios, em geral, volumosos como o rio Mambucaba e ricos em densa matéria orgânica oriundos da serra.

A serra do mar recoberta pela mata atlântica, estende-se até o litoral formando praias e ilhas. A faixa habitada está concentrada entre a serra escarpada e o mar.

A acentuada variação entre aclives e declives são características da topografia montanhosa da região, que além de marcar um tipo de ocupação espacial, ajudou a limitar a expansão populacional a algumas faixas, em geral, abaixo da cota 60 m. A exceção dá-se nas áreas de maior densidade demográfica, como foi o caso do processo de ocupação dos morros do centro de Angra dos Reis e das construções irregulares nas reservas ambientais e na Vila Histórica de Mambucaba.

Figura 6: Mapa hidrografia e relevo, parques e reservas

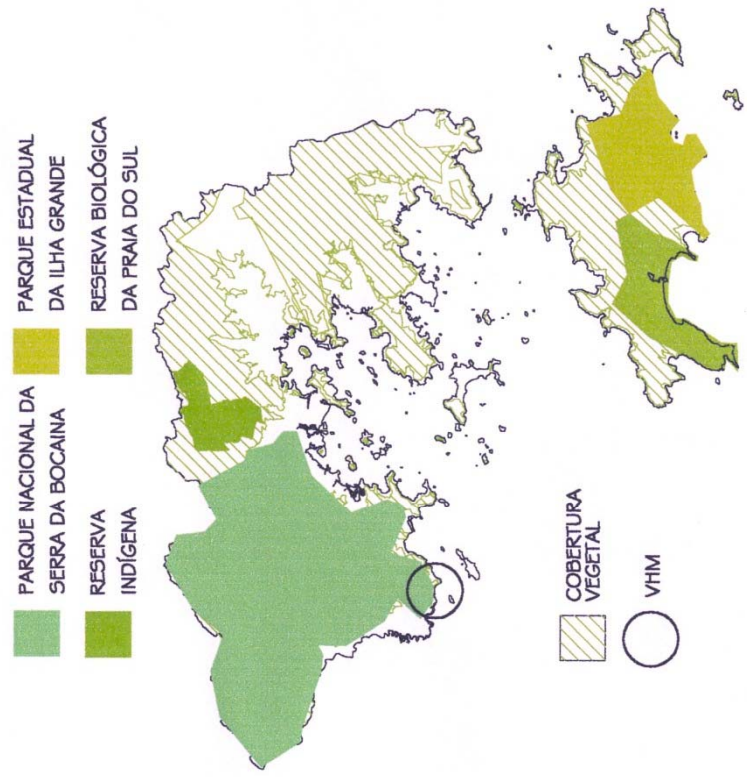
MAPA5: HIDROGRAFIA E RELEVO DE SERRAS E PLANALTOS



- 1 - RIO MABUCABA
- 2 - RIO PEREQUÊ
- 3 - RIO GRATAÚ
- 4 - RIO BRACUÍ
- 5 - RIO ARIRÓ
- 6 - BAÍA DA RIBEIRA
- 7 - BAÍA DE JACUECANGA
- 8 - BAÍA DA ILHA GRANDE

FONTE : PMAR | 1991

MAPA6: COBERTURA VEGETAL, PARQUES E RESERVAS AMBIENTAIS



A serra é a barreira que preservou o litoral do processo de urbanização intenso, sofrido pela região entre Rio e São Paulo. A natureza preservou-se principalmente pelo relevo que dificultava o acesso à região. Por todo o município de Angra dos Reis, as regiões de maior ocupação populacional concentraram-se na faixa litorânea, do flanco da BR-101 que fora mais vizado pela urbanização. A cobertura vegetal, formada por trechos da Mata Atlântica, ainda é predominante em grandes áreas de ecossistemas naturais, matas, florestas e bosques, incluindo-se as reservas ambientais, manguesais costeiros e o parque nacional da serra da bocaina, entorno com o qual a V.H.M. faz divisa. A principal ameaça a esses ecossistemas, está nas ocupações e incursões irregulares em áreas que deveriam ser preservadas: acarretando a improvisação deficiente de infraestrutura, produção de lixo e contaminação das fontes d'água, além das queimadas e desmatamentos para construção de loteamentos.

Figura 7: Mapa aspectos geográficos da V.H.M

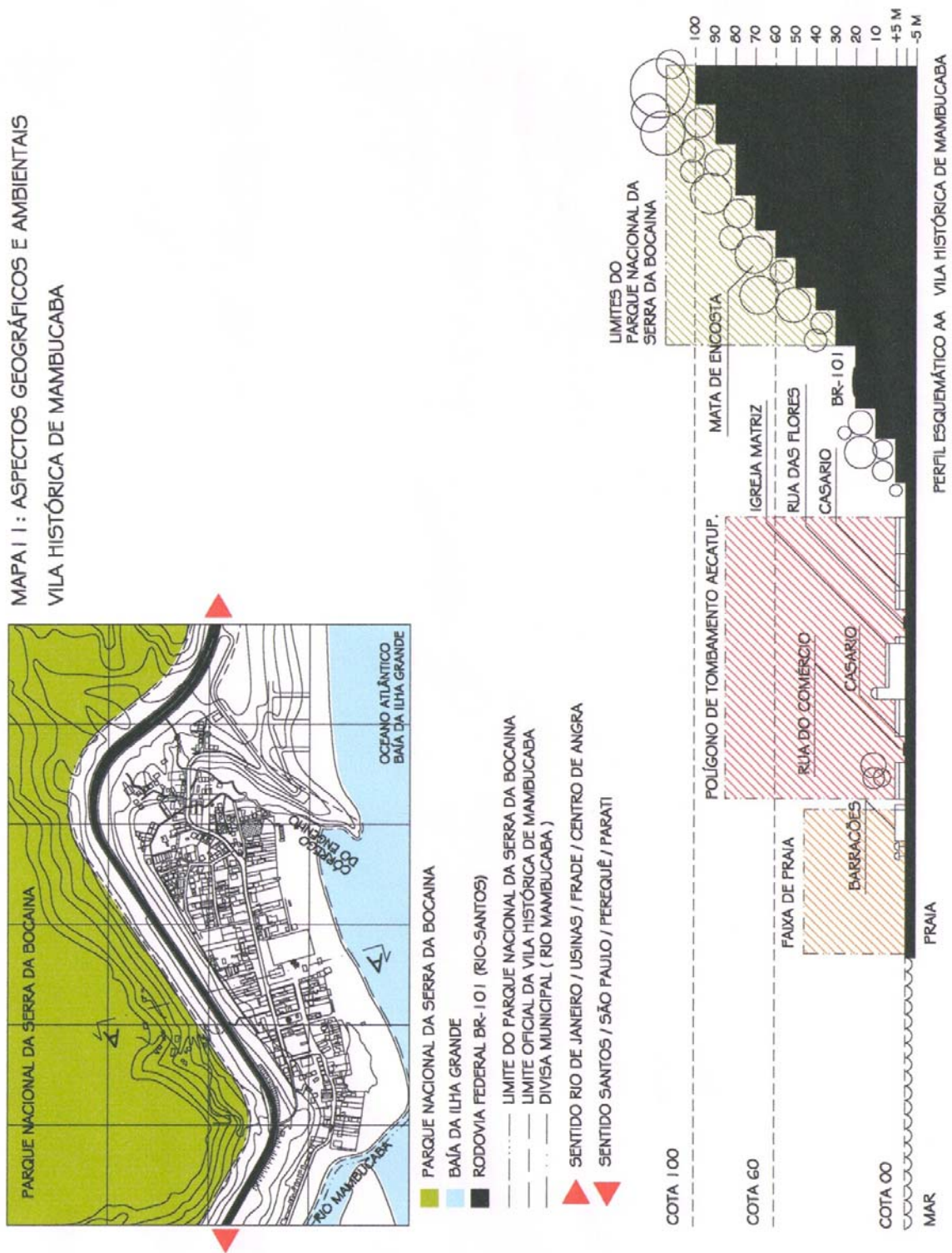


Figura 8: Mapa base cartográfica e cadastral

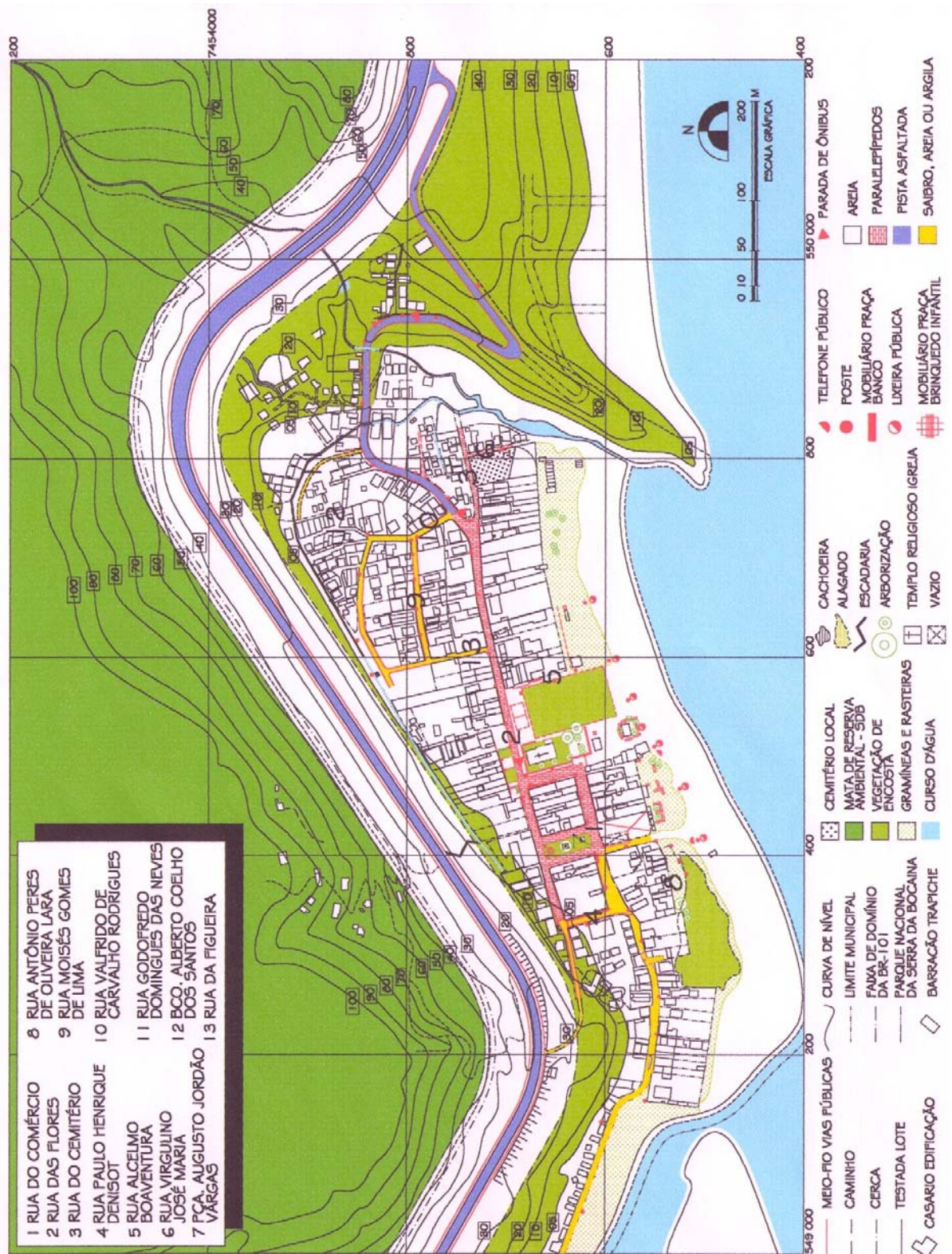
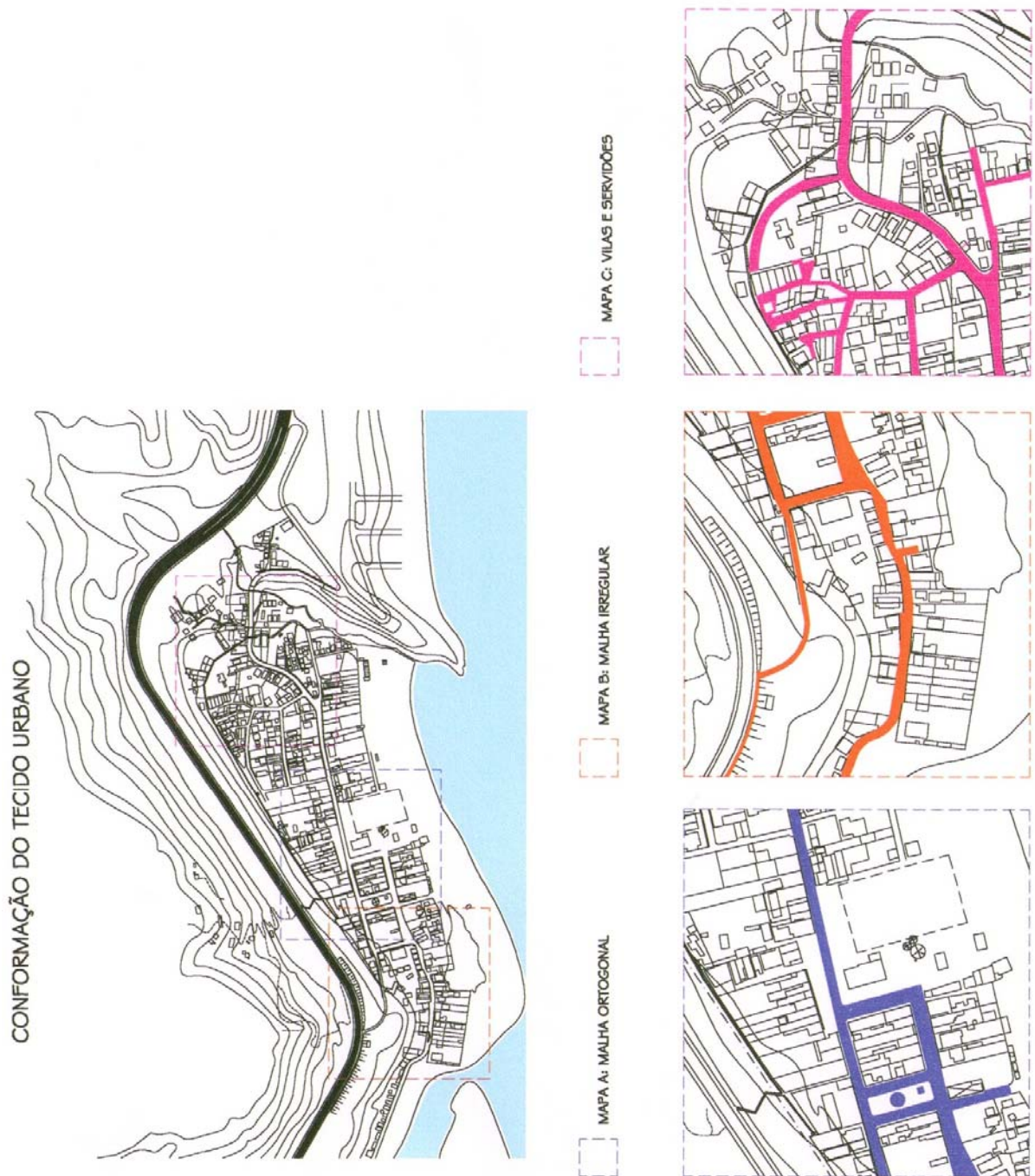


Figura 9: Mapa de caracterização da morfologia urbana



Quanto a forma da malha urbana, podemos evidenciar dois tipos:

Malha ortogonal: à maneira do traçado colonial tipo grelha: correspondendo ao trecho pavimentado, remanescente desse traçado original nas únicas duas vias principais, Rua das Flores e Rua do Comércio.

A Malha orgânica: é o tipo de traçado irregular característico dos trechos de expansão que vem sendo consolidado e dotado de infra-estrutura nas última década. Corresponde, na maioria das vezes, aos trechos ocupados à revelia, quase sempre sem pavimentação, alguns instalados em áreas irregulares e sem urbanização adequada. A via foi sendo definida pelos limitadores da topografia, linhas d'água e conformadas pelas construções vizinhas, a maioria sem delimitação planejada de lote, ou à maneira de vilas e pequenas avenidas. O controle e a ordenção urbanística das novas ocupações, da qual levantamos questões em nosso trabalho, são um dos principais desafios ambientais na preservação da vila histórica de Mabucaba

Malha ortogonal remanescente do traçado original tipo grelha: boa parte pavimentada com paralelepípedos e com lotes ocupados pelo casario remanescente ao conjunto tombado pelo patrimônio histórico, principalmente no adro da Igreja Matriz N. Sra. do Rosário.

Malha orgânica irregular: Na área de expansão oeste, cujo traçado vem sendo consolidado pelas ocupações irregulares, boa parte sem pavimentação ou infraestrutura.

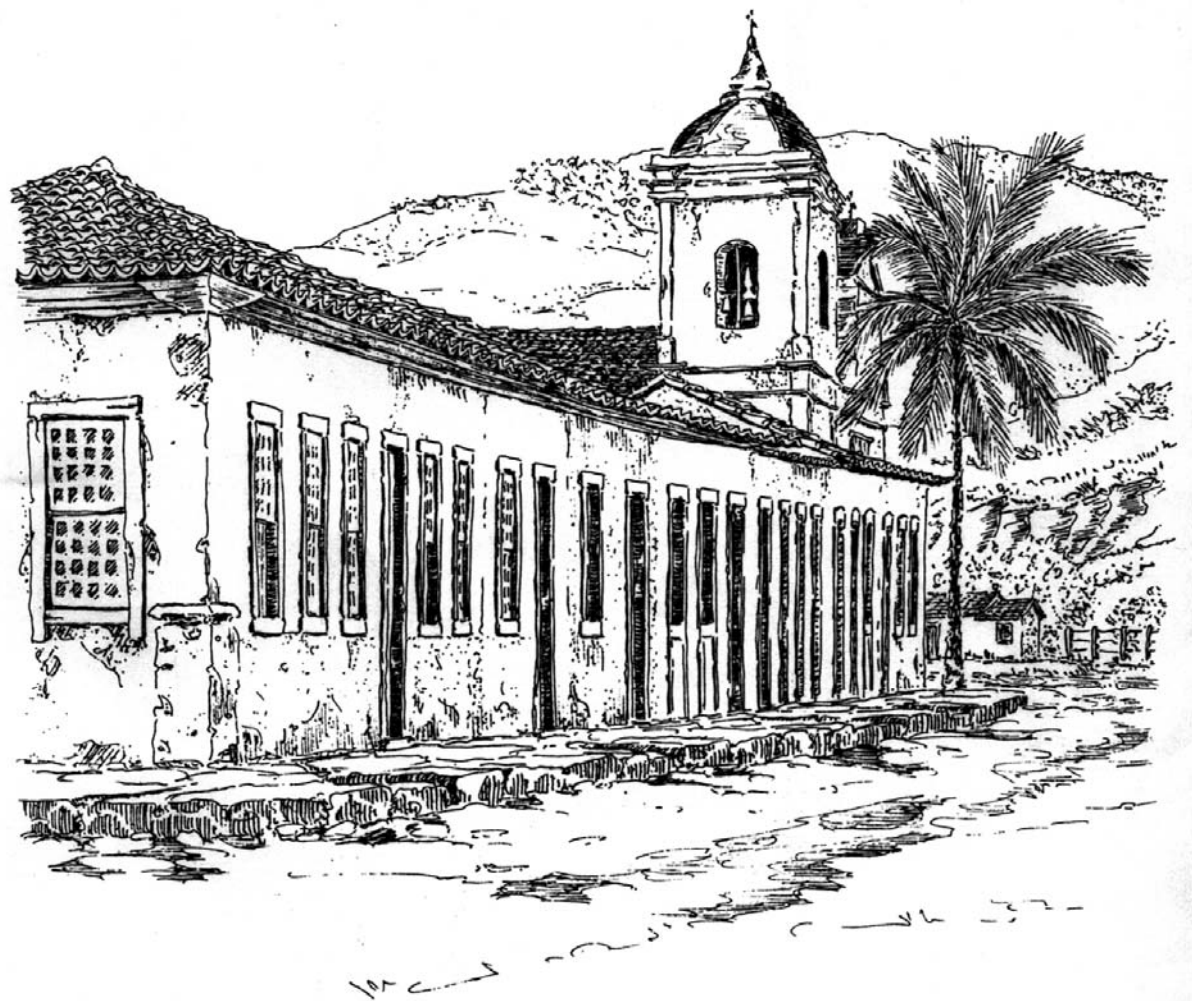
Vilas e servidões: Na área de expansão leste, trechos de traçado orgânico também consolidado pelas ocupações irregulares, alguns trechos sem pavimentação

Figura 10: Mapa estruturas do ambiente construído



Seleção de iconografias sobre Mambucaba de Tom Maia (1974/1976). Série de desenhos em bico de pena sobre papel in MAIA, Tom e CAMARGO, Tereza Regina; Do Rio A Santos. São Paulo: Companhia Editora Nacional – USP, 1976.

Figura 11: Mambucaba - Rua do Comércio e Igreja do Rosário. Arte em bico de pena sobre papel. Tom Maia, 1976



Mambucaba - Rua do Comércio e torre do Rosário

T. Maia 76

Figura 12: Mambucaba - vista do conjunto. Arte em bico de pena sobre papel. Tom Maia, 1976

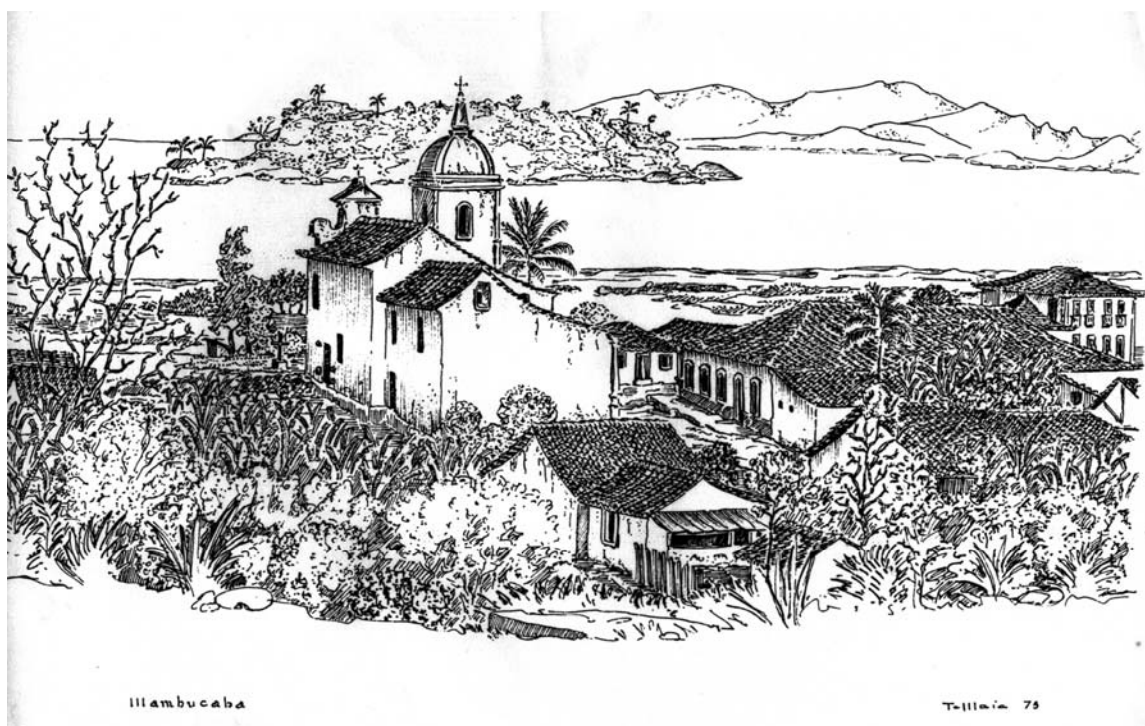


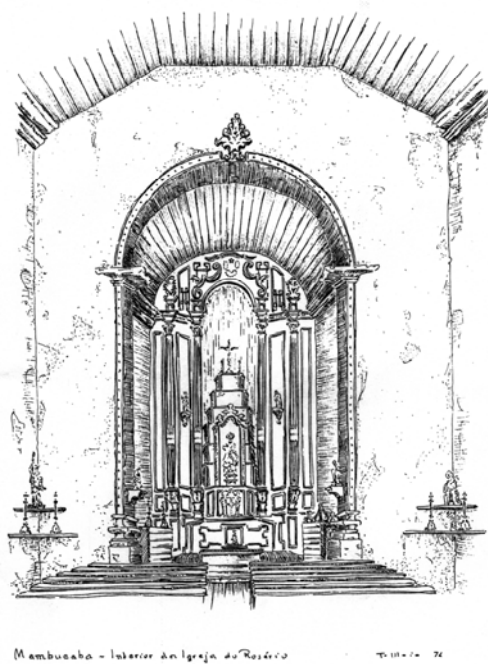
Figura 13: Mambucaba - sobrado. Arte em bico de pena sobre papel. Tom Maia, 1976



Figura 14: Igreja de Nsa. Sra. do Rosário. Arte em bico de pena sobre papel. Tom Maia, 1976



Figura 15: interior da Igreja de Nsa. Sra. do Rosário. Arte em bico de pena sobre papel. Tom Maia, 1976



PARTE I

CAPÍTULO I

1 MAMBUCABA E SUA HISTÓRIA

1.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS¹

“A História é... um processo de seleção que se realiza atendendo-se à relevância histórica... Assim como o historiador seleciona do oceano infinito dos dados os que têm importância para seu propósito, assim também extrai da multiplicidade das seqüências de causa e efeito as historicamente significativas, e elas somente; e o padrão pelo qual se rege a relevância histórica é sua capacidade de fazer com que se encaixem no seu quadro racional de explicação e interpretação...”

(CARR, 1976 p.141-142 *apud* CARDOSO, 1989 p.45-46)

Os poucos trabalhos existentes sobre a história de Mambucaba, assim como de toda região sul fluminense, adotam uma abordagem tradicionalista da história: fatos isolados, percebidos como “únicos”, são estudados em uma ordenação temporal meramente descritiva; a articulação da história local com a história geral é relegada ao segundo plano. Mesmo os trabalhos recentes ² ignoram o legado dos historiadores *marxistas* ³ (CARDOSO, 1989, p.134-135) e da escola dos *Annales* ⁴ (CARDOSO, 1989, p.42-44), produzindo análises em dissonância com a conceituação contemporânea do que seja história, isto é, uma ciência em construção baseada no conhecimento da variedade de atividades e criações humanas, percebidas no seu próprio tempo e contexto social.

¹ Ver Anexo 14: **Linha do tempo da Vila Histórica de Mambucaba**. Período histórico de 1532 a 1998 - (p.225)

² PMAR. Secretaria de Planejamento, **Diagnóstico da Vila Histórica de Mambucaba**. Angra dos Reis, RJ.1991/1992.

³ Em especial o *materialismo dialético* e o *materialismo histórico*. Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion dos S.; **Uma Introdução à História**, São Paulo. Brasiliense, 1989. (p.134-135)

⁴ Trata-se do movimento intelectual francês promovido pelos historiadores da chamada *Escola dos Annales*, fundadores da revista **Annales D'Histoire Économique Et Sociale**, criada em 1929 por Marc Bloch e Luciene Fèbvre. Este movimento reforçou-se nos anos de 1970 em torno do grupo *História Nova*: Roger Chartier, Jacques Le Goff, Jacques Rancière, Jacques Revel e Alain Burguière, assim como Fernad Braudel, George Duvy, Emmanuel Lê Roy Ladurie, entre outros. Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion dos S.; **Uma Introdução À História**, São Paulo. Brasiliense, 1989. (pp.42-44)

Os marcos teóricos para o entendimento da história como uma ciência em construção, estão na interseção das concepções percebidas na abordagem da História do grupo dos Annales com a abordagem dos historiadores marxistas. Portanto faz necessário conhecê-los minimamente, por isso elaboramos este breve resumo.

Na abordagem *marxista* de história: em especial o legado do materialismo dialético e do materialismo histórico de Marx e Engels, desde suas origens a meados do século XIX, vemos no primeiro, a designação do *marxismo* visto como concepção global do mundo, tratando de unificar e sintetizar dois elementos antes separados, o materialismo filosófico e as ciências naturais, mediante uma visão da realidade que parte do problema do movimento, do desenvolvimento, ou mais exatamente do *auto-dinamismo do desenvolvimento mediante contradições dialéticas*: o universo é visto como sistema global composto de sub-sistemas ligados uns aos outros e que se afetam reciprocamente; as contradições, presentes em cada subsistema do mundo, provocam, através do choque dos contrários, o movimento, o desenvolvimento: no universo, os fenômenos e objetos surgem, se desenvolvem e desaparecem; a realidade está em perpétua e universal transformação, mas cada elemento qualitativamente novo que surge em função da resolução de uma contradição retém algumas das qualidades dos elementos contraditórios que entraram em luta e assim o geraram. O segundo legado, o materialismo histórico, constitui a aplicação do *materialismo dialético* à explicação da organização e da mudança das sociedades humanas. Suas bases e os principais pontos, são: (1) o princípio materialista da primazia do ser social em relação à consciência social. Segundo Marx: “*Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o ser social é que determina a sua consciência*”; (2) o princípio do *historicismo*: uma visão ou enfoque da sociedade radicalmente histórico, no sentido de vê-la como totalidade em constante processo de desenvolvimento mediante *contradições dialéticas*

- processo que gera estruturas do social que são específicas, regidas por leis igualmente específicas (modos de produção, formações econômico-sociais). Assim, o marxismo ao mesmo tempo reconhece que, na história humana, os participantes têm consciência, e considera que, apesar disto, o curso da história obedece a leis e tendências objetivas cognoscíveis. (CARDOSO, p.134-135). Já o legado do movimento mais influente na construção do sentido da *história como ciência*, principalmente entre 1929 e 1969, foi o *grupo dos Annales* ou grupo *História Nova*. Durante estas quatro décadas, mesmo sendo os membros de tal grupo bastante heterogêneos, é possível perceber entre eles certas concepções fundamentais comuns, desenvolvidas em debate com os historiadores mais tradicionais (ou seja, marcados pelas concepções *positivistas* e *historicistas*, de fato predominantes até meados do século XX). Na abordagem do grupo dos *Annales*, acreditamos que as concepções principais sejam as seguintes: (1) a passagem da *história-narração* para a *história problema*, implicando o uso de hipóteses explícitas; (2) a crença no caráter científico da história, mesmo tratando-se de uma ciência em construção; (3) o contato e debate permanentes com outras ciências sociais, incluindo a importação de problemáticas, métodos e técnicas de tais ciências para uso dos historiadores (inclusive grande número de técnicas de quantificação); (4) a ampliação dos horizontes da ciência histórica, que tem a pretensão de abarcar numa síntese estrutural global todos os aspectos da vida social: *civilização material*, *poder* e *mentalidades coletivas*; (5) a insistência nos aspectos sociais, coletivos e repetitivos de preferência aos biográficos, individuais e “episódios”: daí a certa ênfase na História demográfica, econômica e social; (6) a utilização de todos os tipos de documentos disponíveis - vestígios arqueológicos, tradição oral - *narrativas*, restos de sistemas agrários ainda visíveis na paisagem contemporânea etc. - e certa fixação em fontes *escritas*; (7) a construção de *temporalidades múltiplas* em lugar de limitar-se o historiador ao tempo simples e linear

característico da historiografia tradicional; (8) o reconhecimento da ligação indissolúvel e necessária entre *presente e passado* no conhecimento histórico, contra qualquer concepção que negue as responsabilidades sociais do historiador.

Segundo a análise de Ciro F. Cardoso - e de cujas idéias compartilhamos - ao compararmos a concepção da História do grupo dos *Annales* com a *marxista*, aparecem numerosos pontos em comum - inclusive porque ambas as correntes não se desenvolvem sem contatos e relações: (1) o reconhecimento da necessidade de uma síntese global que explique ao mesmo tempo as articulações entre os níveis que fazem da sociedade humana uma totalidade estruturada, e as especificidades no desenvolvimento de cada nível; 2) a convicção de que a consciência que os homens de determinada época têm da sociedade em que vivem não coincide com a realidade social de tal época; (3) o respeito pelas especificidades históricas de cada época e sociedade (por exemplo, as leis econômicas só têm validade desnecessária para o sistema econômico em função do qual forem descobertas); (4) os *Annales* atribuem uma grande importância explicativa à base econômica, aproximando-se em certos casos à noção marxista da determinação em última instância; (5) a aceitação da inexistência de fronteiras estritas entre as ciências sociais, embora o marxismo seja muito mais radical quanto à sua unidade; (6) a vinculação da pesquisa histórica com as preocupações e responsabilidades do presente.

A poderosa confluência - não desprovida de atritos - entre as duas correntes de idéias, a *marxista* e a dos *Annales*, constitui a base que faz da história, no último século, uma ciência em construção e deste rio caudaloso, bebem os historiadores contemporâneos.

Portanto, na *abordagem contemporânea* o passado é pensado e percebido através dos olhos do presente, dos seus próprios problemas, como propõe o

historiador inglês Edward H.Carr: “*o passado é inteligível para nós, à luz do presente. Só podemos compreender completamente o presente, à luz do passado*” (SIMONSEN, 1977). O *porquê* passa a ser essencial. Pode-se ler ou mesmo escrever sobre os acontecimentos do passado, sem querer saber por que eles aconteceram ou de que maneira são recontados. A explicação que leva à compreensão, reclama algo mais: a análise dos mecanismos de construção e determinação da realidade – a identificação do *porquê*. Tendo em vistas estas considerações, a pesquisa histórica que elaboramos, a seguir, não é mero amontoado de informações, mas peças de conhecimento histórico úteis na identificação dos mecanismos de transformação em curso na Vila Histórica de Mambucaba e no mapeamento dos imaginários urbanos coletivos e seu rebatimento no e espaço, sobre os quais, nos debruçaremos nesta dissertação. Estamos cômnicos da importância do conhecimento histórico para uma compreensão efetiva do nosso objeto de estudo neste capítulo – o processo de transformação em curso na Vila.

1.2 MAMBUCABA DO INÍCIO DO POVOADO ATÉ OS DIAS ATUAIS

Em 1532, englobando toda região sul fluminense e oeste paulista, é fundada a capitania de São Vicente, iniciando-se assim a ocupação dessas regiões. Para o governo português e para os súditos, a colônia brasileira era simples lugar de passagem; aqui chegavam para enriquecer e voltar para Portugal. Dessa forma a ocupação era essencialmente litorânea, até porque, receosa de uma invasão estrangeira, a coroa portuguesa “criava todo tipo de dificuldades às entradas terra adentro, temendo de que com isso se despovoasse a marinha” (HOLANDA, 1971). É nesse contexto que ao longo do litoral começavam a surgir vilas e povoados, como é o caso de Paraty, Mangaratiba e Angra dos Reis.

Segundo Hans Staden em sua “Duas Viagens pelo Brasil” (STADEN, 1974), por volta de 1535 nasce o povoado de Mambucaba. O povoado – informa o viajante – foi incendiado, em 1554, pelos índios tupiniquins e meses mais tarde o cacique *Cunhãambebe* ergueu no local o seu aldeamento. Parece-nos, contudo, que o autor confunde as localidades, já que o aldeamento de *Cunhãambebe* localizava-se em uma pequena ilha (hoje chamada *Cunhãambebe*) pertencente ao distrito de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira (hoje igualmente distrito de *Cunhãambebe*) no município de Angra dos Reis (PINTO, 1894), e não em Mambucaba. Com relação ao incêndio, exatamente no ano indicado pelo autor, 1554, os índios tupiniquins incendiaram um povoado do distrito de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira, precisamente o povoado de Ribeirinha (MESI, 1990).

Na verdade, as informações sobre o surgimento e a existência de Mambucaba nos dois primeiros séculos da descoberta do Brasil, além de raríssimas, são contraditórias e pouco confiáveis. Informações precisas e confiáveis só aparecem no apagar das luzes do século XVII, com as descobertas de ouro nas *Geraes*.

O século XVIII inaugura o chamado período “ciclo do ouro”⁵. Com a descoberta de ouro nas *Geraes* uma vertiginosa corrida dar-se-á em direção as regiões de tais descobertas de minas (Geraes, Goiás e Mato Grosso) provocando uma grande migração interna e a vinda de inúmeros imigrantes. A atividade mineradora foi febril e a produção aurífera inigualável: a população brasileira decuplicou em um século, passando de 300 mil habitantes em 1700 para cerca de 3 milhões em 1800; entre 1700 e 1770 a produção aurífera brasileira foi praticamente igual a toda produção do resto da América, verificada entre 1493 e

⁵ A visão histórica dos Ciclos tem sido merecidamente criticada. Esta visão dificulta uma visão global da história enquanto processo. Nas obras produzidas sob essa perspectiva, o estudo da mineração fica circunscrito a um único período – o século XVIII – e a uma única região – Minas Gerais (seguida por Goiás e Mato Grosso).

1850 e alcançou 50 % do que o resto do mundo produziu nos séculos XVI, XVII E XVIII (SIMONSEN, *op. cit.*).

O ouro era fácil e abundantemente encontrado nos depósitos de aluvião, isto é, ouro depositado por ocasião do arrastamento dos detritos minerais pelas águas. o processo de extração é simples: “sendo o ouro um metal mais denso do que o ferro e vários outros em cuja companhia facilmente surge na natureza, com a força das águas dá-se a sua separação formando cascalhos que, rolados pelas águas, formam as areias mineralizadas já que as partículas mais leves (menos densas) são transportadas pelas águas” (SIMONSEN, *op. cit.*). O domínio técnico exigido ao minerador era ínfimo, possibilitando a qualquer um a aventura do “*el dorado*”.

“No princípio, os faiscadores extraíam a areia mineralizada dos rios e córregos e a transportavam para um lugar seco onde o ouro era apurado a mão. Recorreram depois a um prato de estanho onde a areia mineralizada e um pouco d’água eram postas e através de movimentos circulares o ouro separava-se dos demais minerais. O prato de estanho foi sendo substituído por um prato grande de madeira (gamela). Finalmente apareceram as batêas (bateias) que provavelmente foram introduzidas pelos africanos e aperfeiçoadas pelos brasileiros que as faziam maiores e menos fundas, usando sobretudo o jacarandá” (ESCHEWEGE, 1944).

É no contexto de “corrida ao ouro das *Geraes*” que Mambucaba entra no cenário sócio-econômico do Brasil Colônia.

Para todos aqueles que se aventuravam na busca do ouro, o Rio de Janeiro era a porta de entrada e saída: somente existiam dois caminhos – antigas trilhas dos índios guaianases – para as *Geraes* e ambos saíam do Rio de Janeiro. O primeiro saía de Paraty “seguindo para a serra do mar até Taubaté depois seguindo pela Mantiqueira até chegar a Ribeirão do Carmo”. O segundo, depois de ampliado em 1738, passou a chamar-se

“caminho novo das *Geraes*”, começava no Rio de Janeiro “bifurcava-se pela serra do Pouso Frio e pelo rio Santana juntando-se novamente na altura da atual cidade de Paraíba do Sul, dali seguia o rio Paraíba e adentrava pela zona mineira” (PINTO, op. cit.). Desta forma, portanto, os portos de Paraty e Rio de Janeiro ocupavam posição de destaque e eram fortemente protegidos, pois através deles eram escoadas as riquezas das *Geraes* para Portugal, que fazia o possível para que os estrangeiros não tivessem acesso a elas.

Ao longo da costa, entretanto, aproveitando as pequenas enseadas, navios ingleses e franceses, estes principalmente, estabelecem pontos de contrabando nos quais desembarcavam suas mercadorias em troca de ouro. Havia também a pilhagem feita aos navios portugueses por piratas sob o patrocínio da Inglaterra.

O problema dos corsários foi parcialmente solucionado, em 1710, com a proibição das travessias isoladas: os navios ao completarem a carga seguiam para o porto do Rio de Janeiro (porto de concentração) e dali, seguiam juntos e protegidos por uma nau de guerra para o reino. Já o problema dos pontos de contrabando perduraria durante todo o século, pois nestes as mercadorias eram infinitamente mais baratas do que nos pontos oficiais e os mineiros não necessitavam pagar o quinto exigido pela coroa – ou seja, as condições impostas pela coroa incentivavam os mineiros a negociarem com os contrabandistas.

Bem próximo ao porto de Paraty, um porto de contrabando, talvez o mais importante, foi estabelecido: Mambucaba. Contando com uma estrada para as *Geraes* (estrada do Facão)⁶ e uma ilha defronte a sua praia (Ilha do Algodão) – o que dificultava estrategicamente a visualização dos navios de contrabando, aportados pelas naus portuguesas que percorriam a costa – Mambucaba rapidamente cresce.

⁶ A **estrada do Facão** partia de Mambucaba e terminava em Taubaté-SP, onde se encontrava com a estrada de Paraty.

Tamanha foi a importância de Mambucaba para o contrabando que, já em 1714, a coroa envia à Mambucaba uma companhia de infantaria e ordenança com a incumbência de ali estabelecer um porto real. A iniciativa lograra êxito.

Como entreposto oficial, Mambucaba passou a abrigar uma parcela daqueles que mais enriqueceram com a “corrida do ouro”: os comerciantes. Os mineiros que se aventuravam pelo interior dependiam exclusivamente dos comerciantes para obterem os víveres necessários à sobrevivência. explorando essa total dependência, os comerciantes usurpavam ao limite, os garimpeiros: “uma vaca leiteira custava duas libras de ouro quando habitualmente não custava mais de três oitavas (...); desse modo os negociantes de tais artigos lucravam mais que os mineiros” (ESCHEWEGE, op. cit.).

Dessa forma, o povoado de Mambucaba, pertencente à paróquia da Vila dos Reis Magos da Ilha Grande (atual Angra dos Reis), desenvolveu-se rapidamente em torno de sua atividade portuária e comercial. Como era comum a todos os povoados de alguma riqueza, em 1755 inicia-se a construção da primeira Capela de Mambucaba que viria depois a denominar-se Capela de Nossa Senhora do Rosário. Nesses idos a construção de uma Igreja era extremamente dispendiosa e demorada, pois exigia mão-de-obra especializada (pedreiros, carpinteiros, etc.) e materiais de elevados preços e difícil transporte (pedras, ferros, etc.).

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis, por exemplo, levou mais de um século (de 1626 a 1750) sendo construída em todo esse tempo, porque “a comunidade angrense não dispunha de recursos para construí-la com rapidez” (MENDES, 1987). Analogamente, pode-se dizer que o povoado de Mambucaba dispunha de consideráveis haveres, já que sua Capela fora construída em apenas quinze anos, sendo inaugurada em 1770.

Quando da inauguração da primeira Capela de Mambucaba, a atividade mineradora, apesar de todo esforço da coroa para mantê-la ativa (ESCHEWEGE, op. cit.), chegara ao seu estertor: o ano de 1770 assinala o fim do “Ciclo do Ouro”. Entretanto, ao contrário do que ocorrera com muitos povoados, mineiros sobretudo, Mambucaba mantém-se economicamente ativa; seu porto continuou sendo responsável pelo abastecimento e escoamento de algumas regiões de São Paulo e Minas Gerais – principalmente pelo abastecimento, feito de maneira ilegal, de escravos. Também porque em Mambucaba, haviam se estabelecido, dois engenhos de açúcar, três casas de farinha e quatro alambiques produtores de afamada aguardente (ou *canjebrinha* como costumava-se chamar) – vale lembrar que cachaça, em Angola, “tinha grande aceitação para pagamento de escravos” (ANTONIL, 1955).

Um fato em especial demonstra inequivocamente que Mambucaba não deixou de crescer com o declínio da atividade mineradora, a saber: em 1802, através de edital diocesano, a Capela de Nossa Senhora do Rosário torna-se matriz, elevando Mambucaba a categoria de Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. Na prática, contudo, somente em 1809 o edital será efetivado – quando em cumprimento à ordem de D. João VI, designa-se um pároco definitivo e fixo para a localidade.

O século XIX registrará o pináculo e a decadência econômica de muitos povoados do litoral fluminense, dentre os quais Angra, Paraty e Mambucaba.

Em 1806, a França Napoleônica apresentava-se vitoriosa no continente europeu. A Inglaterra, no entanto, guardada pela sua esquadra, continuava a desafiar Napoleão e a dominar os mares. Numa tentativa de arruinar o comércio inglês, o governo napoleônico estabeleceu no final do ano de 1806 que as diversas nações da Europa Continental deveriam fechar as suas portas à “desprezível nação dos mercadores”. O

bloqueio continental colocou Portugal numa situação bastante difícil em virtude da sua dependência econômica em relação à Inglaterra. O decreto do bloqueio “colocava o governo português diante de uma dura opção: se obedecesse a Napoleão, Portugal dificilmente poderia manter relações com seus territórios ultramarinhos, dado o fato de que essas relações seriam cortadas em represália pela marinha inglesa que dominava os mares; mas, se mantivesse relações com os ingleses, o pequeno reino seria invadido pela França” (COSTA, 1975). D. João opta por transferir para o Brasil a corte e a administração do reino, seguindo a sugestão do embaixador inglês Lord Strangford.

Depois de uma fuga atribulada frente à invasão francesa, a corte e parte da administração portuguesa sob a proteção da esquadra britânica, chegava ao Brasil. D. João chegando ao Brasil decretou várias medidas inspiradas pelo liberalismo pró-inglês do Visconde de Cairu. Das medidas, uma em especial influenciou a história fluminense: a revogação da legislação que vedava aos estrangeiros sua presença na colônia. Centenas de imigrantes, franceses principalmente, virão a se estabelecer no litoral sul fluminense. Uma outra medida, já não mais uma medida formal, foi o incentivo dado por D. João VI ao plantio do café.

No final do século XVIII, o café, introduzido como espécie exótica, começara a ser cultivado com reais resultados: “a reação da terra era favorável: em 1779, exportava o Rio para Lisboa, 57 arrobas (855 kg); em 1797, passou a exportar 8.302 arrobas (124,5 toneladas)” (HOLANDA, 1972). Mas é a partir do incentivo de D. João VI que o cultivo do café realmente se intensificara.

O Rio de Janeiro, onde residia a família real, foi o ponto irradiador da agricultura cafeeira, pouco a pouco a cafeicultura expandiu-se por todo o litoral fluminense:

“(...) Nos meados do século XIX, pode-se dizer que, exceto das regiões das lezírias campistas, todo o restante território fluminense produzia café, mesmo nas zonas menos climáticas e economicamente propícias á cultura. De Angra a Cabo Frio, passando por Itaguaí, Iguaçú, Mangaratiba, Mambucaba, Estrela, Camacu, Macaé, Rio Bonito, Saquarema, Capivari, Itaboraí (...) – por toda a vasta planície da baixada, pequenas e grandes culturas cafeeiras apareciam cobrindo as encostas e murraria dos domínios” (HOLANDA, 1972)⁷

A título de exemplo da rapidez com que o café se expandiu pelo estado do Rio de Janeiro, basta lembrar que “em 1841/42, a produção cafeeira da província atingia 5.557.088 arrobas (83.356 toneladas) (FAUSTO, 1975) – 800 vezes mais que há 50 anos. Por volta de 1840, a expansão cafeeira alcança o sul de Minas Gerais, e segue em direção ao oeste paulista.

Já em 1827, Mambucaba contava com a cultura cafeeira: “os Gomes, o sargento-mor José Luis, futuro Barão de Mambucaba, e seus irmãos Francisco e Luis, colhiam de 6 a 4.000 arrobas e possuíam 170 escravos (FAUSTO, *op. cit.*). Não obstante, em Mambucaba, assim como em todo litoral sul fluminense, o café sempre foi uma cultura complementar; “a cultura dominante era, na quase totalidade das fazendas, a cultura da cana-de-açúcar” é na zona fluminense do vale do Paraíba do Sul que, a partir de 1830, o café realmente prosperara, tornando essa região o epicentro da economia nacional até 1880, quando cede a primazia à cafeicultura paulista (GORENDER, 1981).

A cafeicultura fora a responsável pelo grande desenvolvimento vivido pelos povoados litorâneos (Angra, Paraty, Mambucaba; Mangaratiba, Ariró; Jurumirim; Paracuí.). No entanto, esse desenvolvimento registrou-se não em virtude do plantio nessas localidades, mas sim por suas atividades portuárias e comerciais. Os portos do litoral eram

⁷ Ver *tb.*: TAUNAY, Affonso de. **Pequena História do Café (1727-1927)**. Ed. do Departamento Nacional do Café, 1945.

responsáveis pelo escoamento do café do interior fluminense, sul mineiro e oeste paulista, assim como pelo abastecimento geral dessas regiões (ao contrário dos engenhos de cana que eram praticamente auto-suficientes, as fazendas de café necessitavam comprar quase tudo). O porto de Mambucaba mais especificamente, “embarcava todos os produtos de Campos Novos de Cunha e outros termos da povoação de São Paulo” (MAIA; CAMARGO, 1976). Havia em Mambucaba o mais importante armazém de sal de todo sul fluminense: o produto, vindo de Cabo Frio, ali era armazenado para abastecer São Paulo.

A sociedade brasileira desse momento se alicerçava no trabalho escravo trazido da África e cuja portentosa participação na criação da riqueza aumentava sem cessar à medida que a cafeicultura se expandia. O escravo foi então uma mercadoria fundamental para a agricultura. Porém, em 1831, cedendo às pressões da Inglaterra, ávida por mercados consumidores, é baixada lei a 7 de novembro proibindo o tráfico de escravos. A vigilância do governo contra o contrabando, no entanto, foi diminuta e, na prática, essa não passou de uma lei “*para inglês ver*”.

Mambucaba foi então um dos portos de desembarque ilegal de escravos: "Denúncia assinada pelo escrivão de Mambucaba, em 26 de setembro de 1834, afirmava ser “a estrada desse registro, o foco de contrabandistas de africanos, declarando ainda que isso não é moderno, já vem de longe ... (MAIA, *op. cit.*). Esta foi por certo uma atividade comercial extremamente rentável. Alguns anos mais tarde, Mambucaba teria sua importância aumentada ao nela se estabelecer um registro oficial de exportação:

“Pela lei nº 24, de 15 de abril de 1835, foi autorizada a organização de um sistema de barreiras, providência completada, na presidência de Soares de Souza, com uma rede de coletorias localizadas ao longo do litoral, por onde escoava a produção regional e da província de Minas. Aliás, a fiscalização precisava ser ativada porque muito do café fluminense era exportado como proveniente de São Paulo e

Minas. foram, por isso, criados registros em Paraty, Mambucaba, Ariró, Pedras ...” (HOLANDA, op.cit., p.334) .

Nesse momento, Mambucaba encontrava-se no apogeu de sua economia e riqueza: na via principal, denominada Rua do Comércio, havia “boticas, lojas, armazéns, relojoeiros, marceneiros, ferreiros, ourives e barbeiros (que aplicavam sangrias e extraíam dentes). (VIVES, 1975, p.7)

Como o povoado muito cresceu, a Capela de Nossa Senhora do Rosário já não foi possível abrigar todos os fiéis. Assim, em 1834, iniciou-se a construção da segunda, e bem maior, Igreja, seguindo o estilo da arquitetura litorânea do café – o neoclássico – (como também se fez com as casas, armazéns e sobrados).

Dissemos anteriormente que, com a chegada de D. João VI, centenas de imigrantes, franceses mormente, se estabelecem no litoral fluminense. Em Mambucaba essa presença será intensamente sentida: nesse período, idos de 1830, lá se concentravam numerosas famílias francesas, dentre as quais a de Inácio During⁸ (inventor de uma máquina de beneficiar café) (VIVES, op. cit., p.7). Tamanha era a presença francesa que em Mambucaba se estabelecem um vice-consulado francês⁹ e uma loja Maçônica. As atividades às quais os franceses dedicavam-se eram, em todo o Estado, extremamente variadas:

“Por um relatório elaborado pelo chanceler do consulado francês, Théodore-Maire Taunay, e datado de 1829, relatório que cobria a presença de seus compatriotas, verifica-se a influência deles, que se entregavam as mais variadas atividades: professores, artistas, dançarinos, militares, religiosos, médicos, farmacêuticos, livreiros, joalheiros, modistas ... Os professores de francês, como os médicos e

⁸ Nota: O invento de Ignácio During foi exposto na Feira Nacional em 1976, tendo o autor recebido a “Ordem da Rosa”. O invento, contudo foi copiado por outros que reivindicaram para si a patente – o que levou Ignácio During a suicidar-se tragicamente.

⁹ O vice-Consulado francês só esteve em Mambucaba a partir de 1836 e não em 1710, como pretende Honório Lima em seu livro **Ouro, Incenso e Mirra**, pois, como vimos, até 1809 era vedada a permanência de estrangeiros na colônia.

modistas, desfrutavam de grande prestígio” (HOLANDA, op.cit., p.330) .

A despeito da importância, do ponto de vista econômico e demográfico, dos franceses que vieram para o Brasil, e fundamentalmente para o Rio de Janeiro, eles influenciaram substancialmente a cultura nacional: floresce por todo o litoral, salões de dança, teatros, escolas de francês e latim etc. Na arquitetura das cidades litorâneas, dinamizadas pelo movimento do porto e do comércio, vimos difundir-se a inspiração do neoclassicismo francês como a “arquitetura litorânea do café”, é flagrante o influxo da cultura francesa (frontões e adros boleados, sobrados com sacadas, etc.).

Em Mambucaba é inaugurado, em 1832, o único teatro¹⁰ da região – teatro freqüentemente visitado por companhias da corte e onde, em 1835, João Caetano, depois de deixar o Teatro Constitucional Fluminense (hoje conhecido como teatro João Caetano), se apresentou e foi ovacionado pela numerosa platéia e pelo imperador (VIVES, op.cit., p.7).

“Importantíssimo empório comercial, Mambucaba aplaudia em seu teatro a companhia de João Caetano” (MAIA, op. cit., p.24).

O desenvolvimento de Mambucaba chegou ao ponto de, em 1853, lá ser instalada uma agência de correios e um telégrafo Morse – apenas um ano após o início de sua utilização no Brasil. Esse desenvolvimento foi igualmente acompanhado por um grande crescimento demográfico: em 1850 a população de Mambucaba rondava a casa dos 3.000 habitantes (entre livres e escravos). O crescimento populacional foi o corolário do aumento e diversificação das atividades locais.

¹⁰ O edifício do teatro de Mambucaba, que ficava a beira mar, desapareceu frente às constantes enchentes e investidas do mar contra o litoral.

Segundo Benedito Jordão de Souza (SOUZA, 1949 *apud* TEIXEIRA, 1992, p.15), entretanto, o crescimento demográfico ocorrido em Mambucaba a partir de 1830, deveu-se ao fato de alguns habitantes do sertão mambucabense encontrarem-se “nas antigas estradas reais próximas à Mambucaba grandes pedras de ouro, de até quilo e meio, que foram perdidas ao caírem do lombo dos burros durante as travessias no tempo do ouro”. Destarte, segundo o autor, a “corrida do ouro perdido” levou centenas de pessoas para Mambucaba e sua população crescera rapidamente. Ora, o ouro aluvional, como vimos anteriormente, era encontrado em pequenas partículas. Aquela exclusiva versão, remete-nos ao imaginário de desejo imanente de enriquecimento e o mito da fartura de um “*Eldorado*”, “donde pedras de quilo e meio” poderiam ser achadas ou mesmo perdidas e podem perpetuar-se na flexão de narrativas contadas de geração em geração.

Entretanto, a partir de meados do século XIX, a economia mambucabense entrará em declínio. Em 1850, não mais podendo resistir às pressões inglesas, o tráfico internacional de escravos é abolido pelo governo brasileiro (lei Eusébio de Queiroz). Nesse momento os traficantes passam a ser violentamente reprimidos e são baixados decretos regulamentando punições aos fazendeiros que adquirirem escravos contrabandeados. Em 1854 as medidas são ratificadas pela lei Nabuco de Araújo e o contrabando de escravos começa a diminuir substancialmente. Mambucaba – como sabemos um ponto ilegal de desembarque de escravos – perde nesse momento uma de suas principais fontes de riquezas e o acesso à mão-de-obra escrava para as suas lavouras. Mas dias piores ainda estavam por vir.

Em 1864, é inaugurada a estrada de ferro D. Pedro II e a desintegração das economias litorâneas passam a ser uma questão de diminuto tempo: o café, mercadoria que movimentava os portos do litoral, passou a ser escoado pelos portos do Rio de Janeiro e

Santos, já que a nova estrada de ferro partia do Rio de Janeiro, penetrava pelo Vale do Paraíba (principal região produtora) e desembocava em Santos.

“Como conseqüência imediata decaem os portos do litoral, como Angra dos Reis, Mambucaba, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, que perdem o café do Vale do Paraíba para as praças do Rio de Janeiro e Santos” (MAIA, op. cit., p.24)

A decadência de Mambucaba foi acelerada: seu porto foi desativado, seu teatro fechou, suas lojas e armazéns transformaram-se em simples residências, grande parte de sua população migrou, enfim, um importante ponto comercial e portuário desintegrou-se. O mesmo ocorrera com a quase totalidade dos povoados litorâneos:

“Mangaratiba em tempos não muito remotos foi um centro comercial de grande importância (...) a via férrea pelo interior da província levou-lhe todos os elementos de prosperidade”. (PINTO, op. cit., apud TEIXEIRA, 1992, p.17)

“Depois que a estrada de ferro Dom Pedro II atravessou a Serra do Mar, o município de Angra dos Reis, como todos os do litoral desta província, foi em proporção decrescente até chegar ao estado de decadência em que se acha”. (LIMA, 1974 apud TEIXEIRA, 1992, p.17)

“... antes do estabelecimento da via férrea era este município (Paraty) muito próspero ... hoje é demasiado o número de habitações para a atual população”.(CASADEI 1971, apud TEIXEIRA, 1992, p.17)

Em Mambucaba, contudo, a decadência foi mais aguda. Pelo decreto estadual nº 574 de 1892, Mambucaba torna-se 4º distrito do município de Angra dos Reis e, já em 1896, é considerada a “mais pobre *parochia* do município” (LIMA, op. cit.). Nesse momento a população de Mambucaba havia decaído para cerca de 1.000 habitantes em todo o distrito – cuja área, pode-se dizer, era maior do que a do povoamento original de Mambucaba (incorporando-se muitas antigas fazendas do interior).

Na virada do século XIX para o XX, o antigo e importante povoado de Mambucaba, assim como todo o município de Angra dos Reis, encontrava-se praticamente isolado, pois seu acesso só era possível por difíceis caminhos pelas matas ou por mar – nesse momento não mais havia porto em Mambucaba ¹¹ dificultando ainda mais o seu acesso. Os habitantes do povoado viviam da agricultura de subsistência, da pesca, do fabrico de cachaça, farinha de mandioca e do extrativismo da banana. A farinha, a cachaça e as bananas eram vendidas para moradores do centro de Angra e seu transporte era realizado através de *canoas de voga* ¹². A comunicação do município de Angra com o resto do estado e do país dava-se por meio dessas embarcações:

“A ligação entre Angra e Mangaratiba era feita em canoas de voga que, cortando o litoral, iam de Angra a Itacurussá. A mala postal também por elas viajava. apenas uma ou duas vezes por semana havia correspondência entre Angra e o resto do mundo” (SOUZA, 1986).

Essa situação de Angra dos Reis perduraria até 1908, quando é fundada a Empresa de Navegação Sul Fluminense com uma linha de lanchas ligando Angra e Mangaratiba ao Rio de Janeiro – então capital nacional – de dois em dois dias.

¹¹ Por volta de 1870, em virtude de uma violenta enchente, o rio Mambucaba mudou de curso e destruiu o antigo porto.

¹² Embarcação impelida por remos e por uma pequena vela de pendão. Segundo informaram alguns habitantes, essas embarcações carregavam até 300 quilos, além dos seis remadores, e a travessia até Angra, na ausência de ventos, podia durar até dois dias.

CAPÍTULO II

2 A GÊNESE DA TRANSFORMAÇÃO

2.1 O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTISMO NO MUNICÍPIO DE ANGRA

2.1.1 Conexões para a industrialização: porto, ferrovia e a CSN (1941)

A partir de 1930, Angra tem sua economia reaquecida substancialmente com a conclusão do ramal ferroviário ligando-a ao interior de Minas (Estrada de Ferro Oeste de Minas), pois passa a ser responsável pelo escoamento da produção agrícola de algumas regiões de Minas Gerais – o que culmina inclusive na construção de um novo e moderno porto em 1932.

Na década de 1940, a economia angrense ganha um grande impulso com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): o porto de Angra passa a escoar também uma fração da produção da CSN¹. As atividades do porto se voltam também para o escoamento de produtos e cargas, bem como de outra siderúrgicas da região como a Companhia Siderúrgica Barbará, além de manter as demandas anteriormente absorvidas. (ALVES FILHO, p.40)

O distrito de Mambucaba não acompanha esse desenvolvimento e mantém-se isolado – nem mesmo uma linha sequer da empresa de navegação passa no local. sua população a cada década diminui: entre as décadas de 1920 e 1940 houve um decréscimo populacional de 34%² (de 1.063 para 701 habitantes respectivamente). Em 1950,

¹ A Estrada de Ferro Oeste de Minas passa por Volta Redonda (RJ) onde está instalada a CSN.

² Segundo Alípio Mendes em **O Velho Convento**, a população decrescera entre 1930 e 1940 em virtude da epidemia de tifo que devastou Angra dos Reis. Realmente a epidemia de tifo foi devastadora gerando grande número de óbitos e um intenso êxodo, chegando a ser necessário a vinda de um pelotão da antiga força Pública do Estado, sediada em Niterói. Porém, a

Mambucaba, o distrito, está completamente estagnado. Grandes transformações, contudo, estavam a caminho ...

2.1.2 A instalação do parque industrial naval Verolme (1960)

Desde a instalação no município de Angra dos Reis, do complexo industrial naval de “Verolme”, no fim da década de 1950 e início da década de 1960, uma moderna indústria de construção naval ligada à produção de aço da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda que tal iniciativa, cogita-se a adesão ao “Plano de Metas” do Governo de J.K., e, não obstante, ao próprio processo conhecido como *desenvolvimentismo* (FERREIRA, 1989, p._). No município de Angra, além da Verolme que fazia parte do grupo holandês *Rijn Schelde Verolme Machinefabriek* em Scheepswerven, na mesma década, foram instaladas no território, outras indústrias de grande porte e terminais petrolíferos, a “Petrobrás” e “Furnas”, tecnologicamente avançadas, ligadas ao desenvolvimento de outras regiões, e inseridas no processo de crescimento e expansão do capitalismo no país. Essas indústrias cujas produções foram voltadas para outras regiões, trouxeram pouca ou nenhuma arrecadação ao município, nem mesmo, por receberem em suas fileiras, mão-de-obra operariada e pessoal temporário de outras regiões. Apesar do ônus social, ambiental e de infra-estrutura que impactou todo o município, não houve políticas de retorno em investimentos em infra-estrutura ao município de Angra dos Reis. (FERREIRA, op. cit.)

epidemia esteve circunscrita basicamente ao 1º distrito (centro), já que a causa foi a contaminação do reservatório de água da cidade. O distrito de Mambucaba tinha fontes próprias de abastecimento e lá não se registrou um doente sequer.

Ver: **Arquivos da Higiene**. Ministério da Educação e Saúde, Departamento Nacional de Saúde. Ano XVII, Nº02, junho de 1947 por Dr. Werneck Genofre.

No início da década de 1960, o 4º distrito de Angra dos Reis, Mambucaba, ainda encontrava-se praticamente isolado: seu acesso era possível somente através de acidentados caminhos pela mata da Serra da Bocaina ou por mar.

Para a diminuta população do distrito, que não chegava a 600 habitantes, a pesca e a agricultura eram as principais atividades. A pesca constituía-se em atividade essencial para a alimentação familiar e raramente era comercializada. Já a agricultura, excluindo a de subsistência, estava voltada para a produção de três mercadorias: cana-de-açúcar, para o fabrico de aguardente, mandioca e banana que eram comercializadas no centro de Angra dos Reis – o transporte era feito em canoas de voga.

O antigo povoado de Mambucaba continuava sendo o centro do distrito, pois havia no local a única Igreja do distrito³, “um cartório improvisado na casa do tabelião e um pequeno armazém onde a população do distrito comprava das mais variadas coisas e vendia as sobras do que plantavam para as suas necessidades”⁴.

No ano de 1966, o isolamento começa a ser rompido. Neste ano é concluída a construção da Estrada Angra dos Reis-Paraty (RJ-129) iniciada em 1953 pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Rio de Janeiro. Também nesse ano a Companhia Serviço de Navegação Sul-Fluminense inaugura a linha de lancha Mangaratiba - Angra - Paraty que atracaria de dois em dois dias na Ilha do Algodão, defronte ao povoado.

A comunicação do distrito com “o mundo”, no entanto, era extremamente precária. Logo após a conclusão da RJ-129 é criada uma linha de ônibus ligando Angra dos Reis a Paraty, contudo, esta somente funcionou pouco mais de um mês, pois os veículos quebravam constantemente já que atravessavam a vau diversos rios. O serviço de lanchas era igualmente precário:

“A lancha da linha Mangaratiba – Angra – Paraty, do serviço de navegação sul-fluminense, passa de dois em dois dias por Mambucaba, mas quando o mar está agitado não pode atracar. No último fim de semana, ali deixou 17 passageiros, com a promessa de apanhá-los no dia seguinte. Devido às falhas constantes no serviço, contudo, os passageiros, que eram turistas do Rio, tiveram que esperar três semanas”⁵.

Em 1969 essa situação de semi-isolamento passa a ter seus dias contados quando o Ministro da Indústria e Comércio, Pratini de Moraes, aprova o projeto de construção de uma nova rodovia ligando o trecho de Angra até as proximidades de Paraty, portanto, cortando o distrito de Mambucaba e passando ao lado do povoado. Acompanhando o projeto houve um estudo do impacto sócio-econômico no qual o povoado de Mambucaba é classificado como um “núcleo significativo da antiga civilização litorânea brasileira” e seus casarios como “exemplares de grande significação pela apurada modinatura de seus elementos de composição arquitetônica”⁶, propondo nesse sentido, medidas para “preservar” o povoado.

Destarte, a 11 de dezembro de 1969 o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN⁷), através de lei definida no processo nº 816-T-69⁸, tomba a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, os sobrados localizados na Rua do Comércio e um conjunto arquitetônico de 33 casarios, sendo que 6, já se encontravam em estado de arruinamento. Além disso, uma área de 02 km de raio, tendo como centro o adro da Igreja, é delimitada como “área de proteção”. Alguns meses mais tarde uma solicitação do IPHAN ao Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF), fez com que a área prevista para a criação do

³ Trata-se da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1834.

⁴ JORNAL DO BRASIL, 24/04/80.

⁵ O GLOBO, 26/12/68.

⁶ O FLUMINENSE, 22/04/75

⁷ O SPHAN foi criado por decreto lei em 1937, atualmente denomina-se IPHAN.

⁸ Ver Figura 16: mapa do núcleo histórico - polígono de tombamento rígido IPHAN, p.44.

Parque Nacional da Serra da Bocaina fosse estendida até os limites da Vila Histórica de Mambucaba, “atingindo a margem da BR-101 entre os Rios Periquito e Perequê”, e o costão montanhoso de mata nativa que emoldura a Vila⁹. “Destá forma também a flora circundante de Mambucaba será preservada, o que faz que toda a vila tenha o aspecto de uma gravura do início do século”¹⁰.

⁹ Ver Figura 17: fotos do núcleo histórico, p.45.

¹⁰ O FLUMINENSE, 22/04/75

Figura 16: Mapa do núcleo histórico - polígono de tombamento rígido IPHAN

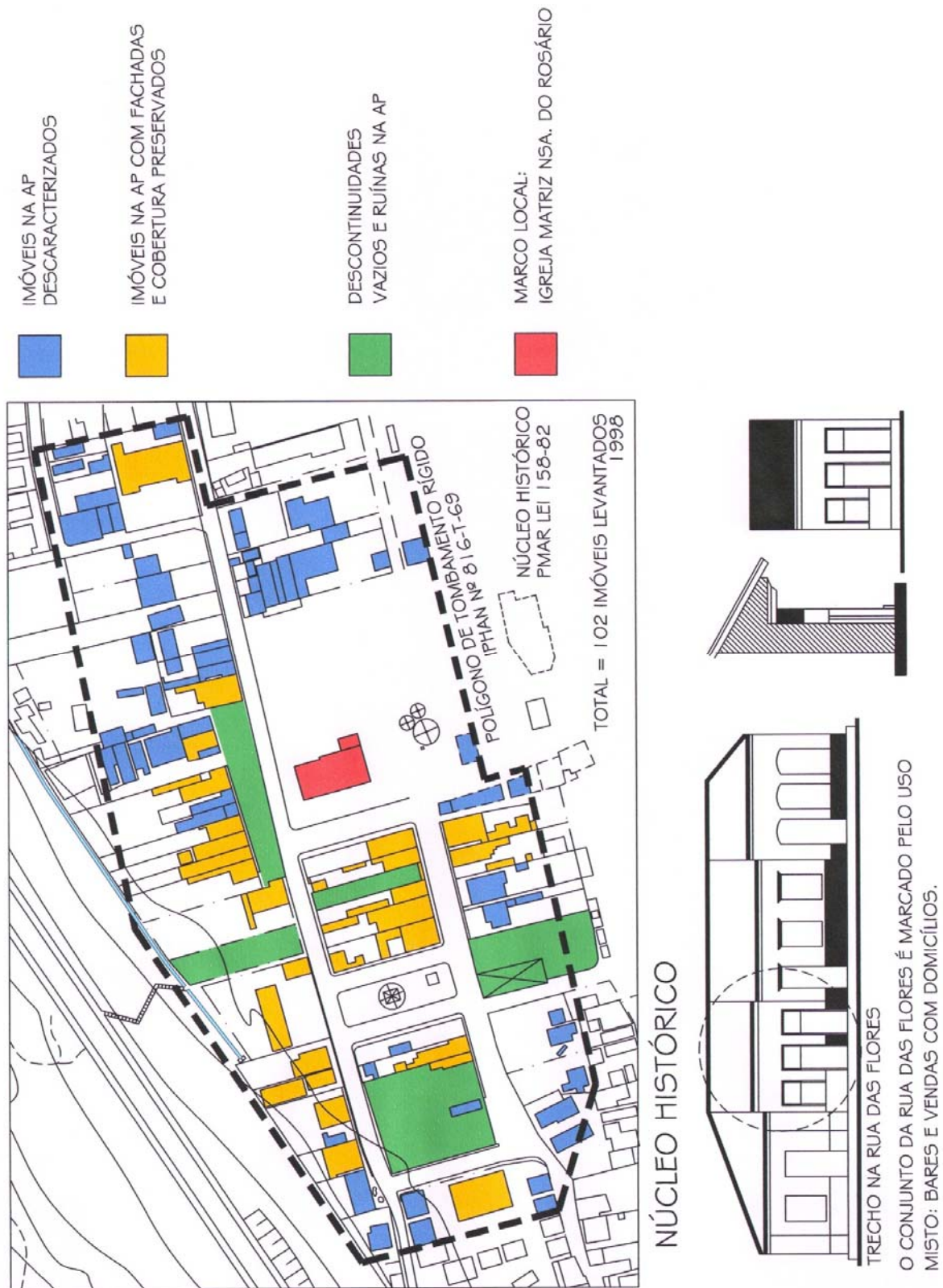


Figura 17: Fotos do núcleo histórico. (fonte: fotocópias do acervo da PMAR, 1992)



FOTO 1 : ANTERIOR A 1970

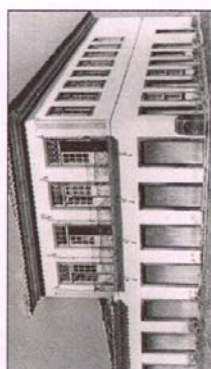


FOTO 2 : MEADOS DE 1970



FOTO 3 : MEADOS DE 1980

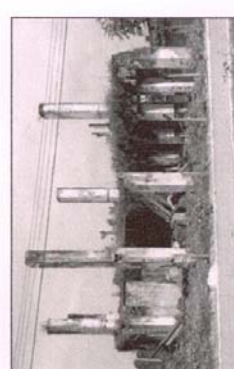


FOTO 4 : 1996 - RUÍNA COMPLETA

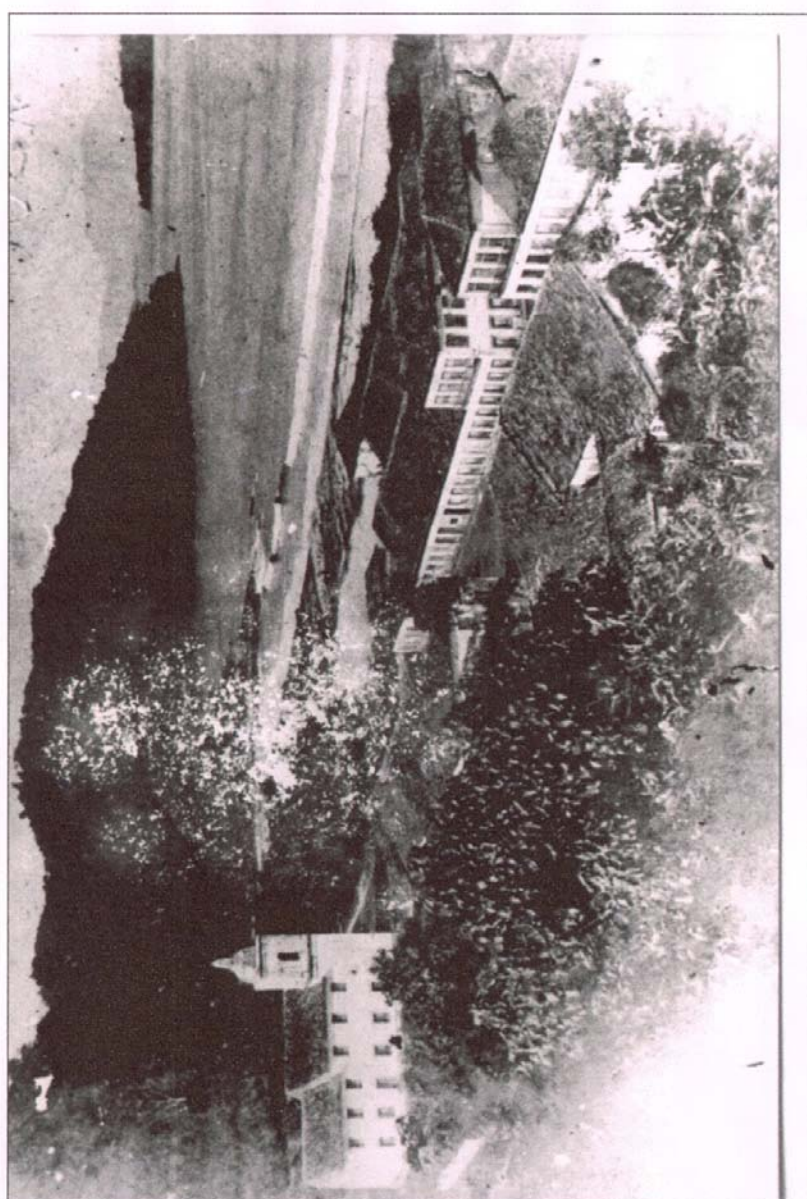


FOTO 1 : FOTO PANORÂMICA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

2.1.3 A construção da rodovia Rio-Santos (1970-72)

O projeto de construção da rodovia BR-101, inseria-se na política desenvolvimentista e de grandes obras - o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que vigora de 1966 a 1975. A política, iniciada de fato com o governo de 1964 e que propiciou, dentre outras ações, a criação da Embratur (em 1966) e a transformação estratégica da visão de “turismo” que passa a ser reconhecido como uma “indústria básica” prioritária para o desenvolvimento e o progresso: *“O governo federal colocou a construção da BR-101 como meta prioritária (desde o governo Castelo Branco), como uma “obra monumental”, que promoveria a indústria turística e ligaria os diversos distritos industriais. O resultado da BR-101 foi um profundo remanejamento e redistribuição da terra para o novo uso, o turismo”* (FERREIRA, *op. cit.*). A rodovia foi construída rapidamente e já em 1972 é inaugurado o trecho que corta Mambucaba e em 1974 toda a rodovia Rio-Santos. A inauguração da BR-101, como observamos em outra ocasião, é signo de grandes transformações:

“Com a inauguração da BR-101, uma grande transformação dar-se-á, não só na Vila Histórica de Mambucaba como também em toda região. O município de Angra dos Reis e adjacências, em virtude de sua beleza natural privilegiada e – agora com a BR-101 – facilmente acessível, passa a ser alvo do setor turístico e da especulação imobiliária” (TEIXEIRA, 1992, p.25)

Não obstante, “antes mesmo da construção da rodovia Rio-Santos já existia um sistema viário que interligava todas as cidades litorâneas” (a BR-116 e a RJ-155). Mesmo assim, o relatório de viabilidade de construção da rodovia sugere a construção de uma super-rodovia que facilitaria a entrada maciça de turistas do Rio e São Paulo (FERREIRA, *op. cit.*).

*“A rodovia Rio-Santos, além de seu caráter estratégico para a segurança nacional, é sem dúvida o fator dominante do processo para o desenvolvimento e a definitiva incorporação da orla marítima em causa da civilização maior da região à que pertence”*¹¹

*“(…) na paisagem de cinema, o turismo vai desenvolver o litoral. Velhas cidades vão sair do marasmo com a estrada que já vai surgir (….) Guardadas as devidas proporções, a Rio-Santos representará para os litorais Fluminense e Paulista o mesmo que a Transamazônica representa para a região por ela cortada, pois levará o progresso a uma região de vasto potencial econômico, mas que até hoje sofre grande descompasso em relação às zonas limítrofes, que são exatamente as áreas de grande desenvolvimento da Guanabara, do Vale do Paraíba e da Baixada Santista (….)”*¹²

Ao mesmo tempo, a rodovia viria a atender a diferentes objetivos na circulação de capitais, bens e serviços: servir ao parque siderúrgico e industrial de Santa Cruz (RJ); ligar o porto de Angra, os estaleiros Verolme; ligar o porto de Sepetiba (RJ) e o terminal petrolífero de São Sebastião, em São Paulo (SP). Destarte ao que vimos, “a decisão de construir a rodovia foi tomada fora de Angra, a rodovia foi construída dentro de Angra dos Reis, mas não para Angra dos Reis” (GUANZIROLLI, 1983, p.76-112).

Durante a construção, a descarga indiscriminada de terraplenos atingiu várias praias de forma irreversível, a Vila Histórica de Mambucaba, apesar de protegida por lei federal – na qualidade de monumento arquitetônico tombado pelo antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quase foi soterrada por cerca de 50 milhões de metros cúbicos de aterro que a estrada empurrou para o mar; atesta este fato o seguinte relato:

“A construção da Rio-Santos não se contentou apenas em alvejar a natureza com diferentes calibres, mas em deixar um rastro de destruição, ao longo do seu traçado, onde foram cometidos outros crimes, alguns previstos pelo código penal – como a mutilação

¹¹ DNER, Relatório de Viabilidade Econômica: Rodovia BR-101 **Trecho Rio-Santos**; Relatório Final. DNER: 1968.

¹² DNER, **Revista Rodovia**. Ed.DNER. RJ: 1972, 1973, 1975.

impiedosa do que restou do antigo arraial de Mambucaba, uma das mais típicas civilizações litorâneas do século 18”. (FERREIRA, op.cit.)

2.1.4 O projeto TURIS e a EMBRATUR (1970)

Logo após a construção da rodovia, entre 1970 e 1973, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) divulga o projeto TURIS¹³, indicando Angra dos Reis como local prioritário aos investimentos turísticos de grande porte (classificados como turismo classe A), além da ocupação da maior parte das praias por “complexos turísticos” especialmente condomínios fechados, hotéis de luxo e marinas (das 98 praias analisadas no relatório de viabilidade do projeto, 89 são classificadas como turismo de “classe A”, inclusive as praias do litoral do 4º distrito de Mambucaba.

Figura 18: Tabela de classificação das praias no projeto TURIS. Fonte: EMBRATUR/Projeto TURIS (1973)

| Qualidade “A” | Qualidade “B” | Qualidade “C” |
|---|---|---|
| pequena extensão | média extensão | grande extensão |
| ocupação pouco densa (25 m ² /banhista) | ocupação média (10 m ² /banhista) | ocupação densa (5m ² /banhista) |
| muito atraentes | atrativos médios | praias menos atraentes |
| turismo de alto nível | clientela diversificada | turismo econômico |

¹³ Ver Figura 18: tabela de classificação das praias no projeto TURIS (1973), p.48.

2.1.5 A construção das usinas nucleares (1972)

Também na década de 1970 o governo da ditadura militar brasileira resolve ingressar no campo da tecnologia nuclear, desenvolvendo para tanto um programa de energia nuclear com vistas a implantar uma usina nuclear no país. Segundo o discurso do governo, o estado do Rio de Janeiro necessitava de uma complementação termoelétrica e a Praia de Itaorna, município de Angra dos reis, atendia a todas as especificações para a instalação de uma central nuclear :

*“The siting of power plants entails a variety of conditioning factors connected with the characteristics of the generation and transmission system, such as: need for plenty of cooling water, heavy equipment transportation and erection facilities, as well as proximity to power supply consuming centers, to avoid constructing expensive transmission networks with a consequent increase in the cost of power output. Itaorna beach was selected for Angra nuclear project because it meets all of these requirements”*¹⁴

Desta forma inicia-se, em 1972, a construção das primeiras usinas nucleares brasileiras¹⁵ na Praia de Itaorna, município de Angra dos Reis, mais precisamente no distrito de Mambucaba, distando 06 quilômetros do povoado de Mambucaba:

¹⁴ A localização de Usinas Nucleares envolve uma série de condicionantes ligadas às características do sistema de geração e transmissão, tais como necessidade de água abundante para a refrigeração, como a proximidade dos centros de consumo de energia, que evita a construção de dispendiosos sistemas de linhas de transmissão e a consequente elevação do custo de energia produzida. A praia de Itaorna foi escolhida para a instalação da Central Nuclear de Angra, por atender a todas essas condições. (Ver: FURNAS. **Furnas And Nucler Energy**; Diretoria de Produção Termonuclear. RJ: 1980)

¹⁵ A Usina Angra I foi construída pela empresa Norte-Americana Westinghouse sob supervisão de FURNAS. Em 1976 resolve-se ampliar o projeto com mais duas usinas: Angra II e Angra III, através de um acordo com a República Federal Alemã e a empresa Kraffwerk Union.

2.1.6 Furnas, Petrobrás e o terminal petrolífero (1977)

No período subsequente - entre 1974 e 1977 - a Petrobrás instalava-se no território de Angra, construindo um grande terminal industrial petrolífero na baía da Ilha Grande - a TEBIG - destinado a receber grandes navios.

A Usina é também responsável pelo grande desenvolvimento do distrito na década. A empresa FURNAS Centrais Elétricas, responsável pela Usina, construiu dois grandes alojamentos para os técnicos especializados, a saber, vila residencial de Mambucaba ¹⁶, a 04 quilômetros do povoado, e vila residencial de Praia Brava, ao lado da Usina e a 02 quilômetros do povoado.

Nesses alojamentos, sobretudo os de Praia Brava, desenvolveu-se um centro comercial e de serviços onde há hospital, correio, supermercado, cinema etc., tirando do povoado de Mambucaba sua secular posição de centro do distrito. Da mesma maneira os loteamentos de parque Perequê e parque Mambucaba são implantados no 4º distrito nessa época. Além dos operários desses alojamentos, que constituíam até 400 famílias, muitos outros dirigiram-se para o distrito e alojaram-se por conta própria, em vários bairros que foram surgindo, gerando um crescimento vertiginoso da população do distrito: entre 1970 e 1980 a população do distrito cresceu cerca de 450% (de 887 para 3.873 habitantes), enquanto a população do município, como um todo, não cresceu mais de 70%, segundo o IBGE.

O acesso facilitado fez com que um grande contingente de campistas, veranistas e excursionistas ¹⁷ começassem a freqüentar o povoado. Quando o local foi

¹⁶ O nome Vila Residencial de Mambucaba, dado ao alojamento, deve-se ao fato do mesmo localizar-se à margem direita do Rio Mambucaba – como está na divisa, a vila residencial não pertence unicamente ao distrito de Mambucaba e nem unicamente ao Município de Paraty.

¹⁷ Entendemos por *veranistas* aqueles que têm casa no local e lá passam temporadas; por *campistas* aqueles que acampam no local e por *excursionistas* aqueles que chegam ao local em ônibus de excursão, fretados geralmente, nos fins de semana.

descoberto como área privilegiada para lazer, face as suas belezas naturais e espaços físicos disponíveis, uma enorme pressão passou a ser exercida sobre os moradores para a venda das edificações e terrenos que alguns compraram como reserva de valor - caracterizando a especulação imobiliária. Os preços elevaram-se induzindo muitos moradores a venderem seus imóveis e com isso uma parcela, cada vez maior, de habitantes tradicionais do povoado deixaram o local. Assim, os espaços foram se alterando: onde dantes havia barracões de pesca – utilizados para guardar canoas e redes – surge uma nova extensão de rua e com elas, paulatinamente, dezenas de casas de veraneio, onde dantes lavouras, surgem condomínios inteiros. Nesse processo de *desintegração* da população local, a construção da Usina desempenhou um relevante papel para o crescimento populacional, pois a possibilidade de trabalho nas obras civis de Angra I, que só foi concluída em 1982, foi um grande incentivo para o abandono das lavouras e venda das terras, já que o novo trabalho garantiriam as benesses da legislação trabalhista (serviço médico, aposentadoria, fundo de garantia, etc.) e, segundo alguns informantes, o trabalho era mais leve e o dinheiro certo”.

2.1.7 A indústria do turismo e as políticas de incentivo à ocupação (1980)

No povoado, no entanto, a população fixa não crescera mais de 60%, porém, o número de veranistas e campistas - por nós caracterizada como população flutuante - passaram a freqüentar a vila crescia assustadoramente: no início da década de 1980, nos feriados prolongados cerca de 1500 pessoas deslocavam-se para o local. A medida que o projeto TURIS era implantado, fechando praias para condomínios e hotéis, esse número

aumentava, pois a praia do povoado de Mambucaba continuava aberta àqueles de poucos recursos econômicos, conforme os três depoimentos registrados em 1992¹⁸:

I1.: “(...) eu acampava na Garatucaia ... era uma prainha muito boa, agora virou condomínio, condomínio fechado (...)“.

I2.: “(...) nós da classe média ou, vamos dizer, da classe pobre, estamos sendo isolados. Porque o que nós tínhamos na Prainha ou outras praias daqui, acabou. Chegam aqueles maiorais, chegam lá e compram tudo (...)“

I3.: “(...) agora não sei daqui para frente o que vai acontecer, de repente acaba aqui também ... aí, nós já não ia poder desfrutar. Nós não temos condições de pagar um hotel cinco estrelas na beira da praia (...)”¹⁹

O temor do último informante pode ser relativizado, afinal o povoado foi tombado como patrimônio histórico – o que representa, ao menos, um impedimento legal que a vila torne-se um condomínio fechado ou mesmo que um hotel de luxo, de grande porte, seja instalado no local. No entanto, se por um lado, o tombamento federal em 1969, “preserva legalmente” as edificações históricas, outra iniciativa federal - a do projeto TURIS - determinou, mesmo que indiretamente, a depredação das mesmas. Com a implantação de

¹⁸ Depoimentos de “campistas”: os informantes freqüentam a Vila desde 1980/1985 unicamente para o camping de temporada. (1992)

¹⁹ Os informantes são *campistas*. As entrevistas foram realizadas durante o feriado de carnaval de 1992.

loteamentos ²⁰ e condomínios privados – 80% dos loteamentos e condomínios planejados foram implantados na região de Angra dos Reis depois de 1972, sendo que menos de 25% destes loteamentos destinou-se à população do município, o restante, localizaram-se em praias e ilhas “particulares”. O que aconteceu, de modo geral, em todo município de Angra dos Reis foi que os pescadores nativos das ilhas e praias, os agricultores que tinham suas terras entre a BR-101 e o litoral, foram expulsos em direção aos morros do município: foi o caso dos lavradores do Bracuí, expulsos devido a implantação do condomínio de luxo “Marina Porto Bracuhy” e outros conflitos de terra com lavradores de fazendas próximas. Outro fato relacionado aos loteamentos é que, quando implantados, pouco trouxeram em troca de infraestrutura. Registraria-se, por volta dos anos 80, uma arrecadação municipal de apenas 8% da receita proveniente do IPTU municipal, tal situação só viria a ser prevista por lei, anos depois, com a elaboração do Plano Diretor e a Nova Política Tributária. Isto soma-se ao flagrante afastamento do projeto TURIS da realidade brasileira. Sabe-se, por exemplo, que a equipe de técnicos encarregados do projeto foi à França estudar as luxuosas marinas de *Côte d’Azur* e de *Côte d’Aquitaine*. O texto do projeto TURIS, EMBRATUR, 1973, sobre as marinas nas praias “classe A” nos diz que “a superfície aquática pode ser utilizada em grande escala para a navegação esportiva para os esportes náuticos e a pesca submarina. Estas possibilidades são preciosíssimas por serem muito raras no Brasil” (EMBRATUR, 1973a). No Brasil, como argumenta Regina Ferreira, “quem são os poucos que podem ter uma lancha?” (EMBRATUR, 1973b).

Depois de 1972, poucas praias ficaram abertas para o turismo popular.

A praia de Mambucaba, uma dessas, passou a ser intensamente freqüentada e, por não contar

²⁰ A oferta de lotes está ligada diretamente à valorização de terras de “engorda”, trata-se de uma operação de acumulação motivado pelo investimento, o que se traduz em especulação imobiliária. Em Angra, registrados no 2º distrito, alguns lotes particulares no município chegavam a mais de 10.000 m².

com uma infra-estrutura adequada, o patrimônio histórico do povoado foi sendo depredado, o meio ambiente degradado pouco a pouco e os investimentos não chegaram, já que quem freqüentava a vila nunca foram os mais ricos. Após a construção da BR-101, o que se propôs para o município em nível federal e estadual foi o desenvolvimento do turismo. Não se investiu em outra atividade - as administrações municipais apenas favoreceriam tais práticas.

Em 1978, a Empresa Fluminense de Turismo da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo (FLUMITUR) elabora em conjunto com Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o programa intitulado “Programa de Cidades Históricas: Recuperação de Mambucaba” que pretendia ser um programa de reestruturação urbana (RODRIGUES, 1986, p.64)²¹. O trabalho contou com um levantamento iconográfico (fotográfico) e um diagnóstico que embasaram um zoneamento de uso e ocupação do solo - produto preliminar que culminaria, mesmo assim, no primeiro anteprojeto de legislação para Mambucaba. Tentando acabar com o problema da depredação, a FLUMITUR, em 1981, elabora um projeto definitivo de restauração e preservação²² da vila:

“A FLUMITUR prevê a implantação de infra-estrutura turística e segurança para o patrimônio da vila que está incluída dentro do

²¹ Por Reestruturação Urbana, entende-se “um programa de integração física de comunidades urbanas ao conjunto dos sistemas de serviços da cidade”. O trabalho com a “reestruturação urbana”, como um objeto de ações físicas e interações políticas entre agentes e atores, aplicadas ao espaço urbano. O projeto de “reestruturação urbana” tem caráter imediato, para implantação a médio e curto prazo. Tem por objetivo a correção de disfunções urbanas do espaço físico no cotidiano da vida coletiva nos centros de bairro e ainda promover sua revitalização com base nas atividades aglutinadoras (formais ou informais) de comércios e serviços, integrando-as com circulação, lazer e habitação. (Ver: RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Desenho Urbano: Cabeça, Campo e Prancheta**. São Paulo, Projeto, 1986, p.64)

²² O conceito de Preservação Urbana adotado pelo ICOMOS: “entendendo-se a preservação urbana como um processo diversificado que pode interagir ou não com um projeto de revitalização urbana”. Preservação urbana não é unicamente o interesse por manter edifícios e estruturas físicas de valor histórico e cultural, tem assumido outros contornos como atesta este trecho da “Carta de Petrópolis” do ICOMOS: no processo de preservação urbana, o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade constitui-se na ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultural e natural. A realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio. A proteção legal através de diferentes tipos de instrumentos, tais como: tombamento, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos, declaração de interesse cultural e desapropriação. Na diversificação dos instrumentos de proteção, considera-se essencial a predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria”. (Ver: **Carta de Petrópolis**. 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos. Cartas Patrimoniais. IPHAN, 1987).

programa de cidades históricas do SPHAN/Pró-Memória como prioridade número um do estado do Rio de Janeiro”²³.

O produto inspirou, anos mais tarde, a lei municipal de uso do solo de Mambucaba nº158 de 1982, aprovada pela Câmara de Vereadores em 24/04/1982, que ainda é a legislação vigente para a Vila Histórica de Mambucaba - esta foi, até então, a iniciativa mais efetiva para orientar a intervenção urbana em Mambucaba.

O programa de “Cidades Históricas” da FLUMITUR não levou em conta, em nenhum momento o componente social e suas expectativas – os estudos preliminares de paisagismo e infra-estrutura contaram com propostas de design urbano para a reconstituição do arruamento e pavimentação, propostas para o sistema viário, baias para estacionamentos, projeto paisagístico para área de recreação e camping, apesar do discurso de “atenuar os efeitos do crescimento desordenado”, no bojo da concepção urbanística, as medidas para facilitar o afluxo turístico, em moldes bastante similares aos do projeto TURIS. O programa, contudo nunca saiu do papel e a depredação continua.

Com esses três acontecimentos principais da década de 70 – a abertura da BR-101, a implantação do projeto TURIS e a construção das Usinas Nucleares – Mambucaba rapidamente se *transforma*, prenunciando o que viria nas próximas décadas.

²³ O FLUMINENSE, 27/03/1981

2.2 A NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA (1988)

Na década de 1980, os principais acontecimentos na esfera política e administrativa, neste período de transições democráticas, dentre eles, destacamos a *nova constituição brasileira*, promulgada em 05 de outubro de 1988. A Constituição, em seu artigo 182, obrigaria a todos os municípios com mais de 20.000 habitantes a elaborarem um Plano Diretor, e este, instituir-se-ia em um instrumento básico da política urbana dos municípios. A mesma Constituição, bem como a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município, definiriam que o Plano Diretor deveria ser concebido e elaborado, prevendo a efetiva *participação* da sociedade: “*Qualquer projeto, obra e serviço a ser instalado hoje no município, mesmo a nível federal, tem que ser aprovado pelo poder público municipal (artigo 232 – constituição estadual)*”. Outrossim, também o artigo 216 – parágrafo I da Constituição Federal, determinaria ainda que “*o poder público com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registro, vigilância, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação*”. Desta forma, a Prefeitura de Angra dos Reis, através da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento, encampando o planejamento municipal como prioridade e o plano diretor como um instrumento efetivamente participativo, formula políticas no sentido de um amplo debate com a participação de toda a sociedade, seguida da promoção de seminários, reuniões com as associações de moradores de Angra, com os sindicatos, e com as entidades de classe - as associações dos comerciantes, dos construtores, de pescadores etc - e demais entidades representativas, onde foram discutidas as diretrizes para o município, a necessidade de zoneamentos, procedimentos para o parcelamento do solo etc. Os discursos e as iniciativas apontavam para as intenções de implementar uma gestão “democrática” da cidade. O

resultado dessas reuniões culminaria com um documento-proposta para o Plano Diretor do município de Angra. Em 12 de dezembro de 1991, a Câmara Municipal de Angra dos Reis aprova o plano sob a lei nº162/L.O. - estava dado o primeiro passo para os desdobramentos que viriam a formar os Conselhos municipais.

2.2.1 O Plano Diretor e o Conselho Municipal de Urbanismo (1990/1991)

O Plano Diretor abriria diversos espaços de participação inovadores para a época; um dos mais representativos foi a criação do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio ambiental tendo como diretriz “*a participação efetiva da comunidade no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos do município*”. A apreciação sobre qualquer modificação no Plano Diretor ou mesmo sua fiscalização, passa pelo Conselho, desde a instalação de novos empreendimentos imobiliários, à indicação e abertura de processos de tombamentos patrimoniais na cidade. Em relação à Vila Histórica de Mambucaba, o capítulo do Plano Diretor que trata da Legislação e Zoneamento de Uso e Ocupação, especificamente o capítulo III, artigos 100 a 103 e 113 a 115, definiu a criação de “áreas especiais” que “por suas características específicas difeririam das demais áreas do município e requereriam uma legislação e uma atuação diferenciadas por parte do poder público municipal”.

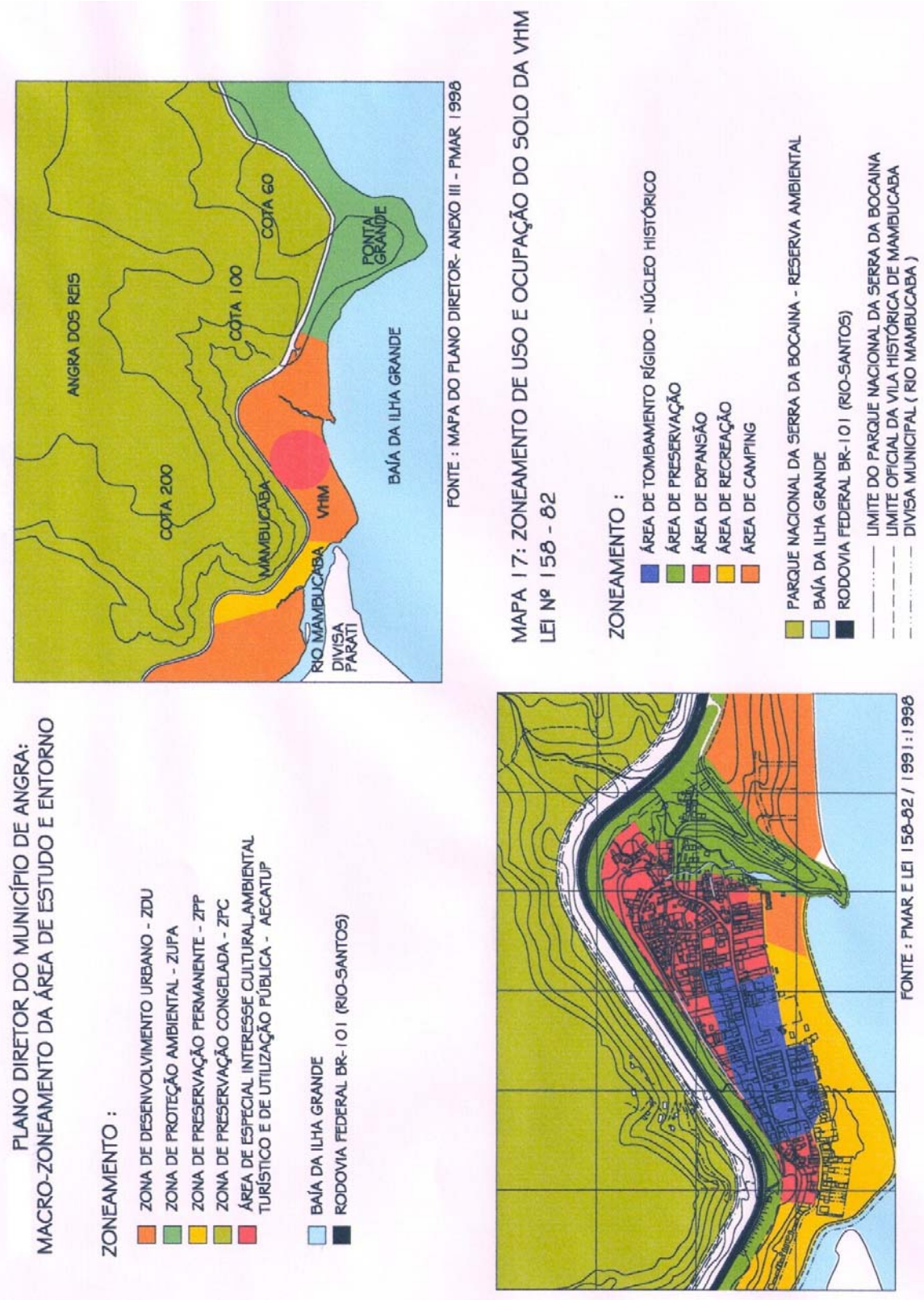
2.2.2 A AECATUP da Vila Histórica de Mambucaba

Dessas áreas especiais, a Vila Histórica de Mambucaba foi classificada como uma “área de especial interesse cultural, ambiental, turístico e de utilização pública”, denominada “AECATUP”, guardando, como aponta o texto da lei, “características de relevante valor histórico e cultural, dignos de serem preservados e recuperados para a proteção da memória, desenvolvimento da cultura local, articulados ao desenvolvimento turístico”.

Entre os principais objetivos estabelecidos pelo Plano Diretor para a AECATUP da Vila Histórica de Mambucaba, destacamos que: (i) orientar a expansão urbana da AECATUP, definindo os instrumentos que viabilizem e controlem a ocupação do solo inclusive legislação urbanística e ambiental com parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, além de conciliar as leis federais, estaduais e municipais vigentes; (ii) estabelecer diretrizes que reforcem a vocação da área, consolidando as atividades existentes e estimulando novos investimentos; (iii) orientar a definição de projetos de desenho urbano adequados à política de desenvolvimento local; e (iiii) fomentar o processo de participação contínua da comunidade interessada (moradores, lideranças políticas, entidades privada e instituições públicas estaduais e federais) para a formulação, controle e revisão da lei.²⁴

²⁴ Ver Figura 19: mapa do zoneamento e lei de uso e ocupação do solo na V.H.M. e comentários, pp.59-61.

Figura 19: Mapa do zoneamento e lei de uso e ocupação do solo na V.H.M.



O Plano diretor do município de Angra dos Reis previu um macro-zoneamento da área de estudo e entorno. A nova constituição brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu artigo 182, obriga todos os municípios com mais de 20.000 habitantes a terem um plano diretor. este deve ser um instrumento básico da política urbana do município. A mesma constituição, bem como a constituição estadual e a lei orgânica do município, definem que o plano diretor deve ser elaborado com a participação da comunidade.

"Qualquer projeto, obra e serviço a ser instalado hoje no município, mesmo a nível federal, tem que ser aprovado pelo poder público municipal (atigo 232 - const. estadual)".

O artigo 216 - paragrafo I da constituição federal, presente também na constituição estadual e na lei orgânica do município, determina ainda que:

"O poder público com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registro, vigilância, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação".

A proposta de plano diretor para o município de Angra dos Reis aprovada na Câmara Municipal de Angra dos Reis "- lei nº162/l.o., de 12 de dezembro de 1991.no capítulo que trata da legislação e zoneamento de uso e ocupação (cap.III, art.100 a 103 e 113 a 115) definiu a criação de áreas especiais que por suas características específicas difeririam das demais áreas do município e requeririam uma legislação e atuação diferenciadas por parte do poder público municipal.

Dessas áreas especiais, a Vila de Mambucaba foi classificada como uma "AECATUP" - área de especial interesse cultural, ambiental, turístico e de utilização pública. Uma AECATUP contém "características de relevante valor histórico e cultural, dignos de serem preservados e recuperados para a proteção da memória, desenvolvimento da cultura local, articulados ao desenvolvimento turístico".

Apesar de tudo, a legislação da aecatup não foi implementada e continua a lei municipal nº 158 de 22 de abril de 1982, que até o presente momento, vigora apesar de sua defasagem frente as atuais especificidades urbanas.

A lei municipal de uso do solo , aprovada pela câmara de vereadores em 24/04/82: 158-82 é a legislação vigente para a V.H.M.. Fonte: pmar, 1996

A lei define como perímetro de tombamento paisagístico de mambucaba a área compreendida entre o mar e a faixa de domínio da rodovia BR-101 , limitada a oeste pela foz do Rio mambucaba e a leste com a praia até o limite do costão rochoso que desce até o Córrego do Engenho; divide o perímetro mencionado nas seguintes áreas :

1 - Área de tombamento rígido: delimita a área do núcleo histórico . não é permitido construção ou ampliação de edificação , excetuando-se as reconstruções com base em documentação iconográfica aprovada junto ao IBPC; reformas e alterações internas que não comprometam as características externas do edifício; construção de novas edificações em lotes vagos onde não exista documentação iconográfica da antiga edificação, desde que respeitem os índices de 1 pavimento e taxa de ocupação de 30 %.

2 - Área de expansão: nesta área é considerada a possibilidade de expansão do bairro, desde que a ocupação seja planejada por partes, respeitando-se a continuidade do sistema viário. os lotes podem ter no mínimo 360 m², as construções uma altura máxima de 5,50 m, a taxa de ocupação deve ser igual a 30 % e o afastamento frontal de no mínimo 5,00 m.

3 - *Área de recreação: definida para fins de lazer , permite a construção de equipamentos públicos destinados ao lazer. representa toda a praia.*

4 - *Área de camping: delimita um perímetro na praia com previsão para estacionamento.*

5 - *Área de preservação: delimita uma paisagem de fundo para a vila histórica, representada pelo talude contíguo à rodovia BR-101 (faixa de domínio do DNER) e pelas faixas laterais ao talude junto a via de acesso ao bairro. Não é permitido qualquer tipo de edificação nesta área.*

A legislação 158 pressupunha uma política de investimentos baseada no mesmo estudo que originou a lei, o qual vinha de encontro ao projeto Turis do final da década de 1970.

A partir do momento que estes investimentos não ocorreram e não se teve uma fiscalização adequada, essa lei foi sendo constantemente relegada e as ocupações estendem-se sobre as áreas de preservação, sem qualquer tipo de controle urbanístico e ambiental.

2.2.3 Os programas de preservação e revitalização urbana: O projeto “Reviver Mambucaba” (1991/1992)

Incumbida de levar a política de preservação urbana à diante, a então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico-social e Planejamento, desenvolverá em meados de 1991 e 1992, o projeto intitulado “Reviver Mambucaba”, além de uma série de outros programas e projetos de educação ambiental e de preservação, como o da revitalização²⁵ do centro de Angra e os projetos ambientais na Ilha Grande. O programa tinha por objetivo “*servir de instrumento para o conhecimento da realidade local (na Vila Histórica de Mambucaba), dando base para a elaboração de uma legislação de uso e ocupação do solo compatível com as especificidades locais*”. Como produto dessa iniciativa, da qual participamos em 1991 e 1992, como acadêmico membro da equipe de pesquisa multidisciplinar de arquitetura, urbanismo, sociologia e história, foi elaborada uma legislação especial de uso e ocupação do solo para a Vila Histórica de Mambucaba, que passa a ser denominada pelos panfletos da prefeitura como “Vila Histórica de Mambucaba”. O descaso e a priorização de outras demandas políticas, levam ao esquecimento o programa “*Reviver Mambucaba*”.

Anos mais tarde, em meados de 1996, surgiria uma nova tentativa de atualizar e consolidar os trabalhos elaborados na gestão anterior para a Vila, produzindo-se o projeto “*quadro de referência da situação atual*”, cujo objetivo seria o de “*subsidiar a elaboração de anteprojeto de lei de AECATUP da Vila Histórica de Mambucaba*”, que

²⁵ O conceito de revitalização ou reabilitação urbana como uma tendência dos anos 80/90 que transforma as antigas propostas de “renovação e expansão” urbanas numa estratégia mais abrangente de gestão urbana que procura re-qualificar (revitalizar) o espaço existente e integrar-se ao plano de desenvolvimento da cidade, a médio e longo prazo, por intervenções diversas destinadas a valorizar as potencialidades sócio-econômicas e funcionais para melhorar as condições de vida das populações residentes. Isto implica que o novo desenvolvimento deve respeitar e integrar-se às estruturas físicas e sociais preexistentes: valorização da vida econômica, cultural e social pelo desenvolvimento de atividades baseadas na potenciação de recursos endógenos; exige a melhoria das condições de *habitabilidade* do parque construído, mantendo sua morfologia e valor patrimonial; exige a melhoria de equipamentos, infra-estruturas e espaços públicos, mantendo, no entanto, a identidade

evidentemente ainda não havia sido efetivamente implementado e, destarte, “*consolidar as informações levantadas em pesquisas anteriores, bem como apresentar outros dados sobre o atual estágio de desenvolvimento urbano da Vila Histórica de Mambucaba*“. O projeto do “quadro” termina, mais uma vez, em uma revisão do zoneamento já esboçado e algumas poucas diretrizes para intervenção urbana pontual. Na verdade, o projeto do “quadro de referência” foi uma compilação de diagnósticos e informações baseadas nos documentos do então esquecido “Programa de Cidades Históricas: Recuperação da Vila Histórica de Mambucaba” – Flumitur/Sphan; e, conforme obtemos registros, de uma outra “pesquisa sócio-econômica de Mambucaba”, realizada em 1992, com vistas à elaboração de uma lei de uso e ocupação do solo, o que acreditamos tratar-se - apesar de curiosamente não mencionada diretamente no texto - do projeto “Reviver Mambucaba” da mesma época. Apesar da valia e a intenção de reconhecer e tornar produtora a criação da AECATUP, esta não foi efetivamente implementada no governo do prefeito Neyrobis Kazuo Nagae²⁶, nem mesmo obtivemos notícia que tenha sido nas gestões sucessoras, continuando, para nossa perplexidade, a *Lei Municipal nº 158 de 22 de abril de 1982*, que até o presente momento, vigora sem nunca ter saído do papel, nem tampouco sustar os problemas da ocupação desordenada em Mambucaba.

Por fim, no final dos anos de 1980, iniciado por alguns novos moradores, oriundos de centros metropolitanos, surge um movimento de valorização das tradições do povoado. Desencadeado o processo, a Prefeitura encampa o movimento rebatizando o povoado com o nome de Vila Histórica de Mambucaba, financiando panfletos contando a “história” da Vila e assim por diante. Acreditava-se que o novo aparato formal

da área da cidade em causa e da sua população. (Ver: RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Desenho Urbano: Cabeça, Campo e Prancheta**. São Paulo, Projeto, 1986).

que nomeia e caracteriza aquele espaço, inserido na história, deve ser informado aos seus habitantes. Ou seja, é “preciso” dizer a eles - aos moradores, principalmente aos tradicionais - quem são eles e onde vivem. Com esse espírito, a população tradicional passa a ser vista como vítima da “modernidade” e do “capitalismo”, afetada pela “falta de consciência histórica do homem moderno” que invade seu território, transforma seu espaço. Em suma, estamos diante de uma recriação do passado, do mito do “bom selvagem”, de uma harmônica relação homem *versus* mundo, mito este extremamente atraente ao homem metropolitano, ao homem “moderno” - este já “sem pureza”, já “sem harmonia”. Essa recriação do passado, como veremos nos próximos capítulos, é rica em significados.

²⁶ Após vencer a eleição em novembro de 1988, o Partido dos Trabalhadores assume em Angra e Neyrobis Kazuo Nagae eleito prefeito. Foi na sua gestão que alguns dos projetos participativos mais inovadores, na época, foram idealizados.

CAPÍTULO III

3 MAMBUCABA DO FIM DO SÉCULO XX

3.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As pesquisas centradas nas mudanças sociais e espaciais - categoria a qual pertence esse trabalho - estão subdivididas nas que se propõem a explicar as mudanças qualitativas e as que analisam as mudanças quantitativas. Este trabalho não se filia unicamente a uma das correntes, mas procura utilizar-se de ferramentas que traga luz aos fenômenos urbanos que ora nos ocupamos em entender.

Para fundamentar nossos comentários neste capítulo, adotaremos: (1) a caracterização sócio-econômica segundo o levantamento realizado pela prefeitura¹ em 1991 e 1992 e da qual participamos como pesquisador residente junto com outros pesquisadores²; (2) os produtos das etapas do nosso trabalho de pesquisa em que elaboramos atualizações das pesquisas em campo, correspondendo ao período de janeiro a julho de 1998³.

¹Ver **Projeto Reviver Mambucaba**. Angra dos Reis. PMAR, Secretaria de Planejamento. RJ, 1992.

²Ver AZEVEDO, Paulo Renato Faria. **Vila Histórica de Mambucaba: I Relatório de Campo**. Angra dos Reis. RJ, Secretaria de Planejamento, 1991. *Ver também*: TEIXEIRA, Cristian Regis. **Relatório Geral Sobre a Vila Histórica de Mambucaba**. Angra dos Reis. RJ, Secretaria de Planejamento, 1991.

³Ver AZEVEDO, Paulo Renato Faria. **Reabilitação Ambiental: Proposta para Ação Integrada na Vila Histórica de Mambucaba**. UFF/EAU, Niterói, 1998. *Ver também*: AZEVEDO, Paulo Renato Faria. **Lugar e transformação: a questão da identidade social e os discursos da modernidade**. Monografia (especialização lato sensu). IPPUR/UFRJ, 1999.

3.2 UM LUGAR: DUAS VILAS

Segundo levantamento realizado pela Prefeitura de Angra em 1991/1992, a então denominada Vila Histórica de Mambucaba possuía uma população fixa⁴ de 348 habitantes distribuídos nas seguintes faixas etárias⁵:

Figura 20: tabela de distribuição da população da Vila Histórica de Mambucaba por faixas etárias. (1991). Fonte: PMAR, 1991

| Idade (por faixa etária) | Número de pessoas | (%) distribuição percentual |
|---------------------------------|--------------------------|------------------------------------|
| 0 a 12 | 71 | 21 % |
| 13 a 18 | 52 | 15 % |
| 19 a 25 | 62 | 18 % |
| 26 a 40 | 98 | 28 % |
| 41 a 60 | 44 | 12 % |
| Acima de 60 | 21 | 6 % |
| Total | 348 | 100 % |

Em 1992, a área era ocupada por 273 domicílios de uso residencial, sendo que destas, 96 domicílios ocupados como primeira residência da população permanente (moradores tradicionais) e o restante, 176 domicílios eram residências de veraneio. Importante lembrar que também as áreas dantes destinadas à agricultura foram incorporadas à atual Vila Histórica de Mambucaba, ao longo dos anos. Portanto, a mancha ocupada de agora é bem maior que a do antigo povoado.⁶

No fim da década de 1990, o adensamento era de 497 domicílios (dado de 1998) em uma área de aproximadamente 1,5 km². Uma análise grosseira da evolução urbana da Vila, apontou uma expansão da mancha ocupada de 1992 até 1998 de

⁴ Entende-se por *população fixa ou permanente*, os moradores que têm casa na Vila como primeira residência; e como *população flutuante*, aquela definida por três categorias básicas, segundo a forma de inserção no local: veranistas, excursionistas e campistas.

⁵ Ver Figura 20: tabela de distribuição da população da Vila Histórica de Mambucaba por faixas etárias. (1991), p.66.

cerca de 182%, em apenas 6 anos, adensando a mancha ocupada de 273 para 497 residências, grande parte das novas construções representadas, como pudemos constatar, foram invasões ou ocupações irregulares.

⁶ Ver Figura 21: mapa evolução urbana da V.H.M. (1980/1991/1998), p.68 e Figura 22: mapa de distribuição espacial da evolução urbana (1980/1991/1998) e comentários, p.69.

Figura 21: Mapa evolução urbana da V.H.M. (1980/1991/1998)

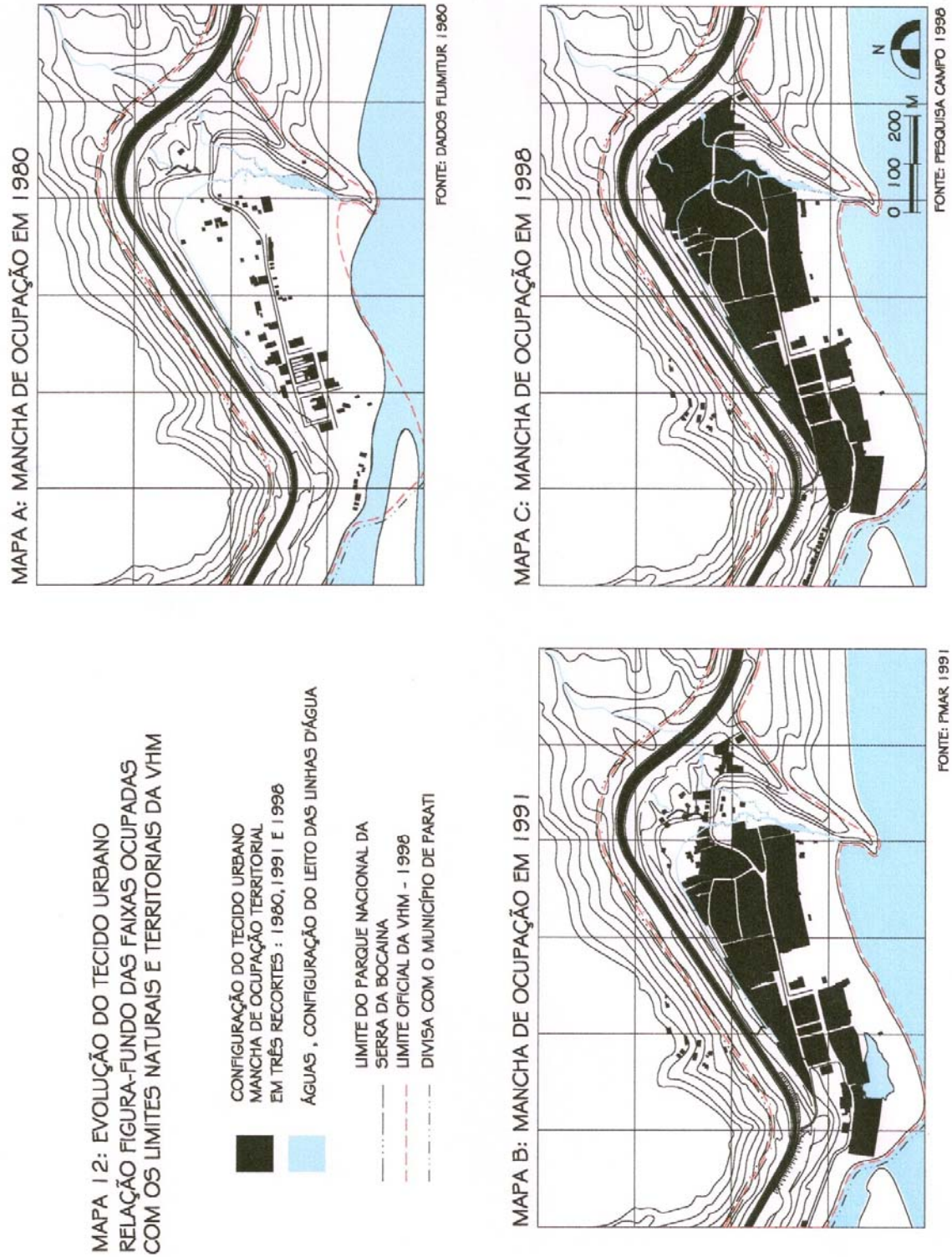
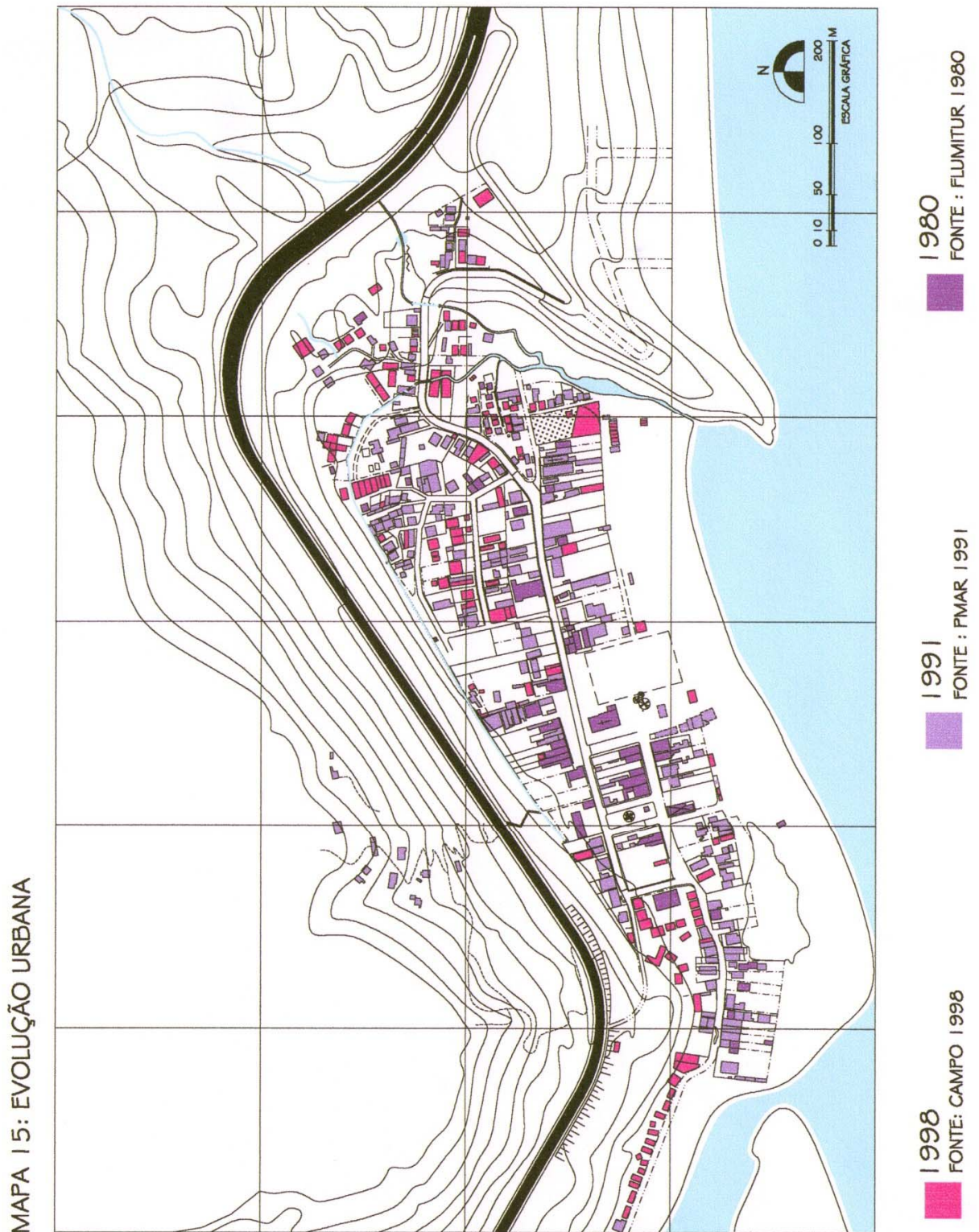


Figura 22: Mapa de distribuição espacial da evolução urbana (1980/1991/1998)



A mancha de ocupação em 1980:

Dados territoriais com registros do casario original e fachadas históricas ainda preservadas do “boom” demográfico, alguns anos após a abertura da BR-101. Penetração acentuada da linha d'água da foz do Rio Mambucaba, faixas ribeirinhas e pequenos mangues ainda intactos.

Mancha de ocupação em 1991:

*Extrema expansão na última década:
Mudanças na linha d'água, surgimento do trecho alagado e ocupações irregulares nas áreas preservadas, encostas e margens ribeirinhas. Processo acelerado de ruína e degradação do casario e fachadas históricas.*

Mancha de ocupação em 1998:

Aumento da densidade populacional, novas faixas de ocupação recente junto ao Rio Mambucaba e nas áreas escarpadas. Aterramento do alagado e ruína completa da fachada do antigo casarão da Rua do Comércio.

Concomitante ao aumento demográfico, assistiu-se, principalmente a partir da década de 70 e intensificado ao longo das décadas de 80 e 90, à uma mudança do centro sócio-econômico no 4º distrito, a Vila Histórica de Mambucaba, cedendo sua secular posição para Praia Brava. Com o passar dos anos a Vila passa a ser um das localidades mais atrasadas do 4º distrito e sem a mínima autonomia. Nesse sentido, os atuais habitantes da Vila Histórica de Mambucaba ainda dependem, das mais variadas formas, das localidades vizinhas, pois a Vila não dispõe de mercado de trabalho, de comércio diversificado e de serviços públicos, conforme os dados abaixo: (1) A vila, em meados de 1998, ainda não possuía correio, agência bancária, cartório etc, dentre outros serviços essenciais - relata-se que a correspondência era distribuída pelos comerciantes locais; (2) Somente em 1998 a rede de telefonia pública começa a ser implantada; (3) A população em atividade profissional 75% a exercem foi da vila, principalmente em Praia Brava, Perequê, centro de Angra e Paraty – em ordem decrescente por ocorrência; (4) A quase totalidade dos moradores pesquisados realizam suas compras fora da vila, sendo que 53% as realizam em Praia Brava; 32% no Rio de Janeiro (para tanto alugam mensalmente um ônibus de excursão – o que demonstra de forma inequívoca a procura conveniente quanto ao preço e variedade de gêneros a serem consumidos; e o restante, 15%, compram em supermercados e shoppings no centro de Angra, ou nos mercados de Perequê e Paraty etc.; (5) Os habitantes em atividade escolar, 40% freqüentam a escola em Praia Brava (a Escola Municipal Inácio Daring, pertence a vila, somente oferece o ensino fundamental, isto é, da 1ª a 4ª séries.

Dessa forma, a Vila da qual praticamente todo distrito dependia, até meados de 1970, hoje inversamente, a Vila é que depende dos demais bairros do distrito⁷.

⁷ Ver Figura 23: mapa dos núcleos urbanos no perímetro de influência das usinas nucleares, p.73 e Figura 24: mapa do sistema rodoviário interestadual, p.75 e comentários.

Poder-se-ia mesmo dizer que a V.H.M. é atualmente uma vila *dormitório*⁸. Contudo, essa caracterização apenas poderia ser comprovada em algumas épocas do ano, pois no verão, precisamente nos finais de semana ensolarados e nos feriados prolongados, à população fixa da vila, soma-se uma população flutuante, e constata-se que a vila além de residencial, torna-se, por vezes, uma agitada vila de lazer, veraneio e turismo.

⁸ O termo “*dormitório*” aqui utilizado no sentido que a população tem suas atividades diurnas, produtivas nos bairros e cidades vizinhas e retornam à Vila somente para dormir, daí o nome vila *dormitório*.

Figura 23: Mapa dos núcleos urbanos no perímetro de influência das usinas nucleares.



A Vila histórica de Mambucaba: é uma área de intervenção prevista na lei da AECATUP pelo zoneamento municipal da PMAR: “A V.H.M. é um núcleo residencial de valor histórico, ambiental e turístico reconhecido”.

A principal atividade fonte geradora de renda para a comunidade local: é o comércio local. Além das atividades sazonais relacionadas ao turismo de temporadas e o veraneio. A Vila é freqüentada por usuários de inúmeras localidades fluminenses, paulistas e angrenses.

Fatores como infra-estrutura básica e saneamento que não atendem à alta densidade demográfica, além de fossas sépticas mal localizadas e despejos de esgotos sem tratamento no Rio Mambucaba e no Córrego do Engenho, têm contribuído para a degradação ambiental.

Destacamos o papel da Vila de Mambucaba para a região nas festas folclóricas populares do 4º distrito e nos eventos esportivos inter-comunitários (jogos de futebol e de volei) da qual boa parcela da população da Vila Histórica de Mambucaba participa ativamente junto com grupos dos bairros de “Perequê” e do “Frade”.

Na vila está a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário tombada pelo IPHAN, assim como o que restou do antigo casario e mata de entorno.

“Perequê”: núcleo residencial e comercial formado por inúmeros loteamentos populares cuja origem está diretamente relacionada com as usinas nucleares. No Perequê está instalada a sub-prefeitura distrital do 4º distrito de Mambucaba.

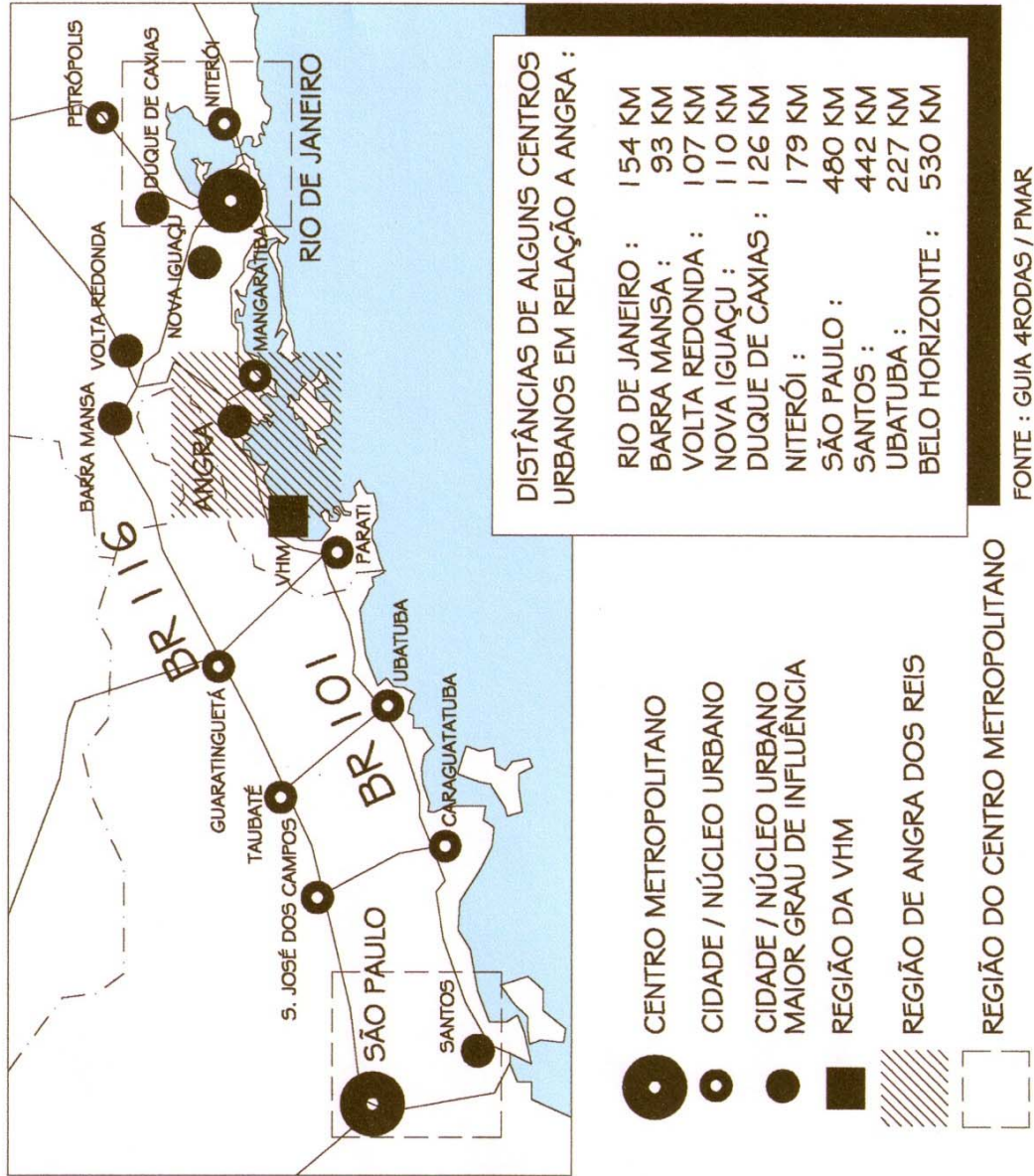
“Praia Brava”: núcleo residencial sob administração privada da Eletronuclear (Furnas). Centro comercial e administrativo com supermercado, escola, hospital, cinema e atividades de lazer e escritórios. Junto com o “Frade” e o “Perequê” disputam o lugar de centro do 4º distrito.

As Usinas Nucleares : na Praia de Itaorna está localizado o complexo com as usinas e instalações nucleares operacionais e administrativas. Desde sua implantação e atuais expansões a população vizinha vive intimidada com o risco de catástrofe nuclear no perímetro de risco fatal pra as populações dos núcleos urbanos do “Frade”, “Mambucaba”, “Praia Brava” e “Perequê”.

“Frade”: núcleo urbano com o maior grau de adensamento da área de influência. A maior parte da população já trabalhou para as usinas nucleares. A faixa litorânea é mais urbanizada em relação ao outro lado da BR-101 que tem graves problemas com pavimentação, drenagem, águas, esgotos etc. Assim como o “Perequê”, o “Frade” vive, pela própria proximidade, o perigo iminente de algum acidente nuclear.

Figura 24: Mapa do sistema rodoviário interestadual

MAPA4: O SISTEMA RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E AS CONEXÕES COM OS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS



O município de Angra dos Reis está situado no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, entre os maiores centros econômicos do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A paisagem natural é fator dominante junto à costa extremamente recortada e sinuosa, cuja área territorial, corresponde a 819 km² de praias, ilhas, planaltos e matas serranas.

A população está fragmentada em diversos núcleos urbanos, configurando diversos subcentros comerciais, residenciais e de serviços. Os loteamentos surgidos nas últimas décadas, também configuram uma ocupação diferenciada, com graus de urbanização bem diferentes.

Como apontamos em nossa pesquisa histórica, a ligação efetiva com a rede rodoviária federal foi idealizada como estratégia para uma total conectividade com os principais centros urbanos no Rio e em São Paulo, o que influenciou o processo de ocupação: fixação de população e movimentação de mão-de-obra dentro da relação destes centros com os pólos industriais instalados no município e destes com os portos e principalmente com os grandes centros metropolitanos do estado do RJ e SP.

Devemos lembrar que entendemos por população fixa, os moradores e famílias que residem na vila, como “primeira residência”; e como população flutuante, aquela definida por três categorias básicas, segundo a forma de inserção no local: veranistas, excursionistas e campistas. Mais precisamente, *veranistas* são aqueles que têm casa no local como “segunda residência” e lá passam fins de semana, férias etc.; *excursionistas* são aqueles que participam em grandes grupos de excursão em ônibus fretados para este fim, em geral oriundos do Rio e São Paulo; *campistas* são os adeptos do *camping* aberto em barracas, as famílias em geral acampavam na praia, freqüentadores assíduos da vila até a proibição do *camping* aberto pela prefeitura, em meados de 1996.

Como apontamos: das 273 edificações de uso residencial existentes na vila até 1992, 176 ou 62% são residências de veraneio, portanto, nos períodos em que se concentra o número de veranistas no local à população local somam-se cerca de 500 pessoas. A maioria dessas residências, 70% foram construídas no período em que a vila teve seu acesso facilitado e foi “descoberta” como lugar privilegiado, face às belezas naturais existentes, para lazer e descanso, ou seja, por volta de 1975. Grande parte dos proprietários de terra, 80%, são profissionais liberais e residentes em Volta Redonda e Barra Mansa – essa concentração, segundo informantes veranistas, deve-se a proximidade dos municípios de Volta Redonda, 107 km e Barra Mansa, 93 km em relação ao município de Angra dos Reis.

Segundo dados da mesma pesquisa, até meados de 1996, os campistas que freqüentavam a vila eram na maioria, 70% de Volta Redonda e Barra Mansa, sendo o restante, 30% oriundos da zona oeste do Rio de Janeiro (principalmente de Campo Grande) e da Baixada Fluminense.

Quando indagados sobre o porquê da escolha do local, duas respostas se destacaram: 40% dos entrevistados responderam que a escolha devia-se a proximidade do local (no caso, moradores de Volta Redonda e Barra Mansa e, 45% responderam dever-se ao fato de ser o único lugar no município no qual era permitido, gratuitamente, o acampamento.

Constata-se nesse sentido, que muitos campistas freqüentaram, ou passaram a freqüentar o local em virtude da gratuidade – já que cerca de 35% destes acampavam anteriormente em locais que se transformaram em condomínios ou *campings* particulares, como ilustra o discurso do campista :

I1.: “As vezes você trabalha o ano todo para tirar um mês de férias, aí naquele mês você tem que comprar tudo pra trazer, além das despesas normais. Se você for pagar para acampar aqui, fica 3 mil uma diária ... como estava falando o rapaz do Abraão, 3 mil por dia ... isso em um mês vai dar 90 mil ... poxa ... 90 mil você compra 5 caixas de cerveja ... você bebe, fica aqui mesmo, cai dentro e fica tranqüilo ...“

Nesse sentido, podemos compreender o porquê do inusitado fluxo de campistas no local: a falta de opções, já que os campistas em geral estavam excluídos de outros locais em virtude dos preços praticados. Daí o número excessivo de campistas no local - no carnaval de 1992, a título de exemplo, registramos cerca de 450 barracas instaladas na praia, o que nos dá uma estimativa de 2000 pessoas acampadas – quase seis vezes o tamanho da população local. Segundo depoimentos houve ocasiões em que o número de campistas chegou a tal monta que nas próprias ruas haviam barracas armadas e o acesso à praia era quase impossível. Alguns anos mais tarde, tal conjunto de fatores foi determinante para que o

camping selvagem tivesse seus dias contados e a proibição do *camping* no município de Angra dos Reis, veio a 08 de fevereiro de 1996, no decreto municipal nº 842-1, recebendo o aval das associações de moradores, principalmente a de Mambucaba (Associação de Moradores e Amigos de Mambucaba - AMAM) e de outras associações angrenses. O texto da lei indicava “(...) *fica expressamente proibida a prática de camping no município de Angra dos Reis (...)*“. Não é preciso dizer que a radical determinação gerou grande polêmica e diversos conflitos entre campistas e policiais, acarretando até ações de força policial para se fazer cumprir tal decreto. Em diversos conflitos, foi mobilizado o poder policial, onde as ações repressivas em todo município, partiram da Segunda Companhia Independente de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Em Mambucaba registramos relatos de moradores sobre diversos embates entre campistas, moradores e policiais ocorridos desde a aprovação da lei, em 1996. A situação se agravou ao ponto da instalação de uma guarita policial na Rua das Flores (a principal vias de acesso), no entanto, a fiscalização institucional durou pouco e a guarita foi retirada em 1998 pela prefeitura distrital, exatamente durante nosso segundo trabalho de campo.

Atualmente, o *camping* aberto ou *camping* selvagem que foi proibido na praia de Mambucaba, passou a ser objeto de especulação privada, já que em terrenos privativos, o aluguel para fins de *camping* não está proibido. Na vila, então, proliferam diversos espaços, lotes dantes vazios e sem contar com nenhuma infra-estrutura para tal, como destinados a prática de “*camping*”. Por reação à repressão e à especulação, o movimento de campistas, evidentemente, reduziu-se ao mínimo, e, segundo informantes administradores desses espaços de *camping* privado “*os lucros são mínimos, tem dado prejuízo...*”. Entretanto, cresce o número de pousadas, destinada a turistas de maior poder

aquisitivo, dado o custo de sua diária; durante nossas pesquisas de 1998, uma nova pousada surgiu e outra estava sendo reformada, confirmando que a “atividade turística” para alguns moradores, guardando-se as devidas proporções, ainda gera investimentos mesmo que pequenos.

Os excursionistas, nos fins de semana, ainda hoje, permanecem como outra categoria de turista que marca presença e gera conflitos. Oriundos, em sua maioria, da Baixada Fluminense, 56% e, o restante, 44%. da zona oeste do município do Rio de Janeiro. Registramos, em um único fim de semana, no pico da temporada, uma média de 40 a 60 ônibus que chegam e partem da vila, levando cerca de 2.500 pessoas circulantes. Estes ônibus usam todas as ruas de acesso da vila e, quando superlotada, a própria faixa de acostamento da rodovia BR-101 como estacionamento.

Outro impressionante fato caracterizado nas pesquisas, é o da crescente *xenofobia* dos moradores em relação aos excursionistas, evidenciando uma clara representação de conflito entre estes. Abaixo verificamos a indignação de um morador informante:

II.: “(...) excursionista é o inferno, ô cambada danada”; a prefeitura tinha que proibir esse negócio de excursão; os farofeiros trazem feijão, macarrão ... é uma porqueira danada”⁹.

⁹ Depoimento de informante adulto e morador fixo da Vila. (1992)

Essa “*xenofobia*”, se assim pode ser chamada, não é, contudo, gratuita como demonstra a reportagem de um tradicional jornal angrense:

(...) Sem nenhuma estrutura de estacionamento, de policiamento e até de espaço físico, a Vila Histórica recebe uma média de 60 ônibus por final de semana. Os moradores estão revoltados com a falta de respeito dos excursionistas, em sua maioria vindos da Baixada Fluminense, que deixam a praia e todas as ruas da vila sujas. Em volta da Igreja, os farofeiros cozinham, comem e dormem. A bebida rola solta e as brigas são constantes. No corre-corre, são inúmeros os calotes nos bares. (...) os visitantes chegam de madrugada gritando, batem nas portas e janelas, entram nos quintais e roubam roupas no varal e tudo que acham pela frente. (...) até a tomada d’água que abastece todas as casas da vila virou local de banho...”.¹⁰

Assim como ocorria com os campistas, os excursionistas escolhem a vila em virtude de suas belezas naturais (a praia e o rio) e por ser um dos poucos locais gratuitos e de acesso livre. Curiosamente, o antigo casario, representado como patrimônio histórico, verificamos não representar um “atrativo” direto para o grupo de campistas e excursionistas.

Mesmo os veranistas pesquisados em 1992, que em geral, dispõem de um nível de informação mais completo e escolaridade média ou superior, em sua maioria, não valorizam o patrimônio histórico como o principal atrativo da Vila, ou até mesmo, alguns desconhecem seu “tombamento”: 40% dos veranistas entrevistados revelaram “desconhecer” que alguma edificação seja “tombada” como patrimônio histórico, excetuando-se a Igreja Matriz - que é reconhecida por todos os grupos, como um marco monumental.

Na verdade, podemos dizer que toda a população flutuante que frequenta o local o faz em virtude da praia e do rio. Por isso é no verão, e não em outra época

do ano, que a Vila é “invadida” por um extraordinário contingente que já chegou a quase 5.000 pessoas (1992) – número mais de 14 vezes superior à população local. Evidentemente nesses períodos o perfil da Vila se altera completamente, passando de uma “bucólica” vila residencial para uma “frenética” vila de veraneio e lazer.

Daí a existência, já em 1992, de 13 bares, 2 mercearias, 1 padaria, 1 pousada e 6 bares-carroções (localizados na faixa de praia) - foram realizadas entrevistas em 18 dos 23 estabelecimentos existentes (1992) e houve unanimidade em apontar os turistas de temporada como clientela fundamental.

Esse comércio absorve 25% da mão-de-obra local, porém, inexoravelmente, fora de temporadas, esses trabalhadores em quase totalidade buscam outras atividades no mercado informal, normalmente em formas de “biscates”, como atestam os depoimentos obtidos no final do verão de 1992:

I1.: “... paga pouco, mas eu vou pegar. Porque aqui morreu !; só no verão ...! se o pai quiser ele abre o bar, ou não abre ... ! ¹¹”

I2.: “... eu vou arrumar uma obra para tocar, senão a gente morre de fome ... agora aqui vai ficar morto !” ¹²

¹⁰ JORNAL MARÉ, 06/12/1991.

¹¹ Depoimento de informante jovem e morador fixo da Vila. (1992).

¹² Depoimento de informante adulto e morador fixo da Vila. (1992).

Provavelmente esta seja a causa de uma especificidade dos estabelecimentos da Vila (1992), excetuando-se 2 dos 24, todos os estabelecimentos comerciais são extensões da residência, isto é, caracterizados como de uso misto - todos os vinte e dois 22 estabelecimentos são também residências¹³.

A tendência do aumento do número de bares, manteve-se alta no período de 1992 a 1998, constatando-se que 8 dos 13 bares mais antigos, foram estabelecidos por volta de 1985, e, desses 8 pelo menos 4 bares foram estabelecidos por volta de 1990. Vale acrescentar que embora haja na vila 2 mercearias elas não constituem uma boa opção de compra para os moradores em virtude dos preços praticados: “... o certo seria ter um preço para os moradores e para turistas outro ... mas eles preferem vender só para turista ! ”.

Concluimos, sem mais esforços, que estamos diante de *duas vilas* com características completamente diferentes e até mesmo opostas - de um lado uma vila dos invernos com uma diminuta população dependente economicamente dos bairros vizinhos: uma pacata vila residencial - de outro, uma vila dos verões e feriados com uma gigantesca população dependente do comércio; uma agitada vila de lazer.

Como vimos anteriormente, há uma tendência dos setores metropolitanos - aí incluída o corpo de técnicos da prefeitura - em identificar a população local como detentora de uma memória histórica secular com o local; como detentora de um espírito comunitário baseado nas unívocas tradições seculares. Se observarmos a relação entre o número de “famílias tradicionais” (isto é, famílias que residem na vila desde antes da

¹³ Ver Figura 28: mapa de uso e ocupação do solo, p.92.

construção da BR-101, anteriores a meados de 1975) e o número de “famílias não-tradicionais” (isto é, famílias que residem na vila, posteriores a 1975), portanto verificamos que tal classificação não corresponde à realidade, pois¹⁴:

Figura 25: Tabela de classificação da população local por tempo estimado de moradia. Distribuição percentual do número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes (1991). Fonte: Pmar, 1991.

| Grupos de moradores por tempo estimado de moradia | Número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes | Distribuição percentual (%) |
|--|---|------------------------------------|
| Famílias tradicionais (anteriores a 1975) | 28 | 33 % |
| Famílias não-tradicionais (posteriores a 1975) | 57 | 67 % |
| Total | 85 | 100 % |

Isto se reforça pelo fato de que, o número de famílias que em hipótese, seriam portadoras da tradição é bem menor que as novas famílias residentes, que não poderiam sê-lo. Até porque, como mostra a tabela abaixo, a maior parte destas novas famílias residentes, em geral, são oriundas de centros urbanos e grandes metrópoles, principalmente da regiões metropolitanas do RJ, SP e em MG.¹⁵

¹⁴ Ver Figura 25: tabela de classificação da população local por tempo estimado de moradia. Distribuição percentual do número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes (1991), p.84.

¹⁵ Ver Figura 26: mapa da distribuição espacial da população permanente e transitória na V.H.M, p.85 e Figura 27: tabela de origem da população local. Distribuição percentual do número de famílias residentes em função de sua origem (1991), p.86.

Figura 26: Mapa da distribuição espacial da população permanente e transitória na V.H.M.

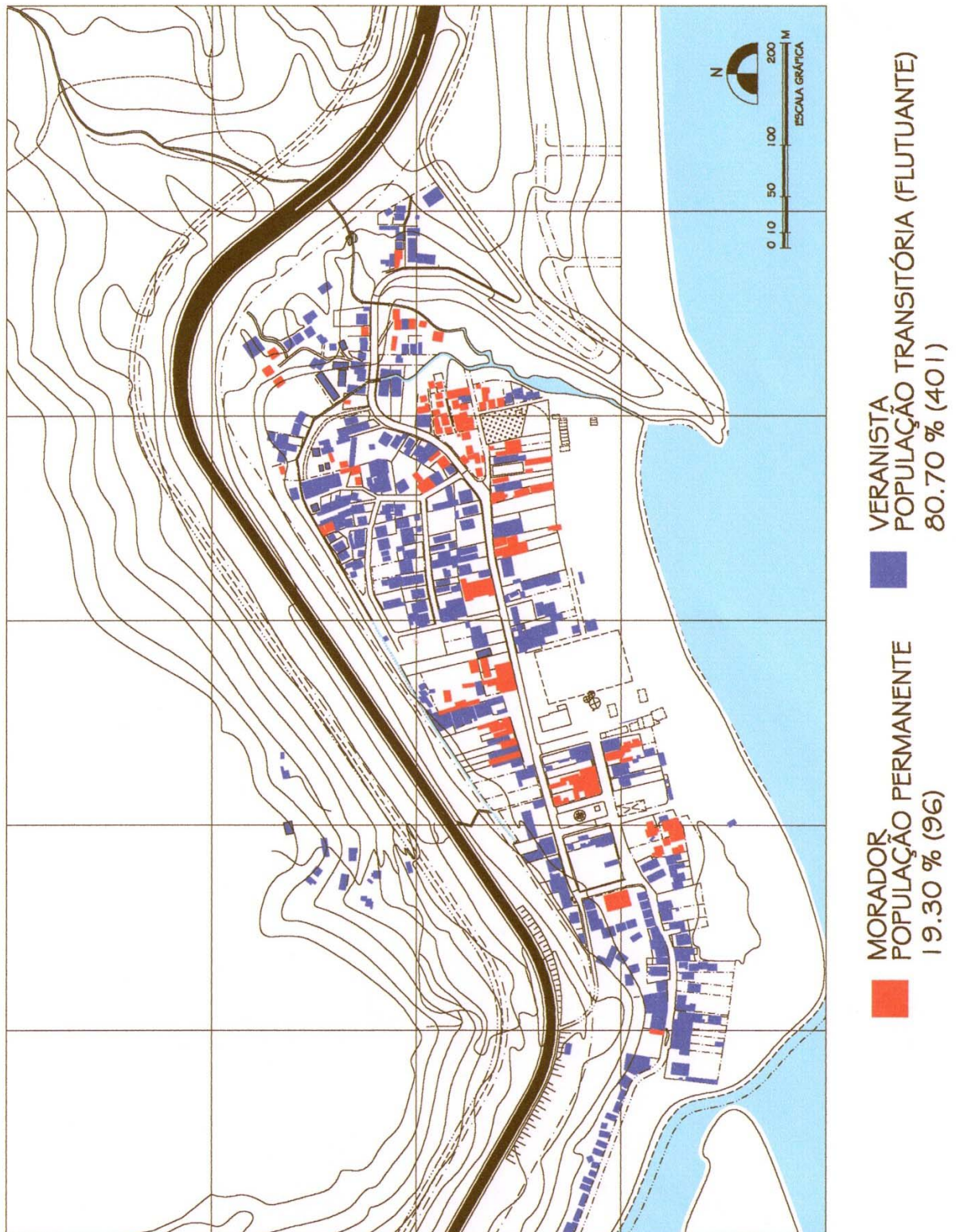


Figura 27: Tabela de origem da população local. Distribuição percentual do número de famílias residentes em função de sua origem (1991). Fonte: PMAR, 1991.

| Origem da população local | Número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes | Distribuição Percentual (%) |
|----------------------------------|---|------------------------------------|
| Centros urbanos | 52 | 92 % |
| Área rural | 05 | 08 % |
| Total | 85 | 100 % |

Vale dizer ainda que 81% das famílias não-tradicionais passam a residir na vila no final da década de 1980 e início da década de 1990. Desse modo, além da heterogeneidade quanto ao tempo de residência, que por si só já dificulta a inserção dos moradores em um único bloco identificável como uma *comunidade*, detentora de uma reconhecida e homogênea “identidade histórica”; os epítetos, através das décadas, adjetivam a heterogeneidade das representações: *Mambucaba* (1960/1970), *vila residencial de Mambucaba* (1970/1980), *Mambucabinha* (1980/1990), *Mambucaba Velha* (1990), *Vila Histórica de Mambucaba* (1992/1998), *Mambucaba Histórica* (1998/2006).

As pesquisas recentes complementam este quadro de caracterização da Vila Histórica de Mambucaba - a seguir, nos parágrafos que se seguem, apresentaremos nossas observações de campo e outros dados obtidos nas nossas pesquisas de 1998.

A partir de 1992, a prefeitura de Angra, determina a permanência dos ônibus de excursão, unicamente, ao longo da BR-101, na estreita faixa de acostamento da rodovia. A proibição da entrada de ônibus de excursão foi um antigo anseio da comunidade em geral, dado os inúmeros conflitos entre moradores e excursionistas e a crescente depredação ambiental atribuída ao grande fluxo de pessoas. Registramos em 1998, em entrevistas abertas com comerciantes locais, que desde a proibição do livre acesso em 1992, o

número desses excursionistas, inclusive nas épocas de carnaval, pico da temporada, diminuiu incrivelmente, se comparado ao que havia anos antes. Por outro lado, a proibição da circulação de veículos pesados e de carga dentro da vila, devido ao impacto físico nas frágeis estruturas de adobe do conjunto arquitetônico remanescente, já apontado pelos técnicos do patrimônio há muito tempo, não obteve sucesso. A prefeitura somente tentou evitar o acesso destes, na época da elaboração da AECATUP em meados de 1992. O fato é que a determinação nunca foi amplamente cumprida, o casario antigo sofreu rachaduras, ou vem abaixo, como é o caso da recente ruína do último exemplar dos conjuntos de sobrados que haviam na Rua do Comércio. O sobrado em questão, foi objeto de estudos e projetos para restauração, porém, nunca viabilizados, apesar dos sobrados permanecerem no imaginário dos moradores, principalmente dos mais velhos.

O comércio local ainda vive da clientela fixa dos próprios moradores, e em função dos fluxos turísticos. As entrevistas realizadas em 1992, apontaram os turistas como sendo a principal rede consumidora e isto se mantém em 1998. Outro fator importante é que vale lembrar: a quase totalidade dos comércios 85%, surgiram a partir da década de 1980, isto é, junto com a época do incremento turístico na região de Angra dos Reis. Por outro lado, excursionistas têm contribuindo muito pouco com o comércio local, já que geralmente trazem do lugar de origem do passeio, os alimentos e bebidas que venham a consumir. Por outro lado os moradores veranistas costumam freqüentam os bares e as mercearias para compras de conveniências ou diversão. Antes da proibição do camping selvagem em 1996, reivindicado pela própria associação de moradores, o maior fluxo de clientela para o comércio local, vinha dos campistas que acampavam com famílias inteiras na praia de Mambucaba. Em 1998, constatamos que os comerciantes começam a sentir o peso do reduzido número de campistas,

mesmo no pico de temporada – quem antes preferia Mambucaba, como lazer gratuito, hoje prefere procurar outro lugar. Tal contradição é denunciada no desabafo do informante:

I1.: “(...) agora piorou muito ... antes aqui era muita, muita bagunça. Agora acabou. Mas eu vendia 100, 150 cafés da manhã ... e hoje? Não vendi nenhum ... e no último feriado, só uns 10 pingados: é muito pouco para o que era antes, né ! (...)” ¹⁶

A dependência do pequeno comércio e do turismo, verificado em 1992, na geração de renda, fica ainda mais evidente quando se constata que foi de temporada a quase totalidade dos comerciantes busca complementar a renda familiar com outras atividades, normalmente na forma de biscates e pequenos serviços em cidades próximas. A pesca passou a ser também uma complementação da renda familiar, e, na maioria dos casos, para consumo da própria família: os pescadores representavam, em 1992, cerca de 2% da população; já em 1998, a pesca, praticamente deixa de existir como atividade na vila - os pescadores e comerciantes de peixe deixam a atividade para se dedicarem a outras atividades. Outra causa para o declínio da pesca, denunciam alguns ex-pescadores, é a ausência de fiscalização por parte de Angra quanto à prática criminosa da pesca de arrastão realizada por inúmeros barcos na baía da Ilha Grande, o que tem causado danos ecológicos expressos na escassez de peixes para o pequeno pescador.

A maior parte da população economicamente ativa exerce atividades profissionais em “Praia Brava”, “Parque Perequê”, “Angra dos Reis” e “Paraty” - em 1992, já representava cerca de 70%, a tendência mantém-se nos anos que se seguem aos dias atuais.

No final da década de 1990, a vila residencial de “Furnas”, em “Itaorna” (“Praia Brava”), passa a ser administrada pela “Eletronuclear” – empresa autárquica relacionada à estatal “Nuclebrás”. Segundo informações recentes, a nova administração, gerou novos empregos, porém não houve notícia que isto tenha incrementado o fluxo de população em direção a região, a ponto de ser mencionado.

O rápido e desordenado processo de ocupação da vila histórica de Mambucaba e do quarto distrito como um todo, como já apontamos, muito se deve aos impactos na infra-estrutura das regiões vizinhas a esses pólos industriais. Um esforço de ressarcir o distrito de Mambucaba foi a criação de um novo convênio entre a “Eletronuclear” e a prefeitura, garantindo repasse de verbas que deveriam ser aplicadas no 4º distrito. Tal repasse, administrado pela prefeitura, no entanto, não se destinaria apenas à Vila Histórica de Mambucaba - como foi bastante reivindicado por alguns representantes da associação de moradores - mas ao conjunto de pequenas obras “emergenciais” pulverizadas por todo o 4º distrito, e, aplicadas em programas de infra-estrutura básica e projetos sociais orientados pela prefeitura, segundo política de prioridades das próprias secretarias. Segundo informantes da própria prefeitura, algumas obras já se utilizaram desse repasse, principalmente nas áreas mais carentes do bairro de “Perequê”. Em meados de 1998, a instalação de postes de iluminação pública na orla da praia em Mambucaba - iniciativa da presidência da associação de moradores - valeu-se desse capital para se concretizar, e contou com técnicos especializados da prefeitura, no entanto, não temos notícia que tenha havido participação do conjunto dos moradores, nem tampouco um plano ou estudo de intervenção paisagística que o justificasse; o resultado, segundo nossa avaliação, ficou aquém do que se poderia ter realizado.

¹⁶ Depoimento de informante adulto, comerciante local e morador fixo (1998)

Na região de Mambucaba, a segurança em caso de acidente nuclear pretendida com os “planos de evacuação”, há muito caíram em descrédito, por parte da população das regiões próximas à Usina. O acomodamento ou mesmo a descrença advém do fato de que os exercícios de simulação organizados de tempos em tempos pela Defesa Civil, Prefeitura e “Eletronuclear”, quando ocorrem, são mais “cenografias” do que “estratégias” para a evacuação rápida da população. Não obtivemos, no entanto, dados técnicos que sustentem o possível fracasso de uma ação deste tipo, sabe-se, porém, que as “sirenes de alerta”, nas simulações; *não* são ouvidas em Mambucaba, como atestam os próprios moradores da Vila em inúmeras declarações.

Outro grave problema administrativo, o deficiente sistema de fiscalização e controle urbano – apenas 5 fiscais para todo município - ajudou a instituir, várias práticas repressivas, no entanto, não sustaram o processo de degradação da estrutura urbana e ambiental na Vila. Fato é que o posto da recém criada “Prefeitura Distrital em Perequê”, não tem pessoal suficiente para manter em dia a fiscalização de todo o bairro de “Perequê”, quanto mais da Vila Histórica de Mambucaba, em dias de feriado. Importante relembrarmos o quanto a vila expandiu-se de 1992 a 1998 – cerca de 182% em 6 anos, adensando a mancha ocupada de 273 para 497 residências, a maioria por ocupações irregulares. Prova disto, as novas ocupações nas encostas, nos matacões, nos trechos ribeirinhos, das áreas de expansão, surgidas muitas vezes da noite para o dia, levaram a prefeitura, em 1998, a remover diversas casas que se instalaram irregularmente nas margens do rio Mambucaba, no prolongamento da Rua do Comércio. Curiosamente, alguns moradores, foram indenizados pela prefeitura, e meses depois retornaram para reconstruir o que foi demolido – algumas destas casas são unicamente para veraneio e destinadas ao aluguel por temporadas. No ano de 1998, novas invasões foram detectadas *in situ* durante as pesquisas de

campo, a situação de ocupações criminosas, na cabeceira do rio ou em nesgas da Serra da Bocaina e em lotes vazios dentro da vila. Em 1998, muitos das novas construções, destinam-se ao aluguel, principalmente nas temporadas. O que reconhecemos, por fim, além da ineficácia das políticas governamentais e das discontinuidades administrativas na prefeitura, um agravamento da infra-estrutura da vila, além da falência do controle do uso do solo, e, principalmente um impacto na precária condição econômica e ocupacional da maioria dos moradores pequenos comerciantes, o que estimulou ainda mais a saída dos moradores mais jovens, aos setores de serviços de baixa qualificação em regiões próximas, passando rapidamente do já precário comércio tradicional dos moradores locais, para a informalidade dos biscates. Complementando a referência aos nossos comentários disponibilizamos abaixo gráficos e tabelas com outros indicadores sócio-econômicos trabalhados¹⁷. As fontes dos dados foram a pesquisa¹⁸ e os levantamentos de campo realizados em 1991 e 1998 na Vila Histórica de Mambucaba.

¹⁷ Ver Figura 28: mapa de uso e ocupação do solo (1998), p.92 e Figura 29: mapa de ciclo construtivo (1998), p.93 e caracterizações: Figuras 30 a 40: gráficos e fotos, pp.96-104.

¹⁸ Ver anexos: metodologia da pesquisa.

Figura 28: Mapa de uso e ocupação do solo (1998)

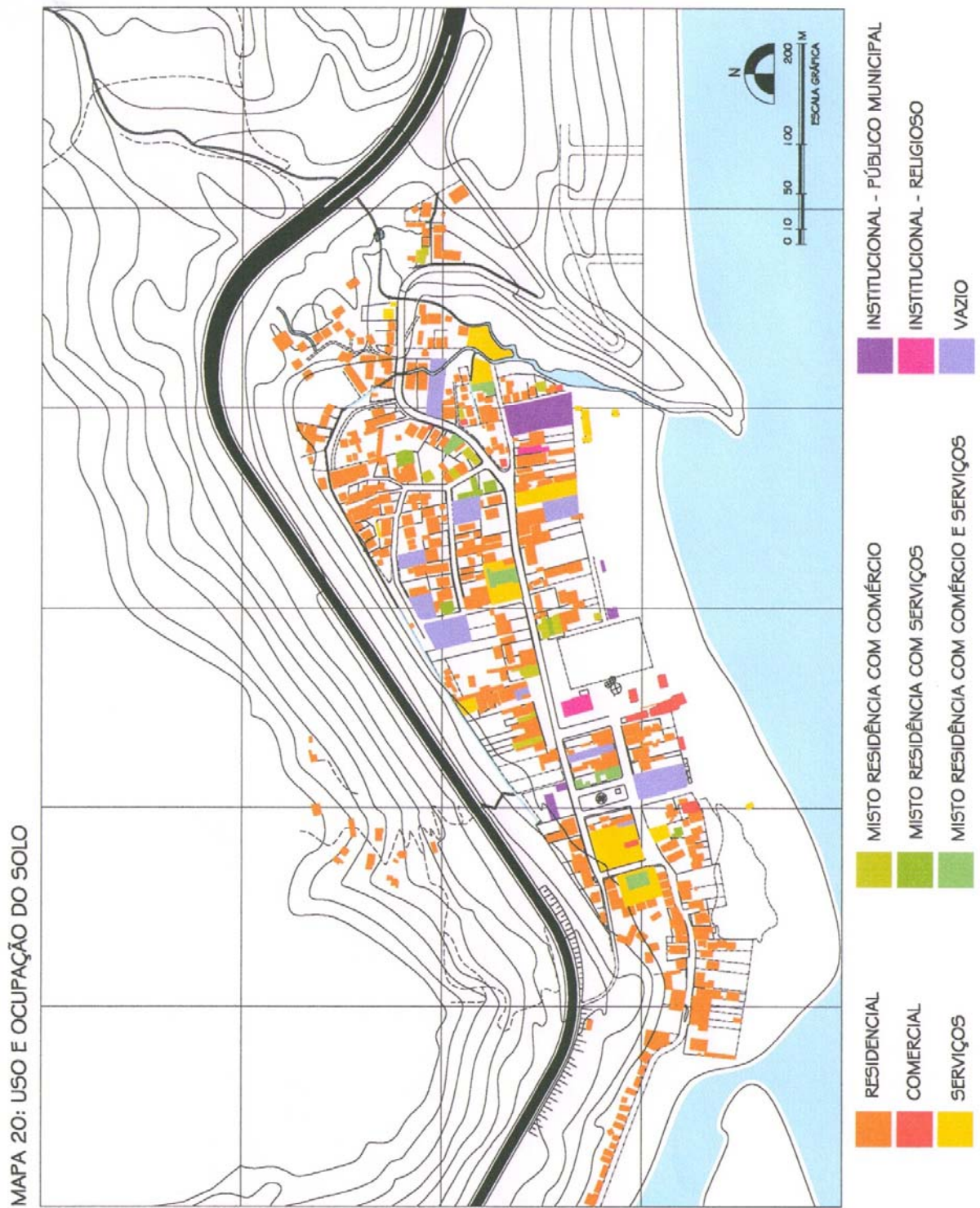
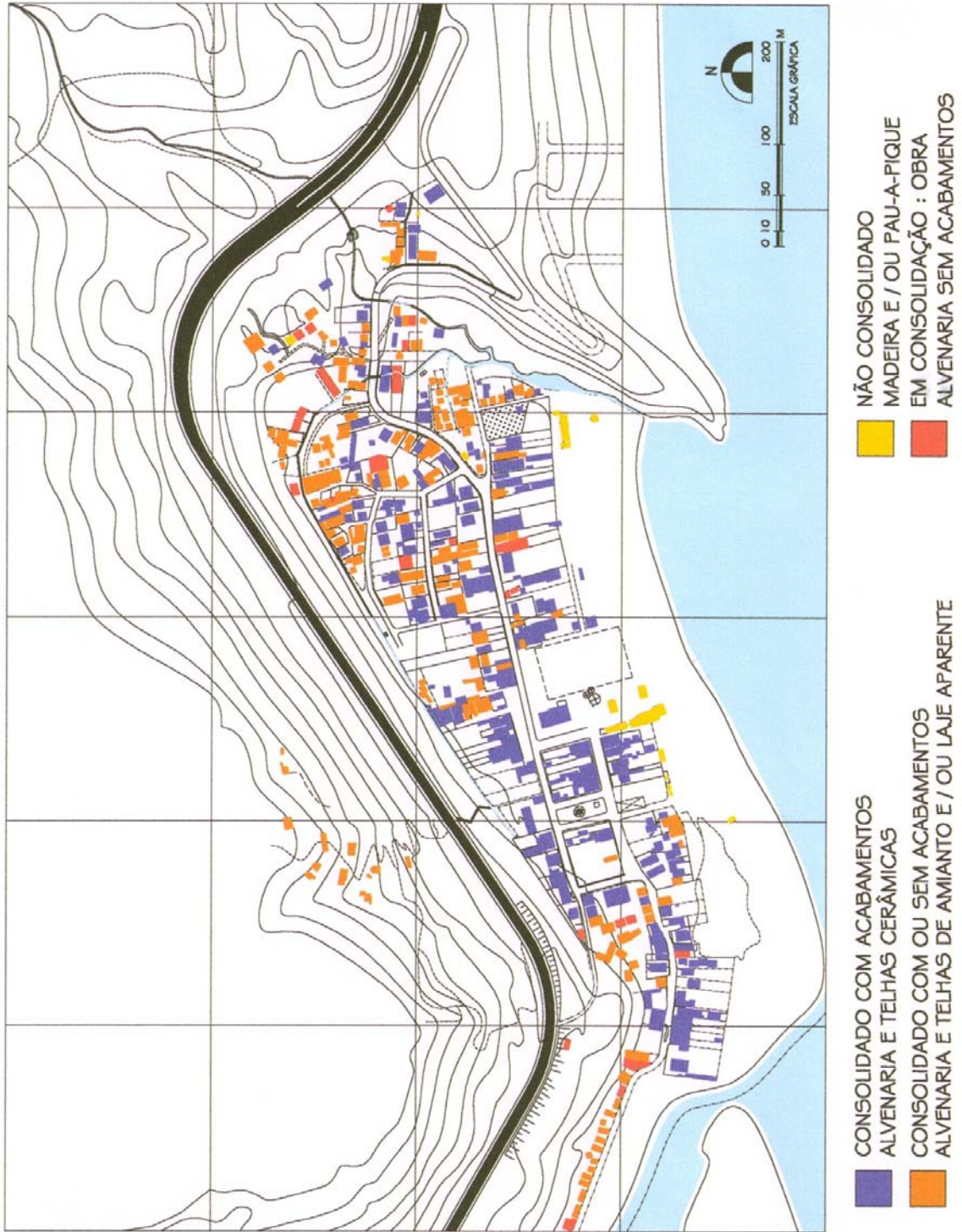


Figura 29: Mapa de ciclo construtivo (1998)

MAPA 21 : CICLO CONSTRUTIVO E GRAU DE CONSOLIDAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES



Total de edificações levantadas em 1998 na V.H.M. = 497 (100 %)

Uso residencial e usos mistos:

Uso residencial 84% (418)

Uso residencial com comércio 2,3% (12)

Uso residencial com serviços 1,3% (7)

Uso residencial com comércio e serviços 1,2% (6)

Uso residencial e usos mistos: através do levantamento de uso e ocupação do solo, 84 % das edificações da vila são unicamente de uso residencial, e cerca de 4.8 % são residências junto com outra atividade (uso misto: comercial, serviços ou ambos). Poderíamos dizer que destes 88.8 % de uso residencial, 19.30 % (96) são moradias permanentes (população fixa) e 80.70 % (401) destinados ao veraneio (segundas residências, de uso temporário - população flutuante de temporada ou fim-de-semana).

As residências temporárias ou de veraneio surgiram na vila após a abertura da BR-101. São em geral propriedades de moradores de outras cidades e estados vizinhos, principalmente dos núcleos urbanos da região metropolitana do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e outra parcela da região metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista. Nas entrevistas, a maior parte dos veranistas argumentou sua preferência pela V.H.M., pelo discurso da proximidade e facilidade de acesso rodoviário. As residências permanentes existentes desde antes da construção da BR-101, situam-se principalmente no núcleo histórico e algumas ainda são moradias da população dita tradicional.

As residências que proliferaram após a BR-101, ocupam diversos extratos a leste e a oeste, compondo o que se chamou de área de expansão. As áreas de expansão continuam adensando-se de tal maneira que já não há nenhum controle sobre ocupações, servidões de acesso ou implantação de infraestrutura básica. Outra parcela destas residências são utilizadas por pessoas que chegaram a trabalhar na construção da BR-101, na usina nuclear, nas empresas de Angra ou em bairros próximos, esta parcela ocupa os extratos próximos ao acesso da vila pela BR. Interessante observarmos a traumática transformação destas áreas com relação ao moradores: a maior parte vendeu seus imóveis a futuros moradores de veraneio e a população dita tradicional quase que imediatamente após a abertura da BR-101 foi impelida a deixar a vila, indo morar em regiões como Perequê ou Frade, vendendo seus imóveis por um valor de mercado baseado no turismo.

Esta situação fez surgir mais e mais residências de veraneio de várias categorias, principalmente, as localizadas na faixa costeira paralela à Rua do Comércio e outra no flanco costeiro a leste. Sendo assim, podemos compreender como áreas residenciais de veraneio surgiram em poucos anos e tornaram-se bem consolidadas .

O que vimos: aonde antes haviam moradores da vila, pequenos agricultores e pescadores, após poucas décadas havia o veranista, oriundo do centro metropolitano.

Usos: comercial, serviços, institucional municipal e institucional religioso
Total de edificações na V.H.M. = 497 (100 %)

Uso comercial 2.8 % (14)
Uso serviços 5 % (23)
Uso institucional público (pmar) 1 % (5)
Uso institucional religioso 0.4 % (2)
Vazios 2 % (10)

Uso comercial: comércio local - função direta do fluxo turístico e em geral localizados junto à residência do proprietário ou no mesmo lote:

- 1. 85% dos estabelecimentos estão na V.H.M. desde 1980: bares, mercearias, padarias, pousadas, barracões de praia*
- 2. Dependência do turismo de temporada: comerciantes complementam renda com biscates na baixa temporada*
- 3. Comércio predominante de alimentos e bebidas concentrados na rua das flores e cercanias da Igreja: lugares de maior permanência de turistas.*

Foram levantados 14 estabelecimentos unicamente comerciais, representados pelos barracões de praia e pelos bares e vendas localizadas principalmente na Rua das Flores e região do núcleo histórico, onde também se concentra o maior fluxo de turistas e visitantes em geral em especial nos fins-de-semana.

O restante do comércio têm características especiais, diagnosticados como de uso misto (4,8 %), isto é, cerca de 25 residências com comércios e/ou serviços.

Uso serviços: representados pelas pousadas, casas de banho, áreas de camping fechado, em geral apropriados de terrenos vazios, sem qualquer infra-estrutura. Quanto ao Camping selvagem (na praia), este foi proibido em todo município de Angra no decreto municipal nº 842-1 de 1996.

Após a proibição, o afluxo de campistas (que representam a terceira categoria da população flutuante) reduziu-se a um ponto extremo, que sua rarefeita permanência, limita-se, hoje, aos campings particulares geralmente administrados por alguns moradores.

A quarta categoria da população (transitória ou flutuante) está representada pelos excursionistas de fim de semana e feriados, estes, raramente fazem o comércio local de opção para compras, já que trazem carregam o que consomem .

Uso institucional municipal: apenas 2 edificações: a Escola Municipal Ignácio Daring, o posto de saúde municipal, próximo à escola, ambos localizados no núcleo histórico. Além destes, o cemitério que foi ampliado pela pmar e atende todo o Perequê e Vila Residencial Parque Mambucaba.

Uso institucional religioso: apenas 2 templos religiosos: a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, tombada pelo IPHAN e principal marco urbano reconhecido pelos moradores e o templo da Assembléia de Deus: junto ao cemitério .

Figura 30: Gráfico da população residente em domicílios particulares permanentes, na Vila Histórica de Mambucaba, maiores de 18 anos, segundo situação da ocupação - 1991. (Fonte: campo, 1991)

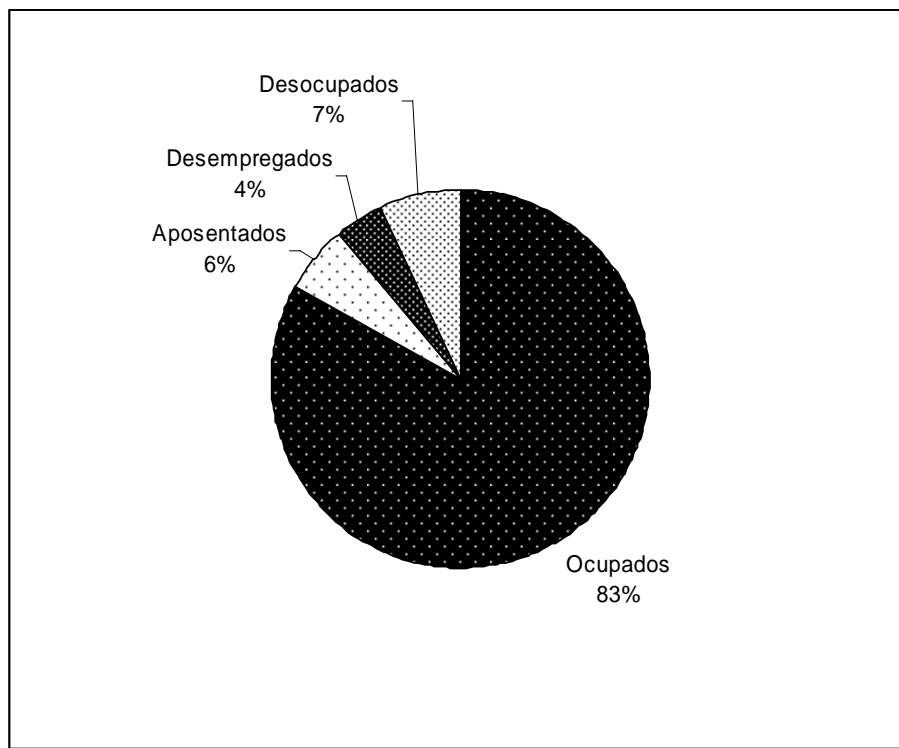


Figura 31: Gráfico da população residente em domicílios particulares permanentes em atividade profissional fora da Vila Histórica de Mambucaba, segundo local de trabalho - 1991. (Fonte: campo, 1991)

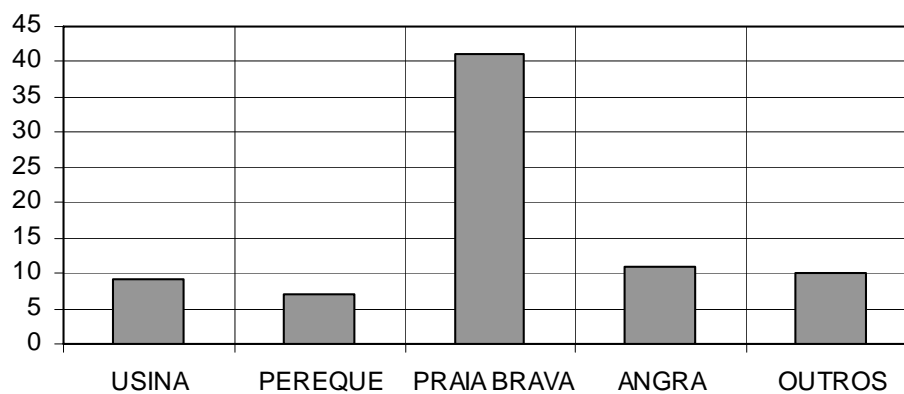


Figura 32: Gráfico da população residente em domicílios particulares permanentes em atividade profissional dentro e fora da Vila Histórica de Mambucaba - 1991. (Fonte: campo, 1991)

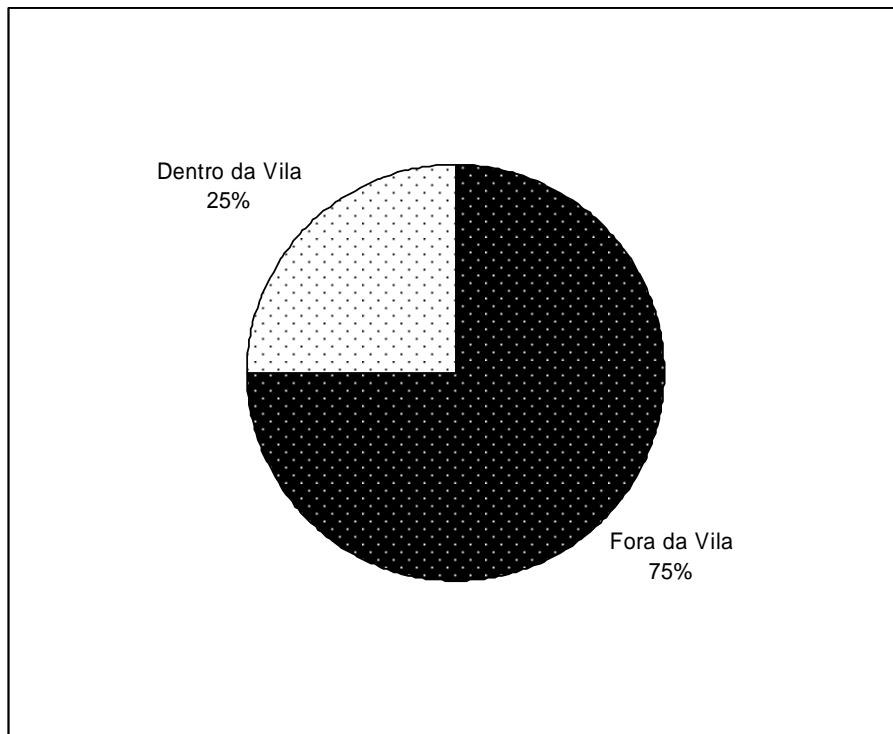


Figura 33: Gráfico dos domicílios próprios e alugados na Vila Histórica de Mambucaba - 1991. (Fonte: campo, 1991)

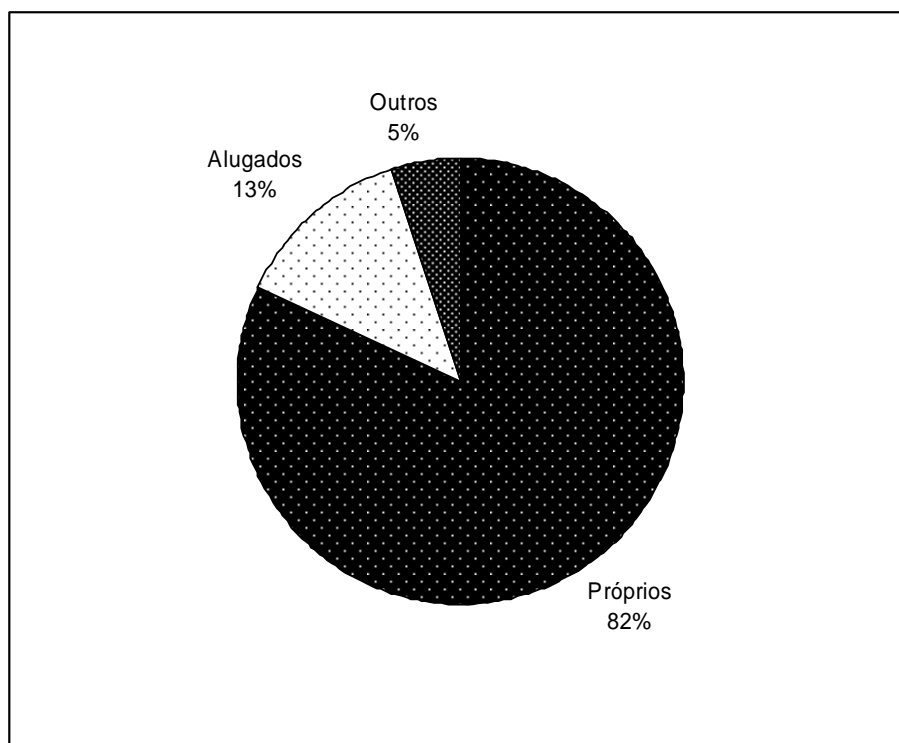


Figura 34: Mambucaba: residências e vazios. Fotos do autor; campo (1998).



FOTO 1: USO COMERCIAL NÃO REGULARIZADO NOS BARRACÕES DA PRAIA, GERALMENTE FREQUENTADOS POR BANHISTAS.



FOTO2 : EXEMPLO DE UTILIZAÇÃO DE ÁREAS DE MANGUESAIS COMO SERVIÇO DE "CAMPING FECHADO" - LOCALIZADO NA FAIXA RIBEIRINHA DO CÔRREGO DO ENGENHO



FOTO 3: POSTO DE SAÚDE E TRECHO DA ESCOLA MUNICIPAL - USO INSTITUCIONAL MUNICIPAL E PRAÇA AUGUSTO JORDÃO VARGAS



FOTO 4: IGREJA MATRIZ - USO INSTITUCIONAL RELIGIOSO COM ATIVIDADES PAROQUIAIS E NAS FESTAS COMUNITÁRIAS DO DISTRITO.



FOTO 5: LOTES VAZIOS NA ÁREA DE EXPANSÃO OESTE, SERÃO ACREDITAMOS RAPIDAMENTE OCUPADOS POR NOVAS EDIFICAÇÕES, OBSERVE AO FUNDO, UM TRECHO DA PRAIA, DA ILHA DO ALGODOÃO E OBRAS NO LOTE VIZINHO.



FOTO 6: RESIDÊNCIAS NO NÚCLEO HISTÓRICO COM BARES E PEQUENAS VENDAS.

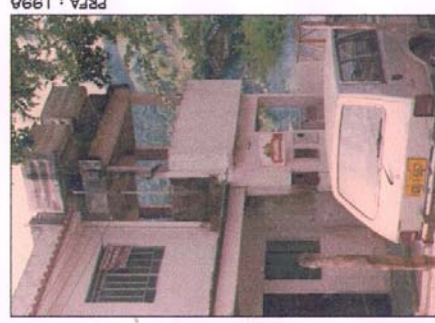


FOTO 7: RESIDÊNCIA COM SERVIÇOS DE BANHO, CAMPING E ALUGUEL PARA TEMPORADA - ÁREA DE EXPANSÃO LESTE.



FOTO 8: RESIDÊNCIAS DE VERANEIO NA FAIXA COSTEIRA - ÁREA DE EXPANSÃO CONSOLIDADA.



FOTO 9: OCUPAÇÃO RESIDENCIAL NA FAIXA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO CÔRREGO DO ENGENHO - ÁREA DE EXPANSÃO LESTE.

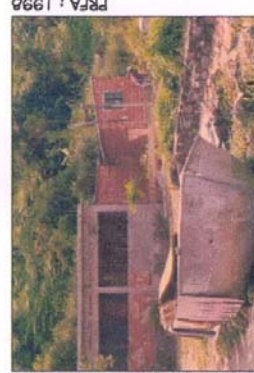


FOTO 10: OCUPAÇÕES RESIDENCIAIS DE VERANEIO NA FAIXA RIBEIRINHA DO RIO MAMBUCABA - ÁREA DE EXPANSÃO OESTE / AÇÕES DE REMOÇÃO DA FIMAR NÃO FORAM EFICIENTES POR FALTA DE FISCALIZAÇÃO ADEQUADA.

Figura 35: Mambucaba: praia, rio e córrego. Fotos do autor; campo (1998).

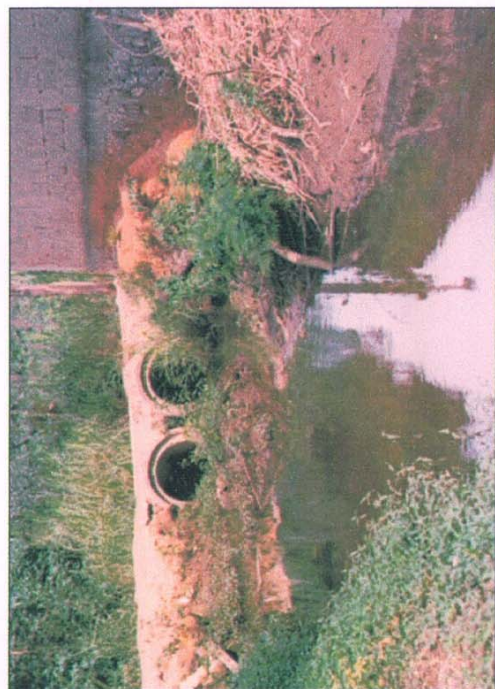


FOTO 1 : PRFA- 1998.- ACIMA : MANILHA IRREGULAR NO MANGUESAL DO CÓRREGO DO ENGENHO.

FOTO 2 : PRFA- 1998.- ABAIXO : SITUAÇÃO DO PROCESSO DE EROSAO DO LIMITE DO CASARIO COM O RIO MAMBUCABA . EXTREMO OESTE LIMITE COM O RIO.

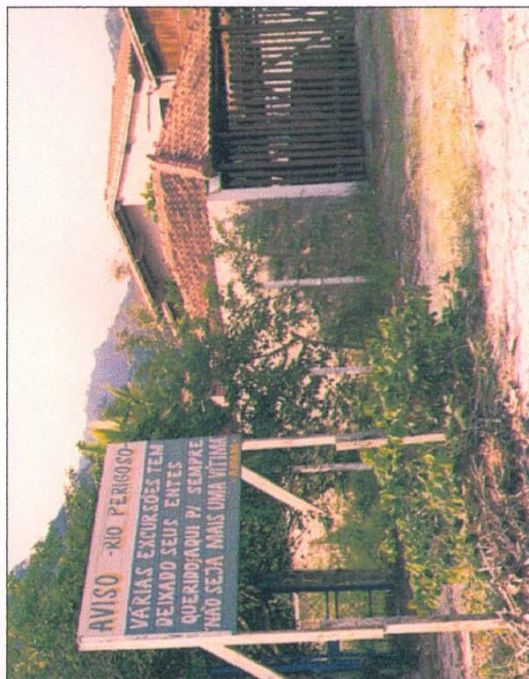
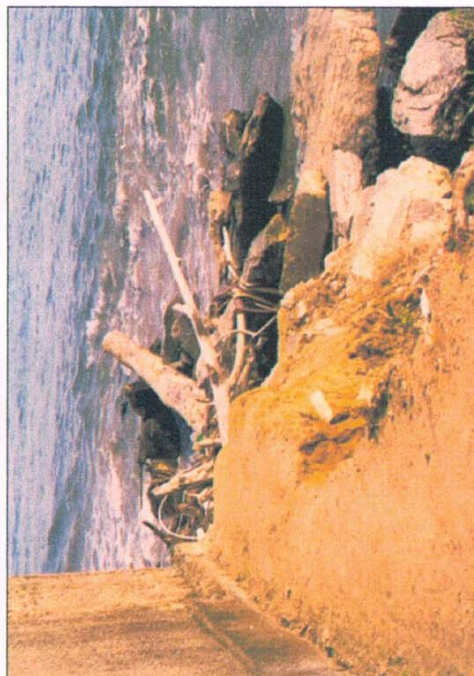


FOTO 3: PRFA- 1998.- ACIMA PLACA DA AMAM ALERTANDO DO PERIGO DO MERGULHO NO RIO MAMBUCABA.

FOTO 4 : PRFA- 1998.-ATERRAMENTO DO TRECHO DE CHARCO EXISTENTE NA PRAIA (INICIATIVA DA PMAR)

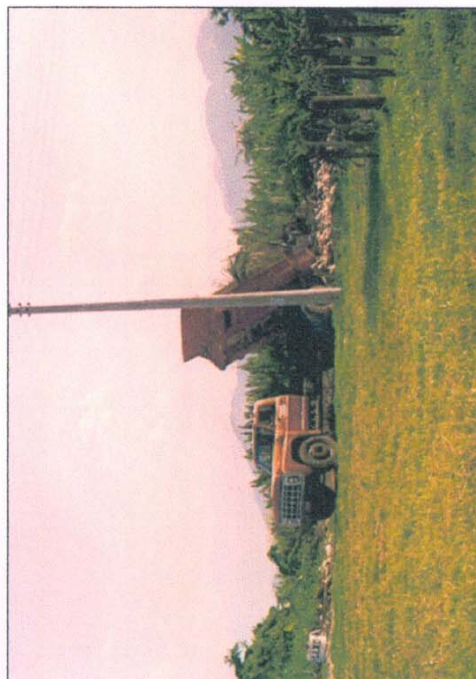


Figura 36: Mambucaba: problemas sanitários e ocupações. Fotos do autor; campo (1998).

FOTO 1 : PRFA-1998- CASA NA FAIXA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO CÓRREGO DO ENGENHO




FOTO 2 : PRFA-1998- SITUAÇÃO DE ABANDONO NO CÓRREGO DO ENGENHO - DESPEJOS DE DEJETOS E ATÉ UMA CARÇA DE CARRO.




FOTO 3 : PRFA-1998- MANILHA DE ESGOTO E ÁGUAS SERVIDAS NO CÓRREGO DO ENGENHO.

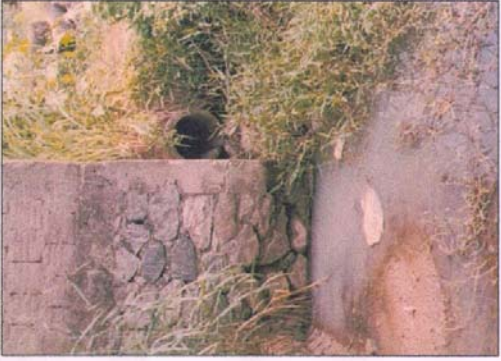


FOTO 4 : TRECHO DE ACUMULAÇÃO DE LIXO NAS MARGENS DO RIO MAMBUCABA




FOTO 5 E FOTO 6 : PRFA-1998- TRECHO DE OCUPAÇÕES RECENTÍSSIMAS NA FAIXA DE PROTEÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO MAMBUCABA . O LUGAR JÁ GANHOU O EPÍTETO DE "FINCA-PAU " DEVIDO À MANEIRA COMO SE OCUPA O LUGAR DA NOITE PARA O DIA . EM GERAL AS CASAS SÃO DE VERANEIO OU CONSTRUÍDAS PARA ALUGAR E SEUS OCUPANTES SÃO DE VOLTA REDONDA , BAIXADA FLUMINENSE OU DO PRÓPRIO PEREQUÊ . A REGIÃO JÁ FOI ALVO DE REMOÇÕES PELA PMAR. ...






Figura 37: Mambucaba: bica, acessos e servidões. Fotos do autor; campo (1998).

FOTO 1 : PRFA - 1998 - BICA DA FIGUEIRA : RECONSTRUÍDA PELOS MORADORES TRADICIONAIS , JÁ FAZ PARTE DO IMAGINÁRIO DA COMUNIDADE. AO FUNDO , A CALHA DO DETRAN.



FOTO 2: PRFA-1998 - TRECHO DA RUA DO CEMITÉRIO COM CONSTRUÇÕES CONDENÁVEIS À MARGEM DO CÓRREGO DO ENGENHO

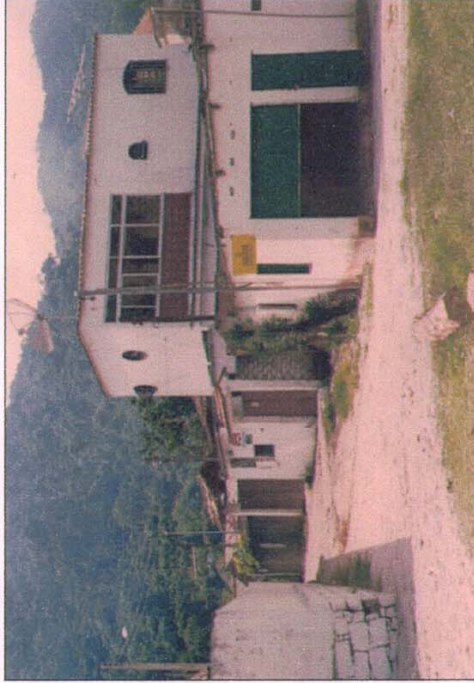


FOTO 3 : ÚNICO E PRECÁRIO ACESSO DE PEDESTRES A PARTIR DA BR-101



FOTO 4 : RUA DE ACESSO À VILA.



FOTO 5: PORTÃO DE ACESSO A UMA SERVIDÃO NA ÁREA DE OCUPAÇÕES OESTE . AO FUNDO PROLONGAMENTO DA RUA DAS FLORES SEM CALÇAMENTO E IRREGULAR



FOTO 6: SITUAÇÃO PROBLEMA : DESCONTINUIDADES DOS ALINHAMENTOS , PASSEIOS ESTRANGULADOS , RUAS SEM CALÇAMENTO. (TRECHO DO PROLONGAMENTO DA RUA DO COMÉRCIO)

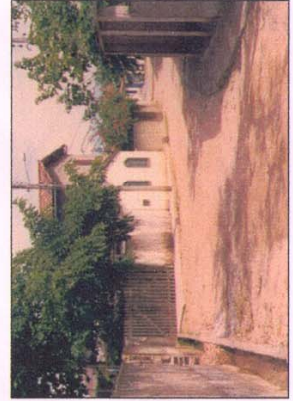


Figura 38: Mambucaba: faixa de praia e foz do rio Mambucaba. Fotos do autor; campo (1998)

FOTO 1 : PRFA-1998- PANORÂMICA DAS MARGENS DO RIO MAMBUCABA : DIVISA DA VILA DE MAMBUCABA COM O MUNICÍPIO DE PARATI.



FOTO 2: PRFA-1998- PANORÂMICA DA DESEMBOCADURA DO CÓRREGO DO ENGENHO COM AS ÁGUAS DA BAIÁ DA ILHA GRANDE. OBSERVAR AO FUNDO A ILHA DO ALGODÃO E DE SANDRI , ALÉM DOS TRAPICHES QUE SERVEM COMO CASA DE BARCOS DOS RAROS PESCADORES LOCAIS.

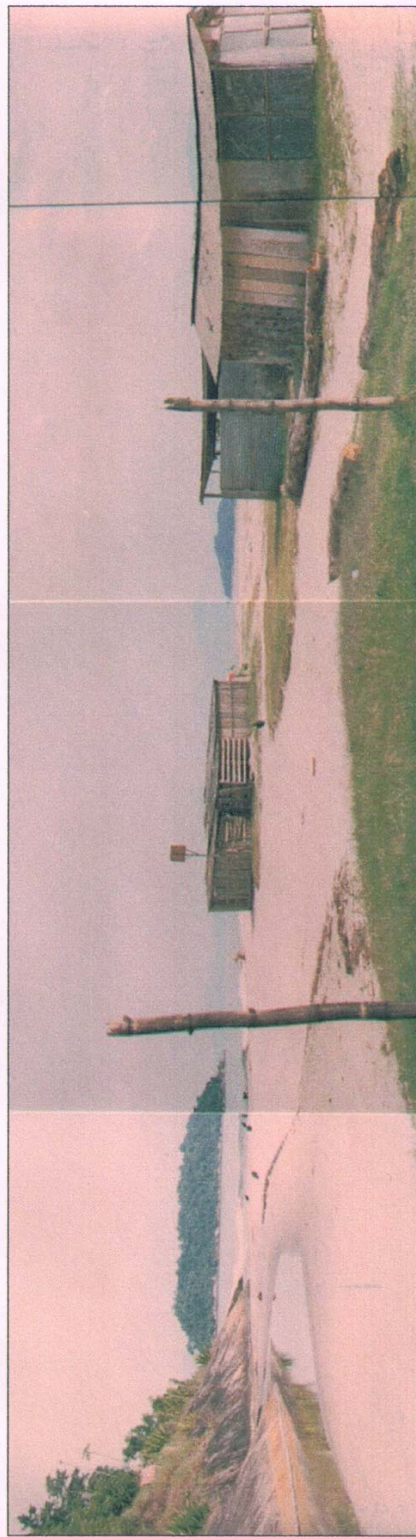


Figura 39: Mambucaba: vistas da Rua do Comércio e Rua das Flores. Fotos do autor (1998).



FOTO 1 : RUA DO COMÉRCIO



FOTO 2 : RUA DO COMÉRCIO

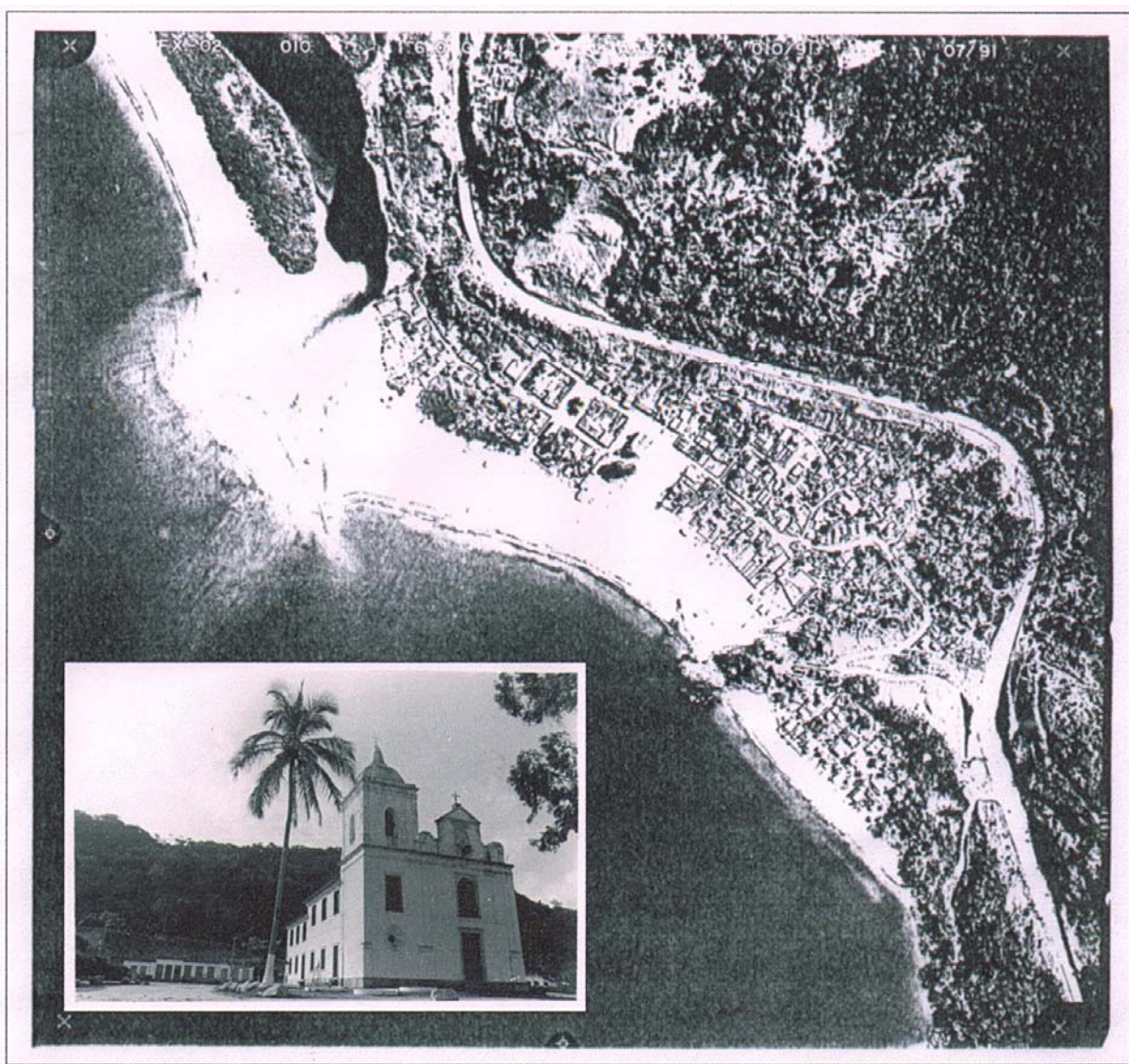


FOTO 3 : VISTA LATERAL DA IGREJA MATRIZ



FOTO 4 : RESIDÊNCIAS NA RUA DAS FLORES

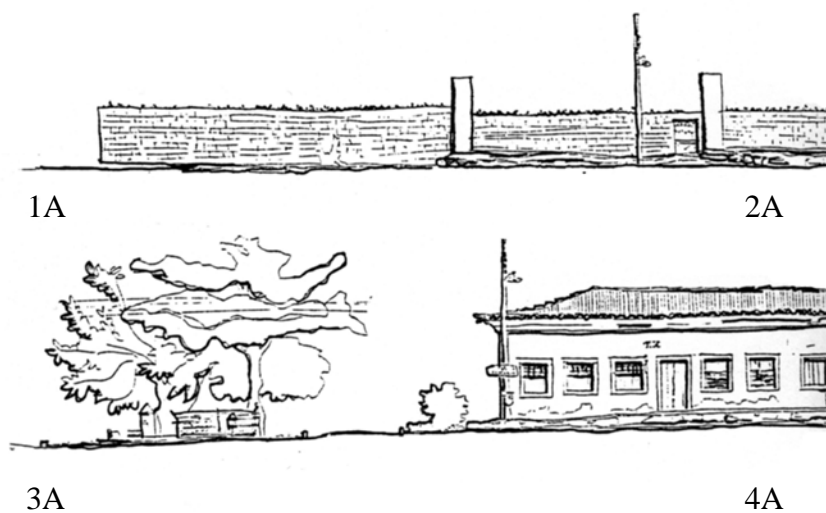
Figura 40: Mambucaba: Aerofoto. Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, PMAR (1991).



Figuras de 41 a 46: Desenhos de observação das fachadas do núcleo histórico. Paisagens do autor, lápis sobre papel canson, PMAR (1992).

Observação: ver Figura 8, p.14 e Figura 16, p.44, para localizar as fachadas em referência às ruas principais do núcleo histórico: Lado A (seqüência de fachadas do lado direito) e Lado B (seqüência de fachadas do lado esquerdo).

Figura 41: Rua do Comércio - LADO A - Parte 1/2



Rua do Comércio - LADO B - Parte 1/2

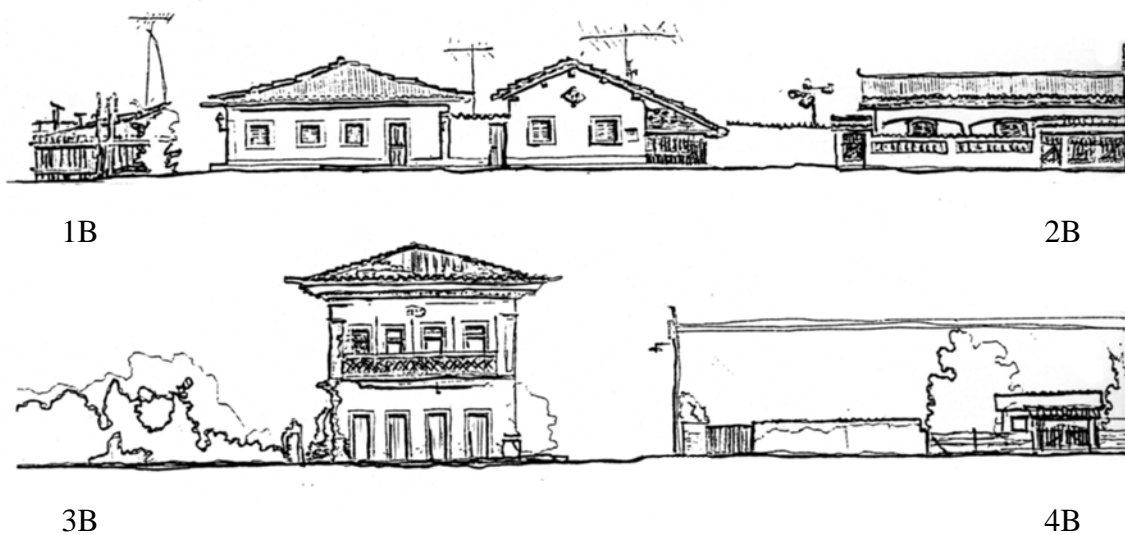


Figura 42: Rua do Comércio - LADO A - Parte 2/2



Rua do Comércio - LADO B - Parte 2/2



Figura 43: Rua das Flores - LADO A - Parte 1/2.

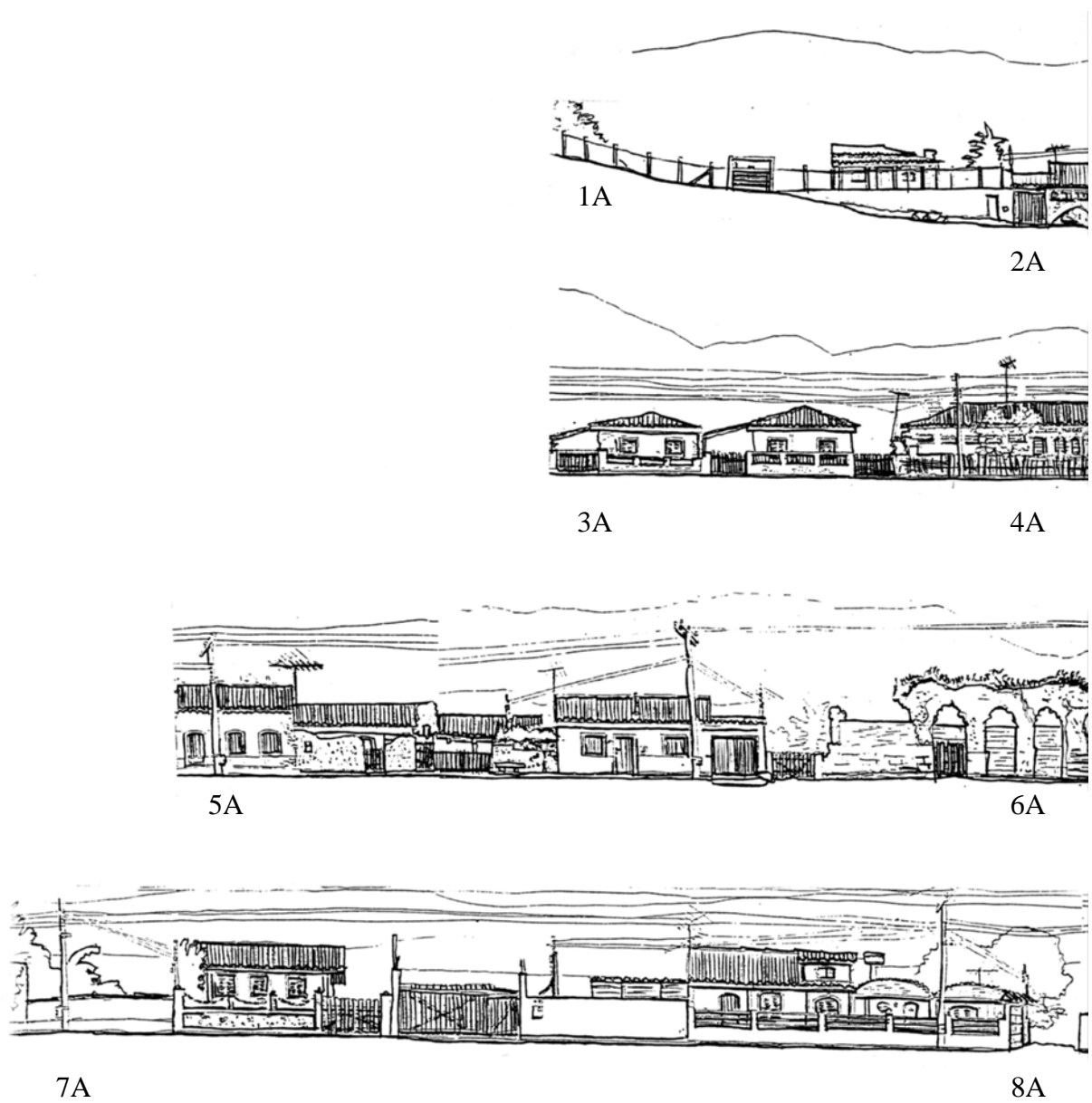


Figura 44: Rua das Flores - LADO A - Parte 2/2

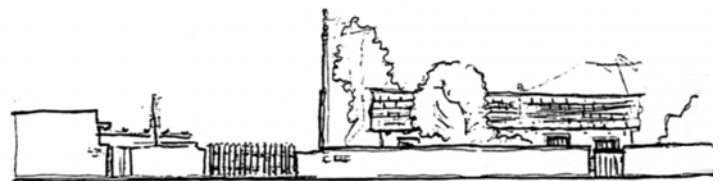


Figura 45: Rua das Flores - LADO B - Parte 1/2.



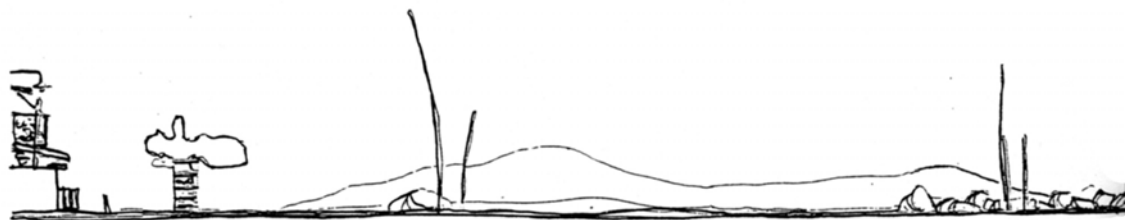
1B

2B



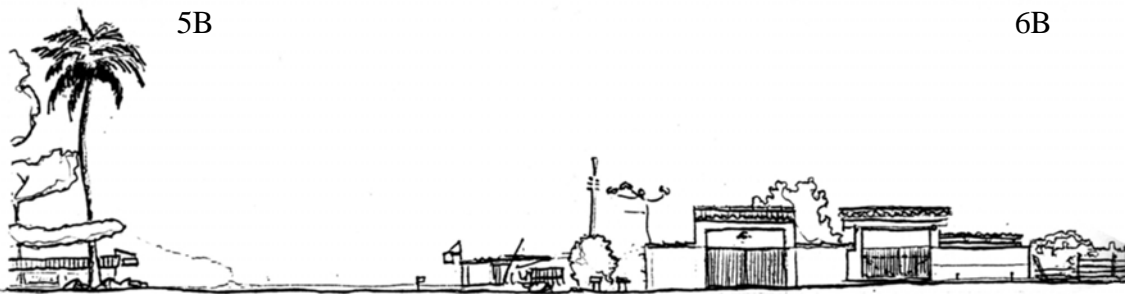
3B

4B



5B

6B



7B

8B



9B

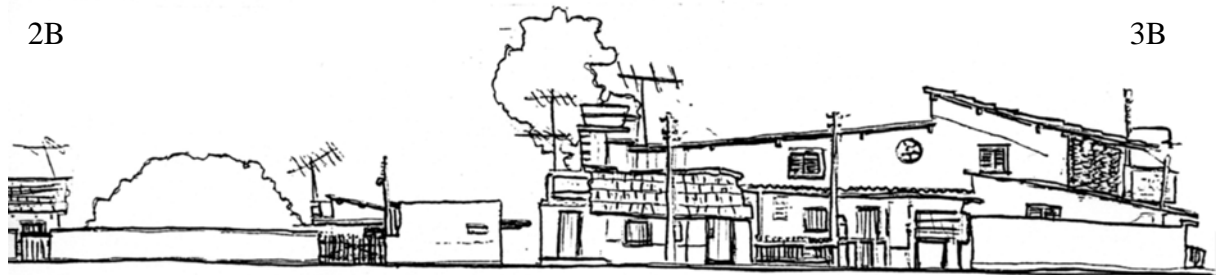
10B

Figura 46: Rua das Flores - LADO B - Parte 2/2.



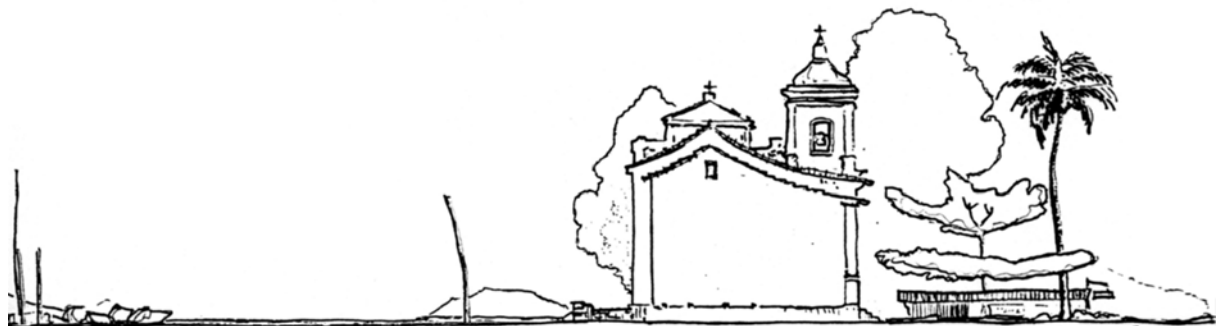
2B

3B



4B

5B



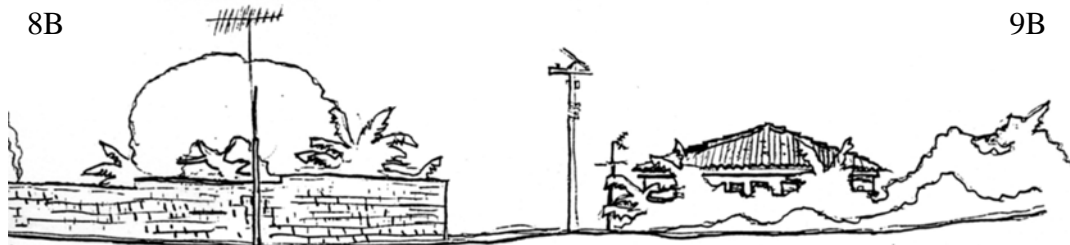
6B

7B



8B

9B



10B

11B

PARTE II

CAPÍTULO IV

4 A VILA VISTA E A VILA IMAGINADA

4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

“Os lugares, por serem como são, dizem de uma só vez uma porção de coisas para um monte de gente. Apresentam conformações cumulativas. Estão no presente, mas podem demonstrar como já foi e como, talvez será (...) na cidade o espaço fala.” (Carlos Nelson Ferreira dos Santos, 1986)

Nosso objetivo nas próximas linhas, será o de elencar alguns conceitos e linhas metodológicas que abrangem possibilidades distintas, mas que, por fim, convergem no caminho de um campo disciplinar voltado para estudo da percepção das influências ambientais relacionados à cidade e seus habitantes.

Como ponto de partida para montarmos nosso quadro teórico, tomaremos o conceito de meio ambiente, do ponto de vista das relações entre homem e seu meio natural ou construído, neste caso, consideraremos as influências do ambiente nas populações urbanas, não apenas como território da psicologia ou da semiologia urbana (semiótica), mas como objeto fundamental à análise dos imaginários coletivos destas populações em relação aos espaços vividos - norteando intervenções espaciais ou propiciando a necessária crítica ao planejamento das ações neste sentido.

Na cidade, as manifestações dos usuários, frente à qualidade dos ambientes estão traduzidas pelo uso cotidiano dos espaços, equipamentos e serviços urbanos. A população da cidade vivencia e interage diretamente com a realidade do objeto urbano – os impactos dessa interação estão registrados tanto nas mudanças da qualidade do ambiente construído - preservação ou degradação - quanto nos espaços não visíveis, relacionados às

qualificações e fatores sutis de conduta: aceitação, rejeição, desprezo ou mesmo “encapsulamento” (“*guetificação*”). Tais manifestações são resultados de operações diretas (experiência com o espaço) ou indiretas (mídia e literatura) e que podem condicionar afetivamente ou alterar a conduta relativa a um lugar revelando determinadas sensações de seus moradores: como as de isolamento, pânico, tensão ou insatisfação às relações de vizinhança ou o *new town blues*¹ (DEL RIO, 1996, p.9).

Sobre os temas identificados acima, destacamos duas grandes correntes metodológicas: o estruturalismo² e a fenomenologia³. Para o estruturalismo, em linhas gerais, a realidade é entendida como um conjunto de sistemas cujas estruturas são reconhecíveis e onde qualquer alteração sofrida por uma parte tenderá a se refletir no todo, admitindo-se relações de causa e efeito. Já para a fenomenologia a realidade se revela como um complexo conjunto de fenômenos que, embora admita correlações, é incomensurável e, portanto, impossível de se verificar pelas relações diretas de causa-efeito e de ser compreendida na plenitude.

Segundo Del Rio (1996, p.11), a vertente do “estruturalismo” tem maior incidência na arquitetura e urbanismo dos países de cultura anglo-saxã, como os Estados Unidos e Grã-Bretanha, inclusive na maioria das formulações que encorajam o desenvolvimento de metodologias projetuais com base em estudos de percepção ambiental.

¹ Aspectos do *new town blues*, termo utilizado nos trabalhos de **Anne Whyte** para exemplificar tais fenômenos de conduta. Ver WHYTE, Anne. **Guidelines for field Studies in Environmental Perception**. Technical Notes5. Paris: UNESCO, 1977.

² O *estruturalismo*, movimento na área das ciências humanas, emergiu na França em meados da década de 1950, no qual a linguagem, seja verbal ou não, desempenha uma função chave. É na figura do antropólogo social francês Claude Lévi-Strauss que o estruturalismo moderno tem seu principal representante. Lévi-Strauss afirmou que as diferentes culturas dos seres humanos, suas condutas, esquemas lingüísticos e mitos revelam a existência de padrões comuns a toda a vida humana. O estruturalismo encontra-se, ainda, apoiado por Roland Barthes, sociólogo e filósofo; Michel Foucault, filósofo que compartilhava dos pensamentos de Nietzsche e Heidegger; pelo psicólogo Jacques Lacan e Jacques Derrida, filósofo francês, cuja obra deu lugar à escola da desconstrução, método analítico que foi aplicada à literatura, lingüística, filosofia, direito e arquitetura. O método desconstrutivo, recorre à psicanálise e à lingüística e inverte as suposições sobre a natureza dos textos, questionando uma unicidade de significado.

³ Para a fenomenologia, a realidade se revela como um complexo conjunto de fenômenos incomensuráveis.

Tais estudos são considerados indispensáveis à etapa programática⁴. Os principais representantes dessa linha são: Kevin Lynch e Gordon Cullen. Enquanto Lynch trata de ideais qualitativos, como legibilidade, orientabilidade e identidade; Cullen busca sensações visuais topológicas que formam imagens compartilhadas pela população. Uma corrente paralela, de origem alemã, baseada na *Gestalttheorie* (teoria da forma), está representada pelos trabalhos de Michel Trieb e sua *Stadtgestalt* - teoria das formas da cidade em que a percepção visual da cidade pode transmitir diferentes sensações, independentemente de predeterminações culturais, tais como sentimentos de surpresa, envolvimento, antecipação etc..

Na vertente da *fenomenologia*, o meio ambiente trabalha com o conhecimento holístico, isto é, todo o ambiente que envolve o homem, seja físico, social, psicológico ou imaginário influencia a sua percepção e conduta. Interessa descrever e interpretar a realidade e os fenômenos observados como partes de um fenômeno integral que não pode ser fracionado. Os principais representantes dessa linha são Yi-Fu Tuan, na área de geografia humanística, e Christian Norberg-Schulz com o *Genius Loci* ou “espírito do lugar”; ambos estudaram a importância do significado da qualidade do lugar enquanto concorrente de fenômenos ambientais, no cotidiano da sociedade. Nessa linha, distinguem-se duas categorias: (1) a *cognitiva*: quando um local apresenta-se com significados funcionais, no entanto destituído de sentimentos; (2) a de *lugar*: quando o local é percebido como único e repleto de valores e significados. (DEL RIO, *op. cit.*, p.12)

Também baseiam-se nos estudos da percepção ambiental, outras vertentes, como as que se preocupam com aspectos da paisagem natural e construída como depositária de valores da população, em suas dimensões utilitária ou estética; além daquelas que trabalham com a educação ambiental, onde o exercício da percepção se revela como um

⁴ O governo federal norte-americano exige pesquisas de impacto ambiental que considerem a percepção e expectativas da

poderoso instrumento para interpretação da realidade e formação de sistemas de valores e mesmo a construção social da imagem (temas ligados à sociologia).

Como ferramenta metodológica que pode apoiar o campo disciplinar da percepção ambiental, utilizaremos os trabalhos de Kevin Lynch, especificamente as obras de 1960, “A Imagem da Cidade” e a “A Boa Forma da Cidade” de 1981 e, que nos servirão como ferramenta para uma parte das pesquisas com imaginários urbanos na Vila Histórica de Mambucaba, a outra parte, trabalharemos com a metodologia aplicada desenvolvida por Armando Silva (2001) no estudo dos imaginários coletivos e metáforas urbanas latino-americanas e complementaremos com os estudos antropológicos das representações sociais e da história.

O estruturalismo ambientalista de Lynch, em geral (mas não somente) utilizado no suporte ou na avaliação do *desenho urbano*⁵, procura atestar que os atributos ambientais, naturais ou artificiais, alteram o processo perceptivo dos seus usuários, principalmente o visual, possibilitando o reconhecimento de qualidades ambientais e a formação de imagens compartilhadas pela população. Em sua *teoria da boa forma da cidade*,

população para aprovação de projetos de grande porte.

⁵ O desenho urbano: (1) por Amos Rapoport (1977): “um campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas físico-ambientais e sistemas de atividades que interagem com a população através de suas vivências, percepções e ações cotidianas”. O desenho urbano trata da “natureza dos elementos urbanos e suas inter-relações, como experimentados e compreendidos pela população”. (2) por Shirvani (1977): “a parte do processo de planejamento que lida com a qualidade do meio ambiente e apresenta-se permeado de alto grau de compromisso público”. (3) por Christopher Alexander (1987) : “a principal qualidade do desenho das cidades do passado é a unidade do todo ... um todo orgânico refletido em todos os detalhes, perdida na cidade moderna e que deve ser resgatada pelo desenho urbano”. (4) E, ainda, Appleyard e Jacobs (1982), que propuseram em um manifesto do desenho urbano, os elementos principais para a vida urbana em relação à sua qualidade, tais como : identidade e controle, acesso e oportunidades ao lazer, vida comunitária, vizinhanças de convívio, densidades mínimas e inter-relações intensas entre edifícios e espaços e moradores. (5) Kevin Lynch (1960), em busca de elementos básicos aplicáveis ao desenho urbano na metodologia elaborada em “A Imagem da Cidade”, trabalha basicamente os conceitos da legibilidade e da imageabilidade. Para isso, identifica 3 categorias: a da identidade, a da estrutura e do significado: componentes de uma imagem ambiental e sua definidora. Trabalhando com a elaboração de mapas mentais com habitantes, utilizando como elementos: percursos, limites, setores, nós e marcos. Anos mais tarde, Kevin Lynch (1981), em sua “Teoria da Boa Forma Urbana” atribui metas ao desenho urbano, como as de: vitalidade = grau em que a forma as funções vitais e de bem estar humano, sentido = grau em que o assentamento é percebido, compreendido e estruturado mentalmente, congruência = capacidade da forma apoiar fazeres e comportamentos sociais, acesso = integração total entre lugares do assentamento; controle = grau de controle do habitante em relação a produção do espaço, eficiência = relação custo-benefício na manutenção do assentamento, justiça = distribuição social dos benefícios. Ver DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Lívia de. (org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

Lynch destaca que a qualidade de um lugar é resultado do efeito conjunto obtido, em linhas gerais, por: (1) relação entre forma e propósito; (2) possibilidade da forma espacial ser o lugar das instituições sociais; (3) diferenciação espacial em função de cada grupo. Lynch define cinco dimensões de desempenho das cidades - vitalidade, sentido, adequabilidade, acessibilidade e controle, que estabelecem as diretrizes básicas de análise e projeto do espaço urbano; e dois metacritérios - eficiência e justiça.

“A insuficiência dos aglomerados populacionais muito pequenos e a opressão em confusão dos aglomerados demasiado grandes, assim como a angústia do crescimento e do declínio, conduziram à idéia de que a cidade, tal como um organismo, deve ter uma dimensão adequada, na qual o seu crescimento se deve estabilizar.” (LYNCH, 1981, p.228)

Primeiramente, interessou-nos identificar os *atributos e as imagens ambientais do lugar*. Elas representariam as percepções básicas do processo cognitivo relativo ao ambiente, pois refletem as dimensões das relações do cotidiano social e das geografias “natural e construída” conformando os principais aspectos do *sentido do lugar*. (DEL RIO, *op.cit.*, p.11)

4.1.1 O Sentido do Lugar

"Os atos e os pensamentos dos seres humanos são o terreno final onde se pode julgar a qualidade." (LYNCH, *op.cit.*, p.53)

Utilizando-se de uma das dimensões da obra paradigmática *A Boa Forma da Cidade* de Kevin Lynch⁶: por *sentido* de um lugar, ou de um aglomerado populacional, pretendemos dizer a *clareza* com que ele pode ser *apreendido e identificado*, e a facilidade com que os seus elementos podem ser ligados a outros acontecimentos e locais numa representação mental coerente do tempo e do espaço, e o modo como essa representação pode ser ligada a conceitos e valores não espaciais. Esta é a união entre a forma do ambiente e os processos humanos de percepção e de cognição (LYNCH, 1981, p.127).

Mas a percepção não é um *ato passivo*, a percepção é um ato criativo e não pode ser analisada senão como *interação entre a pessoa e o lugar e vice versa*. Dessa forma, o sentido de determinado local varia consoante aos diferentes observadores, tal como a capacidade de determinada pessoa se aperceber de como a forma varia consoante os locais. (LYNCH, *op. cit.*, p.127). Apesar de tudo, existem algumas características que são constantes,

⁶ Kevin Andrew Lynch, nascido em Chicago, nos EUA, no dia 7 de janeiro de 1918, e falecido em 25 de abril de 1984 – foi planejador urbano, professor e teórico. Lynch estudou em Yale University (1935-1937), em Taliesin com Frank Lloyd Wright (1937-1939), em Rensselaer Polytechnic Institute (1939-1940) e se formou pelo Massachusetts Institute of Technology (Mit) em 1947, passando a lecionar em 1948 como auxiliar e se tornando professor titular, em 1963 (Urban Landscapes e City Design). Fundou a Carr Lynch Associates em 1977, Boston, escritório de consultoria e projeto que desenvolveu, entre outros projetos: Boston's Government Center E Waterfront Park, Detroit's Riverfront, Art Institutions (Dallas) e os planos de desenho urbano de Minneapolis, Los Angeles, São Francisco e São Diego. Escreveu mais de 20.000 notas de aulas, 4 volumes de registros de viagens, vários artigos e sete livros sobre o planejamento da cidade, dos quais se destacam: *The Image Of The City* [1960]: onde sintetiza cinco anos de estudos com o professor Gyorgy Kepes sobre a percepção das pessoas a respeito de suas cidades, no centro de estudos urbanos e regionais, parceria entre Massachusetts Institute of Technology e Harvard University, patrocinado pela fundação Rockefeller; no livro a imagem da cidade, o autor procura identificar qualidades e elementos estruturadores da cidade na visão e percepção de seus usuários; autor sutilmente esboça uma teoria do espaço urbano, com base na manifestação sócio-cultural e na semiótica (Teoria de Charles Pierce), propondo a utilização de três operações básicas: a percepção ambiental, a leitura e a interpretação da cidade por seus usuários; *What Time Is This Place* [1971] onde examina como o tempo evolui nas cidades e como ocorre a conservação urbana; *Growing In The Cities* [1977]: onde explora como o meio urbano afeta as crianças, sintetizando seu trabalho desenvolvido para a UNESCO (International Study of The Impact of Economic Development on The Spatial Environment of Children); *Good City Form* [1981].

A visão interdisciplinar de Lynch em história, semiótica, psicologia ambiental, o fez leitor de Mumford, Alexander, Appleyard, Cullen, Howard, Venturi, Jacobs, Harvey, Christaller, Strauss, Tuan, Engels, Bachelard.

significativas e fundamentais na experiência de um mesmo local por pessoas diferentes. Estas características constantes, por um lado, têm origem na *base biológica* comum da nossa percepção e cognição e, por outro lado, nas *normas culturais* comuns entre a população que habitualmente utilizam um local específico. Assim, as atividades e as celebrações associadas a um local apóiam a sua percepção.

“O problema fundamental é decidir em que consiste a forma de um aglomerado humano: apenas em objetos inertes? Ou também em organismos vivos? Quais são as atividades que as pessoas desenvolvem? Qual é a estrutura social? O sistema econômico? O sistema ecológico? O controle do espaço e o seu significado? Como é que se apresenta aos sentidos? Quais são seus ritmos diários e sazonais? As suas mudanças seculares? (LYNCH, op. cit., p.52)

O *Sentido do lugar* é, na definição de Lynch, *o grau em que um aglomerado populacional pode ser compreendido e mentalmente diferenciado e estruturado no tempo e no espaço pelos seus residentes, e o grau em que essa estrutura mental se liga com seus valores e conceitos - a correspondência entre o ambiente as nossas capacidades mentais e sensoriais e as nossas construções culturais.* (LYNCH, op. cit., p.117). O sentido é caracterizado pelas categorias: “orientação”, “identidade”, “estrutura”; e seus níveis de “congruência”, “transparência” e “legibilidade”.

Abaixo compilamos as definições para cada uma delas: (1) *Orientação*, definida como: (a) *Espacial*, reconhecendo uma forma ou atividade, ligações seqüenciais, direcionamento de relações, marcos, caminhos, quebras, gradientes, panoramas etc.; e (b) *Temporal*, os tempos de deslocamento físico; e os relacionamentos abstratos entre passado, presente e futuro; (2) *Identidade*, é “o nível a que uma pessoa consegue reconhecer ou recorda um lugar como sendo distinto de outros locais”. O caráter de um lugar está ligado

à acessibilidade deste a todos os sentidos: *visão*; *audição*, *olfato* e *tato*. Locais identificáveis têm marcas convenientes nas quais se baseiam as memórias pessoais, sentimentos e valores. (LYNCH, *op. cit.*, p.127). (3) *Estrutura* - é o “sentido do modo como as partes se ajustam em conjunto”, é a adequação entre as partes em relação ao todo; numa grande localidade é o sentido de direção, conhecimento de onde as coisas estão e como os outros lugares estão conectados a este. (LYNCH, *op. cit.*, p.128).

É possível acrescentar, em estrutura, os três elementos trabalhados por Lynch em “A Imagem da Cidade”: limites, bairros e marcos⁷. Veremos mais adiante, estes *elementos* de maneira mais detalhada na parte da metodologia dos *mapas mentais*⁸. Contudo deve-se ter esclarecer que as “imagens mentais” refletem o nível simbólico, figurativo ou associativo de nossa cognição, onde a imagem possui sentido em si mesma e revela-se como um símbolo, ou seja, substituição da realidade (Rapoport, 1983, Lang, 1987 *apud* DEL RIO, 1996, p.14). Já o “mapa mental” pode ser considerado como um outro tipo de imagem, que reflete o nível icônico da cognição e possui algum tipo de estruturação interna entre seus elementos formadores, remontando a uma lógica operacional (Lynch, 1960, Downs & Stea, 1977 *apud* DEL RIO, 1996, p.14). Por meio desta tipologia, a mente seria capaz de reconstruir um lugar a partir de sua imagem mental.

Os Componentes ou níveis do “sentido” são: a “congruência”, “transparência” e “legibilidade”; e descrevem as conexões da forma com aspectos não espaciais e valores relacionados com a sensibilidade, isto é, com a capacidade do indivíduo perceber sensorialmente. O nível mais profundo desta conexão é a visão de lugar, que varia

⁷ N.A.: *Limites* são fronteiras espaciais e lineares; *Bairros* são regiões de tamanho variado, reconhecidas tanto internamente como externamente e *Marcos* são elementos ou conjunto de elementos que dão algum tipo de referência ao local.

⁸ O *mapa mental* enquanto tipologia imagética reflete o nível icônico da cognição.

entre pessoas e culturas. São elas: (1) *Congruência*: Relação entre as percentagens espaciais e suas funções de economia, sociedade e processo natural; (2) *Transparência*: Grau com que o indivíduo percebe as operações das funções técnicas, das atividades e os processos naturais e sociais que ocorrem no espaço. (3) *Legibilidade*: Grau com que os habitantes de um local se comunicam através do simbolismo das características físicas.

Lynch (1981) considera que toda modificação ocorrida em um aglomerado populacional é um “ato humano”, provocado por causas humanas.

Os casos de transformação urbana podem oferecer importante material de análise, verificando a influência das transformações, através da história urbana, na conformação dos valores da sociedade. (LYNCH, *op.cit.*, p.1-41)

Prova deste universo, destacamos um comentário de Lynch sobre o caso das transformações ocorridas em Boston: “os valores e os avaliadores que transformaram Boston podem ser identificados, ainda que estejam encobertos pela complexidade de uma grande cidade e pela enorme inércia da sua forma”. A cidade (Boston) não “cresceu naturalmente”, nem foi o resultado inescapável de forças históricas impessoais. O seu crescimento também não representou uma fábula única ou incompreensível. Do mesmo modo, podem ser analisadas as cidades de uma cultura diferente observando-se como as variações de valor afetam a forma da cidade”. (LYNCH, *op.cit.*, p.39)

4.1.2 A Imagem da Cidade

A leitura da qualidade visual das cidades por meio do estudo da imagem mental que dela fazem seus habitantes foi outro importante estudo de Lynch cujo objetivo foi concentrar-se nas seguintes categorias: (1) *Legibilidade* que define como uma importante qualidade visual baseada na clareza aparente da paisagem da cidade. Uma cidade legível seria aquela cujos bairros, marcos ou vias fossem facilmente reconhecíveis e agrupados em um modelo geral (LYNCH, 1997, p.3); (2) Estrutura, Identidade e Significado: “uma imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes; *identidade, estrutura e significado*” (LYNCH, *op. cit.*, p.9), a identificação de uma área, sua diferenciação de outra, sua personalidade e individualidade são chamadas por Lynch de “identidade”. A estrutura é a coerência do todo e das relações internas. O observador deve, finalmente, ser capaz de captar significado nesta imagem ambiental, seja ele prático ou emocional; (3) *Imageabilidade (ou Imaginabilidade)*: ou “a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma forte imagem em qualquer observador”. (LYNCH, *op. cit.*, p.11)

No método aplicado dos *mapas mentais*, Lynch “aplicou uma metodologia de pesquisa através de questionários e entrevistas em três cidades norte-americanas. Algumas características desta metodologia são destacáveis: primeiro, não se tratava de tentativa de quantificar dados exaustivamente para provar sua validade estatística, mas de concentrar-se na qualidade e na riqueza das respostas; segundo, aplicava perguntas abertas, evoca reconhecimentos com base em fotos e solicitava que o entrevistado desenhasse *mapas mentais* ou descrevesse *percursos específicos*. Com isto objetivava identificar as *imagens coletivas* das cidades e as de suas partes e *elementos mais significantes* cruzando as informações em mapas compostos. (DEL RIO, 1990, p.93)

Os Elementos mais significantes e definidores para os *mapas mentais* ele os definiu como sendo: (1) *Percursos: (paths)* As vias ao longo das quais o observador normalmente se movimenta; constituem-se nos elementos mais importantes e que compõem mais fortemente a estrutura da cidade na mente dos observadores; ao longo dos percursos estão arranjados os outros elementos; (2) *Limites: (edges)* Elementos lineares não utilizados como percursos e que geralmente demarcam o limite de uma área ou de uma zona conhecida para o observador; são importantes pois quase sempre representam uma interrupção de continuidade da imagem urbana; (3) *Bairros: (districts)* ou *setores*. Áreas da cidade de certa extensão e que o observador identifica “de dentro” como possuindo uma identidade própria, ou “de fora” se realmente puderem ser vistos de longe; normalmente possuem “limites” precisos e são interligados por “percursos”; (4) *Nós: (nodes)* Locais estratégicos da cidade onde o observador pode entrar e que possuem forte função, destacando-se da estrutura; locais de concentração de atividades ou convergência física do tecido urbano; podem ser locais centrais de “setores”; (5) *Marcos: (landmarks)* referencial externo que se destaca da paisagem; são geralmente objetos; podem estar distantes e constituem uma referência constante ao usuário, ou podem estar mais integrados à estrutura destacando-se do conjunto por sua forte imageabilidade. (DEL RIO, *op. cit.*, pp.93-95)

4.1.3 Os Imaginários Urbanos

A parte das pesquisas sobre a cultura urbana (SILVA, 2001) e aquelas que estudam as vivências das populações nos espaços, toma como reflexão os imaginários coletivos ou sociais na cidade, Este eixo metodológico, que se deseja explorar nesta etapa do trabalho, recebe influências de outros campos disciplinares do *simbólico*: como a psicanálise, a semiótica, a filosofia crítica e a antropologia urbana.

Esta vertente cujas considerações metodológicas apresentaremos com mais detalhes adiante, foi escolhida por nós por apresentar um método de análise urbana suficientemente abrangente, do ponto de vista qualitativo, para o reconhecimento das estruturas invisíveis da Vila, a Vila imaginada pelos olhos dos seus moradores. Utilizaremos como referência os trabalhos desenvolvidos pelo professor Armando Silva⁹ para a América Latina e em especial para as cidades de São Paulo e de Bogotá, apresentados no livro “Imaginários Urbanos” (2001). No caso desses dois estudos de caso sobre imaginários urbanos na América Latina, o autor desloca-se sobre dois grandes temas gerais: o da *evocação* e dos *usos* e analisa: primeiro: os *acontecimentos* e fatos marcantes na história; segundo: os diferentes *olhares* da diversidade social; e terceiro: as *ilusões*, *fantasmas urbanos* ou *metáforas urbanas* coletivas como um fenômeno da sociedade contemporânea. (SILVA, 2001, p.87)

O objetivo seguinte foi o de identificar as impressões mentais dos moradores da vila em relação ao espaço urbano vivenciado pelos diferentes sujeitos sociais –

⁹ Armando Silva, Phd. pela Universidade da Califórnia, com estudos em filosofia, semiótica e psicanálise, é fundador da área de comunicação visual da Universidade Nacional da Colômbia, onde atualmente ensina e dirige o Instituto de Estudos em Comunicação. Seu trabalho teórico abrange a arte, a cidade e os meios de comunicação, sobre os quais costuma desenvolver a sua reflexão a partir das disciplinas do simbólico: a psicanálise, a semiótica, a filosofia crítica e a antropologia. Atualmente dirige o projeto sobre culturas urbanas na América Latina e Espanha, sob a ótica dos seus imaginários sociais, patrocinado pelo convênio Andrés Bello e pelas autoridades locais e universidades públicas de 14 países.

Os grupos de atores¹⁰ interagem com o lugar de maneira diferente. Sob a luz do método de Armando Silva, propusemos uma leitura dos depoimentos e relatos da população entrevistada e compusemos uma breve análise dos diagramas dos imaginários na V.H.M., das reportagens dos jornais, das fotografias e inclusive, os desenhos obtidos na etapa anterior dos mapas mentais. O estudo baseou-se na análise de cerca de 200 questionários preenchidos pelos moradores da Vila em 1998 e sistematizados segundo os critérios do método posto, para o presente trabalho.

O procedimento da utilização do método foi o de recolher indícios do que tange aos acontecimentos mais importantes na história de vida do morador enquanto usuário da Vila e identificar o que Silva (2001, p.9) denomina *pontos de vista cidadãos*¹¹ e a *memória* sobre o espaço urbano vivido.

Particularmente, para o nosso estudo de caso, trata-se de verificar, em primeiro lugar, a estratégia discursiva elaborada pelos atores como cidadãos ao narrarem as histórias da Vila; em segundo lugar, verificar as diferentes leituras, a partir das vivências dos atores sociais, seus sentimentos, particularidades das narrativas no que tange às omissões e às permanências de valores e opiniões no tempo pesquisado (1992-1998), isto é, suas afinidades e suas insatisfações relacionadas aos fatos e aos lugares marcantes nesta temporalidade: as cidades de estruturas *invisíveis*.

Quanto às impressões sobre as “estruturas invisíveis”, são apreendidos também, os *espaços da memória* dos atores sociais da V.H.M. o que Silva (2001) chama de “abstrações coletivas” ou “metáforas urbanas” (SILVA, op. cit., p.87).

¹⁰ Ver Anexos: metodologia utilizada com descrição detalhada das diferentes classes de atores sociais identificados no universo de pesquisa.

¹¹ Trata-se da *estratégia discursiva* elaborada pelos cidadãos ao narrarem as histórias da sua cidade.

4.1.4 Projeção Qualitativa: Evocar e Usar a Cidade

Um passo apontado no método, no sentido de reconhecer estas impressões é o estudo da *projeção qualitativa* e das categorias das projeções imaginárias construídas pelos habitantes – a *evocação* e o *uso*. A projeção qualitativa refere-se à análise do processo de construção dos imaginários de uma cidade (SILVA, op. cit., pp.82-98).

Quanto ao estudo da imagem, então entendida como uma apreensão das imaginações urbanas à cidade vivida, a pesquisa deve encerrar preocupação em penetrar nos *significados culturais* de diversas experiências da vida urbana, vinculadas às manifestações psicológicas e sociais dos cidadãos. Em outras palavras, a *imagem* que nos interessa estudar, não é mais a *imagem* no sentido do estruturalismo ambiental de Lynch - esta já vimos na etapa anterior - a *imagem* a estudar é concebida como *a construção social de um imaginário coletivo* (SILVA, op. cit., p. 83). Esta não pode ser tomada nem como fato mensurável ou empiricamente fechado, nem como ponto de vista isolado no indivíduo, a *imagem* é holística.

Entre as *técnicas* e ferramentas similares às desenvolvidas por Armando Silva (2001, p.83) no estudo do imaginário, e das quais tivemos oportunidade de usar nas pesquisas qualitativas em campo parte em 1992 e parte em 1998, estão:

(a) a aplicação de *questionários* que medem aspectos imaginários das cidades estudadas e *formulários* elaborados para coletar informações, planejado, como aponta Silva (*op. cit.*, p.84), “para ser respondido com a liberdade da lembrança e segundo a emoção de cada pessoa consultada”.

(b) preenchimento de *Fichas de observação* e diários de campo preenchidos pelo pesquisador.

(c) utilização de ferramentas do campo da *comunicação* como *fotografias*, os *registros visuais*, as *iconografias*.

(d) a elaboração de *croquis* segundo o modo como os cidadãos imaginam a Vila (SILVA, *ibid*) - neste item conjugamos a mescla com as pesquisas dos *mapas mentais* inspirados em Lynch, como referenciados anteriormente.

(e) as *análises narrativas* e os registros das *mudanças perceptivas* dos moradores: os diferentes pontos de vista.

A *operacionalidade* do método de projeção qualitativa, proposto por Silva, foi encaminhada, segundo o autor, para possibilitar estratégias representativas de uma coletividade urbana. O ator consultado é chamado pelo método, de *informante* (ou *consultado*) que respondeu aos questionários ou preencheu os formulários (SILVA, *op. cit.*, p. 86). Um ponto importante e que se levou em conta, é que o questionário não é tomado simplesmente como questionário, mas com atributos de uma *conversação* (um “questionário-conversação”) (SILVA, *op. cit.*, pp.86-87). Deixava-se ao “consultado” plena liberdade para responder às perguntas, algumas das quais foram deixadas em aberto porque em algumas ocasiões o consultado atua mais como um informante. A apreensão dos “pontos de vista cidadãos”, na verdade podem ser encaixadas dentro da busca das *metáforas urbanas* mais representativas socialmente, daí sua necessária conectividade e articulação com a análise da *história urbana*, acreditamos. O modelo geral de questionário utilizado nesta etapa, o disponibilizamos nos *Anexos*.

Como vimos, o estudo da *projeção qualitativa* apresentado utiliza dois conceitos: o de *evocação* e o de *uso*. Veremos a seguir o significado de cada termo: por *EVOCAÇÃO* (SILVA, *op. cit.*, p.87), entende-se o registro das representações de forte caráter metafórico e simbólico, como a localização de diversos territórios, personagens da

lembrança, lugares de uso e da memória, escalas cromáticas e olfativas, fantasias elaboradas sobre lugares (SILVA, *ibid*). No caso de Mambucaba, além destas categorias citadas, tratamos de registrar também as narrativas e histórias orais - recortando imagens com as quais os moradores identificam ruas, lembranças e qualificam acontecimentos dramáticos na vida de uma cidade. Utilizamos o registro da “memória narrativa oralizada” como auxiliar nesta etapa, assim procedemos com a Vila Histórica de Mambucaba.

Já o segundo conceito: USO (SILVA, *op. cit.*, p.87), baseia-se em ações sustentadas por *experiências empíricas* dos sujeitos sociais com a cidade: traçar rotas, construir caminhos, visitar frequentemente, qualificar serviços como o transporte ou as gestões cívicas, observar e reconhecer certos lugares. Como traz Silva (*op.cit.* pp.221-223), a cidade corresponde a uma *organização cultural* de um espaço *físico, mediático e social*. Trata-se de uma dimensão de cidade nascida agora dos seus próprios moradores. Pois uma cidade tem de ser vista com a construção de seus sentidos. Haveria, vários espaços: “um *espaço geográfico*”, como cenário (físico) da sua paisagem natural afetada pelo construído; um *espaço histórico*”, que se relaciona com a competência para viver uma cidade, com a capacidade para entendê-la no seu desenvolvimento e em cada momento; (...) “um *espaço imaginário*” onde atendem às suas utopias, aos seus desejos, às suas fantasias que se realizam com a vida diária”. (SILVA, 2001, pp.221-223)

Por fim, o que atravessa os métodos de Lynch e Silva, apesar dos objetivos diferentes, é a preocupação com a leitura do lugar a partir das bagagens e impressões de seus personagens urbanos, dos atores sociais ou da sociedade que interage com ele, buscando:

(a) em LYNCH: a identificação da qualidade visual, apreendida em categorias de análise espacial e representação das estruturas ambientais, usando o método

inspirado nos mapas mentais elaborados pelos atores sociais, posteriormente sintetizadas em um mapa-símbolo;

(b) em SILVA: a identificação das metáforas urbanas e do imaginário coletivo, isto é, identificando os elementos do imaginário coletivo partindo do espaço vivido e depois imaginado pelos atores sociais. Procede-se à coletânea de pistas *qualitativas* e registro das narrativas dos atores sociais, pistas mediáticas e iconográficas, e depois interpretadas à luz da antropologia urbana. Portanto, a confluência das diferentes técnicas são profícuas no sentido do objetivo de obter uma forte imagem da *filia* (pertencimento) dos sujeitos com os *espaços* vividos, ou melhor, da *topofilia*¹² agregada ao ambiente, segundo as suas aspirações e vivências.

¹² Contribuição à geografia de Yi-Fu Tuan, no início dos anos 70, no sentido de identificar laços entre a qualidade do ambiente e as aspirações do homem, lançou conceitos como a *topofilia* e a *topofobia* em um estimulante estudo dos lugares valorizados: o valor da paisagem vivida e as bases conceituais para estudos de percepção ambiental.

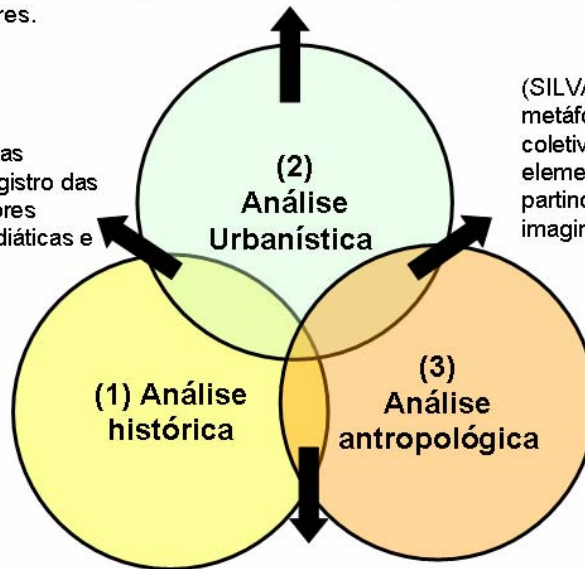
Figura 47: Diagrama dos Eixos Metodológicos.

EIXOS GERAIS

(LYNCH)

A identificação da qualidade visual, apreendida em categorias de análise espacial e representação das estruturas ambientais, usando o método inspirado nos mapas mentais elaborados pelos atores sociais. Mapeamentos urbanos e caracterizações auxiliares.

Coletânea de pistas “qualitativas” e registro das narrativas dos atores sociais, pistas midiáticas e iconográficas.



(SILVA) A identificação das metáforas urbanas e do imaginário coletivo, isto é, identificando os elementos do imaginário coletivo partindo do espaço vivido e depois imaginado pelos atores sociais.

O estudo das representações sociais e os processos históricos, utilizando-se de ferramentas como a observação participante e a história oral.

Figura 48: Fluxograma das Categorias de Análise.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

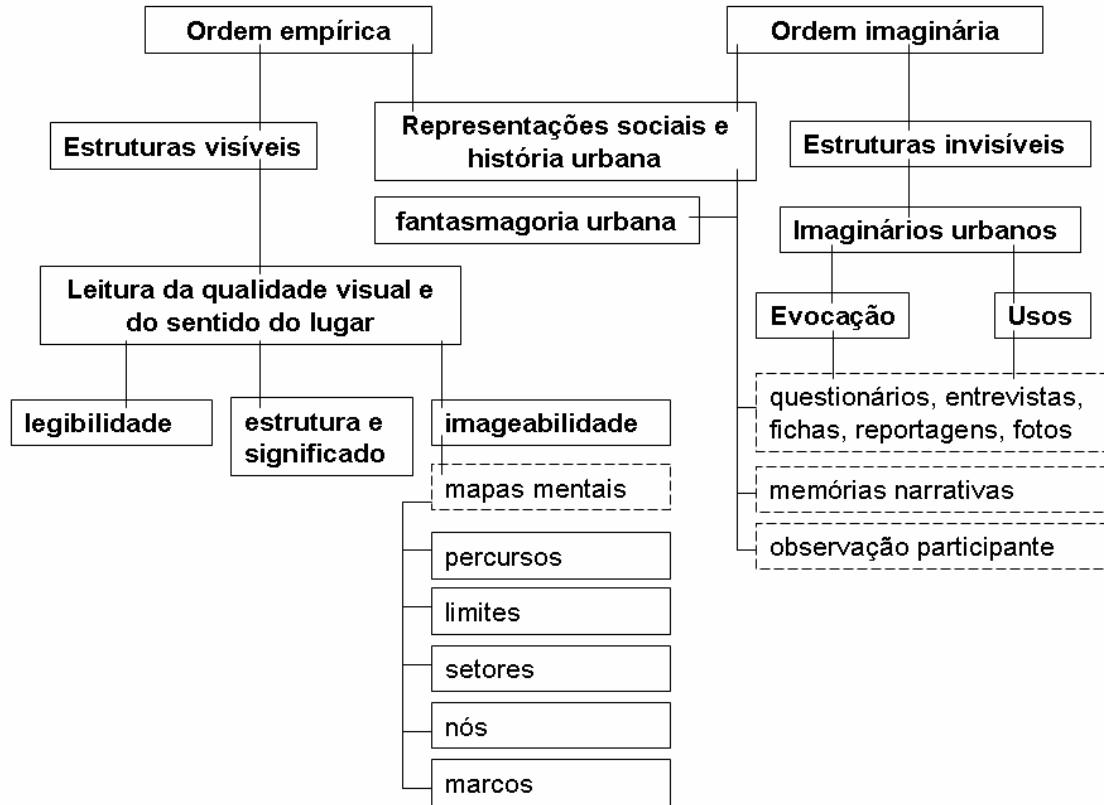


Figura 49: Diagrama dos Espaços da Cidade Subjetivada. (SILVA)

A cidade corresponde a uma organização cultural das três DIMENSÕES DO ESPAÇO: o físico, o mediático e o social: as interações entre o sujeito social urbano e as três dimensões conformam a sua subjetividade

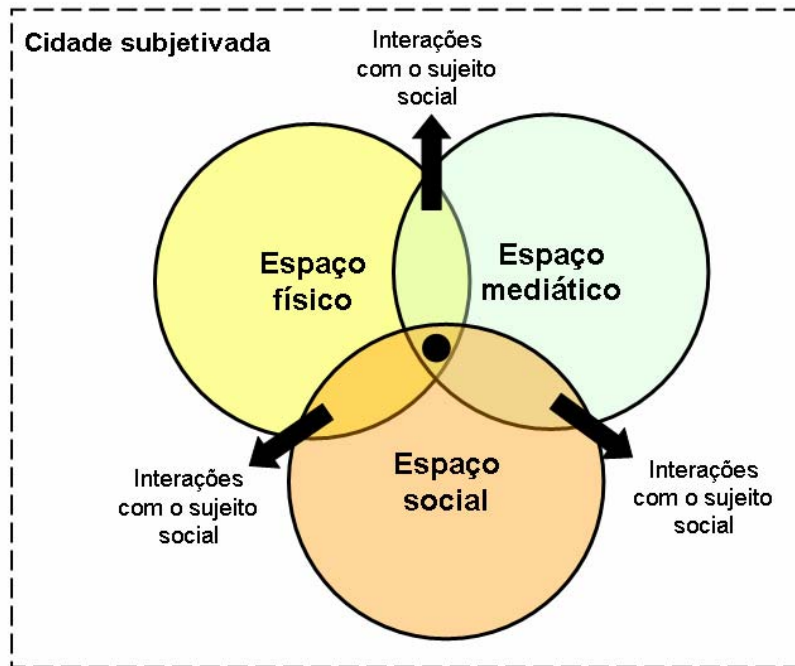


Figura 50: Diagrama das Dimensões do Espaço. (SILVA)

ESPAÇOS

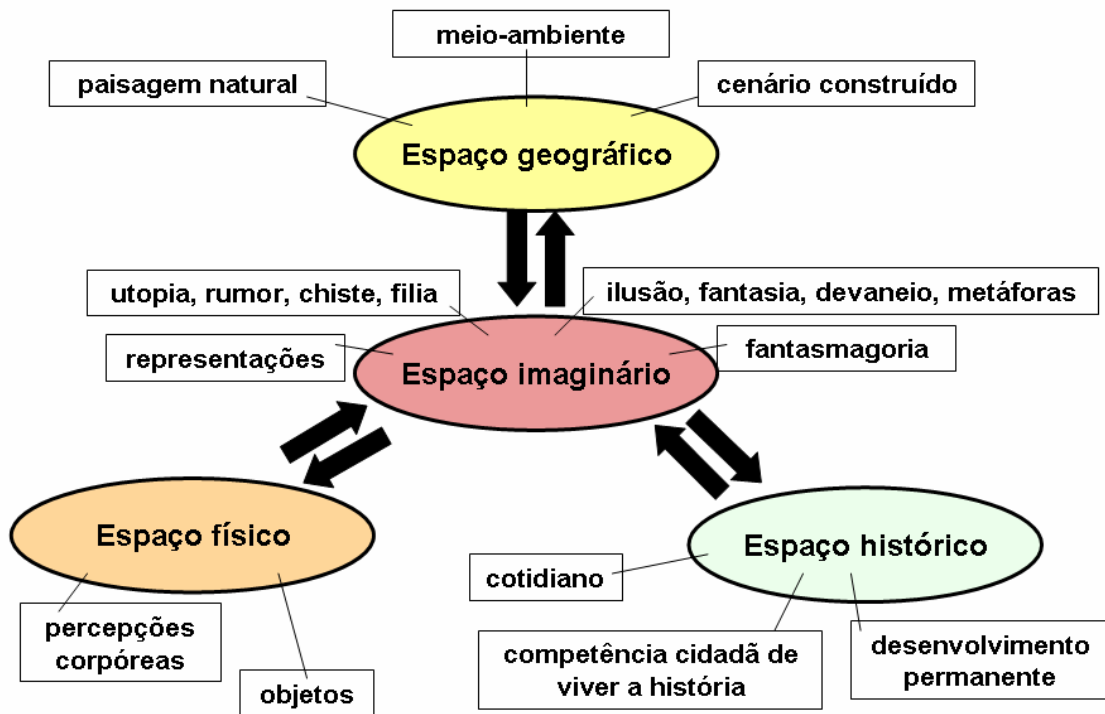
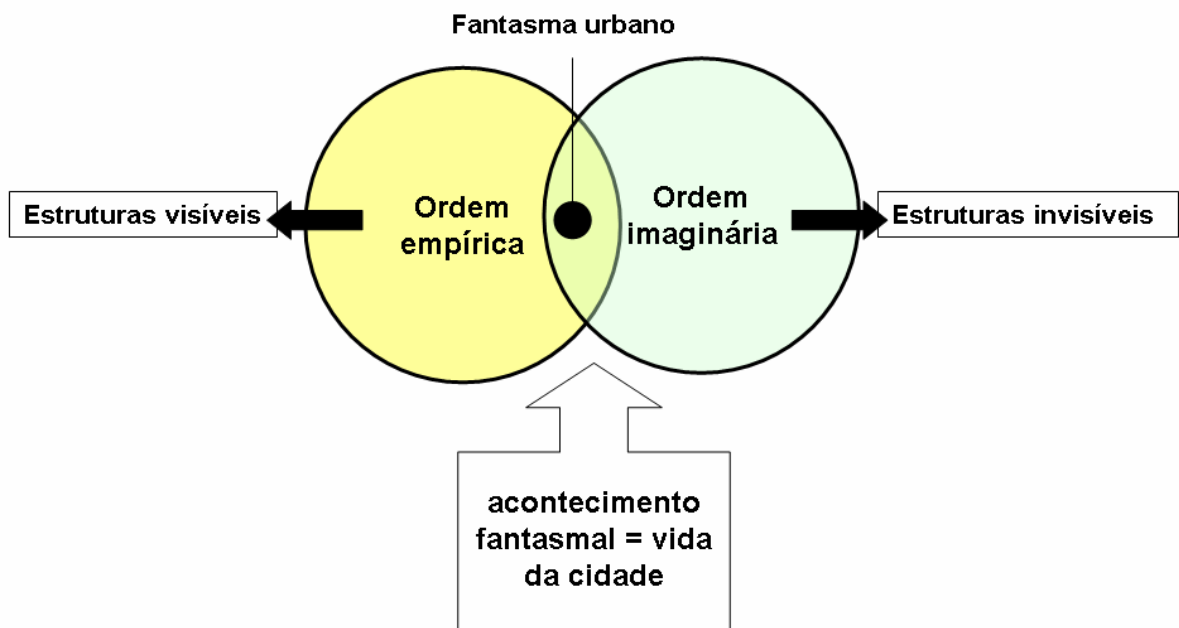


Figura 51: Diagrama dos Fantasmas Urbanos. (SILVA)

A ordem empírica cede ou é transformada pelo imaginário, ou vice versa, a ordem imaginária cede ou é transformada pelo empírico. Na zona intermediária surge o **acontecimento fantasmal**: a vida da cidade. O empírico é factível e demonstrável enquanto o imaginário é assimilável à fantasia. O fantasma urbano vive sobre a marca do imaginário e da transformação do espaço empírico.



4.2 A IMAGEM DA VILA: A CIDADE VISÍVEL

4.2.1 Mapeando a imagem da V.H.M. por seus moradores

Neste capítulo apresentaremos uma coletânea dos croquis mentais elaborados pelos moradores da Vila: jovens e adultos do sexo masculino e feminino. A partir daí, com base na observação destes croquis realizados a lápis sobre papel, a mão livre feitos por moradores, elaboramos um resumo segundo a proposta da metodologia de Lynch, destacando as categorias que conformam a imagem da Vila, na forma de um mapa-síntese.

Esta etapa da pesquisa, apresentada a seguir, permite identificar hierarquicamente dois níveis: o primário (forte legibilidade) e o secundário (fraca legibilidade), os limites, percursos, marcos, nós e os distritos ou bairros classificados em áreas ou setores de população.

Os símbolos cartográficos criados são atribuídos para representarem os elementos cuja repetição é observada na maioria dos mapas criados pelas mãos dos moradores, segundo a metodologia de Kevin Lynch.

Todos os mapas foram originalmente coletados em campo nas pesquisas em 1991 e sistematizados em 1998; apresentamos a seguir, uma seleção dos que consideramos mais representativos seguidos de comentários.

Coletânea de croquis elaborados por moradores:

Figura 52: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se o quadrilátero das Rua da Flores e Rua do Comércio, o sobrado, a praia, árvores e palmeiras, “Bar do Abdias”, Posto de saúde, escola, praça, “Mambucabar” e a Igreja Matriz.

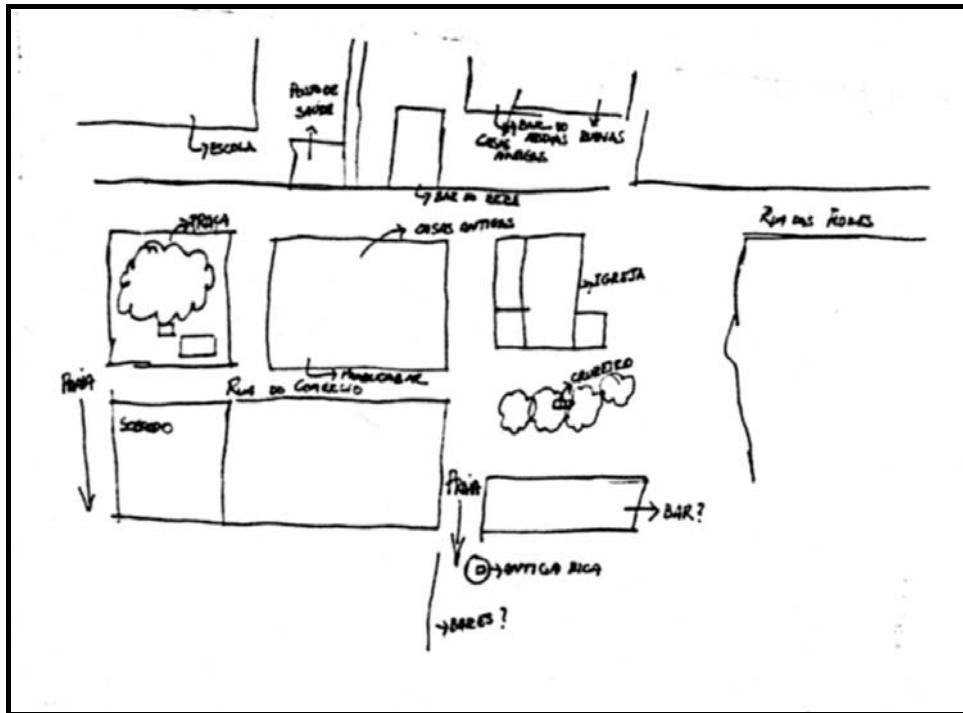


Figura 53: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se o cemitério, casarios, a praia, percursos e limites em pontilhado e a Igreja Matriz.

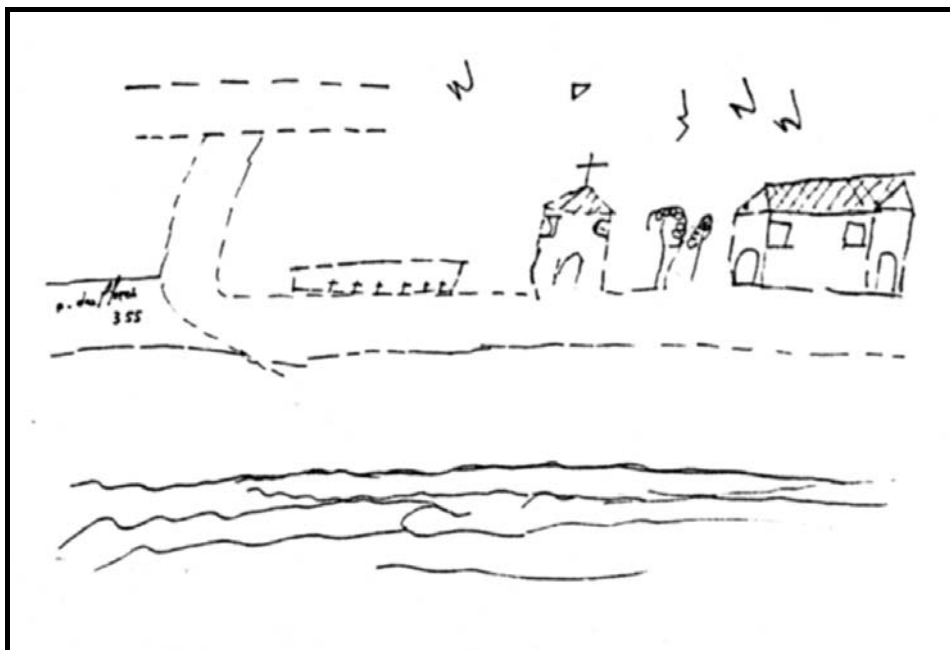


Figura 54: Croqui elaborado por morador adulto do sexo feminino (1991). Nota: observa-se em destaque o Rio Mambucaba, as ruas principais, a praça, a estrada e a Igreja Matriz.

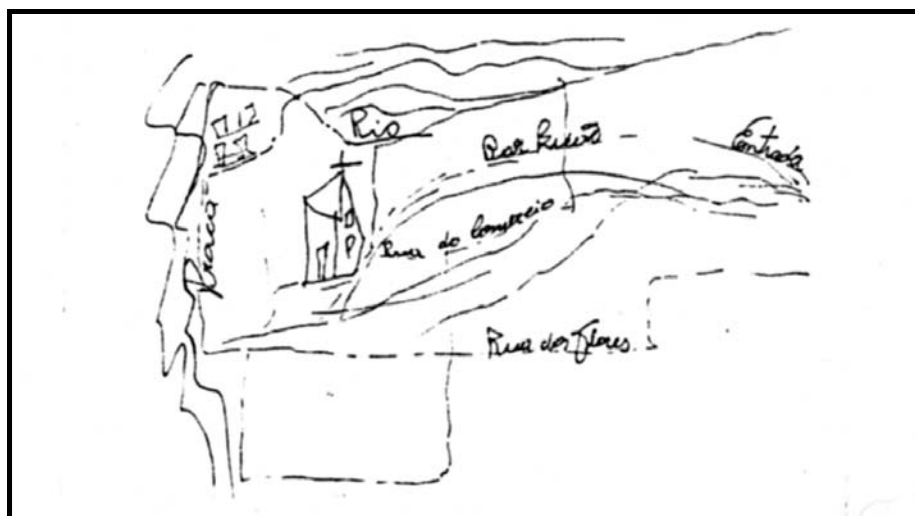


Figura 55: Croqui elaborado por morador jovem do sexo masculino (1991). Nota: observa-se os marcos e percursos principais: a escola, o posto de saúde, a Igreja Matriz, os bares, a praça, a rodovia BR-101 e a Rua do Comércio e Rua das Flores, a Serra da Bocaina, o “Bar do Zezé”, as escadas de acesso e ponto de ônibus e as ruínas do sobrado (casarão).

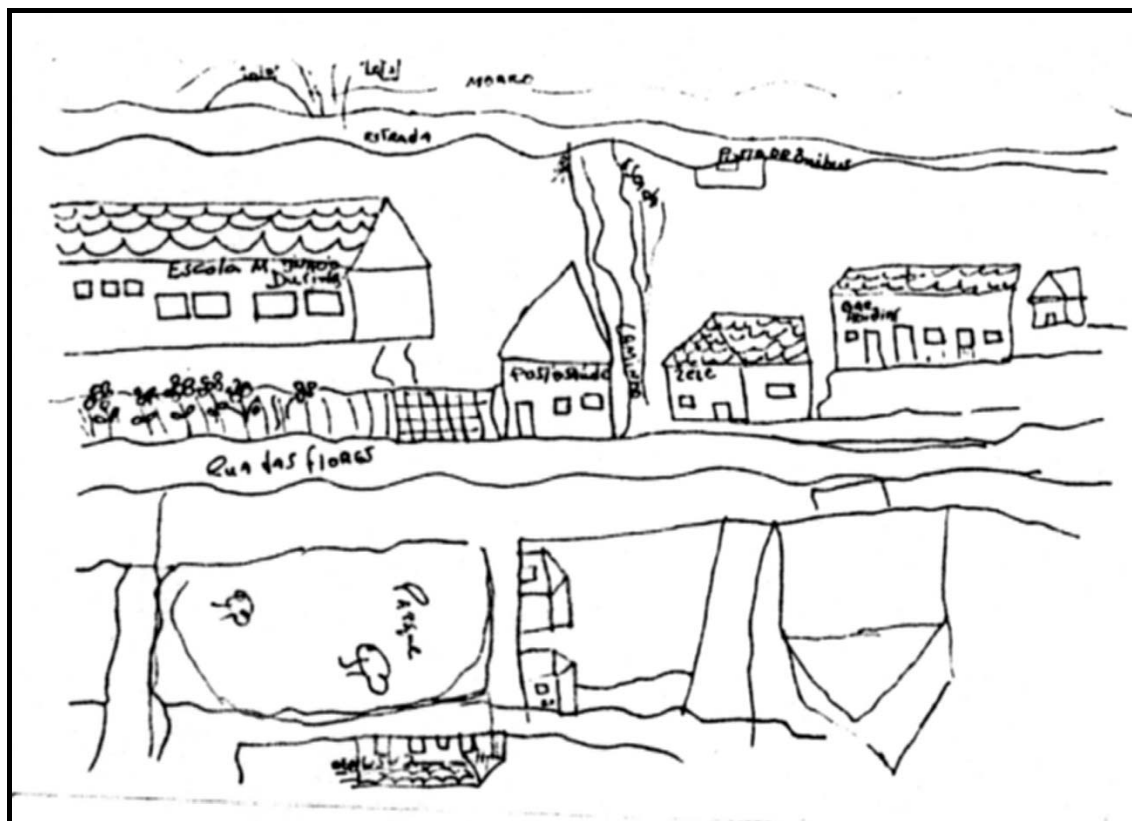


Figura 56: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se a predominância das referências viárias e percursos em ligação ao trevo da rodovia Rio-Santos.

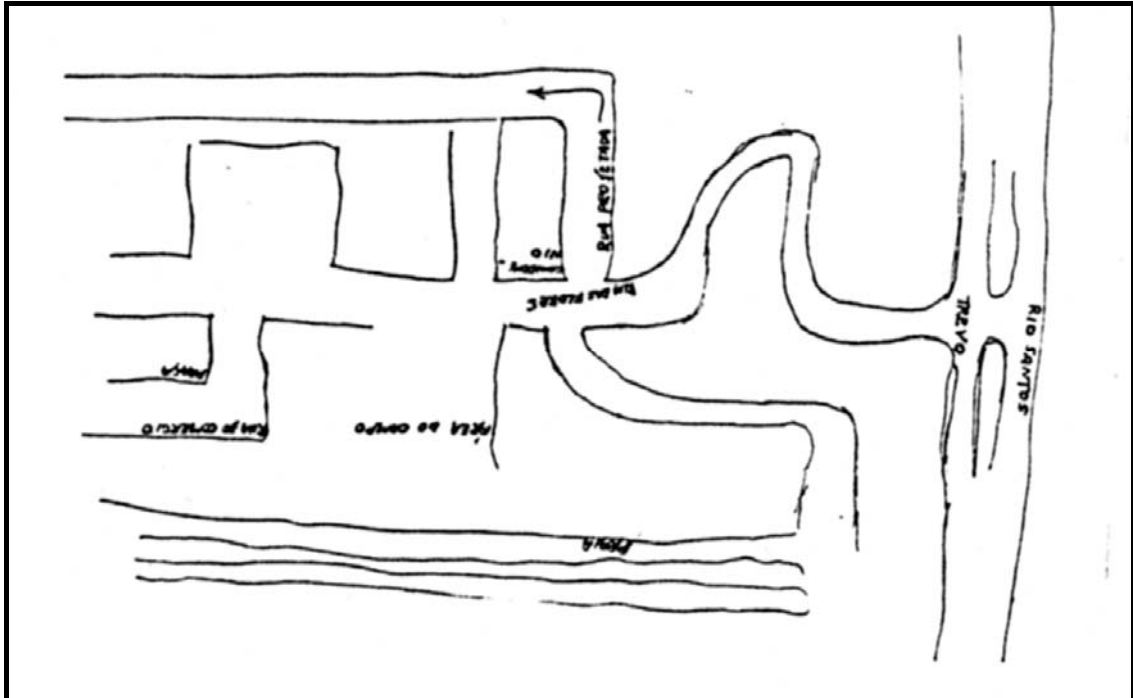


Figura 57: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se a representação da Rua do Comércio: o “Bar do Abdias” e a Igreja Matriz.

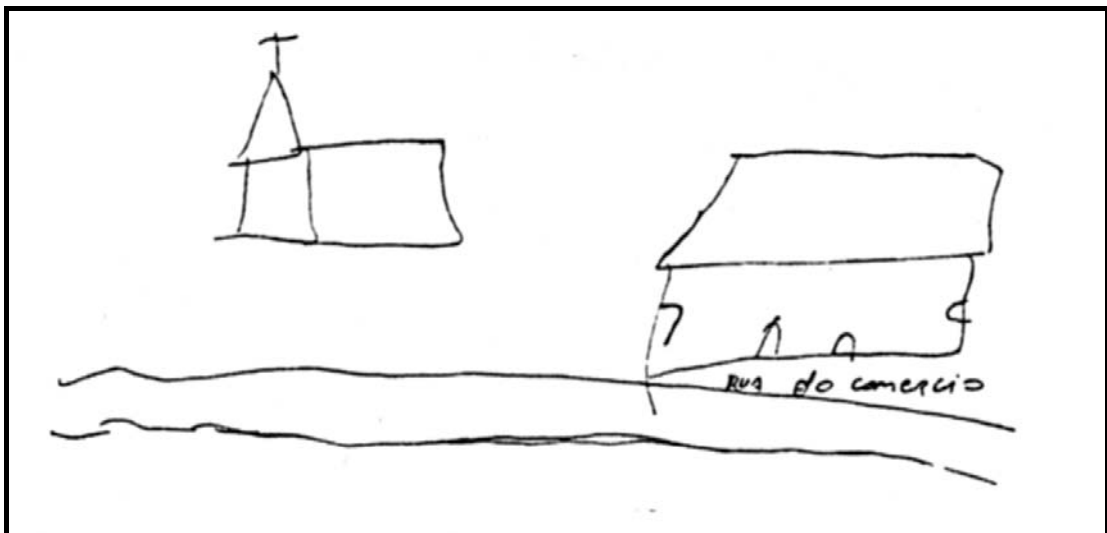


Figura 58: Croqui elaborado por morador adulto do sexo feminino (1991). Nota: observa-se a representação das fachadas do conjunto arquitetônico da Rua do Comércio.

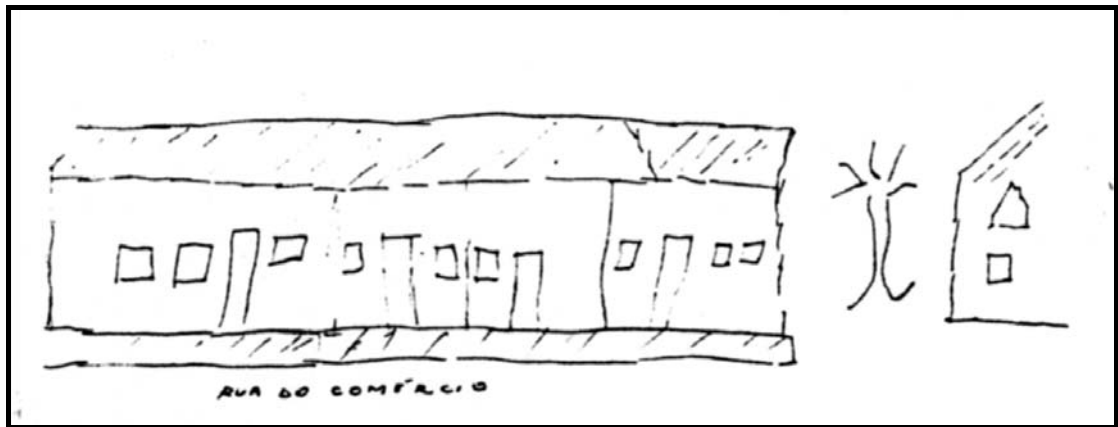


Figura 59: Croqui elaborado por morador adulto do sexo feminino (1991). Nota: observa-se as grafias sobre as vias do quadrilátero: a praia, o antigo casarão, a Igreja, a Rua das Flores, a Rua do Comércio, o posto de saúde, a escola e a praça.

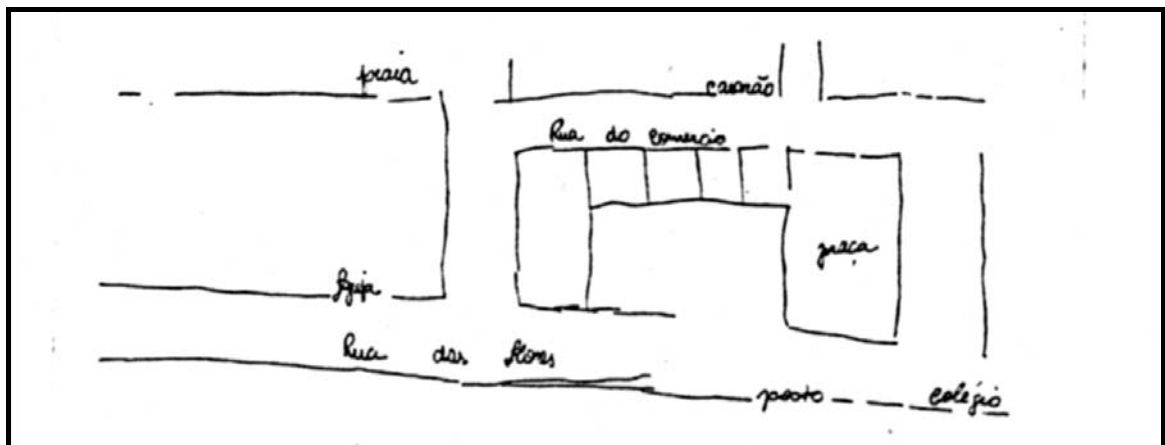


Figura 60: Croqui elaborado por morador jovem do sexo masculino (1991). Nota: observa-se as grafias para as casas, a pousada, a Rua do Comércio e a Praça Augusto Jordão.



Figura 61: Croqui elaborado por morador adulto do sexo feminino (1991). Nota: observa-se a Rua das Flores, a Rua da Praia, os quiosques da praia e a Igreja Matriz.

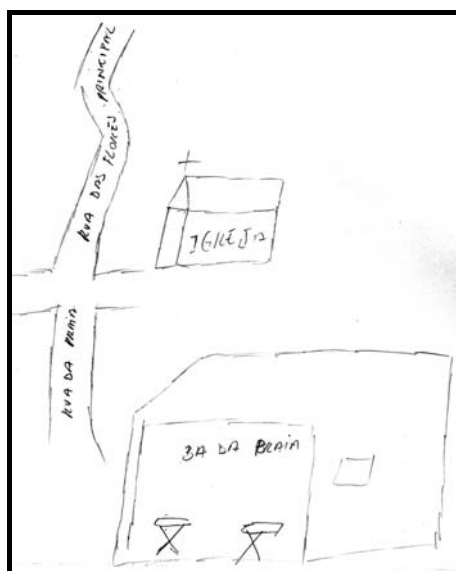


Figura 62: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se a Igreja Matriz, o campo de futebol, quiosques, a cabine da polícia, telefone público e a praia.

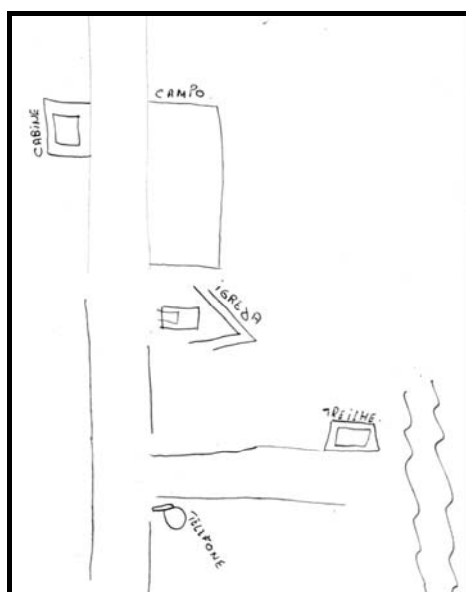


Figura 63: Croqui elaborado por morador jovem do sexo masculino (1991). Nota: observa-se a Rua das Flores (principal), a Rua da Praia, o campo de futebol, o banheiro na praia, residências de familiares e amigos identificadas por nomes, as pousadas, oficina, a Rio-Santos, os quiosques, a faixa de areia, ruas internas (Rua da Figueira), calçamento das vias, a vala pluvial, terrenos baldios e as faixas de asfalto, além da Igreja Matriz.

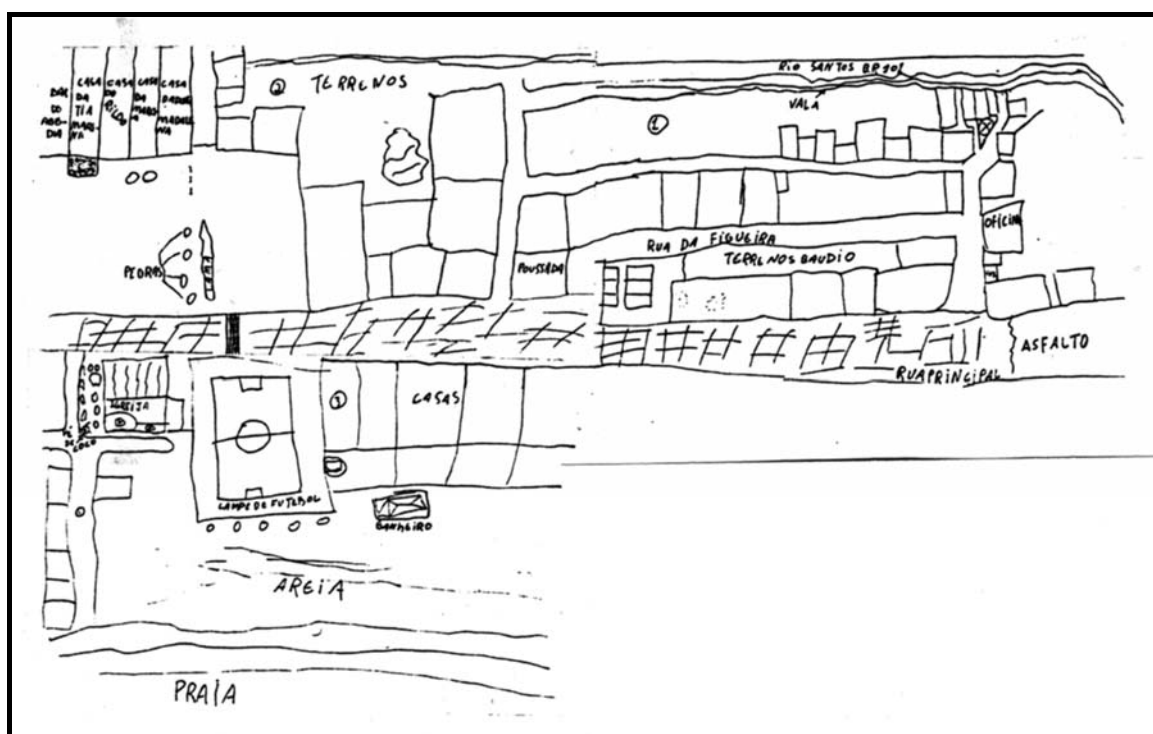


Figura 64: Croqui elaborado por morador jovem do sexo feminino (1991). Nota: observa-se as Rua das Flores e a Rua do Comércio, o cemitério, a praia, a Igreja Matriz, o acesso pela rodovia BR-101, a escola e os percursos principais dentro da vila.

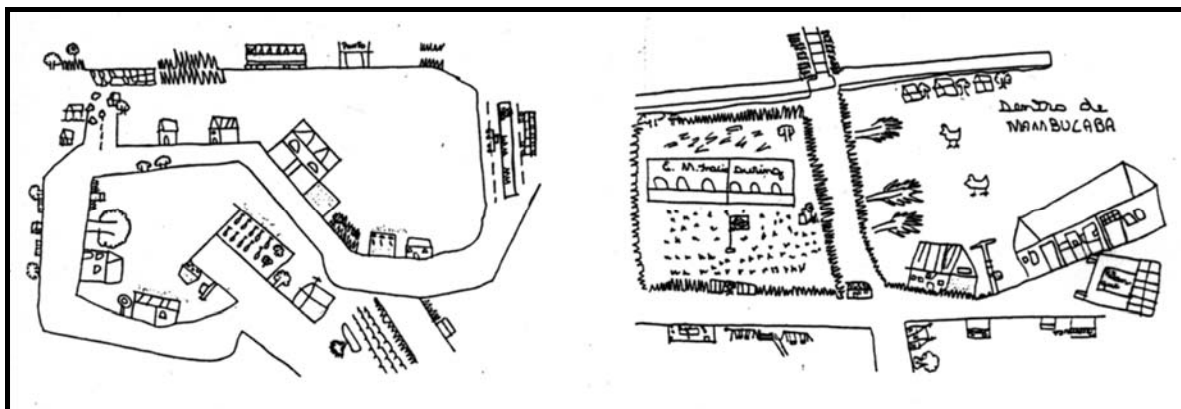


Figura 65: Croqui elaborado por morador jovem do sexo feminino (1991). Nota: observa-se a casa do entrevistado, a Praça Augusto Jordão e os brinquedos infantis, as ruínas do casario e do sobrado (casarão), a Igreja Matriz, a praia e as ilhas costeiras.

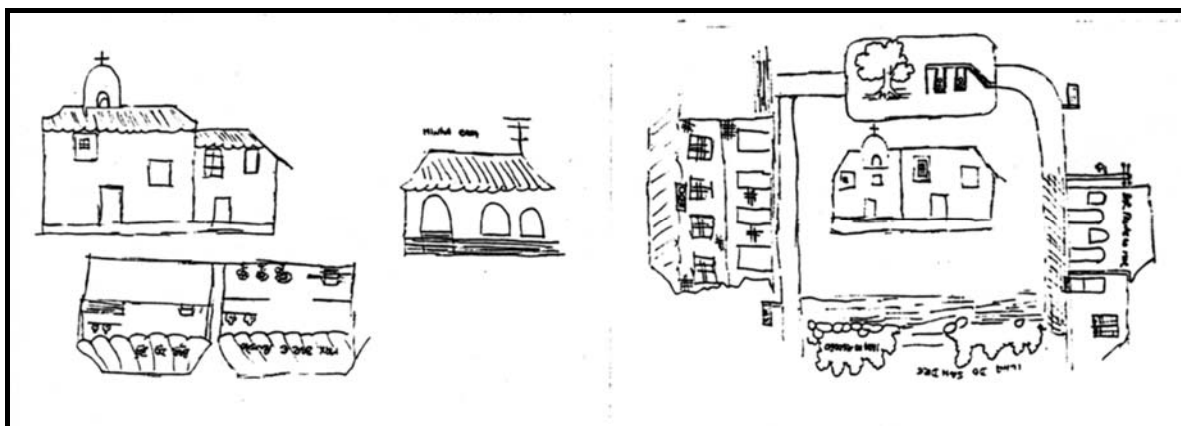


Figura 66: Croqui elaborado por morador jovem do sexo feminino (1991). Nota: observa-se o destaque para a Igreja Matriz, o cruzeiro e ao fundo as ruínas do casarão.

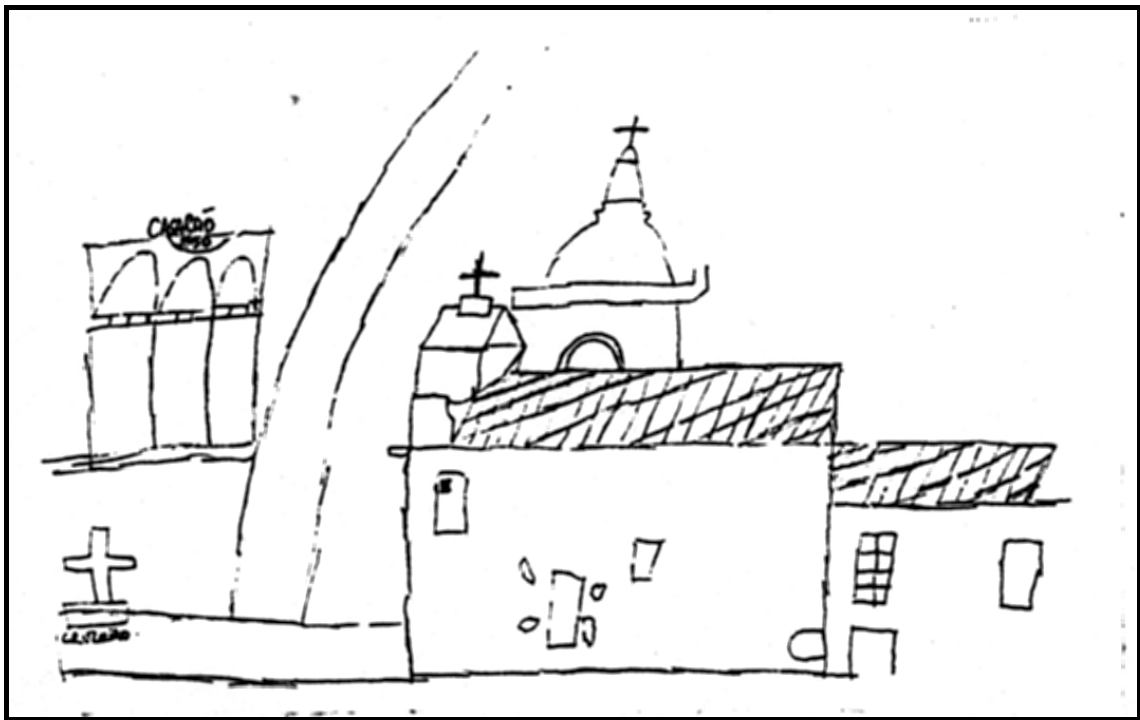
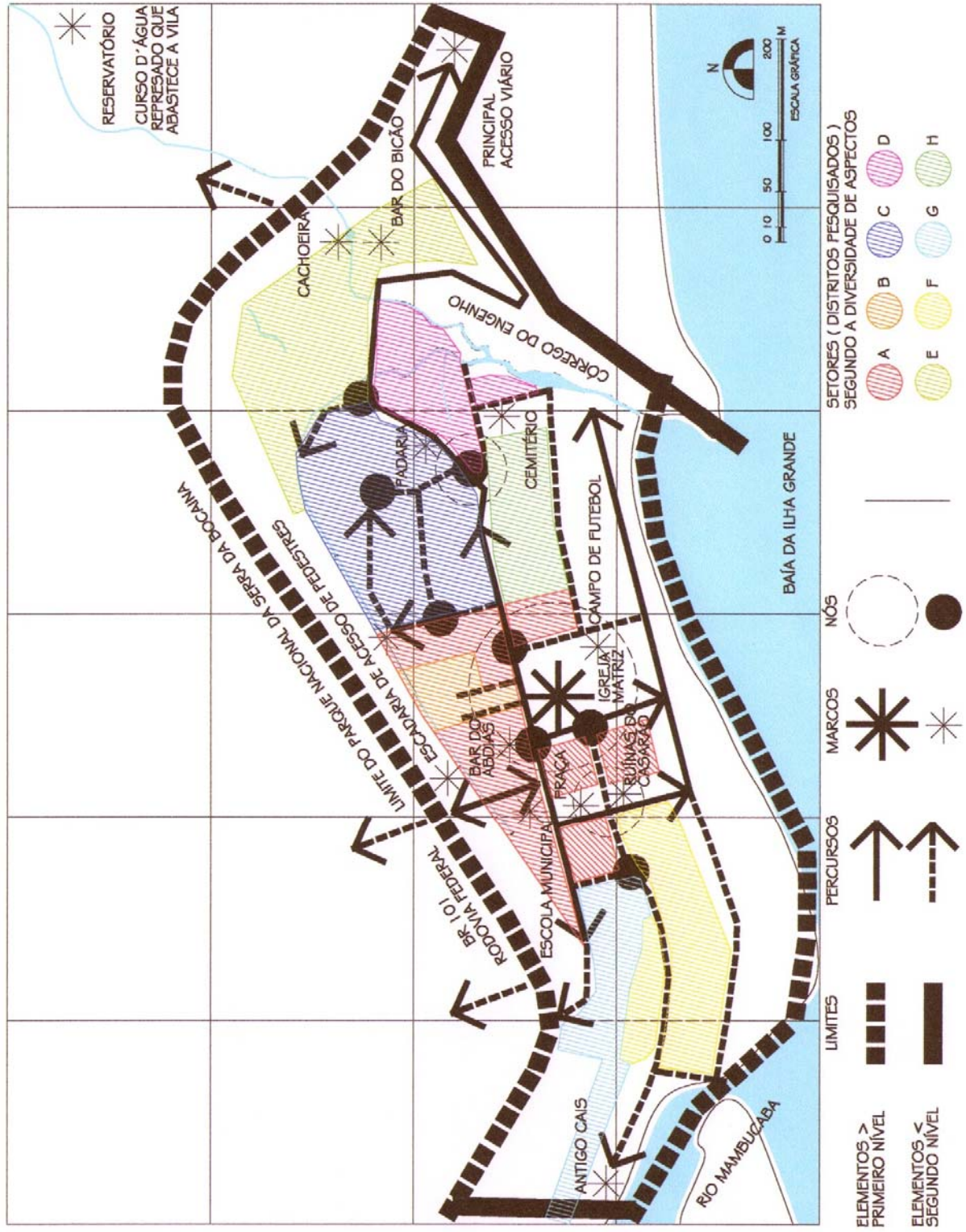


Figura 67: Croqui elaborado por morador adulto do sexo masculino (1991). Nota: observa-se a Rua das Flores e os casarios com comércio de bares e mercearias.



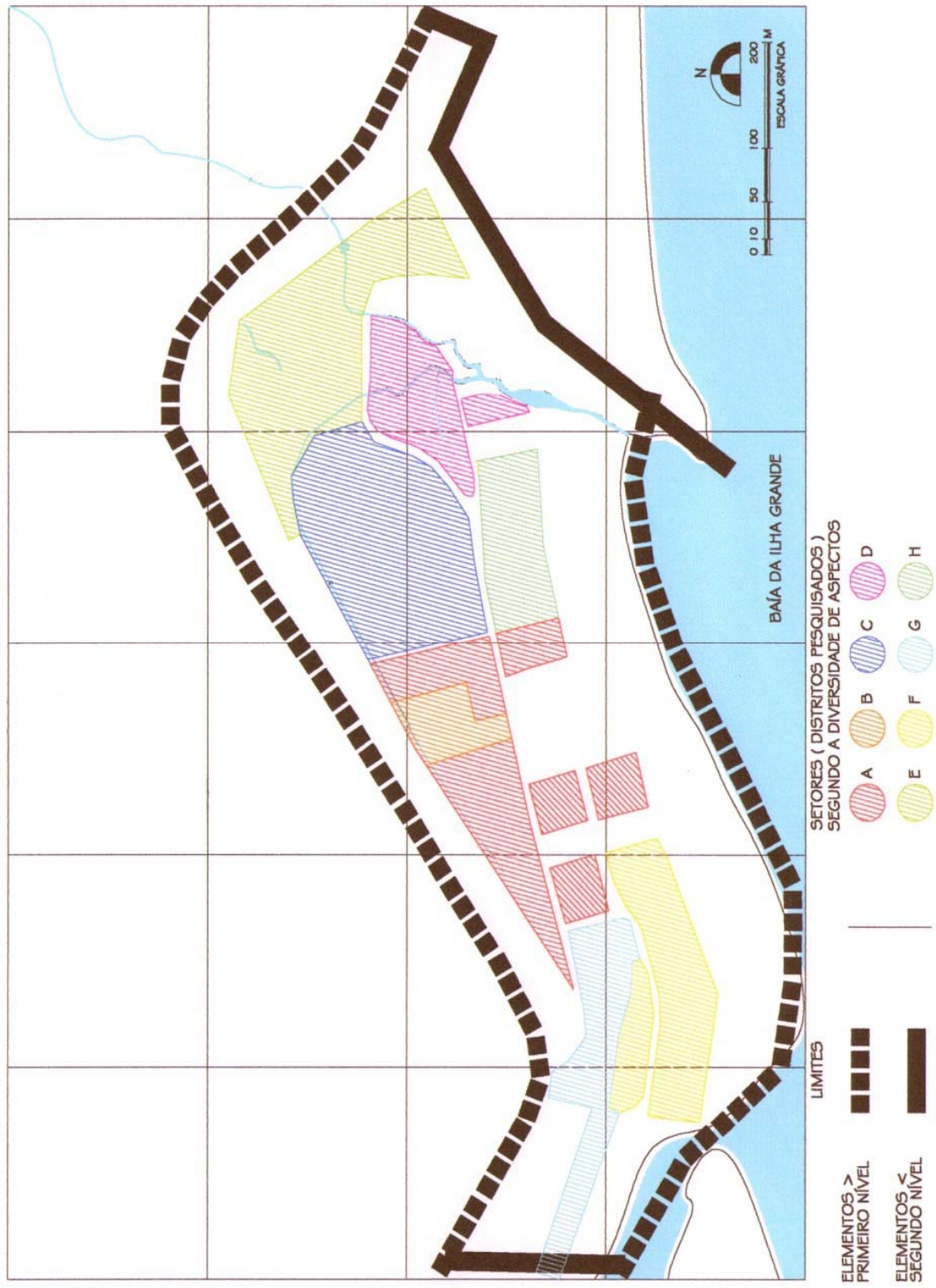
4.2.2 Síntese dos croquis mentais

Figura 68: Mapa-síntese dos croquis mentais



4.2.3 Bairros: (districts) ou setores

Figura 69: mapa Bairros: (districts) ou setores e mapa *Limites:(edges)*

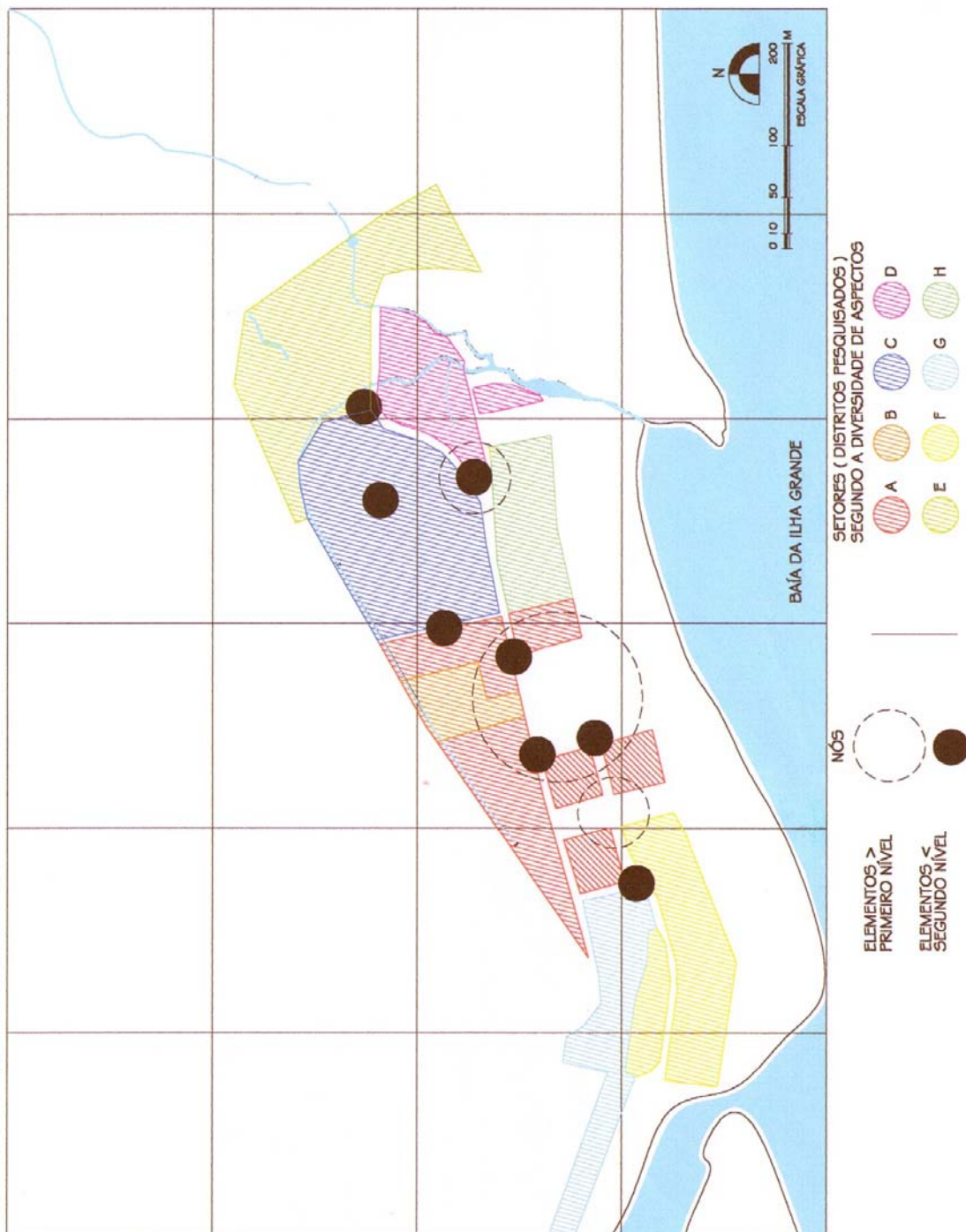


Os setores (bairros ou distritos) - são os seguintes: Setor A: distrito consolidado formado unicamente de população permanente, moradores tradicionais em residências e casarões; Setor B: distrito de população permanente moradora em vilas; Setor C: distrito misto de população permanente e flutuante, com predomínio de veranistas em vilas e residências de temporada; Setor D: distrito consolidado formado de população permanente em residências; Setor E: distrito consolidado de população flutuante com predomínio de veranistas em residências; Setor F: distrito misto de população permanente e flutuante com predomínio de veranistas em grandes residências de temporada na faixa de praia; Setor G: distrito em consolidação de população flutuante de veranistas em ocupações irregulares e precárias; Setor H: distrito misto de população permanente e flutuante com predomínio de veranistas em grandes residências de temporada na faixa de praia.

4.2.4 Limites: (*edges*) e *barreiras* - Os limites referenciados de primeiro nível são a rodovia, a serra e a praia que dá para a Baía da Ilha Grande. Os limites de segundo nível são: o Rio Mambucaba e o Córrego do Engenho.

4.2.5 Nós: (nodes)

Figura 70: mapa Nós: (nodes)

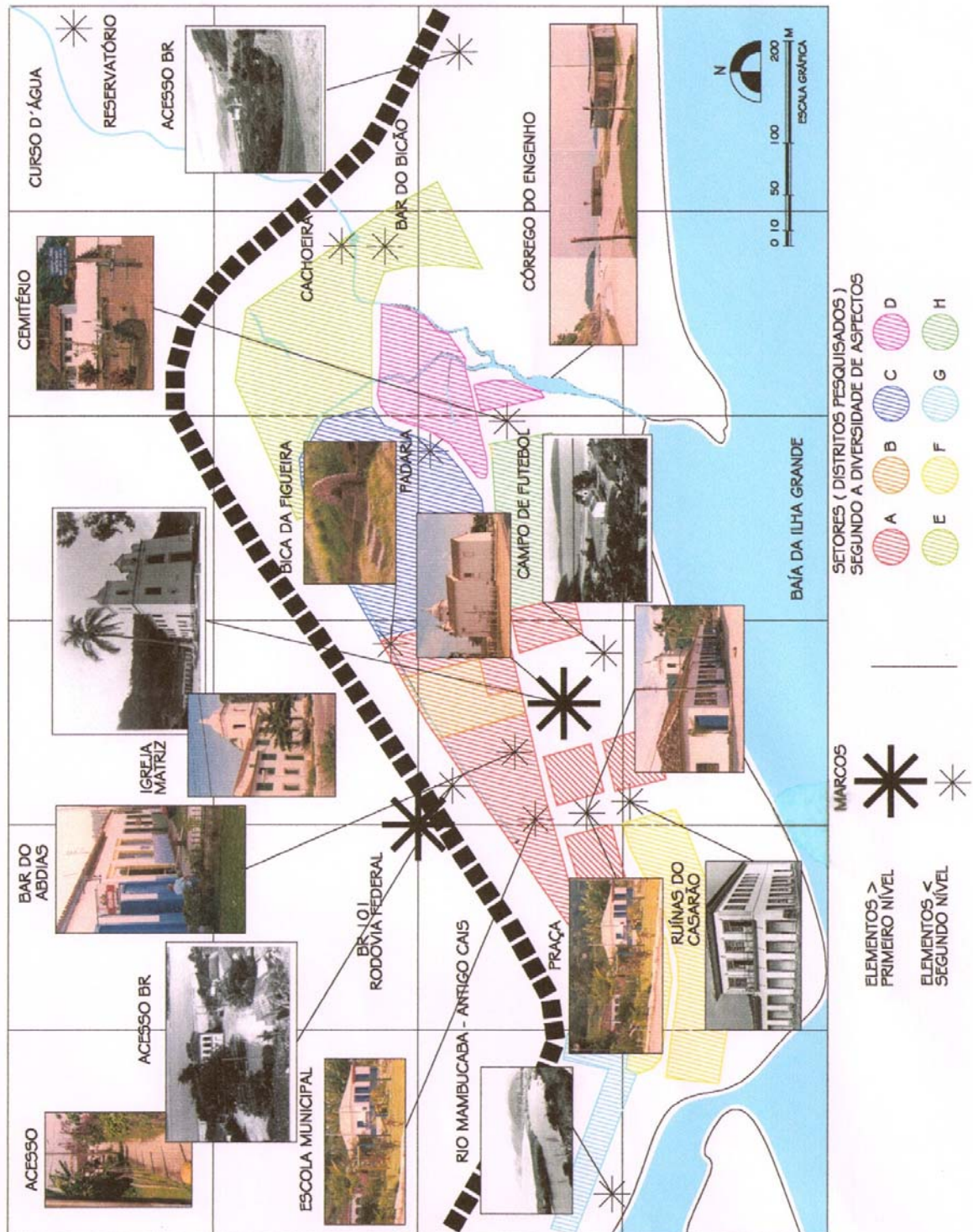


Nós: (nodes) e interseções de fluxos - Os nós referenciados de primeiro nível são os grandes cruzamentos ou retângulos: a Praça Augusto Jordão. A interseção de caminhos no entroncamento da entrada da Rua das Flores com a Rua do Comércio e quadrilátero da Igreja que dá acesso à praia e ao campo de futebol. Os nós de segundo nível ou secundários são o nó da Rua do Cemitério com à Rua Valfrido de Carvalho Rodrigues, Rua Alberto Coelho com a Rua das Flores e nos nós da ruas próximas à praça: Rua Paulo Denisot com Rua das Flores e Rua da Figueira com Rua das Flores¹³.

¹³ Para localizar os *nós* em referência às ruas confrontar a Figura 70: Mapa Nós (nodes), p. 145 com a Figura 8: Mapa base cartográfica e cadastral, p.14.

4.2.6 Marcos (landmarks)

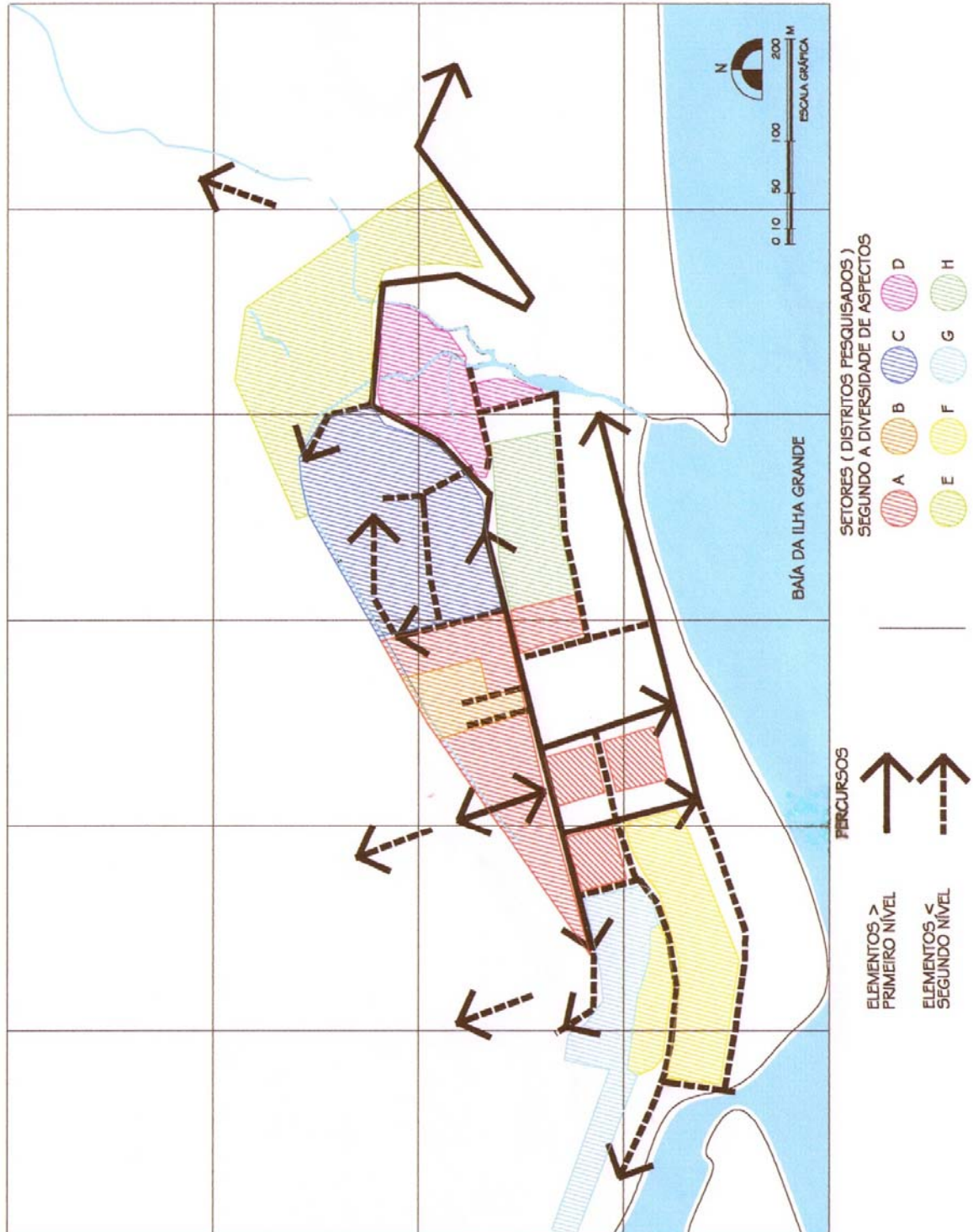
Figura 71: Mapa Marcos (landmarks)



Os *marcos* referenciados nos croquis foram identificados como de primeiro nível, com grande visibilidade e fácil legibilidade: a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário (exuberante monumento representado em todos os mapas mentais mais representativos), e, em segundo, lugar a escadaria de acesso à rodovia (equipamento utilitário). Entre os *marcos* de segundo nível, referenciados como “lugares de boa visibilidade”, geralmente observamos tradicionais “pontos de encontro” ou de identificação de “locais” ou “prédios” de “grande frequência”, como padarias, escolas, posto de saúde, bares tradicionais, campo de futebol e o cemitério. Na etapa da pesquisa com imaginários urbanos veremos alguns locais aqui apresentados sob outra ótica e alguns deles referenciados nas pesquisas de memória narrativa, especificamente na parte onde mostramos os “*Lugares da memória*”.

4.2.7 Percursos: (paths) e apropriações dos caminhos

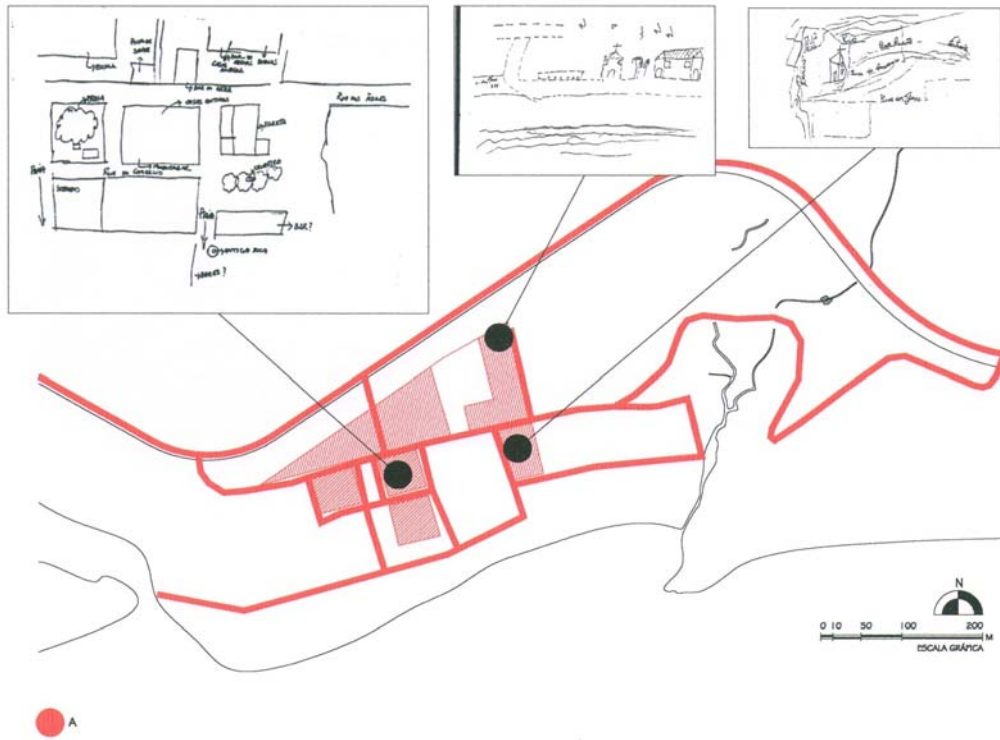
Figura 72: Mapa Percursos: (paths) e apropriações dos caminhos



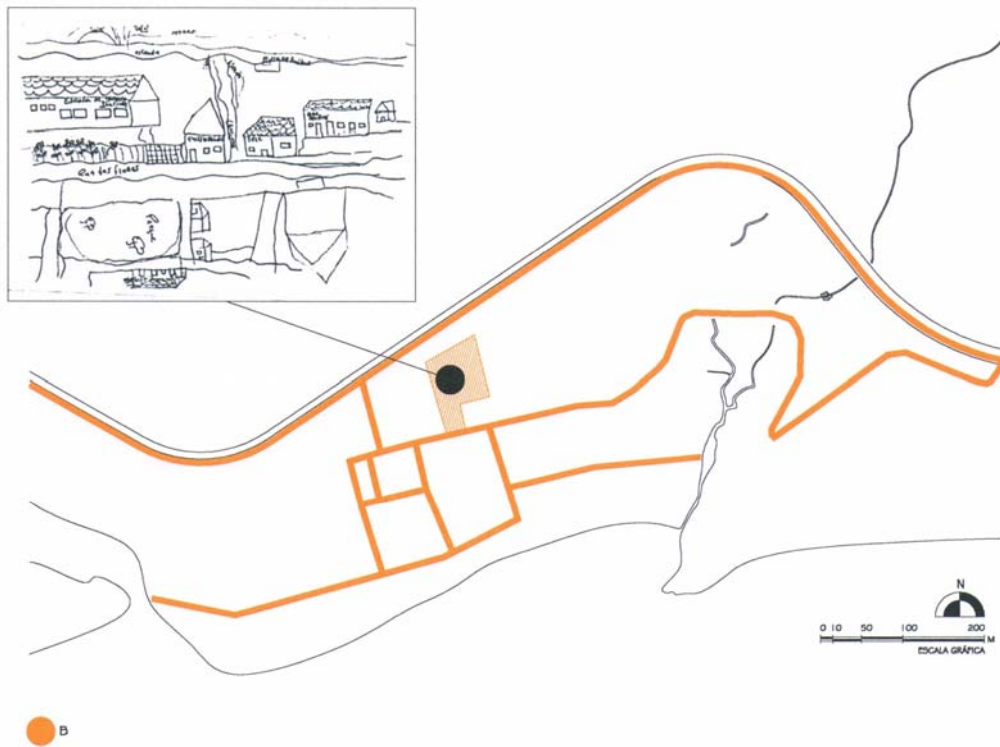
Percursos de primeiro nível são aqueles referenciados e utilizados de forma cotidiana pelos moradores: a Rua das Flores e a Rua do Comércio¹⁴ aparecem referenciados na totalidade dos croquis. A intensidade de utilização da via vem da necessidade de percorrer os trajetos que são curiosamente diferentes para os habitantes dos *setores* que foram elencados no mapa-síntese. Trata-se de uma apropriação de usos diferenciados para a população permanente e para a população flutuantes cujos imaginários margeiam qualificações das preferências de certa parcela da população sobre os caminhos, a seguir, elencamos as vias mais referenciadas nos “percursos mentais” de acordo com o setor ou distrito onde habita o entrevistado (os mapas dos Distritos, a seguir, trazem amostras de “croquis mentais” junto aos percursos da população identificados).

¹⁴ Para localizar o item de estudo em referência às ruas, confrontar com Figura 8: mapa base cartográfica e cadastral, p.14.

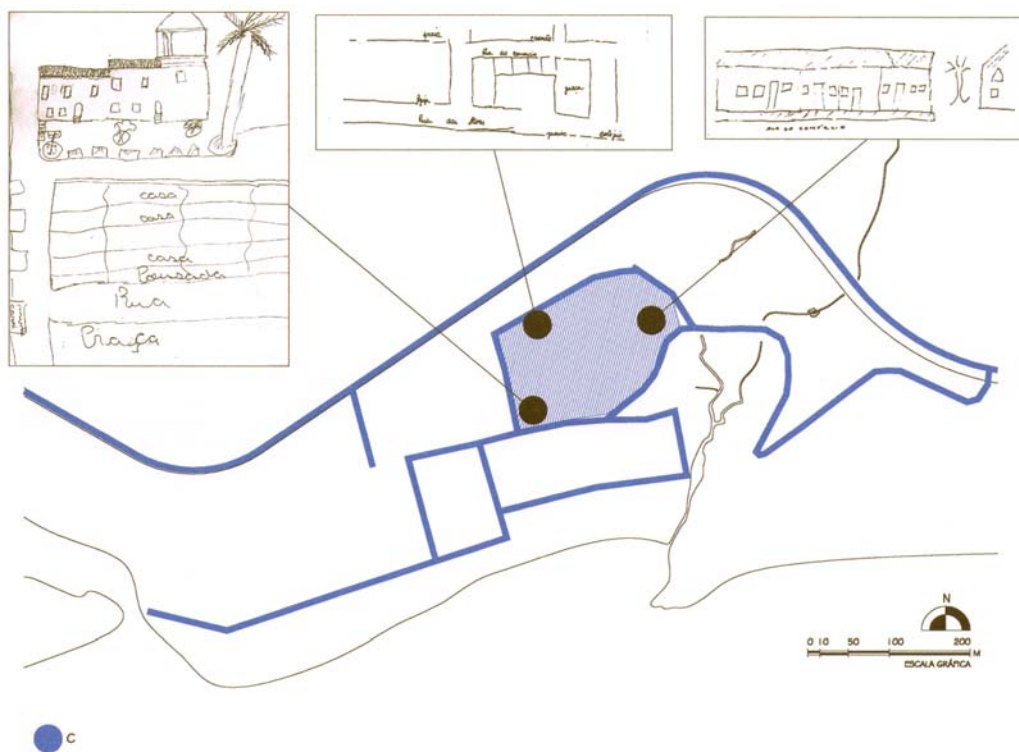
4.2.8 Distrito A: percursos da população permanente, moradores tradicionais. Figura 73:



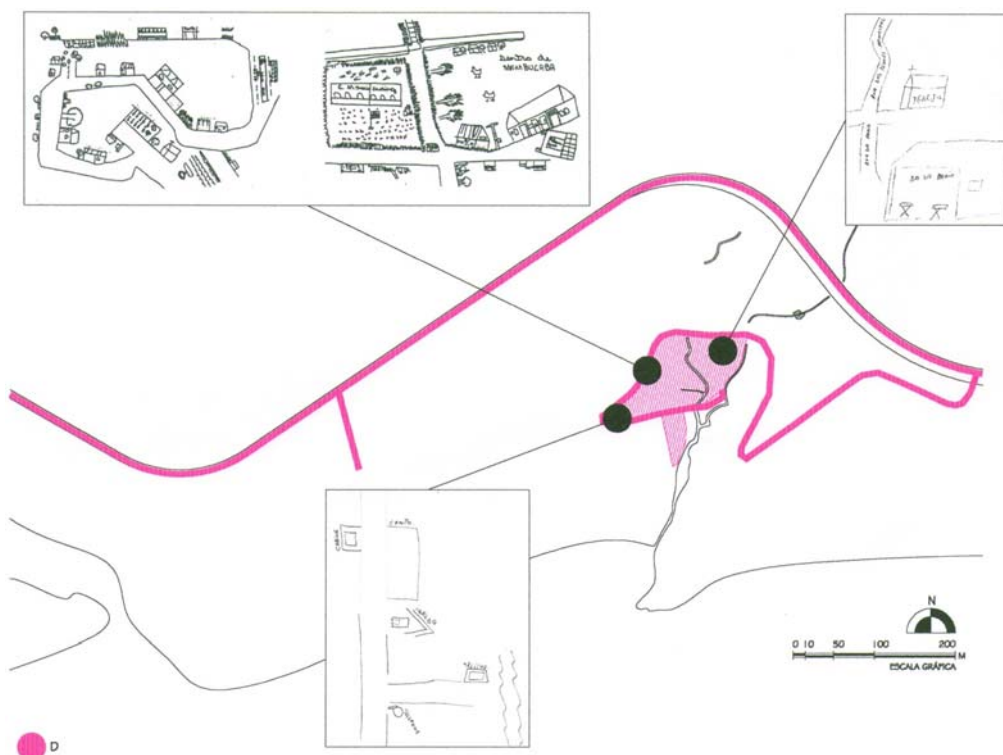
4.2.9 Distrito B: percursos da população permanente moradora em vilas. Figura 74:



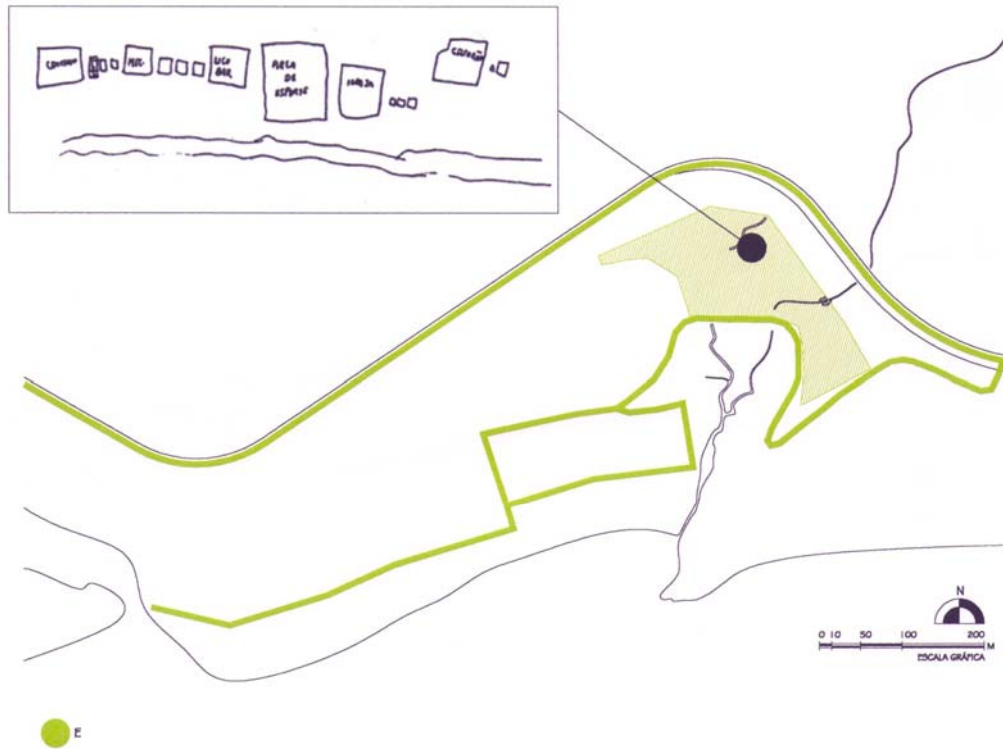
4.2.10 Distrito C (misto): percursos de população permanente e flutuante. Figura 75:



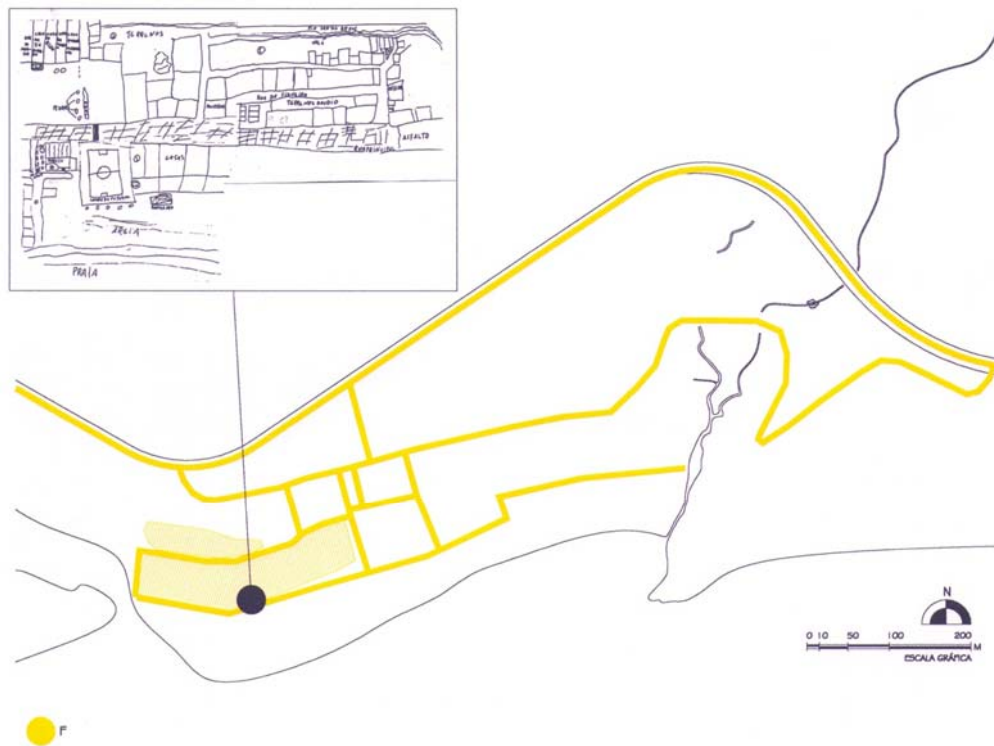
4.2.11 Distrito D: percursos de população permanente. Figura 76:



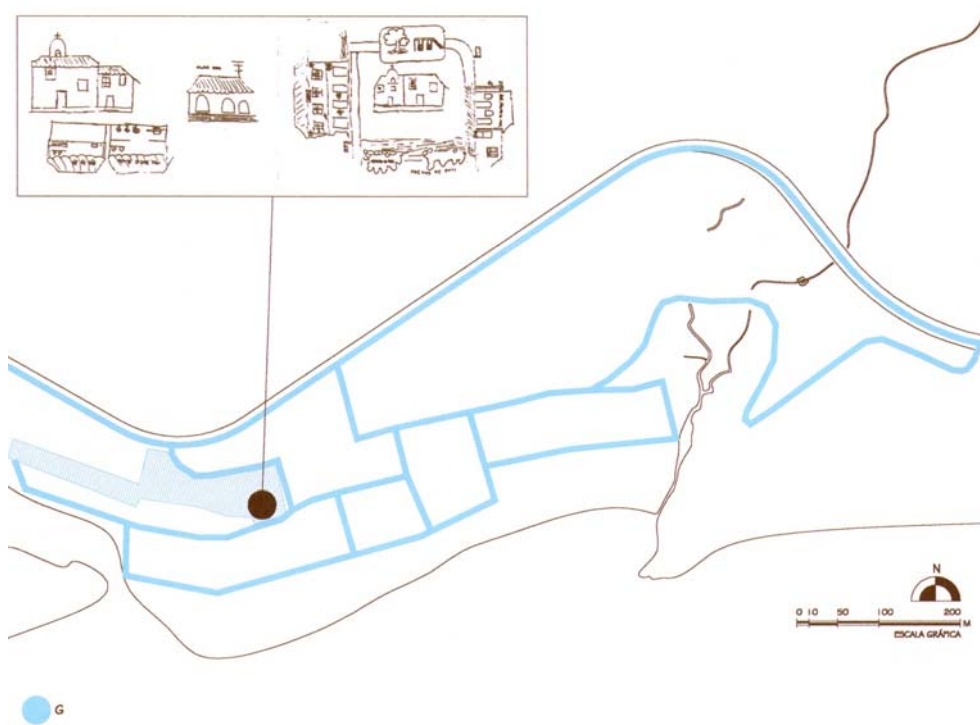
4.2.12 Distrito E: percursos de população flutuante (veranistas) Figura 77:



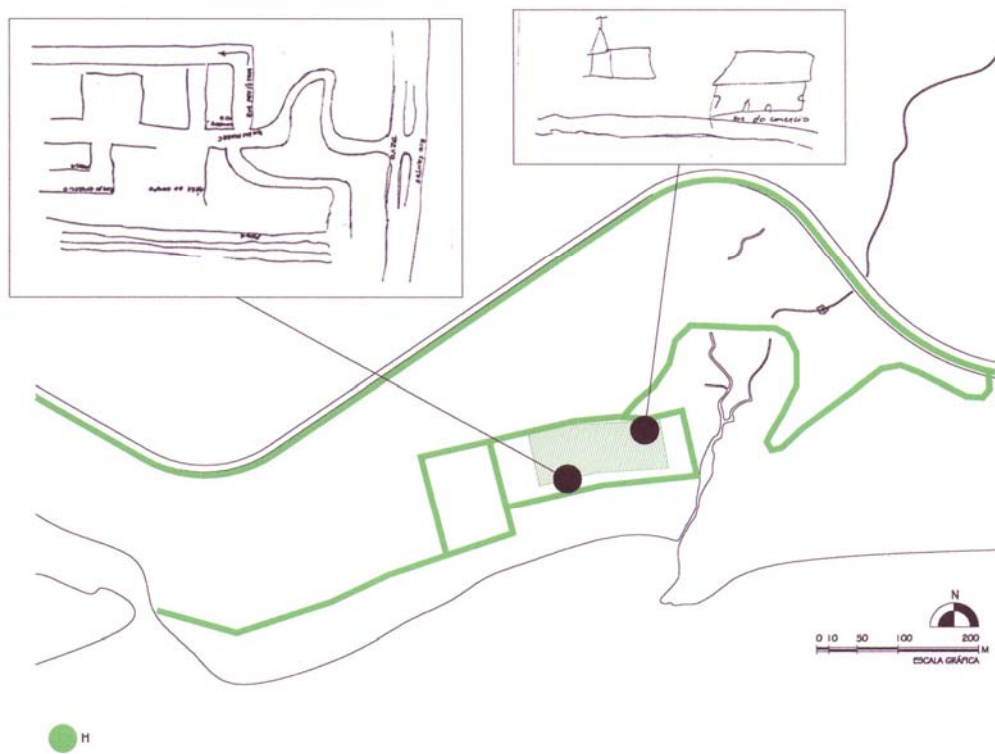
4.2.13 Distrito F (misto): percursos de população permanente e flutuante. Figura 78:



4.2.14 Distrito G: percursos de população flutuante (ocupações) Figura 79:



4.2.15 Distrito H (misto): percursos de população permanente e flutuante. Figura 80:



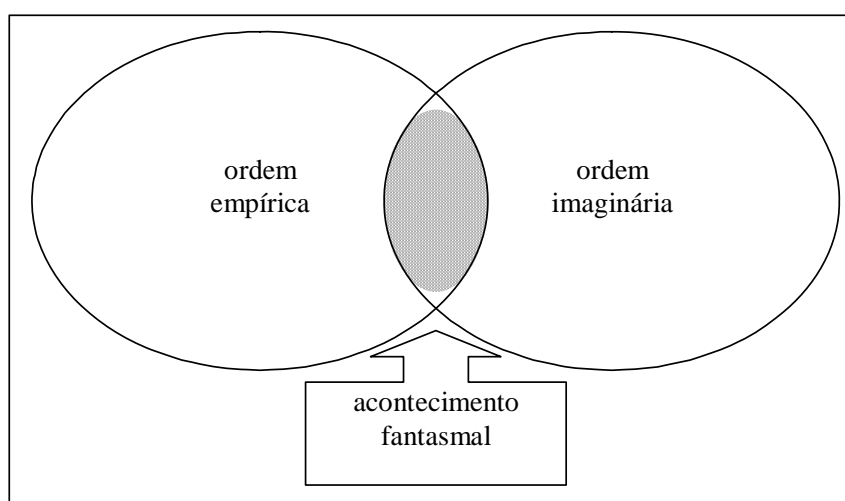
4.3 A VILA IMAGINADA: A CIDADE INVISÍVEL

4.3.1 Fantasmagoria urbana na Vila Histórica de Mambucaba

Entende-se por *fantasmagoria* qualquer cena que represente uma produção social do fantasma. O cenário de fundo atuando como penumbra da memória e das práticas sociais, corresponderá à cidade, e sua realização como ente fantasioso que afeta uma conduta cidadã corresponde ao efeito imaginário sobre o acontecer cotidiano da cidade. (SILVA, 2001, p.224)

A ordem empírica cede ou é transformada pelo imaginário, ou vice versa, a ordem imaginária cede ou é transformada pelo empírico. Na zona intermediária surge o *acontecimento fantasmal*: a vida da cidade (ver Fig.81). O empírico é fático e demonstrável enquanto o imaginário é assimilável à fantasia. O fantasma urbano vive sobre a marca do imaginário e da transformação do espaço empírico. (SILVA, *op. cit.*, pp.59-60).

Figura 81: Diagrama da produção fantasmal. (fonte: SILVA, 2001).



O imaginário urbano vale-se do vocabulário do *simbolismo*. As formações simbólicas podem ser explicadas através da consciência e da imaginação. Como aponta Gilbert Durand (1993, p.7):

“(...) a consciência dispõe de duas maneiras para representar o mundo. Uma direta, na qual a própria coisa parece estar presente no espírito, como na percepção ou na simples sensação. A outra indireta quando, por esta ou por aquela razão, a coisa não pode apresentar-se “em carne e osso” à sensibilidade, como por exemplo na recordação da nossa infância, na imaginação pura. (...)”

(DURAND, *op.cit.*, pp.7-18)

A cidade imaginada então é o estudo deste universo de representação. Na percepção imaginária da cidade o filósofo Castoriadis (CASTORIADIS, 1982: 220 *apud* SILVA, *op. cit.*, p.47) nos propicia excelentes explicações sobre a fusão entre o imaginário e o real, ao destacar que na história da humanidade as imaginações fundamentais foram a origem das nossas ordenações sociais. Como exemplo, ressalta o filósofo, a figura de Deus, no imaginário religioso, “cumprir uma função essencial”, geralmente de conformidade com os fins da sociedade. Assim, *o imaginário afeta os modos de simbolizar o que conhecemos como realidade e essa atividade adere a todas as instâncias de nossa vida social.*

Na pesquisa com Mambucaba, os *campos imaginários*, as *metáforas urbanas* e a *fantasmagoria* sobre a Vila, são reflexões a partir da observação das fronteiras

ilusórias das narrativas cujo objetivo foi o de captar as projeções sociais dos habitantes da V.H.M.¹⁵.

De acordo com Silva (*op.cit.*, pp.67-79), a cidade não só “significa”, mas se “ritualiza”, estabelecendo mediações. Das mediações surgem as “*metáforas urbanas*” que são então, marcas evocativas destes ritualizações, atendendo a procedimentos retóricos de representar o urbano onde o sujeito da cidade é o construtor das representações, este adquire a “*competência cidadã*” - “*opina*” ao mesmo tempo que “*fantasia*” e é “*fantasiado*”. (SILVA, *op. cit.*, pp.76-79)

¹⁵ A pesquisa dos imaginários urbanos contou com a sistematização de dados registrados em cerca de 200 questionários aplicados na V.H.M. em 1998 (*Ver Anexos: p.224*) e complementados com entrevistas abertas compiladas de gravações realizadas em 1992 e 1998.

4.3.2 As projeções imaginárias construídas pelos habitantes: Evocação e Usos na V.H.M.

4.3.3 Evocar a V.H.M.

Nesta etapa investigaremos a *evocação*¹⁶ do lugar no estudo de caso, veremos o reconhecimento dos acontecimentos mais marcantes na história e na *memória* dos habitantes da Vila na década de 1990.

O objetivo desta etapa dos estudos foi evocar a vila pelo reconhecimento dos acontecimentos no tempo narrado pelos próprios moradores. Apresentados a partir da análise das narrativas oralizadas obtidas dos relatos e observações de campo e gravadas em entrevistas com os diversos atores sociais¹⁷.

Foram compilados destes relatos, os acontecimentos mais marcantes quanto à permanência de fatos na memória dos habitantes da Vila. Esta etapa foi referenciada principalmente ao período de pesquisa de janeiro a julho de 1998.

4.3.4 Acontecimentos na história: temporalidades das vivências urbanas da população

Assim, do relato apresentado em cerca de 200 entrevistas gravadas ou compiladas a partir de questionários e depoimentos de informantes, além de material de mídia em jornais e revistas da época, vimos crescer o sentimento relatado de que a vila estava

¹⁶ O conceito de evocação, o entendemos como o registro das representações de forte caráter metafórico e simbólico, como a localização de diversos territórios, personagens da lembrança, lugares de uso, escalas cromáticas e olfativas, fantasias elaboradas sobre lugares - no nosso caso, além destas categorias citadas, tratamos de registrar também as narrativas orais - imagens com as quais se identificam ruas, lembranças e acontecimentos dramáticos na vida de uma cidade ou da Vila Histórica de Mambucaba.

abandonada à própria sorte e de fato o poder público não vinha trabalhando, como se pleiteava, para minimizar os efeitos do aporte incrível de turistas nas temporadas até meados de 1991-1992. Os jornais do período atestavam o conflito de opiniões entre população e turista.¹⁸

Os turistas de fim-de-semana, ou como chamados pelos moradores mais antigos, os “*farofeiros*”, nas palavras de um informante filho de um morador tradicional são “*uma cambada danada*”. A mesma impressão foi observada nos relatos de moradores adultos jovens originários de famílias tradicionais¹⁹, mais da metade dos pesquisados mal toleravam a presença de turistas de fim-de-semana²⁰, porém, curiosamente, alguns dos moradores que manifestaram este “ponto de vista”, também sobreviviam do pequeno comércio (bares e biroskas de fundo de quintal) – alguns destes comércios estavam formalizados e outra parte, em grande maioria, permaneciam na “informalidade”.

Os comerciantes locais viviam deste público consumidor apenas nos feriados e temporadas - comercializavam durante as temporadas e fins de semana, gêneros alimentícios, “*fast foods*” e bebidas para o público em trânsito pela localidade. Neste caso, a “tolerância” destes setores para com os “*farofeiros*”, surge de uma estratégia de sobrevivência que não é compatível com a faceta tendenciosa das notícias veiculadas nos jornais sobre turistas ou campistas. É necessário haver um consentimento, um pacto silencioso, sem o qual não haveria o usufruto do lucrativo comércio de temporada, isto

¹⁷ Ver *Anexos*: grupos sociais, atores e agentes classificados na *metodologia* de pesquisa.

¹⁸ A população residente da Vila em 1992, como mencionamos anteriormente, eram de 348 habitantes fixos em pouco mais de 273 domicílios; em 1998, os habitantes foram estimados em cerca de 650 moradores em pouco mais de 497 domicílios levantados. Ver também *Anexos*: as reportagens de jornais (anexo 1 a 7), pp.202-208.

¹⁹ Famílias remanescentes dos primeiros moradores (comerciantes, pescadores ou agricultores) ou descendentes de escravos da região de Mambucaba, que chegaram à vila na década de 70 ou anteriores à construção da BR 101.

independentemente da “opinião” contra ou a favor dos grupos em questão, da aceitação ou estranheza para com os seus hábitos culturais.

De outra forma similar, são bem tolerados pelos moradores fixos, os veranistas, moradores eventuais que estão na vila somente nas temporadas de férias. Estes setores são consumidores, na opinião dos comerciantes e moradores tradicionais, “muito melhores que os turistas”, apesar do seu caráter temporário.

Já os *campistas*, a despeito da independência relativa da prática do camping selvagem, em geral são vistos como “estranhos”, mas não como “baderneiros” ou “farofeiros”. Muito pelo contrário, curiosamente, diversos campistas adotam a prática da “boa vizinhança”, a fim de facilitar-lhe a estadia, o bom entrosamento em caso de necessidade, serve de vários modos: acesso ao banheiro, ao reservatório d`água, utilizar a cozinha ou a farmácia, usar o telefone de um morador em caso de doença ou acidentes, etc. Os turistas, veranistas e campistas pesquisados em grande maioria, eram oriundos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense, de Barra Mansa e de Volta Redonda.

O fato da certa *xenofobia* a certos grupos de turistas em relação a outros, surgiu no início dos anos 90, principalmente com a propaganda dos jornais locais e pasquins de Angra, alardeando o sentimento de “caos”, de “invasão do paraíso” e de “conflito” entre moradores e turistas oriundos em geral de áreas como a Baixada Fluminense

²⁰ Referência: dados de campo obtidos em 1992.

no Rio de Janeiro²¹. Este estado de alarde tomou maiores proporções após alguns acontecimentos violentos e pequenos furtos envolvendo a intervenção do aparato policial, e, então a situação passou a ser encampada pelos técnicos da prefeitura em articulação com representante da associação de moradores²². Até então, a grande mídia do Rio de Janeiro e São Paulo e a imprensa angrense e da Costa Verde, que dantes vinculava Mambucaba a um “paraíso perdido”, cercado de “beleza naturais” e arquitetônicas tombadas pelo Patrimônio Histórico e Cultural, noticiados durante os anos 1980, passou a noticiar também as “mazelas” urbanas e efeitos do “turismo de baixa renda”, “acontecimentos” marcantes do fim do isolamento ocorrido após as obras do evento maior do período desenvolvimentismo em 1970: a construção da BR-101, dos pólos industriais e da construção da Usina Nuclear.

No período relatado referente ao ano de 1998, observou-se grande “frustração” com os “últimos acontecimentos” mencionados nas entrevistas: viu-se o descontentamento da descontinuidade das ações do poder público frente aos problemas da vila reconhecidos por seus moradores nas entrevistas, tais como a crítica ao conflito com os turistas de temporadas e campistas, crítica à falta de participação cidadã dos veranistas com a preservação da localidade, crítica aos problemas com redes de saneamento básico e obras descontinuadas e incertezas frente ao futuro da vila pelo aumento da *favelização* (ocupações irregulares) na vila a partir da década de 1990.

²¹ Ver *Anexos*: anexo 7, p.208: **Mambucabinha vira um caos no verão**. (Jornal Maré. Angra dos Reis, p.11, 06/12/1991).

²² A própria representação em torno da comunidade, inclusive, era polêmica – alguns dos entrevistados reconheciam, outros não, a legítima participação da entidade AMAM na defesa dos interesses e necessidades da comunidade face aos problemas da vila. Em geral os moradores mais antigos não compactuavam com as decisões da AMAM, embora nos Conselhos Municipais, a Vila estivesse representada em diversos momentos.

Por outro lado, mais da metade dos moradores jovens²³ e adultos jovens²⁴ - foram indiferentes ou “não lembravam” de algum fato marcante ou que merecesse “lembrança”, o restante dos entrevistados jovens, apontaram fatos como acidentes de trânsito, pequenos acidentes no mar, tempestades, afogamentos ou outros incidentes entre familiares e amigos pouco específicos. Outros fatos como a demarcação do campinho de areia junto à Igreja Matriz, as partidas no campo de futebol e a colocação da iluminação pública na praia, são acontecimentos recorrentemente mencionados nos relatos. Já entre os entrevistados adultos²⁵ e idosos²⁶, alguns “acontecimentos” relatados são contraditórios, pois lamentavam principalmente a queda vertiginosa de visitantes e, portanto, a queda dos fregueses em seus pequenos comércios. Este fato, em especial, pareceu ter relação à proibição do camping e às ações de limitação do número de ônibus de excursões, impedidos de entrar na Vila, pela prefeitura – o que era uma reivindicação em meados de 1992.

Vale ressaltar que em 1998, dezenas de pequenos estabelecimentos, bares-restaurantes, pousada e casa de banho fecharam e hoje em dia, poucos são os comércios remanescentes. Quanto aos pescadores, deixaram a Vila e os filhos dos moradores que antes eram comerciantes atuam como zeladores particulares, vigilantes dos condomínios vizinhos ou biscateiros nos bairros de “Praia Brava”, “Perequê” e “Frade”.

Não obstante, um acontecimento bastante relatado foi o abandono da guarita policial e do posto fiscal colocados pela prefeitura em 1992. A maioria das opiniões (85%) apresenta “descontentamento”, na verdade, o equipamento representou controle

²³ Moradores na faixa etária de 13 a 18 anos. (15% do total da população em 1992).

²⁴ Moradores na faixa etária de 19 a 25 anos.(18% do total da população em 1992).

²⁵ Moradores na faixa etária de 26 a 40 anos.(28% do total da população em 1992).

nenhum, já que as invasões de lotes e terrenos vazios e “*non aedificandi*”, pelo contrário se intensificaram após os idos de 1998.

O programa para a revitalização de Mambucaba²⁷ assim como o de conscientização e educação ambiental em áreas especiais, embutido no projeto de gestão participativa continuada do governo (PT), na época de sua idealização, em meados de 1991, foi amplamente avalizado pelos Conselhos Municipais e contou, inclusive, com a participação dos representantes e moradores da localidade, mas, com o tempo, foi esvaziado, principalmente no último ano da gestão municipal.²⁸

As influências dos inúmeros agentes e a presença da prefeitura, através de seus pesquisadores, resultaram na ampla divulgação do programa para quase todos os moradores da Vila, foi assunto do dia durante os idos de 1991 e 1992 – de fato, para o morador do vilarejo, foi um acontecimento que marcaria a lembrança dos moradores em especial dos mais velhos até os dias de hoje.

Na época, a presença e o entrosamento dos pesquisadores residentes com a população, representava, também, a oportunidade de trocas, havia certo clima de espontaneidade, o que tornava possível manifestações abertas de moradores que opinavam sobre o trabalho da prefeitura²⁹ - a aprovação ou insatisfação ao que vinha sendo feito.

²⁶ Moradores na faixa etária de 41 a 60 anos (12%) e acima de 60 anos (6% do total da população em 1992).

²⁷ O projeto denominado “Reviver Mambucaba”, contou com um diagnóstico multidisciplinar. O método de trabalho, baseado em parte no método sociológico da observação participante, contava com a residência do corpo de técnicos na Vila.

²⁸ Ver Anexos: panfletos da prefeitura (anexo 8 a 10) pp.209-211.

²⁹ Equipe multidisciplinar da qual participamos de 1991 a 1992.

Após este breve período efervescente, a prefeitura deu por terminado a agenda de trabalhos na Vila, dispensou o corpo de pesquisadores e dedicou-se a outras agendas políticas, o que significou, de um lado, grande desapontamento tanto para os moradores jovens quanto para os mais idosos, já que o programa, que previa o amplo “resgate da memória comunitária” incitou acontecimentos como: aulas de dinâmica teatral com jovens da Vila, encenando peças sob supervisão de um professor de teatro; patrocinou eventos de danças e músicas típicas, contadores de história, distribuição de literatura contando a “história do lugar” e calorosas disputas de futebol de praia. Por outro lado, os moradores mais idosos, foram entrevistados, suas histórias gravadas – suas narrações ouvidas e debatidas – o sentimento e as opiniões já em 1998, passados 6 anos, foi que tudo isto havia sido em vão.³⁰

A maioria dos acontecimentos que movimentou a vila nos anos 90, embora não tenham caído em esquecimento pela população local, não resultou em maiores benesses para a população, assim como foi verificado a desaceleração da já diminuta mobilização representativa que havia dantes, como também constatamos em meados de 1998.

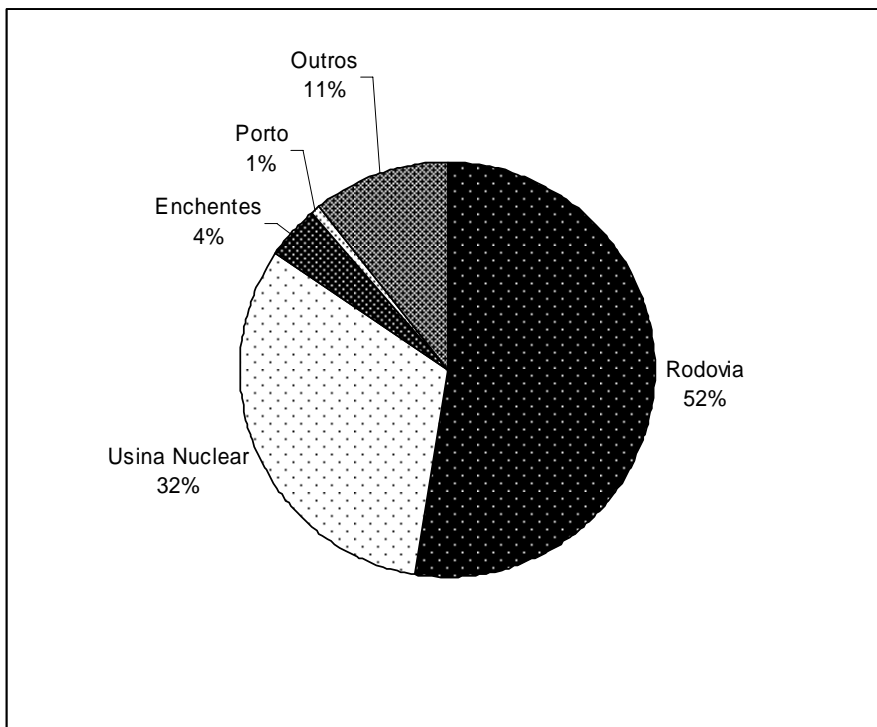
Alguns *acontecimentos* foram relatados, como a morte de alguns entes familiares (idosos), moradores tradicionais da Vila, e que teriam se negado a viajarem para hospitais em Angra ou na metrópole. Estas narrativas dos moradores, em geral, dos mais idosos, estão recheados de contos e casos míticos com acontecimentos “milagrosos” e “espetaculares”.

³⁰ Em 1998, na prefeitura os documentos arquivados do projeto achavam-se mal conservados e parte incompletos; conseguiu-se recuperar parte do material do levantamento urbano elaborado pela secretaria de planejamento, e da qual participamos, a partir de antigas fotocópias em acervos de terceiros. Sabe-se que o material serviu para fundamentar o zoneamento de uso do solo, mas não recebeu prioridade nas agendas políticas das futuras gestões com relação a lei da área de interesse especial denominada AECATUP Mambucaba.

Esses indivíduos mantêm a tradição narrativa ao contarem histórias fantásticas aprendidas com seus pais que, por sua vez, também com seus pais aprenderam, procede-se a análise destes relatos, mais adiante no quinto capítulo, será apresentada em relação ao universo discursivo dos informantes.

Os relatos dos entrevistados - moradores jovens e adultos (ver figura 82, p.165) - demarcam: em primeiro lugar a *construção da rodovia* e o *aterro* da faixa adjacente à estrada (52,5%), em segundo lugar *a construção da Usina nuclear* (32%), em terceiro lugar as *grandes enchentes do Rio Mambucaba* (4%), em quarto lugar a *destruição do cais do porto de Mambucaba* (1%) como “acontecimentos” mais relevante na história. O restante (10,5%), referiu-se a outros acontecimentos dispersos ou muito específicos não representativos.

Figura 82: Gráfico dos acontecimentos marcantes. (Fonte: pesquisas do autor, 1998)



Vimos, então, que a construção da rodovia Rio-Santos e o fim do isolamento geográfico, remonta a década de 70 e indiretamente o afluxo de visitantes na década de 80 e 90, de fato permanece como um acontecimento marcante na vida dos indivíduos e, como constatamos, foi agente de profundas mudanças.

Alguns relatos demarcaram as obras das *Usinas nucleares*, ou mesmo sua simples existência, como acontecimento marcante, embora relativamente distantes dos limites da Vila, viriam afetar todo o grande entorno da Vila, de Itaorna a Praia Brava, o distrito de Mambucaba e o bairro de Perequê na divisa com o município Paraty.³¹

No universo *psicológico*, a presença de sirenes e em esporádicos exercícios nucleares patrocinados pela defesa civil, bombeiros e a agência federal, de fato impacta o universo imaginário: o *medo* é sentimento presente em algumas traduções – o receio de acidente nuclear – o *perigo*, está indiretamente deduzido nos relatos, porém aparecem em poucas entrevistas – falar no acidente ou na sua possibilidade, aterroriza os indivíduos, transforma o medo psicológico em *tabu*, ou melhor, em um forte *fantasma urbano*.

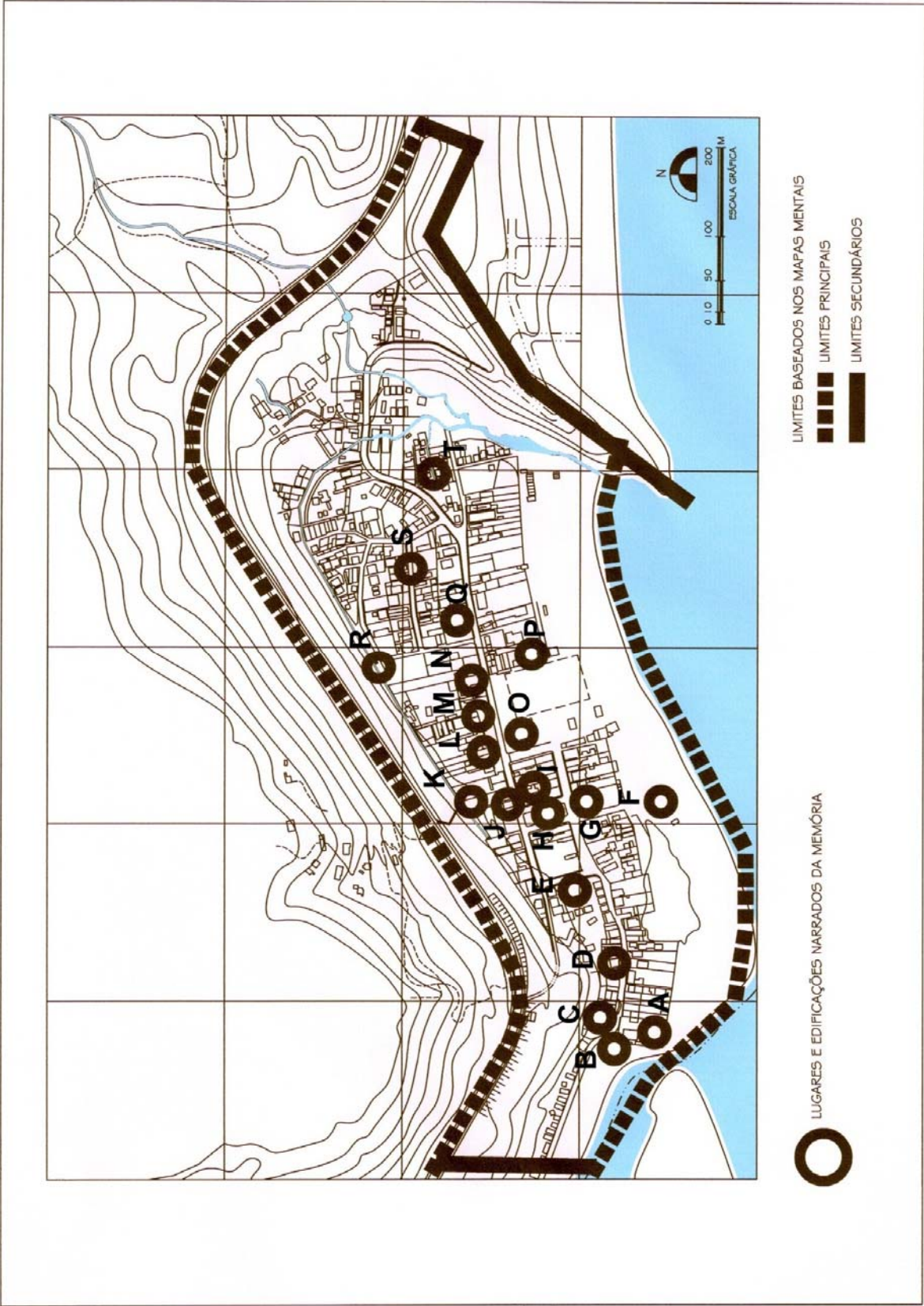
³¹ Ver Figura 23: mapa dos núcleos urbanos no perímetro de influência das usinas nucleares, p.73 e comentários, p.74.

4.3.5 Lugares da memória

Os lugares relatados nas sessões de registro das narrativas, foram narrados como pertencentes ao *passado* pelos moradores tradicionais, e, portanto, objetos da *memória* dos entrevistados. O único *marco urbano* mencionado pela totalidade das entrevistas³², com maior permanência foi inegavelmente a Igreja Matriz. A Igreja está presente fortemente no imaginário urbano e sua permanência foi verificada em todas as imagens, nas histórias e nos croquis mentais com moradores. Abaixo, a disposição dos *lugares da memória* indicados exatamente como citado pelos entrevistados, seguido da situação levantada em 1998:

³² Dados referentes aos anos de 1992 e 1998.

Figura 83: Mapa dos lugares da memória.



Lugares da memória narrados por moradores - passado/presente
(Itens legendados no mapa dos lugares da memória, Figura 83, p.168):

- (A) “*Antigos ancoradouros de barcos de pesca*” - no presente ocupações irregulares.
- (B) “*Antigas casas de pescadores*” - no presente residências em uso.
- (C) “*Antigos trapiches de barcos*” - no presente, ocupações.
- (D) “*Lugar da antiga Casa de Câmara e Cadeia*” - no presente, residência em uso.
- (E) “*Lugar de uma exuberante construção, casarão ou sobrado sede de fazenda*” - no presente, residência em uso.
- (F) “*Lugar do primeiro cais do porto sobre o antigo leito do Rio Mambucaba*” - o leito recuou até a contenção aterrada oeste.
- (G) “*Antigos sobrados da Rua do Comércio*”³³ - ruínas.
- (H) “*Lugar da primeira capela do vilarejo e antigo cemitério nos fundos da capela*” - no presente Praça Augusto Jordão. O cemitério foi transferido para a “*franja*” a leste da Vila.
- (I) “*Lugar do antigo cartório de registro e jurisprudência*” - no presente, residência.
- (J) “*Lugar da mais antiga escola primária*” - no presente a edificação foi reformada pela prefeitura para receber o primeiro posto de saúde da Vila.
- (K) “*Lugar do primeiro posto do telégrafo na vila, localização da edificação do primeiro Correios e Telégrafos*” – no presente o lote está vazio, sem uso.
- (L) “*Lugar da fileiras de casarões da Rua das Flores*”³⁴ - no presente residências de uso misto com bares, restaurantes e residências de moradores tradicionais e artesãos.

³³ Sempre presente nos relatos e na *memória* dos entrevistados. O conjunto de sobrados geminados de influência neoclássica, restou apenas um, que em meados de 1980, e acredita-se duas décadas anteriores já se encontrava abandonado. Em 1991, o lote e o prédio, em estado precário foi arrendado dos proprietários residentes na Inglaterra, pela municipalidade, a guisa de restauro para fins culturais; em 1992, com o “projeto de revitalização de Mambucaba” procede-se o levantamento arquitetônico, nestes idos, via-se parte do conjunto dos alpendres, frontões e coberturas, com ruína de paredes de adobe nas fachadas laterais; já em 1998, como não houve continuidade no projeto de restauro iniciado em 1991, ocorre a ruína completa das estruturas remanescentes.

- (M) “*Lugar de uma escola de artes francesa*” - no presente, bares.
- (N) “*Lugar da antiga Loja Maçônica e primeira sede da sociedade secreta dos Maçons do distrito*” - no presente, ruínas com algumas fundações em pedra.
- (O) “*A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário*”.
- (P) “*Cercanias do primeiro teatro da região de Angra*” - no presente, residência em uso.
- (Q) “*Lugar de luxuoso e exuberante casarão*” - no presente, pousada e residência em uso.
- (R) “*Lugar da primeira fonte d`água conhecida como Bica da Figueira*” ³⁵
- (S) “*Antigo acesso à bica da Figueira*” - no presente, servidão em uso por moradores.
- (T) “*Lugar das antigas casas dos descendentes de quilombolas da região de Mambucaba*” - no presente residências em uso.

³⁴ No presente pouco resta do grande conjunto arquitetônico de outrora, formado em sua maioria por casas simples, rés-do-chão – típicas de Paraty e das cidades coloniais litorâneas.

³⁵ A *pia* original foi mantida por moradores tradicionais que a reconstruíram a partir da imagem que dela mantinham na memória. O que vemos hoje é uma tentativa incipiente do que deveria ter sido o objeto original, porém sua validade e interesse, advém da espontaneidade dos moradores em fazê-lo. A bica teria servido outrora para abastecer mulas e levar água para moradores, comerciantes e forasteiros.

4.3.6 Usar a V.H.M.: Os usos dos lugares e percursos: qualificações e topofilias

Na investigação sobre os *Usos*³⁶ dos lugares ou a qualificação dos locais que identificassem a Vila de Mambucaba, as respostas dos atores (moradores, campistas, veranistas) foram diversificadas. As perguntas procuraram a identificação da *filia* com os lugares, aqui entendida como um grau forte de *afinidade* e *pertencimento* do entrevistado com os locais, lugares, marcos ou edificações relatadas e qualificadas como de sua preferência ou não e que foram várias vezes citadas nas transcrições das narrativas gravadas.

Para os moradores das famílias tradicionais da vila, a *praia* não é o lugar de preferência, mas sim a *Igreja* e o *terreiro* ao redor, o *campo de futebol* e as próprias *residências*. Em vários relatos dos moradores tradicionais adultos e idosos, preferem não freqüentar a praia ou sequer banhar-se no mar, somente entre moradores jovens, seus filhos e netos, freqüentam a faixa de praia, porém com reservas aos turistas de fim-de-semana.

Indagados sobre o *porquê* deste sentimento, apontam a praia como lugar de *turista* ou como demonstra o informante:

I1.: - “... A praia do jeito que está sem graça, é só para farofeiro ...”

I2.: - “... Na praia? Não vou! ... pai não vai e não gosta que eu vá ... desde que vô morreu ninguém vai lá ! ...”

³⁶ Por Usos, entende-se por ações sustentadas por *experiências empíricas* dos sujeitos sociais com a cidade: traçar rotas, construir caminhos, visitar freqüentemente, qualificar serviços como o transporte ou as gestões cívicas, observar e reconhecer certos lugares, opinar.

I3.: - “... De vez em quando vou na praia, bem pouco. Prefiro mesmo ficar na minha rua ou no banco da pracinha da igreja ... é melhor ...”

Outros moradores apontam a *rejeição* da praia pelos aspectos do lixo deixados na areia pelos visitantes, ou medo da contaminação pelos esgotos despejados no córrego do Engenho que atravessa o final da praia (a leste).

Para quase todos moradores, o simples caminhar na folga das atividades, era um hábito que se mantinha restrito somente às ruas de afinidade, as ruas de preferência, sempre dentro de um “quadrilátero” invisível que era configurado pelo traçado das duas ruas paralelas principais: *Rua das Flores* e *Rua do Comércio*, e margeadas pelos limites da praça da escola e pelo terreiro da Igreja.

No entanto vimos a *Rua das Flores* como o percurso principal para os moradores tradicionais e onde também estão os bares mais antigos, a mercearia, a casa de peixe e uma das duas pousadas, mais adiante. A *filia* com a rua - a Rua das Flores - acredita-se, também vem do *conto* que era margeada com jardins floridos, uma linda alameda bem mais refinada, que possivelmente nas representações dos moradores sobre o *passado*, foi a *Rua do Comércio* – um local de carroças, armazéns e estivas, uma zona feirante que atendia todo o distrito de Mambucaba.

A *Rua do Comércio* era um percurso mais utilizado como caminho para a *praia* e o *rio*, e de fato, mais usado por *turista* e *veranista*. Nesta rua, em meados de 1998, foi aberta um pousada e durante a noite funcionava ali, um bar com seresta. Os proprietários destes imóveis são moradores instalados entre 1996 e 1998, originários dos grandes centros urbanos, em especial de Santos e São Paulo – a *boemia* da vila era bastante

freqüentada por turistas, campistas, veranistas e profissionais de Praia Brava nos intervalos de folga. Os hábitos do entretenimento noturno, inegavelmente, costumam ser típicos da *vida noturna* das grandes cidades – em especial o conhecido hábito do paulistano e do carioca de freqüentar a noite, ou a “conversa de bar” e a “seresta noite à dentro” – de fato, os “novos” hábitos não foram bem vistos pelos moradores tradicionais, as vezes os relatos sobre a referida rua manifestaram opiniões sobre as “atividades” destes lugares, mencionaram palavras como “*baderna*”, “*vagabundagem*” e “*vergonheira*”.

Para turistas e campistas a *praia*, a *cachoeira* são os lugares de maior preferência e a *motivação principal* da viagem ou estada na Vila. Em poucos relatos a *serra da Bocaina* (reserva da mata atlântica e parque nacional) também foi referenciada.

4.3.7 As qualificações sensoriais

A análise de elementos de *estética* urbana e as menções que remetem ao *belo* e ao *feio* e as qualificações sensoriais do ambiente, as imagens qualificadas e metáforas por si recorrem a processos cognitivos e culturais presentes no imaginário individual ou coletivo. Estas metáforas urbanas, como aponta Armando Silva (*op.cit.*, p.175) são a resposta perceptiva dada pelo próprio cidadão, *dentro de suas projeções imaginárias individuais ou de grupo*. As *ilusões* são recolhidas sobre pontos de vista da beleza, da sexualidade da rua, dos odores, da retórica na evocação de algumas ruas com forte marca. Quando comparadas às *filias*, as *ilusões* têm maior caráter evocativo e respondem a construções de impossível constatação empírica, como dizer que uma rua é mais “masculina” que “feminina” que outra (SILVA, 2001: 156). Transportando a reflexão para a Vila, como uma rua pertence mais ao turista do a outro grupo, como o espaço da vila se segmenta nos fins de semana: a praia é lugar para farofeiro, enquanto o bar noturno na Rua do Comércio é lugar para veranista e a praça, o Bar do Abdias e a Igreja é para morador, a não ser pela existência verificada destas ilusões e fantasmas no imaginário urbano.

4.3.8 As Cores da V.H.M.

A pesquisa entrevistou a população em geral e obteve-se o seguinte resultado dos questionários válidos que qualificam a “cor” da Vila histórica de Mambucaba:

(a) a cor da Vila como *azul* ou *tons azulados com branco* (73%)

Evocação do *mar* e da *montanha*, do sentimento de *paz* e *isolamento do mundo*; predominantemente moradores tradicionais e alguns veranistas.

(b) seguido da cor *amarelo* ou *dourado* (12%).

Evocação ao *sol* ou à *areia ensolarada* e o *sentimento de diversão e alegria*; predominantemente turistas excursionistas e alguns campistas.

(c) a cor *verde* (11,5%).

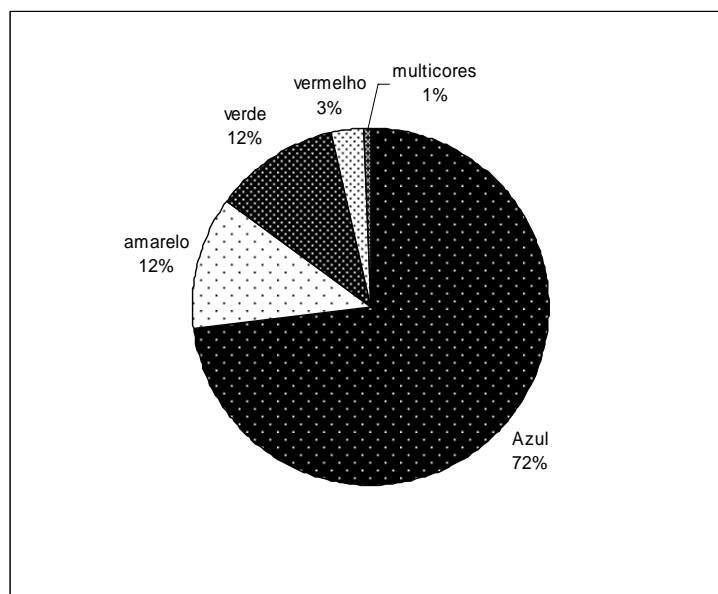
Evocação a Costa Verde, ao *paraíso verde* ou *proximidade à natureza*; predominantemente campistas e alguns veranistas.

(d) a cor *vermelho, tons de carmim, cores terrosas e terracota* (3%).

Evocação à *cor dos telhas quando avistados da rodovia*, e ao sentimento de *agitação, euforia* ou *sensualidade da Vila*; predominantemente turistas excursionistas.

(e) outras (0,5%)

Figura 84: Gráfico As cores da V.H.M. (fonte: pesquisas do autor, 1998)



4.3.9 Os odores da V.H.M.

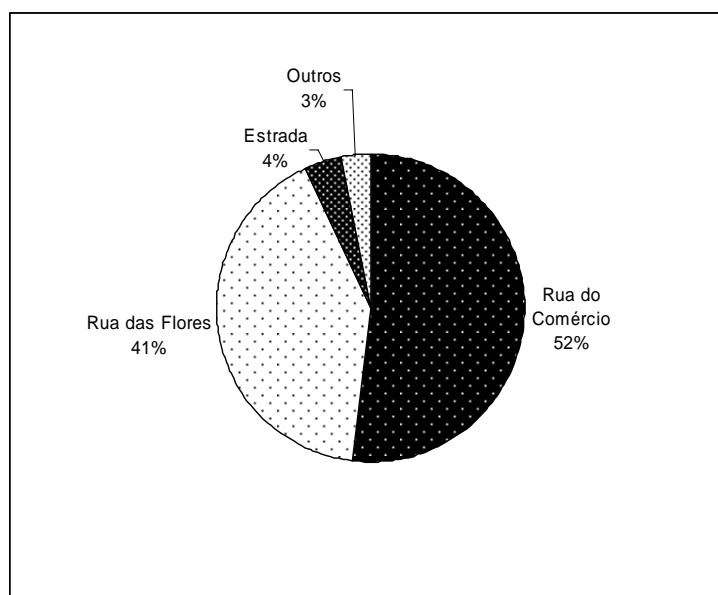
Procurou-se identificar a qualidade agradável ou desagradável e o que lembra, o que evoca, o que traz a mente a sensação do odor experimentado para os entrevistados:

(a) 52% dos entrevistados relataram que os melhores odores, odores de *limpeza* vêm da Rua do Comércio e da praia, como o odor de *mar* ou de *maresia* nas ressacas, predominantemente campistas e veranistas e alguns turistas.

(b) Outra fração, 41% dos entrevistados, predominantemente moradores fixos relataram agradável odor da *vegetação* ou de *espécimes floridas* nos jardins do calçadão na Rua das Flores e nas praças floridas.

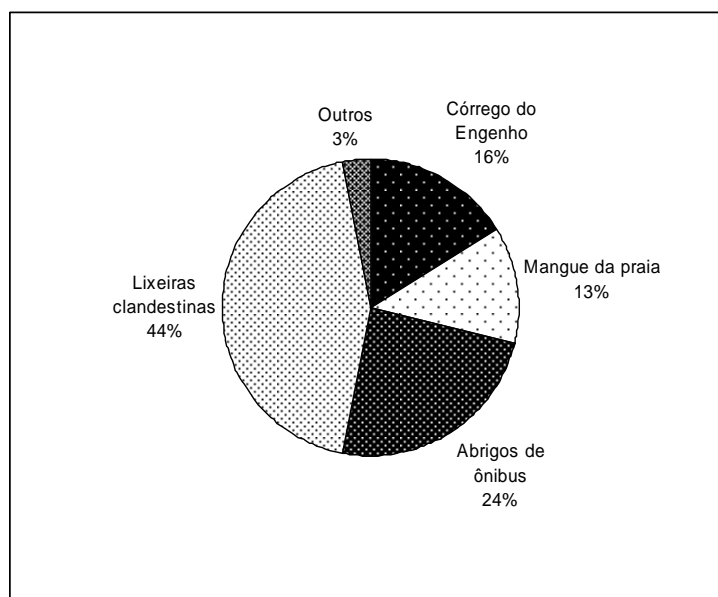
(c) Entre campistas e excursionistas (4%) foram relatados como odores agradáveis em todas as ruas da vila e na estrada; alguns inusitados como o de *terra molhada*, o *cheiro de asfalto*, o de *frutas tropicais*, odor de *poeira*, odor de *churrasco* ou de *tabaco* e não opinaram (3%).

Figura 85: Gráfico Os melhores odores da V.H.M. (fonte: pesquisas do autor, 1998)



(d) Quanto os *piores odores* (Fig.:2) relatados por todos os grupos entrevistados, estão no Córrego do Engenho (16%), na faixa do mangue que recebeu aterros na faixa oeste da praia (13%), nos abrigos de ônibus (24%) e nas lixeiras clandestinas das ocupações (44%) e não opinaram (3%).

Figura 86: Gráfico Os piores odores da V.H.M. (fonte: pesquisas do autor, 1998)



Quanto aos odores apresentados pelos entrevistados de todos os grupos, observamos que boas observações estão, em geral, relacionados aos percursos e vias predominantemente localizadas nos lugares de usos informados como marcadamente preferenciais entre os grupos: vimos que os odores de limpeza estavam sempre referenciadas às ruas principais: rua das Flores e rua do Comércio, trazendo metáforas de *tranqüilidade* e de *limpeza* (nos odores de jardins). Já nas alusões de *sujeira*, nas ruas de picadas nas ocupações sem rede de esgoto, aterrados em manguesais e córregos que recebem despejo de esgotos e lixo, independente disto foram citados de acordo com sensações de odor com evocação

emotiva, trazendo palavras como *ilha, praia, mar* também com evocações à *estrada de terra e barro molhado*. Foram relatados como piores odores, os de *sujeira* trazendo a evocação de *tristeza, imundície e abandono* para entrevistados de todos os grupos.

4.3.10 Pontos de encontro e lugares de preferência na V.H.M.

4.3.11 As qualificações da rua e as ilusões cidadãs

A Rua das Flores foi considerada *positiva* nos relatos como o caminho das melhores sensações, “*passagem*” de todo dia para os moradores e visitantes, “*lugar de encontro*” nos bancos de praça, com os bares mais freqüentados e com as pousadas. A Rua do Comércio foi considerada *positiva* como “*caminho para praia*”, com “*agradável odor de maresia*”, porém *negativa* como lugar da “*noitada barulhenta dos forasteiros*”, além de outra vila: a “*vila histórica*” de Mambucaba, “*banheiro de excursionista*”, “*isolada*” ou menos percorrida e até mesmo “*suspeita*” ou “*perigosa*” na retórica de alguns poucos moradores.

A Rua das Flores é uma conexão entre outros percursos dentro da Vila e o lugar de passagem dos ônibus e coletivos locais, portanto, ponto de encontro para todos os moradores e visitantes - nesta rua o ponto de encontro tradicional da localidade e ponto de referências para todos os moradores e visitantes entrevistados é o bar do “Seu Abdias” e do “Carlinhos”, que também se servem de sua mercearia para pequenas compras. “Seu Abdias” é um dos moradores mais velhos e sua família está há gerações na Vila e uma das mais antigas.

O bar do “Seu Abdias” é uma *janela* para Vila, onde dezenas de olhares críticos exercem a vigilância compartilhada de tudo o que ocorre nas cercanias e onde são narradas as notícias e avisos. O bar também é um portal de recepção para os forasteiros e a família que administra o bar que controla também as chaves e o acesso à Igreja e às salas da paróquia, já que o padre costuma comparecer apenas para o missal.

O “*campo de futebol*”- um terreiro demarcado em saibro nas cercanias da Igreja matriz - é sem dúvida o local predileto para os encontros entre moradores jovens e adultos masculinos, já os mais idosos e os moradores femininos usam preferencialmente os bancos da Igreja como ponto de encontro.

As crianças e os moradores mais jovens usam para encontros e jogos, a *Praça Augusto Jordão*. A praça desperta o interesse para os jovens, pois está nas proximidades da *Escola Primária Ignácio Doring*, e é usada nos recreios pelas crianças e nas atividades curriculares da pré-escola, além disso, é agradavelmente ajardinada e contém alguns mobiliários infantis de madeira e brinquedos como “gangorras” e “balanços”.

Outro ponto de encontro é o “*Bar do Peixe*” e o “*Bar do Bicão*”, onde diversos veranistas oriundos dos grandes centros urbanos costumam freqüentar. O visitante esporádico da Vila em geral perambula pelas cercanias da praia, usa a praça e os bancos da Igreja, circula na Rua das Flores e nos “barracões da praia” pela manhã e nos bares da Rua do Comércio, à noite. Durante o dia, trabalhadores e operários de Praia Brava e de Perequê, encontram-se na Vila para refeições ao meio-dia nas “*pensões*” (restaurantes) e nos “*bares que servem peixe*”, próximas ao campo de futebol, junto à Rua das Flores.

Também à noite, nos “*barracões de praia*”, o ponto de encontro preferencial para veranistas, campistas, excursionistas, seresteiros, violeiros e pagodeiros de fim-de-semana.

A esquina da residência do “*Seu Cruz*”, usado, também, como ponto de encontro por alguns “*compadres*”, moradores tradicionais da Vila, para um “bate-papo” ou para manter a “prosa em dia”. “*Seu Cruz*”, descendente de ex-escravos, morador tradicional da Vila “não gosta de fotos” e pouco fala nas entrevistas.

As *pousadas* e a *padaria* são estabelecimentos que servem a Vila e ao distrito, lugares de encontro e de referência de quase todos os moradores, como também para alguns visitantes, têm servido de atrativo para população do entorno não moradora na Vila ou dos condomínios próximos.

No “*Bar do Bicão*”, ponto mais afastado do “centro” da Vila, na via de acesso para a rodovia, é freqüentado por veranistas e excursionistas para refeições ou banhos improvisados na “bica” que vem de uma nascente na mata. A cachoeira e a praia são dois pontos de encontro costumeiros para os turistas excursionistas, assim como o leito do Rio Mambucaba e o costão rochoso do Córrego do Engenho.

Figura 87: Gráfico Pontos de encontro e lugares de preferência na V.H.M. - população permanente. (fonte: pesquisas do autor, 1998)

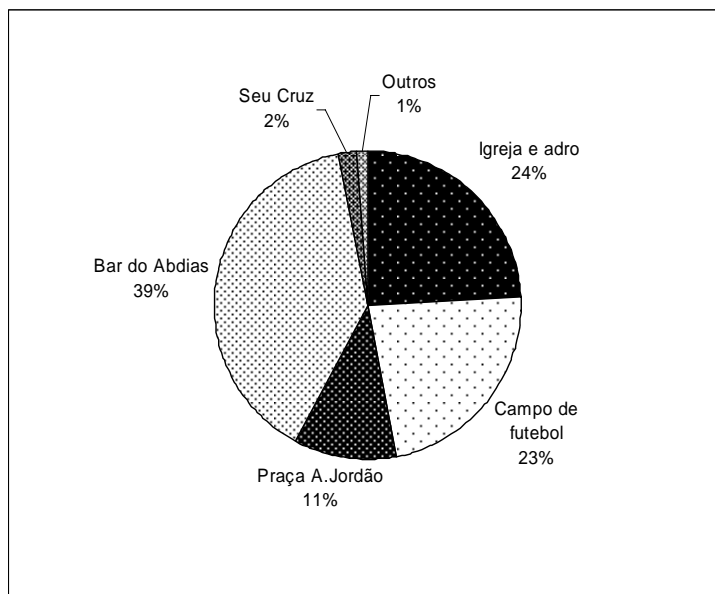
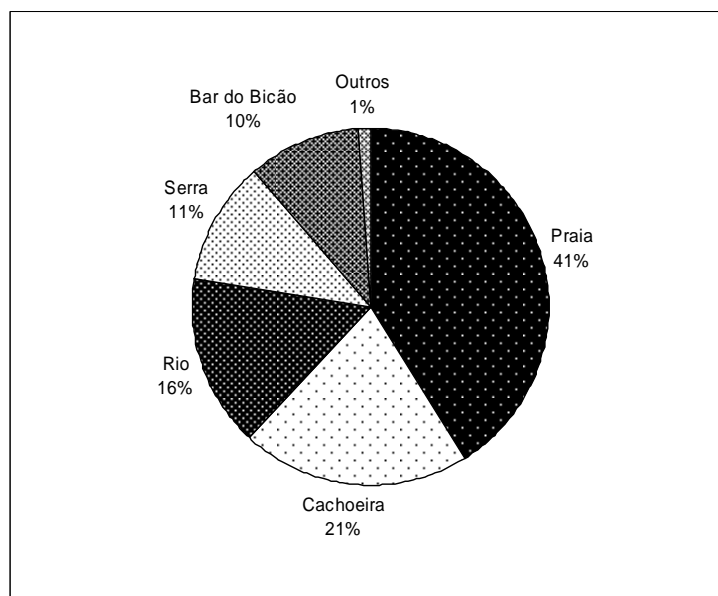


Figura 88: Gráfico Pontos de encontro e lugares de preferência na V.H.M. - população transitória. (fonte: pesquisas do autor, 1998)



4.3.12 Ritos na V.H.M.

Na definição dada por Marcel Mauss ao rito (SILVA, *op.cit*, p.226):
“*trata-se de atos tradicionais que versam sobre coisas chamadas sagradas. Por acaso não é um momento onde o sagrado pode ampliar-se a diferentes práticas que mantenham como laço de união e de ação o simbólico?*”.

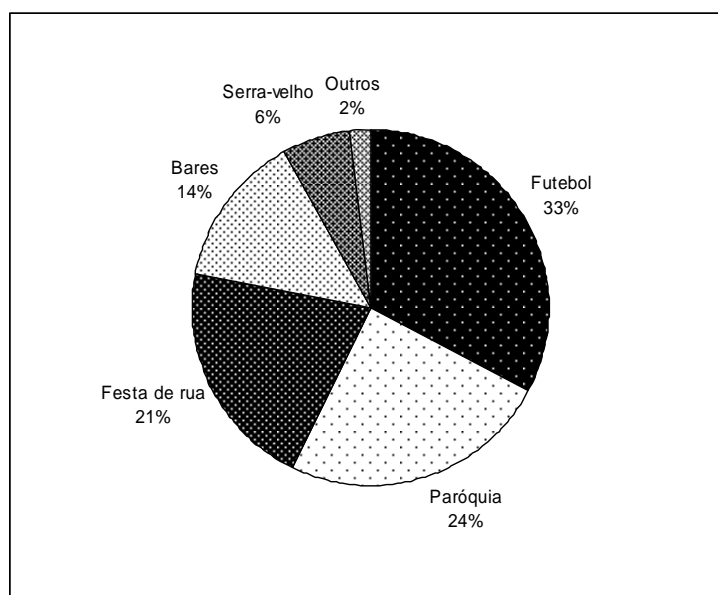
Portanto, ressalta Silva (*op.cit*, p.226-227), o simbólico haveria de entender-se como sentido do âmbito de uma *semiótica das paixões* na qual os afetos, as emoções, a sensibilidade enfim, fazem com que os cidadãos se expressem com atos rituais que são na verdade, fatos sociais. O fato social existe como “estratégia de narração submetida a uma complexa rede de construções virtuais e sociais” (SILVA, *ibid*).

Na Vila, os ritos expressos são de duas matrizes: a que se liga às vivências da *população fixa ou permanente* e a que se liga às vivências da *população flutuante ou transitória*. Os laços que realizam os esquemas grupais e as metáforas urbanas (SILVA, *op.cit*, p.225) podem ser interpretados como uma operação social de segmentação e representação de um espaço urbano - os modos de viver e assumir a realização de uma urbe.

A população *permanente* mostrou alguns esquemas grupais que são grandes acontecimentos locais, como o *torneio de futebol* entre moradores - um ritualístico embate entre grupos rivais: os moradores de outros distritos e os moradores locais, ou entre moradores “católicos” filiados a Igreja e “protestantes” filiados à Assembléia de Deus. Os jogos enquanto manifestações coletivas pareceram adquirir status de ritos tão importantes quanto as festas comunitárias religiosas de rua. As quermesses paroquianas, as festas dos Santos, juninas e julinas foram tradicionalmente ritualizadas pelos descendentes das famílias tradicionais. Os espaços históricos mais usados são os terreiros defronte à Igreja ou o

quadrilátero das ruas principais (das Flores e do Comércio). Em geral, as festas contam com a preparação e participação maciça dos moradores, recebendo visitantes e turistas, principalmente nas datas de comemorações cristãs. Outras tradições são representações dos antigos ritos e contam apenas com a memória dos mais velhos para que ainda sejam lembrados, como a “*Noite do Serra-Velho*”³⁷, porém ainda acontecem nas vésperas das festas juninas e julinas, que se tornaram grandes eventos sociais que integram quase todos os moradores na organização das quadrilhas e barracas com os moradores de outras partes do distrito, Perequê, Praia Brava, Frade, centro de Angra e municípios vizinhos de Paraty e Mangaratiba.

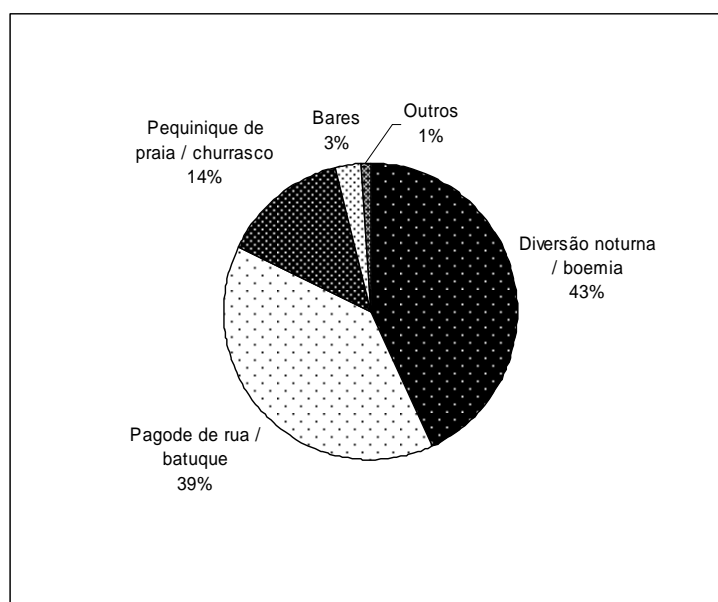
Figura 89: Gráfico Ritos da V.H.M. - população permanente. (Fonte: pesquisas, 1998)



³⁷ Julgamos tratar-se de uma espécie de tradição angrense: durante a noite, atores fantasiados de entidades fantasmagóricas ou espíritos da mata, assustam ou aterrorizam os mais idosos, batendo sarrafos, quebrando e escondendo objetos ou serrando as portas das residências.

A população *flutuante*, por outro lado, mostrou alguns esquemas grupais muitas vezes conflitantes com a cultura local: a diversão noturna, o *pagode de rua*, a *roda de batuque*, o *pequiquie de praia*, o churrasco na areia. Hábitos pouco integrados ao cotidiano da maioria dos moradores entrevistados, exceção às festas comunitárias onde a integração aparentou ser maior. (ver gráfico 12)

Figura 90: Gráfico Ritos da V.H.M. - população flutuante. (Fonte: pesquisas do autor, 1998)



CAPÍTULO V

5 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DA V.H.M.

5.1 A OPERAÇÃO PASSADO-PRESENTE

*“Eu sou o espírito que nega tudo”
(Mefistófeles no Fausto de GOETHE)*

“A época em que o homem podia acreditar-se em sintonia com a natureza acabou.” (BENJAMIN, 1980)

Como vimos nos capítulos anteriores, as transformações ambientais e sociais por que tem passado a Vila Histórica de Mambucaba, principalmente a partir da década de 1970 com a abertura da BR-101, são testemunhos da alteração de seu perfil social, processo sempre em curso. Os atores sociais que assistiram a essas transformações, as pessoas mais idosas das famílias tradicionais, evidentemente têm representações dessas transformações. A transformação não se deu somente em torno desses indivíduos; a transformação alterou os próprios indivíduos: suas representações, seus valores, suas vidas - somente percebendo isso estaremos imunes à vontade, sempre estéril, de fazer a roda da história girar ao contrário. Os pais dos indivíduos em questão, hoje todos falecidos, tiveram uma resistência completa às transformações, não aceitando alterar suas vidas, seu cotidiano:

I1.: “se o pai tivesse vivo até hoje, duvido ... a gente não tinha luz, nem televisão nem nada ... o pai tinha medo, eu acho, de rádio”.

I2.: “ele tava muito mal, mal mesmo ... mas não deixou eu ir a Angra buscar um médico nem levar ele. Ele quis morrer aqui em casa. O pai dizia que médico era coisa de vagabundo”.

O último discurso pontua com precisão ao que esses indivíduos resistem: à modernidade, ao capitalismo. Como demonstrou Philippe Áries (1977), o capitalismo muda por completo a relação da sociedade com a morte. A morte passa a ser algo indesejável e por isso deve ocorrer longe, no hospital.

“A sociedade capitalista, na sua sabedoria, produziu meios eficazes de se proteger das tragédias diárias da morte, a fim de poder continuar suas tarefas sem emoção nem obstáculo. O hospital já não é o lugar onde se cura e se morre por conta de um fracasso terapêutico; é o lugar da morte normal, prevista e aceita” (ARIÈS, 1977 apud TEIXEIRA, 1992, p.49).

Poder-se-á obstar que essa resistência pode não ter ocorrido, haja vista que os fatos chegaram até nós indiretamente. Não obstante, como os acontecimentos nos foram relatados por inúmeras pessoas, somos induzidos a acreditar em sua verossimilhança. Até porque é comum observar-se em pessoas mais idosas uma grande resistência em alterar sua vida, seu cotidiano. Afinal, para alterar nosso dia-a-dia necessitamos alterar as bases do pensamento que faz de nós aquilo que somos. Nós, homens modernos, não percebemos, pois tudo ao nosso redor está sempre em rápida transformação assim como nós mesmos - mas quem altera suas convicções e sua vida corre o risco de virar outro. A palavra “alterar”, lembremos vem do latim *alter*, o outro. Como observou Leandro Konder:

“É compreensível que a mudança assuste. O saudoso Hélio Pellegrino nos advertia para não subestimarmos o conservadorismo que existia dentro de nós. “Mudar é correr risco de morrer”, dizia Hélio. E constatava que, por isso, os neuróticos se aferram à neurose deles, que os faz sofrer, mas já é uma velha conhecida...” (KONDER, 1992 apud TEIXEIRA, 1992, p.49)

Os idosos de hoje não puderam resistir por muito tempo à força do capitalismo que destrói todas as relações sociais anteriores, cria novas relações e novamente

as destrói e assim sucessivamente. Ou seja, com o capitalismo “*todas as relações fixas e enrijecidas, com seu travo de antigüidade são banidas; todas as novas se tornam antiquadas antes que cheguem a se ossificar. Tudo que é sólido desmancha no ar ...*” (BERMAN, 1986)

Esses *atores sociais*, no entanto, não observam a transformação ocorrida como um *processo*; suas *representações* sobre as transformações baseiam-se na operação da dicotomia passado-presente. Assim o imaginário inunda-se de imagens recorrentes, qualificando como positivo ou negativo diversos aspectos da transformação:

I1.: “(...) agora temos hospital perto, temos luz (...)” ¹.

I2.: “(...) antigamente a gente levava um dia inteiro remando prá ir até Angra. Hoje a gente pega o ônibus, vai, volta, vai e volta de novo num dia só ... é muito melhor (...)” ².

I3.: “(...) isso aqui era uma calma ... com esse negócio de farofeiro virou um inferno (...)” ³.

I4.: “ (...) catita, bagre, mistura, jordão ... ninguém comia isso, ia tudo para os cachorros. Agora até esses peixes, se quiser comer, tem que pagar (...)” ⁴.

I5.: “(a vila) progrediu muito, muito”.

Os informantes acima, quando indagados sobre a totalidade das transformações, são unânimes em apontar que “*apesar de ruim em algumas coisas, a vila progrediu, hoje é melhor*”.

¹ Depoimento de informante idoso e morador fixo da Vila. (1992).

² Depoimento de informante idoso e morador fixo da Vila. (1992).

³ Depoimento de informante idoso e morador fixo da Vila. (1992).

Observando-se com acuidade essa qualificação da realidade atual como “melhor” prepondera sobre o “ruim”, o “progresso” também adjectiva a realidade cotidiana do informante, na verdade, num olhar mais atento, podemos dizer que ela se dá dentro da lógica e dos valores da “nova ordem social”. Os discursos citados, por exemplo, quando apontam os aspectos positivos ou negativos das transformações, o fazem a partir de *novos valores – valores modernos*. Pelo “*lado positivo*” destaca-se a mobilidade e rapidez do transporte e do acesso à tecnologia: ora, “velocidade” e “tecnologia” são as *expressões síntese* da modernidade (BERMAN, *op. cit*). Pelo “*lado negativo*” temos a perda da calma e da fartura: questões re-valorizadas na sociedade capitalista em virtude do acelerado ritmo imposto à vida e da consciência de que a fartura existe, respectivamente. A própria operação da *dicotomia passado-presente* é uma maneira moderna de conceber a realidade, pois nela estão presentes as nas noções de ruptura e progresso. Como tudo está em constante transformação, o presente é percebido como algo oposto ao passado; como ruptura com o passado; o presente passa a ser sempre novidade. A sociedade moderna inverte a proposição *Hegelian*a segundo o qual o *novo* sempre aparece sob a forma do *velho*: na sociedade moderna o *velho* para manter-se vivo tem que se apresentar constantemente como *novo*. Não é a toa que, ao longo da história política brasileira, os governos tentassem forjar sua legitimidade se apresentando como *novo*: Estado Novo, Nova República, Brasil Novo etc.

A noção de “novidade” estará sempre associada à concepção de “progresso”. Progresso é sempre algo positivo: “*progredir é desenvolver-se ou alterar em sentido favorável*” (HOLANDA, 1977 *apud* TEIXEIRA, 1992, p.49); se algo progride, progride para melhor. Ora se pensarmos a dicotomia passado-presente a partir da noção de progresso, o presente será sempre “melhor” que o passado. Não porque o presente é o

⁴ Depoimento de informante adulto, pescador e morador fixo da Vila. (1992).

passado melhorado, desenvolvido, mas porque o presente é a negação do passado, é o novo. Para compreendermos esta questão basta lembrarmos do maior símbolo do progresso - a “locomotiva”. A locomotiva não é a evolução natural da “carroça” - até então o meio de transportar cargas. A locomotiva *rompe* com a carroça; ela é a encarnação do *novo*, é o próprio *progresso*.

No caso dos informantes da Vila, se são perdidas “boas coisas” como a “calma” e a “fartura”, aciona-se no *imaginário*, a categoria de “progresso” e tais perdas são justificadas. Vejamos:

II.: - “... hoje é melhor”.

P.: - Mas o senhor não havia dito que a comida era melhor, não tinha bagunça, que tinha ótimas festas, forró ...

II.: - “... o mundo é assim mesmo ... prá melhorar, alguma coisa tem que piorar. O progresso é assim ... a Vila progrediu e vai se Deus quiser, progredir mais ... é bom prá essa garotada”.

A aplicação “terapêutica” dos mecanismos conceituais são inerentes ao universo simbólico, pois não há com pensar o presente com as categorias do passado. Segundo Schiavo (1991) ao analisar as representações sociais de uma comunidade de camponeses de Nova Friburgo:

“As representações sobre a existência prescindem do recurso que invoca o passado e são, antes, informadas por pressupostos fundamentados no presente, numa visão, quiçá inconsciente, de que nada adianta, no estado atual das coisas, a busca de um tempo pretérito que possa dar sentido à nova realidade que se lhes apresenta” (SCHIAVO, 1991 apud TEIXEIRA, 1992, p.49)

CONCLUSÃO

A Vila Histórica de Mambucaba: um lugar em transformação.

Pelo que vimos até agora, as transformações ocorridas na vila acabaram por também transformar as representações dos indivíduos sobre a realidade e o sobre sua história. Nesse sentido, pensar esses indivíduos como raros exemplares de um passado distante, de uma outra forma de relação com o mundo e com o passado, por mais confortável que seja (já que nem tudo estaria “perdido”), é um completo equívoco: como lembra Arno Mayer, “à *dialética capitalista, nada fica impune*” (MAYER, 1987). No entanto, essa “vontade” de identificar nesses indivíduos, resquílios de um tempo pretérito harmônico, que Marshall Berman define como “mito nostálgico de um pré-moderno paraíso perdido” (BERMAN, *op. cit.*), não passa despercebido. Esse “mito” é extremamente excitante aos moradores tradicionais, pois, frente ao completo descaso reservado aos idosos nas sociedades capitalistas – já que não mais estão inseridos na produção material – essa é uma oportunidade deles se afirmarem indivíduos importantes e especiais na sociedade.

Assim, ao aproximarem-se de um indivíduo ou grupo de turistas minimamente interessados na história do povoado, os moradores tradicionais idosos fazem uma exposição, rica em datas e nomes, da história do povoado desde os tempos da mineração até os dias atuais. Aparentemente uma demonstração de profunda indentidade com o passado, mas só aparentemente: depois de uma análise cuidadosa percebe-se que se trata de mera reprodução de panfletos e textos distribuídos pela Prefeitura e por novos moradores contando a história da Vila. A esse respeito, tivemos uma experiência curiosa. Sempre que entrevistávamos um morador tradicional, quando este tinha alguma dúvida, recomendava-me procurar um outro determinado morador. Ao chegar até este morador ele realmente dirimia as

dúvidas. Certa vez o indagamos sobre o porquê dele conhecer melhor a história da Vila e este nos respondeu:

II.: “É que o pessoal é meio preguiçoso. O rapaz da Prefeitura me deu o livro e eu li mais de uma vez ... se algum deles quiser ler, eu empresto, mas ninguém quer ... se for uma coisa pequena eles lê, mas livro não”⁵

Poder-se-ia dizer que a identidade existe e é apenas “ampliada” com novos conhecimentos. Porém, se os indagamos, por exemplo, sobre a atividade, sobre a personalidade ou mesmo sobre o nome de seus bisavós e até avós, a maioria deles não fora capaz de definir, o que demonstra que a história da Vila é dissociada de suas próprias histórias, da história de suas famílias. Portanto, ao menos neste sentido, podemos questionar se há a pretensão *resgate da memória histórica* propalada pelo poder público. Percebemos, dessa forma que se trata de uma identidade *elaborada* pelos novos moradores, pelo poder público e encampada pelos moradores tradicionais.

Não estamos querendo afirmar que a transformação liquidou completamente as tradições do povoado. Estamos afirmando sim que a propalada “identidade histórica”, da maneira como é *imaginada*, não acabou – na verdade, ela pode nem sequer ter existido. Seria negar a dialética acreditar que de um momento para o outro tudo se transformou, não restando quaisquer sombras do passado. Seria nos deixar levar, mesmo que inconscientemente, pela idéia de progresso. Devemos, então, buscar uma perspectiva equilibrada e “considerar não só o grande drama da transformação progressiva, mas também a

⁵ Depoimento de informante jovem e morador fixo da Vila (1992)

implacável tragédia da permanência histórica, e investigar a interação dialética entre ambas” (MAYER, *op. cit.*).

Uma das relações não capitalistas ainda resistentes no povoado, se analisada, abre caminho para a compreensão da “memória histórica” como é comumente concebida, a saber: a *troca de experiência*, aquilo que Walter Benjamin denominou como “narrativa”. Em seu brilhante ensaio intitulado “O narrador” (BENJAMIN, *op.cit.*), Walter Benjamin descreve a *narrativa oral* como uma forma altamente pessoal de passatempo verbal, no qual o narrador deixa a marca de sua experiência no relato, da mesma forma pela qual o oleiro a deixa em sua cerâmica. Segundo Benjamin, “a dispersão dos sentimentos na moderna sociedade urbana, a incapacidade de trocar experiências, matam essas formas de arte verbal, ao mesmo tempo exemplares e autênticas, pessoais e autorizadas”.

A fonte de toda a narrativa é a experiência que anda de boca em boca. A narrativa une “o conhecimento do lugar distante, como o traz para casa o homem viajado, com o conhecimento do passado, da forma como este se oferece de preferência ao sedentário” (BENJAMIN, *op.cit.*). Os habitantes tradicionais idosos de Mambucaba têm, do ponto de vista da narrativa, um grande conhecimento do passado e uma forte identidade com ele. Esses indivíduos são ricos em *notícias* sobre o passado. A notícia vem da distância - seja ela a distância espacial de terras estranhas ou a temporal da tradição - e dispõe de uma autoridade que lhe confere validade mesmo nos casos que não podem ser submetidas a mínimo controle. A notícia recorre ao milagre, suas histórias são sempre notáveis.

Assim, esses indivíduos mantêm a tradição narrativa ao contarem histórias fantásticas aprendidas com seus pais que, por sua vez, também com seus pais aprenderam: assim surgem das entrevistas: “as mulheres que faziam feitiçarias”, “um duelo

no jongo que durou dez dias”, “o homem que jogou uma praga e a porta da Igreja apareceu repleta de espinhos”, “o escravo que controlava o sol”, “a gamba que falava” ...

Os modernos defensores da tradição (os novos moradores e a Prefeitura) desqualificam essas notícias como “estórias absurdas”. O que esses “inconscientes arautos da modernidade” buscam na tradição oral é mera *informação* e não *notícia*. A informação “coloca a exigência de pronta verificabilidade” (BENJAMIN, *op. cit.*). O que nela adquire primazia é o fato de ser “inteligível por si mesma”. Ao contrário da notícia, a informação não chega até nós com nenhum fato que já não esteja impregnado de explicações. É o fato da informação atrair toda a audiência que faz com que a narrativa esteja em seus estertores:

“Se a arte de narrar rareou, então a difusão da informação teve nesses acontecimento uma participação decisiva” (BENJAMIN, *op.cit.*)

Nesse sentido, ao procurarem “informação” e desqualificarem a “notícia”, os “guardiões da tradição” acabam por contribuir para a morte da narrativa e, conseqüentemente, para o *enfraquecimento da filia com o passado dos informantes*.

O mesmo ocorre quando os “guardiões” buscam homogeneizar tradições diferentes com o intuito de fortalecê-las. Os visitantes transitórios e os moradores permanentes da Vila se constituíam em grupos distintos cada um com suas tradições próprias: seus hábitos, sua festas, sua religiosidade, suas estórias etc. Dado a existência de alguns conflitos, havia um forte etnocentrismo de cada grupo para com o outro. A Prefeitura ao perceber tal fato, desencadeou uma “campanha de revitalização” e “resgate da memória do lugar” denominada “*Reviver Mambucaba*” com o objetivo de educar o turista para a história do lugar e forjar uma nova consciência da história nas novas gerações de moradores. A prefeitura julgando necessário recriar a verdadeira “tradição histórica” a partir do pressuposto

de que a Vila seria uma comunidade - uma “comunidade” coesa com as mesmas origens e a mesma história, um grupo com mesmos anseios e um “passado histórico em comum”.

No entanto como vimos em nossas pesquisas, a grande maioria da população é veranista, que após o período do desenvolvimentismo e do fim do isolamento, substituiu pouco a pouco a população original - acredita-se que já no fim do século XVIII, praticamente os grupos de descendentes dos moradores do início do povoamento já estavam fora da Vila. Este fato resultante do processo de esvaziamento populacional, após a perda da importância econômica com o fim dos ciclos econômicos que remonta os registros de 1892, como vimos no capítulo da história do povoado. Os novos moradores atraídos pela explosão demográfica causada pelo incentivo turístico, devido à propaganda de mercado imobiliário e a política governamental, os fatores de atração populacional experimentado no período desenvolvimentista, com as grandes obras e as indústrias instaladas no município nos anos de 1970 e 1980. Os moradores vindos dos centros urbanos modernos, a maioria após a abertura da Rodovia BR-101 portavam um imaginário diferente, como vimos, não pertencem àquele passado histórico forjado, e muito menos compunham uma comunidade cuja memória histórica remonta 1535, data da criação do povoado.

O programa de *conscientização histórica* não foi, por certo, a causa da obliteração das *filias* dos grupos, no entanto, ela demonstra como os *defensores da tradição* na verdade eram *encarnações* do espírito moderno. Estes, ao tentarem simular a memória comunitária pela reconstrução do passado, transformam o imaginário urbano dos moradores, homogeneizando as percepções em vez de reafirmar as diferenças dos diferentes grupos.

A diferença é essencial à noção de *filia* e pertencimento a um determinado grupo em relação a outro: “nós” somos “nós” porque não somos os “outros”;

somos “nós” porque somos diferentes. Quer dizer, a *alteridade é a fonte da filia*; a lógica do “nós versus os outros” simbolicamente é uma maneira positiva de cada lugar, cada grupo, afirmar para si mesmo sua própria *filia*. Nesse sentido, quando “nós” e os “outros” se homogeneizam, não mais ocorre a reafirmação da *diferença* e o sentimento da *filia* tende a sucumbir.

É verdade que nesse processo de *simulação* surge uma nova *consciência*, a *filia* do “nós” (moradores da Vila Histórica de Mambucaba) em oposição ao “outro”, homens modernos (vindos dos grandes centros urbanos). Porém o “outro” já não é o “outro”: o “outro”, a *modernidade*, “anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e de ideologia: ela despeja todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança” ⁶. Esse outro transforma a *nós* e a *si próprio* constantemente, ameaçando destruir tudo o que somos (*nós e eles*).

Na verdade, nas *leituras* que fizemos nos estudos apresentados ao longo da dissertação, denotaram que tanto o reconhecimento das estruturas visíveis e invisíveis na V.H.M. pelos olhos dos moradores, foram influenciadas inexoravelmente pelos fenômenos socialmente construídos por ação do poder ou por agentes institucionais e por vezes pelos próprios *fantasmas urbanos* dos atores sociais submersos na rede mediática dos grandes veículos, da imprensa, dos mercados, dos panfletos. Nosso questionamento inicial está situado sobre o *alcance* dos programas de revitalização e conscientização histórica, para que servem, a quem atendem?

Decerto às forças sociais que estão mais comprometidas com a propaganda panfletária da preocupação com o rumo social das cidades, e menos com a ética da gestão cidadã, de respeito ao cotidiano do sujeito social e à vida urbana. Este

questionamento é ainda maior quando o sentido de controle urbano é esvaziado caindo no ostracismo da continuidade administrativa quando grupos políticos rivais alcançam o poder nas instituições e prefeituras, e os projetos urbanos e políticas públicas idealizados para minimizarem problemas são “substituídos” ou “engavetados”.

O espaço transformado pelos acontecimentos na história, também muda a visão de mundo dos sujeitos sociais, assim como vimos a influência da abertura da rodovia BR-101, concebida pelo desenvolvimentismo, rompeu um secular isolamento: no território e nos espíritos, modificou o imaginário coletivo dos moradores com as querelas e as contradições do homem moderno, tornaram-se suas próprias contradições. O sentido do “projeto de intervenção” ou “de revitalização” em áreas a serem “preservadas”, cremos, têm as mesmas relação de causa e efeito desta transformação: a mudança não se dá apenas no território, ao redor dos indivíduos, ele modifica os próprios indivíduos. A comunidade, se sequer existiu, partiu-se, as redes de conversa rarearam: os novo moradores não portam a memória coletiva e os velhos mal a partilham.

As experiências psicológicas do *novo* espaço e do *novo* homem, em um *efeito-território*, impregnaram o imaginário dos grupos, moradores, veranistas, turistas excursionistas. A interação *globalizante* não transformou todos em comunidade, como também não garantiu a permanência das diferenças - os efeitos das políticas disciplinadoras homogeneízam as opiniões, criando *fantasmas*. As rupturas da memória do indivíduo pela entrada da memória forjada das instituições, não mudou a realidade social destes grupos, não trouxe o senso de união comunitária em torno de um passado histórico e não conseguiu deter a degradação das estruturas físicas. Estão mantidas as mesmas estruturas sociais nascidas da modernidade: o pensamento hegemônico dispendo do corpo e da alma da Vila: as *novas*

⁶ BERMAN, *Op. Cit.*

querelas urbanas de Mambucaba, são as *velhas* querelas da vida urbana em qualquer cidade: a perda paulatina do sentimento de *filia e pertencimento* à história do lugar no imaginário dos moradores e a escassez da narrativa entre os sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Deusdedith de Souza. **Angra dos Reis: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso**. Dissertação de mestrado IPPUR-UFRJ. 2004.

ANTONIL, André João; **Cultura e Opulência do Brasil**. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. Trad. de Priscila Vianna de Siqueira. RJ: Francisco Alves, 1977.

AZEVEDO, Paulo Renato Faria. **Vila Histórica de Mambucaba: Io. Relatório de Campo**. Angra dos Reis. RJ, Secretaria de Planejamento, 1991.

AZEVEDO, Paulo Renato Faria. **Reabilitação Ambiental: Proposta para Ação Integrada na Vila Histórica de Mambucaba**. UFF/EAU; Niterói, 1998.

AZEVEDO, Paulo Renato Faria. **Lugar e transformação: a questão da identidade social e os discursos da modernidade**. (monografia / especialização). IPPUR/UFRJ. 1999.

BENJAMIN, Walter; **O Narrador**. Tradução de José Linoi Grünnewald. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

BERMAN, Marshall. **Tudo Que É Sólido Desmancha No Ar. A Aventura Da Modernidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1986

CARDOSO, Ciro Flamarion dos S.; **Uma Introdução à História**, São Paulo. Brasiliense, 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. **La Institución Imaginaria de la Sociedad**. Barcelona: Tusquets, 1965.

CASADEI, Thalita De Oliveira; **Páginas da História Fluminense**. Niterói,RJ: Casa do Homem de Amanhã, 1971.

COSTA, Emília Viotti Da; **Introdução ao Estudo da Emancipação Política**. in: MOTA, Carlos Guilherme (Org.); **Brasil em Perspectiva**. São Paulo, 1975.

DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Lívia de. (org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: UFSCar, 1996.

DNER, Relatório de Viabilidade Econômica: Rodovia BR-101 **Trecho Rio-Santos**; Relatório Final. DNER: 1968.

DNER, **Revista Rodovia**. Ed.DNER. RJ: 1972, 1973, 1975.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70 - trad. Carlos Aboim de Brito da 6ª ed. francesa, 1993.

E.H.CARR, **¿Qué es la historia?**, trad. de J. Romero, Barcelona, Seix Barral, 1976, 6a. Ed., (pp. 141-142) *Apud* CARDOSO, Ciro Flamarion dos S.; **Uma Introdução à História**, São Paulo. Brasiliense, 1989.

EMBRATUR. **Projeto Turis**, RJ. 1973a

EMBRATUR. **Turis – Missão de Estudos na França**, RJ. 1973b

ESCHEWEGE, Wilhelm Ludwig Von; **Pluto Brasiliensis**. Tradução de Domicílio de Figueiredo Murta. São Paulo: Ed.: Nacional, 1944.

FAUSTO, Boris; **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III – 1º Volume. São Paulo: Difel, 1975

FERREIRA, Regina Fátima C. F. **De quem é este lugar: Angra?**. Rio de Janeiro: Convênio Universidade Federal Fluminense - Faculdade de Arquitetura: PMAR, 1989. Relatório. Mimeografado.

FURNAS. **Furnas And Nucler Energy**; Diretoria de Produção Termonuclear. RJ: 1980

GORENDER, Jacob; **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUANZIROLI, Carlos Enrique, **Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional – o caso de Angra dos Reis**, (dissertação de mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. 325 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; **O Semeador e o Ladrilhador**. *In*: **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro : José Olympio. MEC, 1971

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.); **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II**. 2º Volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

HOLANDA, Aurélio Buarque de; **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. RJ: Nova Fronteira, 1977.

IPHAN. **Carta de Petrópolis**. 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos. Cartas Patrimoniais. 1987

KONDER, Leandro. **O Futuro da Filosofia da Práxis**. RJ: Paz e Terra, 1992

LIMA, Honório; **Notícias de Angra dos Reis**. RJ: Livraria São José, 1974.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. (trad. Jefferson Luiz Amargo). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade**. (trad. Jorge Manuel C. e Pinho). Lisboa, Portugal: Edições 70, 1981.

MAYER, Arno J.; **A Força da Tradição**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo . Cia das Letras, 1987

MENDES, Alípio; **A História da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição**. Angra dos Reis, RJ: Conselho Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 1987.

MAIA, Tom e CAMARGO, Tereza Regina; **Do Rio A Santos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional – USP, 1976.

MESI, Waldir; **Notícias Históricas da Ilha Grande**. Minas Gerais: Esdeva, 1990.

PINTO, Alfredo Moura; **Dicionário Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1894.

PMAR/Secretaria de Planejamento, **Diagnóstico da Vila Histórica de Mambucaba**. Angra dos Reis, RJ.1991-1992.

PMAR/Secretaria de Planejamento. **Projeto Reviver Mambucaba**. Angra dos Reis. RJ, 1992.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Desenho Urbano: Cabeça, Campo e Prancheta**. São Paulo, Projeto, 1986.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos - **Preservar não é Tombar. Tombar não é pôr tudo abaixo** in revista Projeto nº 86, São Paulo. 1986.

SCHIAVO, Sylvia F.; **Sendas da Tradição: Estudo Sobre um Grupo de Pequenos Produtores Rurais no Distrito de Nova Friburgo**. São Paulo; Dissertação de Mestrado – PUC, 1991.

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. São Paulo: Perspectiva; Bogotá, Col.: Convenio Andrés Bello, 2001.[Estudos]

SIMONSEN, Roberto C.; **História Econômica do Brasil: 1500 – 1820**. São Paulo: Nacional, IML, 1977.

SOUZA, Benedito Jordão de ; **Terra dos Magos**. Angra Dos Reis, Rj: Gráfica Atômica, 1949.

SOUZA, Corinto de; **Angra do Meu Tempo**. Angra dos Reis, RJ: Conselho Municipal de Cultura, 1986.

STADEN, HANS ; **Dois Viagens ao Brasil**. Tradução de Giomar de Carvalho Franco. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1974.

TAUNAY, Affonso de; **Pequena História do Café (1727-1927)**, RJ: Edição do Departamento Nacional do Café, 1945.

TEIXEIRA, Cristian Regis. **Relatório Geral Sobre a Vila Histórica de Mambucaba**. Angra dos Reis, RJ: Secretaria de Planejamento, 1991.

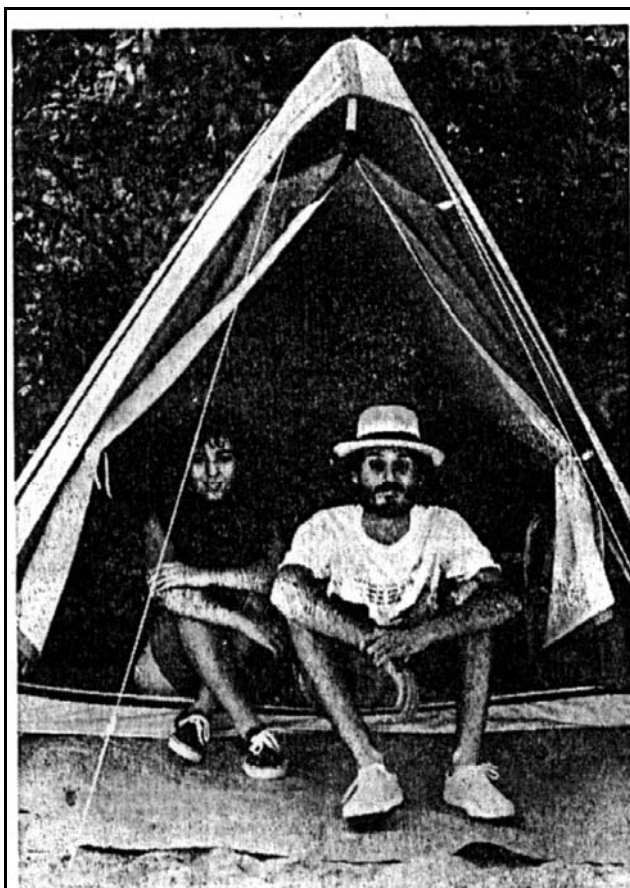
TEIXEIRA, Cristian Regis. **Vila Histórica de Mambucaba: passado-presente** (ensaio monográfico). Niterói, RJ, 1992.

VIVES, Vera dos. **Patrimônio Histórico Fluminense**. O Fluminense, 22/04/1975 (p.7)

WHYTE, Anne. **Guidelines for field Studies in Environmental Perception**. Technical Notes5. Paris: UNESCO, 1977.

ANEXOS

Anexo1: Fotocópia. Jornal Maré, __ pág.__. “Casal se une na defesa do meio ambiente”.
Fonte: fotocópias do acervo da prefeitura de Angra dos Reis, 1992.



Márcia e Robson crêem que é possível mudar o mundo

Casal se une na defesa do meio ambiente

Há gente que reserva os fins de semana para descansar, outros preferem viajar a passeio. A maioria gosta de fugir da agitação e da rotina das cidades. Os paulistas Robson Luquesi, 26 anos, e sua namorada, a estudante Márcia Rebouças, 22 anos, preferem aproveitar os feriados para participar de passeatas, manifestações e acampamentos ecológicos. “Sei lá, tá no sangue. Não posso assistir quieto às injustiças, às construções de usinas nucleares e outros absurdos que acontecem por

ai”, disse Robson, que é repórter do *Diário Popular*, de São Paulo.

Os dois têm o olhar tranquilo, a voz mansa, o passo lento e o sorriso simpático. Ambos se dizem preguiçosos — demoraram 45 minutos para montar sua barraca — e anunciaram para os próximos meses o casamento. O casal, no entanto, se transforma quando as passeatas se iniciam e o megafone começa a chamar os manifestantes para a concentração. “Ai o coração acelera, os olhos se arregalam e a emoção toma conta do corpo”, relatou Márcia.

Robson e Márcia têm um Fusquina branco, em que vão para todos os lugares. “Ele agüenta o tranco e já participou de várias manifestações”, contou Robson. O casal paulista acredita que as manifestações pacíficas são capazes de transformar o mundo

Sapateiro diz que Rio aceita ‘um escândalo’

“Só vou às passeatas dos sapateiros lá de Franca, a capital dos sapatos. Não tenho partido, mas o meu maior sonho era protestar contra essa usina.” Descalço durante todo o fim de semana em Angra, o jovem sapateiro Salvador Chicaon dos Santos, 23 anos, não se importou de viajar 15 horas até Mambucaba para a festa “vamos brincar na usina”. Tampouco de caminhar sete quilômetros na passeata ecológica pela substituição do urânio por gás natural nas usinas de Angra I, II e III. No fim do movimento, “só queria dormir”.

Salvador, que pediu muito para que não o chamassem de *Sassá* nem de salvador da pátria, por pouco não conseguia os NCz\$ 27 para a viagem a Angra. “Vim aqui por que estava a fim de brigar contra a energia nuclear e conhecer a paisagem de Angra. Não tenho a mínima vontade de conhecer o Rio de Janeiro, aquilo é uma calamidade”, disse, torcendo o nariz.

“Não entendo como o pessoal do Rio não se mobiliza para acabar com esse escândalo. Imagina eu aqui, deitado nesse acampamento, e de repente ouço o alarme. Não tem nem como fugir. Ficaria aqui esperando o pior”, disse Salvador.

corcovis

Meninos só se encontram nas manifestações

Em junho de 88, os garotos paulistas Caio Storole e João Paulo Ribeiro, de 13 e 8 anos, se conheceram em uma manifestação — a *Paulicéia inaceitável* — contra a poluição em São Bernardo do Campo (SP). Depois, só se viram uma vez em reunião na sede do Partido Verde em São Paulo. Na sexta-feira, quando um dos 12 ônibus da caravana partia do interior paulista rumo a Angra dos Reis (RJ), eles se encontraram em meio a dezenas de bandeiras de entidades ecológicas e palavras de ordem contra a energia atômica.

12 A 18 DE OUTUBRO DE 1988

TRIBUNA

Vila histórica depedrada Turistas invadem cidade no feriado

Vila Histórica de Mambucaba: camping Selvagem. Nestas poucas palavras estão concentrados todos os maiores problemas do ex-maior porto do Sul do Estado e da maior área tombada que conserva os traços básicos do Brasil colônia em Angra. Durante o feriado deste final de semana, a comunidade residente na Vila, viu os seus domínios, literalmente, serem invadidos por milhares de turistas. Além da rapaziada que invade a praia com suas barracas, um outro problema que está sempre presente a cada verão, são os barraqueiros que sob o rótulo de micro empresa, exploram a venda de alimentos sem mínima condição de higiene na própria areia da praia, e terminam por ficar residindo dentro das barracas. A falta de higiene faz com que atrás das "lanchonetes improvisadas" comecem a surgir vales de esgoto e montes de lixo.

Muitos moradores já reclamaram com as autoridades sobre o problema mas, em nada adiantou, desabafam alguns moradores e membros da Associação de Moradores. A fiscalização sanitária já esteve no local, mas, apesar de serem constatadas irregularidades, o laço foi ignorado. A Vila Histórica de Mambucaba, nos feriados e finais de semana do Verão é invadida por pessoas que residindo em Volta Redonda e Barra Manda

tomam de assalto a Vila, sendo que muitos trazem Kombis abarrotadas de mercadorias e montam um verdadeiro camelódromo na própria praia, em detrimento dos comerciantes estabelecidos na Vila que pagam em dia os seus impostos e, quando chega a época de faturar, não podem, exatamente devido a concorrência desleal dos camelos de outros municípios.

Um outro problema que vem sendo detectado, e mais uma vez presente é que no feriado com a falta de um banheiro, os campistas chegam até a pular o muro de residências para fazer as suas necessidades fisiológicas. Como se não bastasse, a praia depois de um final de semana prolongado como este, fica, também, completamente suja.

Um outro passeio, que os visitantes que não trazem nenhum recurso à Vila e ainda destroem a região, gostam de fazer, é ao casarão que, em ruínas, está sendo alvo de anúncios do governo do município que será transformado em um Centro Cultural, acatando uma das solicitações da Associação de Moradores. Porém, o casarão vem tendo o seu processo de destruição acelerado em razão das pessoas que utilizam o seu interior para promover desordens e mesmo extravar a potência de violência que existe em seu interior.

Com a antecipação do feriado de Nossa Senhora da Aparecida para o dia 10 de outubro, em vez de ser na quarta-feira dia 12, Angra dos Reis e Paraty receberam durante o final de semana prolongado milhares de turistas que, somente lastimaram a ausência do sol, que resolveu também descansar para vir com força total no verão que se aproxima. Em Angra dos Reis, desde a noite de sexta-feira era comum carros com placas de outras cidades, chelos de bagagens, disputando vagas nas ruas já cheias de carros do município. O mesmo acontecendo com Paraty, onde a rua que margeia o balro histórico ficou completamente engarrafada.

Para os donos de hotéis e restaurantes, este fim de semana, foi o avant première do que poderá ser o verão, uma vez que o turismo vem enfatizando muito a campanha para que os turistas visitem as duas cidades, consideradas agora como Maravilhosas. Na noite de sábado e mesmo no domingo, era muito difícil se conseguir uma mesa para jantar. Em frente a Telerj de Angra, poucos aparelhos funcionando, faziam com que uma ligação requeresse uma dose especial de paciência por parte de turistas e angrenses.

O ponto alto da juventude ficou sendo mesmo a rua Coronel Carvalho onde os varia-

dos bares tiveram que reforçar a cada hora, os seus estoques de chopp e cerveja gelados. Poucos turistas, entretanto, se aventuraram a dar o tradicional passeio de barco pelas ilhas, mesmo assim, foi considerável a procura pela lancha da Conerj que faz a ligação Jo Continente, a Ilha Grande e, pela Delta; que faz um mini cruzeiro pela bala da Ilha Grande.

No terminal Rodoviário, desde a sexta-feira, quando houve o maior número de desembarques já era considerável o movimento de pessoas comprando a passagem de volta para a segunda-feira, quando o terminal rodoviário demonstrou, mais uma vez que, não tem condições de atender com um mínimo de conforto as pessoas que precisam utilizar as suas dependências para deixar ou regressar a Angra dos Reis.

Uma das funções que o motorista de ônibus de turismo descobriram para a nova avenida Beira Mar, foi o estacionamento, e, ficou comprovado, que as famosas excursões da "farofa", parece que este ano vão descobrir Angra dos Reis, pois, vários ônibus que fazem linhas entre as cidades dormitórios e o centro do Rio de Janeiro, durante o feriado transitavam em Angra, em meio a gritarias, batucadas e outras badalações menos recomendáveis ao turismo internacional que Angra apregoe.

Novidades Variedades

VIZINHOS de Angra não têm alarme

Mambucaba, vilarejo de acidente nuclear, não tem alarme e é ignorado

Sergio Pugliese e Gisele Vitória

É um dia os cinco alarmes de acidente nuclear das usinas de Angra dos Reis dispararem, os aproximadamente 1.000 habitantes da vila rica de Mambucaba, a sete quilômetros de Angra 1 e 2, não ouvirão o toque de alerta. Apesar de ser o distrito mais próximo das usinas — o conjunto habitacional dos operários de Furnas, em Praia Branca (cinco quilômetros) — a vila até não tem um alarme e sequer um telefone.

Na noite de 23 de janeiro, quando o relógio disparou acidentalmente no topo do Frade, pondo em pânico a população de Angra dos Reis, ninguém na vila ficou sabendo. “Eu estava dormindo e só ouvi falar no dia seguinte”, contou a paraibana Maria Luíza Batista, dona de uma barraca que vende comida, há 10 anos na vila de Mambucaba. “Já falei com os moços da Defesa Civil, que me vêm aqui no fim de semana para instalar, mas ninguém sabe ainda se vai instalar ou não o alarme”, que-
resoura da associação de moradores de Mambucaba, Madalena de Rodrigues, 51 anos, que há 35 na vila, faz questão de lembrar o alarme é necessário, mas Deus é que não sabe”. O alarme mais não está localizado na Praia Verde de Mambucaba e não pode ser na vila, distante três quilômetros.

Esse não é o único problema da vila histórica de Mambucaba, que há 20 anos. O presidente da Associação de moradores, Sérgio Pacheco, diz que o diga. Ele vem tentando ajudar a Fundação Pró-Memória própria prefeitura de Angra dos Reis a tirar a vila do estado de abandono. “Os turistas arrancam as casas antigas e até da que foi fundada em 1784”, conta Sérgio Pacheco. Exatamente em sua humilde residência do presidente da associação, uma casa em estilo moderno está sendo construída há meses. A obra não está identificada sequer com placa. Por essas e outras, Pacheco já tem pronto um relatório toda a história da vila e os problemas, que será enviado para o nos próximos dias.

Mambucaba foi fundada em meados de 1550. Quatro anos depois, foi quase destruída por incêndio provocado pelos índios tupiniquins, e só sobreviveu uma lenda, apenas um sobrinho. Em 1755, começou a ser construída a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A população de Mambucaba, na maioria escravos, começou a diminuir após a Abolição da escravidão.



Daniel Paz vive na expectativa, mas sem temores

Esperando o alarme tocar. É assim que vive, como grande parte dos moradores de Mambucaba, o antigo zelador do condomínio Porto Barlavento, Daniel Paz, de 59 anos. Um dos alarmes de acidente nuclear fica exatamente ao lado de sua casa, na Praia Vermelha, de onde ele vê as usinas de Angra 1 e 2. Por isso, certamente, sua apreensão é maior que a dos outros habitantes da área em torno das usinas nucleares. “Se acontecer um acidente, todo mundo vai morrer. Não tenho medo, não, porque é melhor não morrer sozinho. Morrer em grupo é mais tranquilo”, disse ele, lembrando que “aqueles que construíram isso também vão morrer”.

Daniel conta como era a região há 15 anos: “A usina era um terreno com muita banana e isso aqui era uma família só. Nem ladrão tinha.” Ele lembra também que ninguém foi avisado da construção das usinas. Humilde, marcado pelos anos em que trabalhou como pescador e na lavoura, Daniel não se conforma com a construção das usinas “no lugar mais bonito” que conhece. Analfabeto, “criado na roça”, ele se mudou para Angra aos 15 anos, casou-se duas vezes, tem sete filhos e 10 netos. Lembra-se perfeitamente da época em que a usina começou a ser construída: “O finado Oswaldo Vergueiro, morador aqui, começou um movimento para não deixar construir a usina, mas de nada adiantou.”

Na opinião de Daniel, o plano de evacuação da população não vai funcionar. “Não adianta eles fazerem esses treinos, porque o dia em que acontecer mesmo um acidente, será a pior fugir por essa estrada perigosa. Diante do que julga inevitável, só resta a Daniel se conformar: “Eu gosto mesmo é de criar as minhas galinhas e os meus porquinhos. Vou vivendo até o alarme tocar.”

O morador mais antigo de Mambucaba, Benedito Cruz, 84 anos, também tem saudade do tempo em que Angra dos Reis “era um paraíso sem usinas”, mas garante que já se acostumou com “os tempos modernos”. Benedito, que é aposentado pelo Funrural e tem “mais de 20 filhos, incontáveis netos, um bisneto”, acha que um alarme deve ser colocado o mais rápido possível “em algum cantinho da vila”.

Atualmente, Benedito Cruz mora apenas com sua filha Osvaldina, 22 anos, e vive da renda de sua pequena vendinha. Sua casa pobre, de madeira, tem no terreno dos fundos um pequeno cemitério. “Parte da minha gente tá lá”, diz ele. A construção da usina, em sua opinião, “por uma banda foi boa”, porque deu vários empregos, “mas por outra banda” foi ruim, porque deixou a comunidade temerosa de um possível acidente nuclear. Mas ele parece não ter temores.

Sérgio (acima) luta contra abandono e Daniel mora junto ao alarme

JORNAL DO BRASIL 21 DE ABRIL DE 1980

"A VIDA PIOROU MUITO NA VILA DE MAMBUCADA"

Foto de Luis Carlos David



A praia, a igreja, o camping improvisado

A Vila de Mambucaba que no século XVIII tinha um porto e até um teatro, está agora abandonada e a sua pedreira de igreja foi roubada há um ano, algumas de suas casas coloniais tombadas estão caindo. A praia antes selvagem está cheia de detritos deixados pelos turistas, há em andamento várias construções no estilo "moderno" e o morador mais velho (86 anos) acha que tudo piorou em comparação ao passado.

A quase três horas do Rio e a 50 km de Angra dos Reis, a vila está com o seu sítio paisagístico e arquitetônico tombados o que não tem sido uma garantia de preservação. Para os moradores das 85 casas tombadas não se justifica mais a falta de energia elétrica, como forma de resguardar um passado: a luz de lampião agora é só folclore, porque a rede aérea passa a 30m e a Vila fica a 6km da futura usina nuclear.

Há 10 anos, a Vila de Mambucaba estava totalmente isolada, pois o acesso só era possível por mar, como no século XVIII, quando surgiu abrigo um porto muito importante como polo do intercâmbio comercial e cultural entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais. Duas ruas desam as casas da Vila: a das Flores, toda em pé-de-moleque, e o Comércio, com quase 20 casas coloniais, madeiras, muita madeira, a maioria construída em 1850, conforme a data anexada na fachada.

Naquela época, havia cinco armazéns, quatro igrejas e até um teatro. Na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a matriz, a imagem da padroeira era de madeira-de-lei, com mais de 100 quilos. No rio Mambucaba, limite da vila, muito peixe, e nas terras da região, cana-de-açúcar, mandioca, banana e café.

Em 1895, a Vila de Mambucaba tinha mais de 1 mil habitantes, entre eles Francisco Benedito dos Santos Pinto, que nasceu a 8 de abril. Seu pai, negociante de cereais, tinham nascido também na vila. Hoje, o Seu Chico, ainda vivo, conta um pouco da história da vila "onde era gostoso morar, viver".

Na "casa" com madeiras servindo de paredes, atrás do antigo casarão da sua avó, hoje em ruínas. Seu Chico lembra que o acesso à vila era só por mar ou no lombo de burro. "Havia um porto, um trapiche, onde parava até vapor de latão médio cheio de café, feijão e milho. O grande problema era o rio, que de vez em quando enchia, transbordava e destrói as casas."

Seu Chico estudou na escola da vila até o último ano, isto é, o 4º primário, e se lembra, até, do nome da professora, a Dous Reis, e filha do Custódio Ramos Filgueiras, que foi subdelegado local. "Com 15 anos, fui para a cidade paulista de Olímpia trabalhar na lavoura e na lida com o gado, e foi ali que me casei pela primeira vez. De lá voltei em 1932, já com 37 anos de idade, três filhos."

Mas essa vila foi na época da milícia, que durou quase a metade da população da vila. Entre as vítimas, a mulher do Seu Chico para não ficar vivo muito tempo, casou outra vez, não me lembro mais do ano e vive mais três filhos.

Vivendo de uma pensão da Prefeitura por ter sido, mais tarde, soldador de rua, casou-se mais uma vez e mais três filhos: ao todo são nove filhos, 23 netos e oito bisnetos. Bem lembrado, grudeira, mas com o rádio de pilha ligado o dia inteiro em sua casa. Seu Chico acha que "a vida piorou muito na vila". "Nos fins de semana, o marido que a gente faz é ficar em casa, porque há muito estranho nas ruas, muito barulho, muita sujeira na praia. Antigamente só tinha gente conhecida, era bale-papo na rua o dia inteiro."

Nascido, também, na vila, o tabelião e oficial de registro civil Walter Rodrigues está preocupado com o destino de Mambucaba. Seu avô José Rodrigues Fernandes era proprietário da Fazenda Santo Antônio e seu pai era empregado da Central do Brasil, quando a fazenda foi desapropriada.

A casa em que nasceu, na Rua do Comércio, já caiu há muitos anos e hoje ele é dono de uma outra, na mesma rua, onde no cômodo da frente está o seu escritório de tabelião. Em Mambucaba, ele já trabalhou na lavoura, como pedreiro, cozeiro faz-tudo, até ser nomeado escrivão em 1968 pela Prefeitura de Angra dos Reis, da qual a Vila é o 4º Distrito.

Ele vê, com tristeza, o desperdício de alguma para com a vila: "A Santa Nossa Senhora do Rosário, uma imagem tombada pelo antigo IPHAN, foi roubada há um ano. Só temos um soldador de rua e por isso, após um fim de semana a sujeira das praças — latas de cervejas vazias, detritos — não é limpa, acumulando-se".

Traduzindo o espírito geral dos quase 400 moradores, o tabelião Rodrigues reclama, principalmente, da falta de energia elétrica na vila "o que se justificava antigamente, mas não hoje". A rede elétrica passa a 30m, dentro da vila, mas para os homens do Patrimônio não pode ser ampliada para as casas porque agride a parte histórica. Por isso a televisão é a bateria e a gradeira a querosene. Se as instalações fossem subterrâneas, não seríamos beneficiados e a vila, preservada. Além, não estamos somente a fim da futura usina nuclear de Itaipava.

Durante a semana, a Vila de Mambucaba é praticamente vazia. Já que a maioria dos seus moradores trabalha fora, muitos nas obras de construção da usina nuclear. Nos fins-de-semana, principalmente os prolongados, com feriado no mar, a lavada de turistas dá realmente para impressionar: o Seu Chico tem razão, há muito barulho, muita sujeira.

O ponto principal dessa invasão é a praia em frente ao largo da igreja, onde são montadas as barracas de lona de um camping improvisado e sem a mínima infraestrutura: banheiro é no mar, lixeira é na areia. Quinta-feira passada, por exemplo, havia ainda vestígios da "grande sujeira" deixada pelos turistas que ali passaram o carnaval.

Na esquina da Rua do Comércio com o largo da igreja há uma casa colonial, que está alugada para um casal de form. ele é fotógrafo de Furnas (suíça nuclear), ela, uma arquiteta paulista. Residiam no bairro de Pinheiros, em São Paulo, mas agora moram na vila há nove meses. Apesar de nos fins de semana deixarem seu banheiro para o pessoal do camping, isto com pena do desconforto, gostam de viver na vila. Para Chico, "mesmo com esta invasão, ainda há vantagens se morar em Mambucaba".

E a invasão de que todos falam é facilmente constatável: basta percorrer as três ruas principais da vila para se verem pessoas de fora chegando com suas barracas e estandartes e as velhas garagens de barcos dos pescadores locais sendo transformadas em casas de veraneio. No local junto a fim do rio Mambucaba, por exemplo, as construções "modernas" estão substituindo gradativamente as antigas casas.

Por tudo isso, chega-se à conclusão de que o velho Seu Chico é que está realmente com razão: a Vila de Mambucaba piorou muito em comparação ao passado.



Seu Chico, 86 anos, o morador mais antigo de Mambucaba



O tabelião Walter Rodrigues

Mambucaba, bela e desconhecida vila colonial da baía de Angra

No litoral fluminense, praias tranquilas que o turismo não descobriu

TEREZINHA VILELA
Especial para o Folha

Situada entre Angra dos Reis e Parati, Mambucaba, uma pequena vila colonial tombada pelo Patrimônio Histórico em 1969, apesar de sua beleza incontestável, talvez seja o ponto mais desconhecido de "Angra", como se convencionou chamar a baía da Ilha Grande, no sul do Estado do Rio.

Quarto distrito de Angra dos Reis, a pequena vila faz divisa com Parati pelo rio Mambucaba, que nasce na serra do Mar e deságua nas águas tranquilas da baía. Para quem viaja pela Rio-Santos, o rio é apenas um detalhe na paisagem; mas por ser navegável por vários quilômetros, é um dos pontos altos do turismo e da pesca em Mambucaba.

Basta olhar a pequena vila do alto da estrada, para adivinhar a beleza arquitetônica no passado. O declínio econômico, o tempo e as enchentes do rio desfalçaram suas ruas. Atualmente, Mambucaba voltou a viver da pesca, mas passou, como porto, pelos mesmos ciclos por que passaram as mais importantes cidades do Brasil colonial. Em 1710, os franceses, expulsos do Rio de Janeiro, tentaram quase quatro meses bombardear a costa, e muitos terminaram por se instalar na ilha de Sandre, em Mambucaba, outra de suas maravilhas turísticas. Com os franceses, a vila teve um vice-consulado da França e um teatro onde as peças eram levadas em português e em francês.

Valfrido Rodrigues, um dos jovens idosos de Mambucaba, fala dos feitos e glórias do passado, de cofres de cobre cheios de ouro perdidos na selva, dos setenta burros carregados de ouro que os franceses tentaram contrabandear mas não conseguiram, das brigas de tropeiros, da sina do escravo Benedito Noite. Atílio Mendes, historiador de Angra, por

sua vez, diz que há registros, através de Hans Sladen, holandês preso pelos tupiniquins que ao voltar à Europa escreveu sobre o Brasil, de que já havia povoações em 1554 ao longo da costa da baía da ilha Grande (Angra), uma delas em Mambucaba que, naquele ano, teria sido incendiada pelos índios.

Paradiso terrestre

A serra do Mar derrama-se no oceano de forma tão íngreme, que a explicação de que na evolução geomorfológica do sudeste do Brasil os blocos deslocados pelo tectonismo terciário teriam sido atingidos por falhas transversais e submergiram na passagem para a era quaternária (era atual), parece fácil de ser constatada. As baías — só no Estado do Rio há seis: de Guanabara, de Sepetiba, de Mangaratiba, da Ilha Grande (Angra), da Ribeira e de Parati — teriam-se originado dessa forma. As áreas mais elevadas dos blocos submersos formaram as ilhas.

Só na baía de Angra há 365 ilhas e duas mil praias. As faixas de terra entre os costões da serra e o mar são planícies muito pequenas, e são inúmeras as enseadas, nas quais se encontram excelentes condições de segurança contra os ventos e as correntes marinhas, para a prática do iatismo e da pesca submarina.

A estrada real

Em 1556 os primeiros vicentinos chegaram a Angra, à procura de terras para plantar cana-de-açúcar. Dessa data em diante, até a metade do século passado, Mambucaba foi um dos portos mais importantes para o escoamento da produção do sul de Minas e do Vale do Paraíba, em São Paulo, e da própria região, que também exportava o sal. No início, os produtos desciam a serra através dos caminhos indígenas. Em 1835, o

governo deu início à construção de uma estrada que ligava Mambucaba (o porto) a Itajubá (MG) e que passou a escoar a produção em alforjes colocados em lombo de burros.

A estrada, na qual até hoje os jovens de Mambucaba procuram tesouros perdidos, é coberta de pedras e ainda tem trechos intactos — que se podem visitar — que levam a engenhos de cana-de-açúcar dos quais restam as gigantescas moendas deixadas no meio da selva por serem grandes e pesadas demais para serem pilhadas.

Pequenas imagens

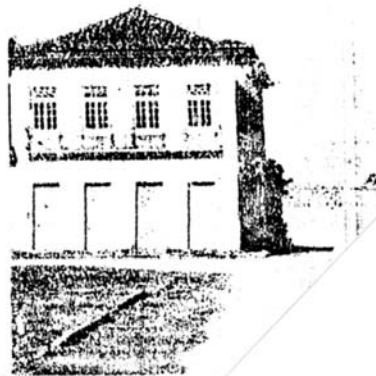
Em termos de paisagem, a pequena vila de Mambucaba ainda é um espetáculo. Em termos arquitetônicos, no entanto, ela perdeu muito com seu declínio como porto — que ocorreu na segunda metade do século passado, quando o vale do Paraíba se uniu a São Paulo e ao Rio por ramais ferroviários — e com as enchentes no rio Mambucaba.

A capela primitiva da antiga vila por exemplo foi destruída por uma inundação. A atual igreja do Rosário, de 1834, foi construída para substituir a primitiva. Os moradores podem vislumbrar os sinais da glória do lugar na beleza das imagens, todas em ótimo estado de conservação e muito pequenas, talvez por terem sido encomendadas em tamanho proporcional ao da primeira capela. Essas imagens são um belíssimo encontro com o ainda palpável passado de Mambucaba.

Hoje, a igreja do Rosário permanece fechada durante toda a semana. Só abre aos domingos, para a missa das 10 da manhã, ou a pedido dos visitantes. Para vê-la, é preciso procurar por dona Alda, que mora perto da antiga cadeia e que atende com o mesmo sorriso doce de todos os moradores de Mambucaba.



As modernas piscinas do hotel Pousada do Bosque contrastam com as poucas edificações que resistiram à ação do tempo, das enchentes e do assédio dos franceses que chegaram a



FOLHA DE SÃO PAULO 11 DE JULHO DE 1986 Foto: Yezzeinha Vicio



Na Igreja do Rosário, construída em 1834, o turista encontra o posado da vila, que fica nas margens do rio Mambucaba e da Rio-Santos



Para Quando Você For

Do hotel de luxo ao camping nas praias

Há duas maneiras de se hospedar em Mambucaba. A primeira, é acampar em suas praias, mas nunca em volta da igreja, na grama, porque provavelmente o sr. Valfrido Rodrigues, guarda-florestal da Central do Brasil, filho da terra e grande defensor de seu patrimônio, virá gentilmente pedir que se retire a barraca.

A segunda, é hospedar-se no luxuoso hotel Pousada do Bosque, que funciona também como clube e ponto de encontro do lugar. O hotel, com uma área de 250 mil m² que abriga um manguezal tombado pela Feema - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, tem quadras de tênis, sinuca, duas piscinas, lanchonetes e caiaques para aluguel. O Perequê deságua no Mambucaba dentro dos terrenos do hotel, que promove passeios de traíra pelos rios, de quatro horas de duração, e pelo mar, até à ilha de André, saindo de seu próprio ancoradouro, a Cz\$ 120,00 por pessoa.

A presença de mergulhadores e pescadores trouxe uma curiosidade muito gostosa para o cardápio do excelente restaurante do hotel: o spaghetti a Netuno, muito rico em frutos do mar (Cz\$ 120,00). As massas e o pão, francês, de forma, de hambúrguer, e as sobremesas, são todas feitas na casa. A torta de limão do ponto alto nas sobremesas, e o filé de Peixe à Pousada, recheado com cogumelos, com molho de camarão, servido a Cz\$ 80,00, o prato mais pedido. A comida é farta, tipo "dá pra dois".

O hotel Pousada do Bosque fica no nº 143 da BR-101. O telefone é (0243) 3-4455. A diária — em baixa estação, de setembro — Cz\$ 500,00 o casal, Cz\$ 300,00 solteiro, inclui o café-da-manhã e uma refeição.

Iniciação aos mistérios do mar

"Aqui raramente a gente cancela um mergulho por causa das condições do mar", diz Cesar Corazza Nieto, 39, engenheiro, mergulhador-amador e dono da Aquamundo Escola de Mergulho, que funciona em São Paulo e em Mambucaba. Para os alunos de São Paulo, a iniciação ao mergulho é dada em piscina, junto com a parte teórica, em duas semanas. Os aprovados nessa primeira fase fazem as práticas de mar na base da escola em Mambucaba, durante um fim-de-semana, com direito a alojamento, café-da-manhã, barco e equipamento.

Para os alunos inscritos em Mambucaba (no km 138,5 da BR-101), a iniciação é feita diretamente no mar, em lugares especialmente abrigados das correntes e dos ventos. Ao final do curso, todos têm direito ao brevê internacional de mergulho e ao espiaguetete a Netuno, do hotel Pousada do Bosque. O curso completo de mergulho custa Cz\$ 1.400,00; os telefones da Aquamundo em São Paulo são 852-2742 e 282-1473.

Além dos cursos normais, a escola mantém esquemas apropriados para os já iniciados, sendo um dos mais concorridos a série de Mergulhos em Naufrágios e Introdução à Arqueologia Submarina. "Uma coisa está ligada à outra", diz Cesar Corazza, "a região de Angra tem inúmeros navios naufragados, aos quais levamos o aluno, segundo nossa filosofia de mergulho, que é de preservação daquilo que se encontra. Nós temos assistido muito a depredações de navios naufragados e temos a preocupação de que as pessoas não levem para casa peças arqueológicas e corais".

Segundo Cesar Corazza, a partir de Ubatuba em direção ao norte, inicia-se a típica fauna tropical do Brasil sul. Angra, por ser uma baía de pouca profundidade — 20 m em média — favorece o crescimento de inúmeras espécies de corais, que, por causa da clareza das águas, são um espetáculo inesquecível para o mergulhador.

Para quem não mergulha, existem as praias tranquilas, de águas verde profundo, refletindo como espelho a vegetação da serra do Mar e o azul do céu. E muito sol. (TV)



O mar tranquilo e as praias limpas, montanhas e muito sol.

06/12/91

MARÉ 11

Mambucabinha vira um caos no verão

O verão nem começou e os moradores da Vila Histórica de Mambucabinha já sofrem o antigo problema de invasão dos excursionistas. Sem nenhuma estrutura de estacionamento, de policiamento e até de espaço físico, a Vila Histórica recebe em média 60 ônibus por final de semana. Os moradores estão revoltados com a falta de respeito dos excursionistas, em sua maioria vindos da Baixada Fluminense, que deixam a praia e todas as ruas da vila sujas. Em volta da igreja, os *farofeiros* cozinham, comem e dormem. A bebida rola solta e as brigas são constantes. No corre-corre, são inúmeros os calotes nos bares.

No final de semana passado, mesmo com o tempo nublado, chegaram a Mambucabinha 54 ônibus, transportando cerca de 2.500 pessoas, entre crianças e adultos. Este crescente número de visitantes vem assustando os moradores, que em outros anos enfrentaram sérios problemas com um grupo bem menor de turistas. Cansados de solicitar providências, alguns já pensam em mudar do local. Até mesmo a medida proibindo o acesso dos ônibus à Vila já foi desrespeitada. Os primeiros carros a chegar invadem todo o local, ficando o restante enfileirado no acostamento da Rio-Santos, o que é considerado irregular. Os visitantes chegam de madrugada gritando, batem nas portas e janelas, entram nos quintais e roubam roupas no varal e tudo que acham pela frente.

Sem policiamento, as brigas são constantes. No domingo passado aconteceram três brigas entre os excursionistas. No banheiro público que a Prefeitura construiu para atender essas pessoas não havia água, já que os próprios visitantes se encarregaram de retirar o cano que leva água até o banheiro. Até a caixa d'água que abastece todas as casas da Vila já virou local de banho. Mais um motivo de medo dos moradores, já que a cólera chegou ao Rio de Janeiro, e para a Baixada Fluminense é um pulo.



Os ônibus invadem a vila e as brigas são constantes entre os "farofeiros"

Anexo 8: Fotocópia do panfleto de educação ambiental: “*Mambucaba: um pedaço de nossa história*”. Fonte: arquivo prefeitura de Angra dos Reis, 1991. [Face]

MAMBUCABA

Um pedaço de nossa História

- Ajude a preservá-la -

O Povoado de Mambucaba surgiu, por volta de 1770, como uma pequena vila próxima do Rio Mambucaba. Em 1830, já aparece com o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, relacionada a Angra dos Reis e Paraty.

Elevada a categoria de Paróquia em 1803, foi desativada em 1804 devido à falta de condições de sustentação da mesma. Em 1808, a pedido da população local, D. João VI determina a reativação da mesma.

Em 1820, a cidade de Mambucaba passa a ter grande importância devido ao escoamento do café para o Rio de Janeiro, tornando-se o segundo porto da região. Esse desenvolvimento atraiu vários imigrantes. Os franceses em particular, chegam a montar um vice-consulado e patrocinaram a vinda das principais Companhias teatrais internacionais para se apresentarem na região.

Em 1864, a cidade entra em profundo declínio econômico-cultural devido a mudança do eixo comercial para o Vale do Paraíba.

A região de Mambucaba nunca recebeu a mesma atenção, embora com toda a sua importância histórica, que Angra dos Reis e Paraty. Relegada quase ao esquecimento, Mambucaba passou a ser alvo de um predador natural: o camping selvagem!!! A beleza de sua praia e seu rio, atrai multidões de pessoas que sem um pingo de bom senso, destroem, sem a menor cerimônia, o já combalido acervo histórico da vila.

Além desse, um outro fator é determinante para o esmagamento da região: o total descaso das autoridades, que com medidas simples, como a implantação de uma área de camping, instalação de banheiros públicos, ou seja, dotando Mambucaba de um mínimo de infra-estrutura, contribuiriam para minimizar os problemas existentes, e que se agravam a cada temporada.

Porém, não devemos ficar esperando que essas providências caiam do céu. Cada um de nós temos um compromisso com Mambucaba. Devemos nos conscientizar e conscientizarmos nossos amigos, da importância da preservação de todo esse acervo histórico e dessas belezas naturais. Cada um de nós é responsável pela preservação e, se possível, restauração da História arquitetônica da Mambucaba.

MAMBUCABA É A HISTÓRIA VIVA DE UM POVO.






Foto Alexandre Ribeiro Samis

Anexo 9: Fotocópia do panfleto de educação ambiental: “Mambucaba: um pedaço de nossa história”. Fonte: arquivo prefeitura de Angra dos Reis, 1991. [Verso]


ALGUNS CONSELHOS PARA COLABORAR:

- NÃO JOGUE LIXO NA PRAIA
- NÃO USE O CASARÃO COMO BANHEIRO PÚBLICO
- NÃO DEPOSITE LIXO NAS RUAS
- NÃO ACAMPE NA PRAÇA OU PRÓXIMO A IGREJA
- NÃO ESTACIONE CARROS E ÔNIBUS NAS IMEDIAÇÕES DA IGREJA
- NÃO LIMPE PEIXE NA BICA
- NÃO USE A CACHOEIRA COMO BANHEIRO, LEMBRE-SE VOCÊ TOMA BANHO LÁ
- SE VOCÊ VER ALGUÉM FAZENDO ALGO ERRADO CONVERSE COM ELE, PARA MOSTRAR-LHE QUE NÃO SE DEVE FAZER ISSO
- NÃO JOGUE O CACO DE VIDRO NAS AREIAS DA PRAIA
- GUARDE O SEU LIXO EM SACO PLÁSTICO

 Associação dos Moradores e Amigos de Mambucaba


 Projeto Mambucaba

APÓIO: **DALCIR MACHADO**
EDUARDO FONTINELLI
HAROLDO ALEXANDRE DA SILVA

 Foto Alexandre Ribeiro Samis

MAMBUCABA

Anexo 10: Fotocópia do panfleto de educação ambiental: “*Vamos preservar a Vila Histórica de Mambucaba*”. Fonte: arquivo prefeitura de Angra dos Reis, 1991.



VAMOS PRESERVAR A VILA HISTÓRICA DE MAMBUCABA

*B*uscando compensar a falta de estrutura deste local, tornar sua estada o mais agradável e segura possível, e em respeito ao bom relacionamento entre turistas e a população local, solicitamos que todos observem às seguintes recomendações:

- Não é permitida a entrada de ônibus de excursão no interior da vila.
- Use as latas de lixo para que a vila não fique suja e com aspecto desagradável.
- Use com zelo o banheiro público para que este continue servindo a todos.
- Evite conflitos — sempre que houver algum problema procure os agentes da SEG.
- Ao deixar a vila, limpe o espaço do qual se utilizou para o lazer ou camping.

TUDO CIDADÃO CONSCIENTE DEVE RESPEITAR MEDIDAS QUE SERVEM PARA GARANTIR O BEM-ESTAR COMUM DE TODA A SOCIEDADE. COLABORE.

ANGRA Prefeitura
Angra

Anexo 11: Lei 158/LO/82 Uso do solo na Vila Histórica de Mambucaba. Lei no. 158 de 22 de abril de 1982. Fonte: arquivo da Câmara municipal de Angra dos Reis, 1991.

| Lei 158/LO/82-Uso do solo na Vila Histórica de Mambucaba | | |
|---|----------------------------|---|
| Lei nº 158, de 22 de abril de 1982 | | |
| A Câmara Municipal de Angra dos Reis Declara e dá condições e regulas a seguir: | | |
| Título I - Disposições Preliminares | Artigo 1º | O uso do solo na Área de Tombamento Paisagístico no Distrito de Mambucaba, Município de Angra dos Reis, definido no parágrafo único do artigo 4º da presente Lei, reger-se-á pelas disposições da Legislação Federal, Estadual e Municipal, vigente e pelas normas técnicas em presente Lei. |
| Título I - Disposições Preliminares | Artigo 2º | Compete à Prefeitura de Angra dos Reis: I - promover a implantação das medidas administrativas e obras físicas necessárias à preservação do conjunto paisagístico natural e arquitetônico da Vila; II - examinar todo projeto de edificação na área de tombamento pré-cabido para prévia aprovação da SPHAN; III - solicitar parecer técnico da SPHAN e da FLUMATUR, para a aprovação de projetos referentes a áreas e para a fixação de condições ou de interpretação destes. |
| Título I - Disposições Preliminares | Artigo 3º | Para assegurar a preservação das condições paisagísticas, o município será obrigado a executar nos seus limites as seguintes obras: I - estruturas de contenção e o desmonte de qualquer capota vegetal componente da paisagem, mesmo que edificadas em propriedade privadas; II - estudos em processo de estudo das obras comprometidas a estabelecer. |
| Título I - Normas de Planejamento Urbanístico | Capítulo I - Do zoneamento | Artigo 4º As pessoas físicas de Urbanismo e Zoneamento regulam o uso do solo e as edificações na área abrangida pelo perímetro do Tombamento Paisagístico de Mambucaba. Parágrafo Único - O Perímetro do tombamento Paisagístico de Mambucaba é a área compreendida entre o mar e a linha de domínio do Rodovia BR-101, situada ao norte pela foz do Rio Mambucaba e a linha que constitui o limite da Vila, até a sua foz e os limites que estiverem a |
| Título I - Normas de Planejamento Urbanístico | Capítulo I - Do zoneamento | Artigo 5º O Perímetro do Tombamento Paisagístico se subdividirá nas seguintes áreas: I - Área do Tombamento Histórico; II - Área de Esplanada; III - Área de Recreação; IV - Área de Circulação; V - Área de Preservação. Parágrafo Único - As áreas que se referem os itens deste artigo serão criadas no Plano de Prefeitura e no Plano de Mapa de Zoneamento. |
| Título I - Normas de Planejamento Urbanístico | Capítulo I - Do zoneamento | Artigo 6º O desmembramento e o fracionamento de lotes dentro do Perímetro de Tombamento, definido no artigo 4º, ficam sujeitos à prévia aprovação dos projetos pela Prefeitura, com a SPHAN e a FLUMATUR. |
| Título II - Normas de Planejamento Urbanístico | Capítulo I - Do zoneamento | Artigo 7º Toda e qualquer obra ou construção em qualquer de edificação dentro do Perímetro do tombamento Paisagístico, excetuando-se os casos de obras de manutenção, obedecerá as disposições do artigo 15 desta Lei. I - respectivamente das áreas edificações, de acordo com documentação cartográfica existente em conformidade previsto nos anexos III e IV do artigo 15. |

Anexo 12: Metodologia

Delimitação no espaço - recorte espacial:

Tomaremos como *recorte espacial*, especificamente para o estudo de caso, a área circunscrita ao sítio residencial urbano da Vila Histórica de Mambucaba, no município de Angra dos Reis cuja área territorial corresponde aproximadamente a 1,5 Km². A vila está localizada na Costa Verde, litoral sul-fluminense, próxima ao km 140 da rodovia BR-101 (Rio-Santos), distando cerca de 50 km do centro de Angra dos Reis e 24 km do centro de Parati e 6 km das usinas nucleares e faz parte do 4º distrito do município de Angra dos Reis, que se divide administrativamente em quatro distritos: 1º Angra dos Reis, 2º Frade, 3º Ilha Grande, 4º Mambucaba.

Delimitação no tempo - recorte temporal:

Os recortes temporais representados abaixo correspondem às séries históricas de pesquisa de campo e monitoramento em três momentos para o estudo de caso – concentraremos nossas análises e teorizações, especialmente para a década de 90:

- [1] Primeiro recorte: 1ª fase de pesquisas entre janeiro de 1991 e julho de 1992;
- [2] Segundo recorte: 2ª fase de pesquisas entre janeiro de 1998 e julho do mesmo ano;
- [3] Terceiro recorte: 3ª fase: aprofundamento teórico; nova sistematização dos resultados das pesquisas de 1991 e 1998.

O Universo de pesquisa:

Delimitação: A delimitação do universo de análise para as pesquisas sociais baseou-se em dois conceitos gerais que remetem à noção de temporalidade: o conceito de *permanência* e o de *transitoriedade*.

Permanência:

Entendemos como “permanência” a variável da pesquisa que caracteriza os moradores tradicionais fixos, isto é, aqueles que residem ou que cuja família reside na vila desde antes da abertura da BR-101 ou dos que residem em 1a. residência na V.H.M. desde o início da década de 1970 até meados dos anos de 1980.

Transitoriedade:

Já por “transitoriedade” entendemos como a variável da pesquisa que caracteriza os usuários flutuantes ou transitórios, isto é os veranistas de temporadas que têm 2º domicílio na V.H.M., os campistas praianos que acampam no local e os excursionistas que chegam à vila geralmente nos fins-de-semana em ônibus de excursão fretados para este fim. A classificação do universo de análise derivada destas conceituações foi melhor detalhada a seguir, por grupos e sub-grupos de atores sociais e agentes.

Classificação do universo de pesquisa.

O universo de análise foi classificado em três grandes grupos sociais:

[1] Grupo de atores sociais permanentes ou fixos;

[2] Grupo de atores sociais temporários ou transitórios;

[3] Grupo de agentes institucionais e representações comunitárias.

Subdividiu-se cada um dos três grandes grupos por sub-grupos, com base nas nossas experiências de campo, a fim de melhor caracterizar e identificar a natureza do papel social, de sua relativa participação social comunitária ou mesmo de sugerir uma filiação como atores, agrupando-os da seguinte maneira:

[1] Grupo de atores sociais permanentes ou fixos:

(a) Moradores tradicionais - residem ou têm família moradora na vila desde antes de 1970 ou do início da década de 1970 até meados dos anos de 1980.

(b) Moradores recentes - acabaram de estabelecer residência ou moram na vila desde o início da década de 1990.

(c) Comerciantes locais e prestadores de serviços – são moradores da vila e têm ocupação permanente em atividades legalizadas em comércio ou serviços;

(d) Agentes do comércio informal em atividade na vila – não são moradores da vila e têm ocupação esporádica em atividades informais em comércio ou serviços de biscates.

[2] Grupo de atores sociais temporários ou transitórios:

(a) Excursionistas de temporada ou fins-de-semana - visita a vila nos fins-de-semana, em geral, fretando ônibus de excursão para o local;

(b) Veranistas de 2ª residência - têm casa na vila como residência de férias e veraneio;

- (c) Agentes do comércio informal de temporada em atividade na vila;
- (d) Campistas - utilizam a praia para prática de camping aberto, ou a vila para o camping fechado, em geral, em propriedades particulares que alugam terrenos.

[3] Grupo de agentes institucionais e representações comunitárias:

- (a) Representantes da associação de moradores da V.H.M. (AMAM);
- (b) Representantes da associação de moradores dos condomínios e parques residenciais vizinhos;
- (c) Equipe técnica da secretaria de planejamento da prefeitura municipal de Angra dos Reis;
- (d) Corpo técnico dos órgãos institucionais de preservação do patrimônio;
- (e) Agentes institucionais de Furnas e empresas representadas;
- (f) Agentes da Igreja;
- (g) Agentes do investimento turístico e imobiliário.

Modalidades das pesquisas e considerações metodológicas:

O uso de diferentes abordagens sociológicas podem ser excepcionalmente profícuas, especialmente no tipo de pesquisa a que nos propomos, centradas na análise das representações e das mudanças sociais, como também na natureza do objeto de estudo. Abarcar a heterogeneidade dos problemas sociológicos e urbanos, de sua complexidade é o objetivo imediato, a eleger simpatia ou antipatia por um método em detrimento do outro. Por conseguinte, em relação ao tratamento investigativo adotado para o estudo de caso, precisamos saber que estruturou-se conscientemente no diálogo entre

abordagens de duas modalidades de pesquisa, para nós complementares: as pesquisas pelo *método quantitativo* e as pesquisas *pelo método qualitativo*.

Os resultados obtidos foram cruzados em um esforço de realizar um exercício de análise comparativa para os recortes temporais propostos. Foram tomados, relacionados, mapeados, relativizados e agrupados todos os dados obtidos em blocos de resultados, assim como foram sistematizadas as observações das experiências de campo nos tempos de pesquisa, comparativamente ao restante, objetivando o rebatimento no espaço e no tempo.

Na etapa seguinte, tomou-se os resultados desses procedimentos anteriores, contextualizando-os com algumas das nossas reflexões teórico-filosóficas relacionadas à uma série de dados compilados ou coletados através do método antropológico de observação participante, possibilitado pelo fato de convivermos com a população local, especialmente no recorte entre 1991 e 1998.

Pesquisa Quantitativa: Método quantitativo na análise de indicadores sócio-econômicos.

Os métodos quantitativos destinam-se a fornecer informações com “rigor esquematicamente estatístico sobre um determinado fenômeno” – com referência aos indicadores sócio-econômicos, ambientais e urbanos, estes foram obtidos por meio de pesquisa amostral, utilizando-se questionários para este fim. Portanto, os dados *empíricos* apresentados em gráficos e tabelas são oriundos originalmente das nossas pesquisas e de

outros, em pesquisas de campo. No entanto, foram igualmente utilizados dados demográficos complementares dos censos demográficos do IBGE.

(a) Pesquisa de indicadores socioespaciais:

Objeto: população por domicílios. Finalidade: Identificar e mapear os principais indicadores da pesquisa quantitativa sócio-espacial, tais como indicadores demográficos (idade e sexo); de mobilidade (origem e destino); de propriedade regular ou irregular do solo (própria ou alugada ou outras); de ocupação (trabalho); de atividade profissional formal ou informal em relação ao lugar (local de trabalho); de tempo de moradia; dos lazeres; da utilização dos serviços e equipamentos urbanos; das condições habitacionais e de saneamento; condições de risco e vulnerabilidade; dentre outros. Método: tabulações e mapeamentos temáticos sobre bases geo-referenciadas.

Pesquisa Qualitativa:

Análise dos imaginários urbanos pelas categorias evocação e usos; Análise e representação dos mapas mentais pelas categorias de legibilidade e imageabilidade; Análise pelo método antropológico da observação participante; Análise de narrativas; Análise Histórica. Os métodos qualitativos a que nos referimos, são os que propõe o pleno acesso à subjetividade dos indivíduos estudados, recolhendo informações sobre um determinado fenômeno. Neste caso, emprega-se uma linguagem interpretativa mais próxima da vida cotidiana. Entre os métodos qualitativos que usaremos em etapas específicas da pesquisa, podemos citar as entrevistas abertas, questionários, o registro ou gravações de histórias e fatos narrados de vida (memória narrativa), a observação participante e as técnicas da utilização

dos mapas mentais e dos imaginários. São eles: Análise Histórica; Pesquisa historiográfica, documental e iconográfica; Análise da estrutura física; Levantamentos urbanos e geográficos; Análise social pelo método antropológico da observação participante; Pesquisa de memórias narrativas; Análise e representação dos mapas mentais pelas categorias de Legibilidade, Imageabilidade e Sentido do lugar; Pesquisa de percepção ambiental e representação de mapas mentais; Análise dos imaginários urbanos pelas categorias Evocação e Usos.

(1) Análise Histórica; Pesquisa historiográfica, documental e iconográfica:

Objeto: literatura, notícias em jornais e revistas, documentos historiográficos e artísticos, iconografias, registros cartoriais, etc. Finalidade: fundamentações e revisões das pistas documentais e bibliográficas; recuperação e sistematização do acervo historiográfico e iconográfico. Método: Coleta de dados, pesquisa documental e cartorial, visitas a acervos públicos e particulares.

(2) Análise da estrutura física; Levantamentos urbanos e geográficos:

Objeto: ambiente construído e espaços públicos, ambiente natural. Finalidade: caracterizar o espaço urbano em constante transformação no tempo, além de auxiliar as pesquisas social e cognitiva das etapas seguintes, caracterizar a unidade espacial em dois recortes temporais (1992 e 1998). Método: mapeamentos temáticos em base cartográfica territorial, levantamentos urbanos em geral, em especial do tecido urbano, uso e ocupação do solo e dos espaços públicos e privados.

(3) Análise social pelo método antropológico da observação participante; Pesquisa de narrativas:

Objeto: grupos de atores sociais. Finalidade: pesquisar as representações sociológicas e antropológicas com relação ao estudo de caso, identificado, primeiramente, por uma composição socioespacial dos sujeitos sociais: atores e agentes, e em segundo lugar, pelo critério de “permanência” e “transitoriedade” em relação ao lugar. Na análise dos resultados desta pesquisa, não pretendemos privilegiar a abordagem qualitativa em relação a qualitativa, optaremos pelo método de contextualização que privilegia relacionar os dados, criticando-os com informações ora oriundas das observações de campo, ora da análise da memória narrativa junto aos atores sociais, ora das fontes secundárias e primárias. Método: aplica-se o método antropológico da “observação participante” utilizando principalmente entrevistas abertas com registro e gravações de *narrativas* (fatos narrados da vida dos indivíduos ou das famílias); utilizaremos, também, questionários de levantamento e algumas entrevistas estruturadas com atores. A amostragem das pesquisas, planejada e sistematizadas para cada uma das 3 classes do universo, foram aplicadas: em primeiro lugar, um modelo de conteúdo geral de questionário com perguntas de natureza sócio-espacial; e em segundo lugar, outro modelo de conteúdo específico para cada grupo entrevistado (os questionários foram disponibilizados nos *Anexos*).

(4) Análise e representação dos mapas mentais pelas categorias de legibilidade, imageabilidade e sentido do lugar (Lynch); Pesquisa de percepção ambiental e representação de mapas mentais:

Objeto: grupos de atores sociais. Finalidade: Identificar categorias de análise visual e ambiental pela aplicação em campo da pesquisa com imagens ambientais, Método: baseado na metodologia dos mapas mentais inspirados nos estudos de Lynch (1960).

(e) Sistematizações e cruzamentos:

Análise dos resultados das pesquisas qualitativas em relação aos resultados das pesquisas quantitativas - exercício de síntese e cruzamento das pesquisas qualitativas em relação às pesquisas quantitativas da etapa anterior.

Descrição das Fases da Pesquisa:

Organizamos os trabalhos em quatro grandes fases metodológicas de (i) fundamentação; (ii) caracterização e observação; (iii) comparação e análise; (iiii) resultados e conclusões.

Descrição das Etapas da Pesquisa:

Para facilitarmos a operacionalização das fases de pesquisa, e facilitar as sistematizações e análises, elencamos a seguir oito *etapas* descritas a seguir:

(a) Primeira etapa:

Fundamentação da questão-tema; definições teórico-metodológicas e revisões bibliográficas; escolha do estudo de caso; planejamento de recursos e técnicas; viabilidades e operacionalidade.

(b) Segunda etapa:

Fundamentação documental; pesquisa e coleta de acervos de fontes documentais, iconográficas e historiográficas; classificação das fontes pela sua tipologia. A finalidade da segunda etapa, é recompor o acervo disperso de informações sobre a V.H.M., organizando as fontes bibliográficas, documentais, iconográficas e históricas, além de contar com pesquisa da história do povoado; de onde compilamos informações de um acervo de cerca de 40 publicações.

(c) Terceira etapa:

Mapeamentos urbanos e levantamentos ambientais; tipologias de uso e ocupação; morfologia do espaço público e do patrimônio histórico; fotografias e desenhos de observação.

A finalidade da terceira etapa: auxiliar as pesquisas sociais da quarta e quinta etapas, através de cruzamentos e espacializações, além de mapear, nos recortes temporais propostos, as características do espaço urbano em constante transformação, necessárias ao entendimento de certos processos sócio-espaciais para o estudo de caso.

(d) Quarta etapa:

Pesquisa qualitativa com população em dois períodos: (1992) - contou com os acervos de dados das pesquisas quantitativas e qualitativas relativos ao primeiro recorte temporal; (1998) – pesquisa qualitativa baseada em entrevistas de campo cujos questionários aplicados somam cerca de 200 fichas sistematizadas para esta fase, além de pesquisa de narrativas com moradores.

(e) Quinta etapa:

Pesquisa da percepção ambiental, cognição e mapeamento das representações baseadas na síntese dos mapas mentais com moradores.

(f) Sexta etapa:

Pesquisa dos Imaginários Urbanos, Evocação e Usos (Silva) e mapeamento das representações.

(g) Sétima etapa:

Sistematização, cruzamentos e síntese das modalidades de pesquisas qualitativas e quantitativas apresentadas anteriormente para análise comparativa, crítica e síntese, cujo objetivo foi dialogar com as inquietações teórico-filosóficas.

(h) Oitava etapa:

Redação das conclusões baseadas nas questões teórico-filosóficas iniciais e elaboração de ensaio textual. Elaboração do texto final da dissertação.

(i) Nona etapa:

Revisões, editoração e apresentação.

Anexo 13: Questionários das imagens ambientais e imaginários (1998).

Questionário Imagens Ambientais (Afetividade e Uso do Lugar)

Usuários permanentes da V.H.M.

Usuários transitórios da V.H.M.

1. Idade e sexo
2. Local de moradia e naturalidade. Caso resida ou veraneie: qual o tempo de residência ou período de permanência na vila?
3. Local da(s) atividade(s): empresa, escola, bairro: na V.H.M.? Aonde?
4. Por qual nome conheceu este local?
5. Como você prefere chamar este local?
6. Conhece a Vila de Mambucaba há quanto tempo?
7. É difícil chegar até a V.H.M.?
8. Preferência para local de compras...
9. Preferência para local de lazer...
10. Quantas vezes vai até a sede municipal de Angra? e/ou quantas vezes vem até a V.H.M.?
11. Sentimento particular com relação à vila...
12. Qual a cor da vila? O que lembra a você?
13. Qual o odor da vila? O que lembra a você?
14. Qual o trajeto preferido que costuma fazer na vila?
15. Qual o trajeto que nunca faz? Por quê?
16. Lembrança boa e lembrança ruim na vila...
17. Quais os acontecimentos mais marcantes para você na história?
18. Conhece ou já ouviu contarem a história da vila? Já leu sobre isto?
19. Caso fosse preciso explicar para uma pessoa de outra cidade como chegar à vila de Mambucaba que pontos de referência você poderia fornecer?
20. Quais os limites da vila?
21. Qual o lugar que mais gosta na vila de Mambucaba?
22. Ruas de preferência...
23. Pontos de encontro de preferência...
24. Poderia fazer um DESENHO com o trajeto preferido e dos pontos de referência na vila de Mambucaba?
25. Costuma usar a praia de Mambucaba? Quando prefere ir?
26. Que tem de melhor neste lugar?
27. Principais problemas deste lugar...
28. Sugestão para melhorar o lugar...

Opinião com relação a:

29. Associação de moradores... Frequenta?
30. Prefeitura de Angra...
31. Veranistas de temporada...
32. Excursionistas de fim-de-semana (turistas)...
33. Moradores antigos... citar alguns nomes mais conhecidos...
34. Instituto de patrimônio histórico, artístico e cultural...
35. Faça um DESENHO de memória pensando na Vila...

Anexo 14: Linha do tempo da Vila Histórica de Mambucaba (1532 a 1998)

Cronologia:

1532 - É fundada a capitania de São Vicente (sul fluminense e oeste paulista).

Surgimento de diversas vilas e povoados litorâneos como Paraty, Mangaratiba e Angra dos Reis.

1535 - Nasce o povoado de Mambucaba segundo Hans Staden em sua “Duas Viagens pelo Brasil”.

1554 - O povoado foi incendiado, em 1554, pelos índios tupiniquins e meses mais tarde o cacique *Cunhãbebe* ergueu no local o seu aldeamento.

Exatamente no ano indicado por Hans Staden os índios tupiniquins incendiaram um povoado do distrito de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira, precisamente o povoado de Ribeirinha.

1700/1800 - O século XVIII inaugura o chamado período “ciclo do ouro” com a descoberta de ouro nas *Geraes* uma (Geraes, Goiás e Mato Grosso).

É no contexto de “corrida ao ouro das *Geraes*” que Mambucaba entra no cenário sócio-econômico do Brasil colônia.

A população brasileira passou de 300 mil habitantes em 1700 para cerca de 3 milhões em 1800.

1710 - Próximo ao porto de Paraty, um porto de contrabando, talvez o mais importante, fora estabelecido: Mambucaba.

Contando com uma estrada para *as Geraes* (estrada do Facão) e uma ilha defronte a sua praia (Ilha do Algodão) – o que dificultava estrategicamente a visualização dos navios de contrabando, aportados pelas naus portuguesas que percorriam a costa – Mambucaba rapidamente cresce.

1714 - A coroa envia à Mambucaba uma companhia de infantaria e ordenança com a incumbência de ali estabelecer um porto real.

1755 - Inicia-se a construção da primeira Capela de Mambucaba que viria depois a denominar-se Capela de Nossa Senhora do Rosário.

1770 - Fim do “Ciclo do Ouro”.

1802 - Através de edital diocesano, a Capela de Nossa Senhora do Rosário torna-se matriz, elevando Mambucaba a categoria de Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (1809).

1806 - D. João opta por transferir para o Brasil a corte e a administração do reino, seguindo a sugestão do embaixador inglês Lord Strangford depois de uma fuga atribulada frente à invasão francesa, a corte e parte da administração portuguesa, sob a proteção da esquadra britânica, chegava ao Brasil.

Com a revogação da legislação que vedava aos estrangeiros sua presença na colônia, centenas de imigrantes, franceses principalmente, virão a se estabelecer no litoral sul fluminense.

1779 - O café, introduzido como espécie exótica já exportava o Rio para Lisboa.

1797 - Incentivos de D. João VI para intensificar o plantio e o cultivo do café.

1830/1880 - A cafeicultura fora a responsável pelo grande desenvolvimento vivido pelos povoados litorâneos (Angra, Paraty, Mambucaba; Mangaratiba, Ariró; Jurumirim; Paracuí...). O porto de Mambucaba mais especificamente, “embarcava todos os produtos de Campos Novos de Cunha e outros termos da povoação de São Paulo”.

Havia em Mambucaba o mais importante armazém de sal de todo sul fluminense: o produto, vindo de Cabo Frio, ali era armazenado para abastecer São Paulo.

A sociedade brasileira desse momento se alicerçava no trabalho escravo trazido da África.

O escravo era então uma mercadoria fundamental para a agricultura.

1831 - Lei de 7 de novembro proibindo o tráfico de escravos. A vigilância do governo contra o contrabando, no entanto, fora diminuta e, na prática, essa não passou de uma lei “*para inglês ver*”.

1834 - Devido à presença de contrabandistas de escravos africanos, estabelece-se na Vila, importante registro oficial de exportação.

1835 - Apogeu da economia e riqueza da Vila: na via principal, denominada Rua do Comércio, havia “boticas, lojas, armazéns, relojoeiros, marceneiros, ferreiros, ourives e barbeiros.

1840 - A expansão cafeeira alcança o sul de Minas Gerais, e segue em direção ao oeste paulista.

1841/1842 - A produção cafeeira da província atingia 5.557.088 arrobas (83.356 toneladas) – 800 vezes mais que há 50 anos.

1829 - Théodore-Maire Taunay, chanceler do consulado francês, relata a presença imigrante francesa e sua influência nas mais variadas atividades: professores, artistas, dançarinos, militares, religiosos, médicos, farmacêuticos, livreiros, joalheiros, modistas.

1830 - Vinda de numerosas famílias francesas para Mambucaba, dentre as quais a de Inácio During (inventor de uma máquina de beneficiar café).

Em Mambucaba se estabelecem um vice-consulado francês e uma loja Maçônica.

As atividades às quais os franceses dedicavam-se eram, em todo o Estado, extremamente variadas.

1834 - Ampliação da Capela de Nossa Senhora do Rosário e da maior parte do conjunto de casas rés do chão, sobrados e armazéns.

1832 - Fundado em Mambucaba, o único teatro da região sob inspiração do neoclassicismo francês como a “arquitetura litorânea do café”.

1853 - Instalação em Mambucaba de uma agência de correios e um telégrafo *Morce*.

1850 - Crescimento demográfico da população de Mambucaba (3.000 habitantes: entre livres e escravos). O crescimento populacional fora o corolário do aumento e diversificação das atividades locais.

1850 - Abolição da escravatura (lei Eusébio de Queiroz).

Nesse momento os traficantes passam a ser violentamente reprimidos e são baixados decretos regulamentando punições aos fazendeiros que adquirirem escravos contrabandeados.

1854 - Lei Nabuco de Araújo contra o contrabando de escravos.

1864 - Inaugurada a estrada de ferro D. Pedro II e a desintegração das economias litorâneas “*como conseqüência imediata decaem os portos do litoral, como Angra dos Reis, Mambucaba, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, que perdem o café do Vale do Paraíba para as praças do Rio de Janeiro e Santos*” .

1892 - Mambucaba torna-se 4º distrito do município de Angra dos reis e é considerada a “mais pobre *parochia* do município” e sua população decaíra para cerca de 1.000 habitantes. O povoado de Mambucaba encontrava-se praticamente isolado.

1908 - Fundada a Empresa de Navegação Sul Fluminense com uma linha de lanchas ligando Angra e Mangaratiba ao Rio de Janeiro – então capital nacional – de dois em dois dias.

1960 - A instalação do parque industrial naval Verolme.

1970/1972 - A construção da rodovia Rio-Santos, o projeto TURIS e a EMBRATUR e a atividade portuária para a CSN.

1972 - A construção das Usinas Nucleares.

1977 - Furnas, Petrobrás e o terminal petrolífero.

1980 - A indústria do turismo e as políticas de incentivo à ocupação.

1988 - A nova Constituição brasileira.

1990/1991 - O Plano Diretor do município de Angra e o Conselho Municipal de Urbanismo e lei da AECATUP da Vila Histórica de Mambucaba.

1991/1992 - Os programas de preservação e revitalização urbana e o projeto *Reviver Mambucaba* da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.

1992/1998 - Aumento desenfreado das ocupações irregulares: descontrole sobre a ocupação em áreas de preservação ambiental e margens dos rios e córregos e conseqüentemente, problemas ambientais e com saneamento básico e infraestrutura.

* * *